

HOMEM CRISTO

OCTAVIO
SERGIO



MONARCHICO/
E
REPÚBLICANO/



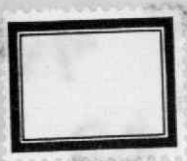
RUA DA FÁBRICA, 76
TELEFONE 382657
4000 PORTO

0045330

Handwritten signature or mark.

MONARCHICOS
E
REPÚBLICANOS

bibRIA



OBRAS DO MESMO AUCTOR

Os Acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão (Esgotado)
Pró-Patria (Esgotado)

Banditismo Político (Esgotado)

Cartas de Longe—1.^a serie. A Instrucção Secundaria em Portugal e
em França (Esgotado)

Cartas de Longe—2.^a serie. Em Defesa da Instrucção do Povo. Coim-
bra Editora, L.^{da}

HOMEM CHRISTO



UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

MONARCHICOS E REPUBLICANOS

(APONTAMENTOS
PARA A HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA)



1928
LIVRARIA ESCOLAR PROGRÉDIOR
R. PASSOS MANUEL, 160
PORTO

bibRIA

Tip. da Agencia de Publicidade
NUNES & ROCHA, Limitada
102, R. Passos Manuel-PORTO

ADVERTENCIA

O que se vae ler é extrahido em grande parte do *Banditismo Politico*, publicado em 1912, em Hespanha, volume que não chegou a circular em Portugal. Por este motivo, pensei varias vezes em o reeditar. Mas, sempre que pegava n'elle para esse fim, o punha de parte, concluindo que fôra obra de *uma occasião e para essa occasião*, não devendo ser, tal qual sahira do prelo, reeditado.

A obra, porem, continha tão interessantes informações historicas, que, não obstante n'ella terem ido beber os auctores d'outras publicações congeneres em curso dentro do paiz, me pareceu não deverem ficar enterradas n'um livro que não chegara a ser conhecido em Portugal.

Dei-me então á tarefa de publicar no *Povo de Aveiro*, por ver a injustiça de certas affirmações do partidarismo monarchico, eu, tão opposto aos excessos do partidarismo republicano, uma serie d'artigos a que puz o nome de *Escola dos Republicanos*.

São esses artigos que, revistos, saem hoje colligidos em volume, sob o titulo *Monarchicos e Republicanos*, titulo que se me afigurou mais apropriado.

Abrangem o periodo decorrido desde a morte de D. Luiz até o *31 de Janeiro*. N'um outro volume iremos desde o *31 de Janeiro* até o assassinato de D. Carlos e do principe real Luiz Philippe no Terreiro do Paço.

bibRIA

O meu commentario ao final de uma carta do sr. tenente coronel Salustiano Correia, dizendo: «Razão tem Brito Camacho quando diz que *isto, por mais voltas que lhe deem, nunca se endireita*».

O sr. Brito Camacho não tem razão nenhuma para dizer que *isto, por mais voltas que lhe deem, nunca se endireita*. Se o sr. Brito Camacho, que commetteu muitos erros e tem muitos defeitos, mas que possui a qualidade que eu nunca lhe neguei de ser pessoalmente honesto, se o sr. Antonio José de Almeida, se Bazilio Telles, e outros intelligentes e honestos como elles, teem seguido o caminho que eu segui, isto não estava já *endi-reitado*, porque a evolução dos povos é lenta, mas estava no *caminho de se endireitar* ha muito tempo.

Não falta quem diga que pelos meus processos não triumphei. Mas a que chamam elles triumpho? Em quê e como deixei eu de trium-

phar? Nos factos e nas idéas o meu triumpho é completo. Retumbante e completo. Não triumphei na *vaidade pessoal* de ser ministro ou chefe de partido? Nunca essa vaidade me dominou. E a prova é que não desanimei, não desisti, não cansei na lucta. Quando é só a *vaidade pessoal* que guia os homens, elles desaparecem, somem-se, ou mudam de caminho. Se eu não desapareci, se eu não me sumi, se eu não mudei de caminho, se, — o meu maior titulo de gloria, — continuei a *remar contra a maré*, se occupo o mesmo posto de combate, velho, e após uma gravissima doença de que estou ainda soffrendo as graves consequencias, é porque eram nobres e mais altos os meus objectivos. Isto é tão claro que se impõe ás mais brancas intelligencias. Isto é tão verdadeiro, tão logico, que acabou por quebrar de todo os dentes á calumnia. Já não entra a calumnia commigo.

Mas se eu não triumphei na *vaidade pessoal* de ser chefe de um bando ou pessoa de influencia positiva na politica, triumphou, porventura, o sr. Brito Camacho, triumphou, porventura, o sr. Antonio José de Almeida, que não eram tratantes acabados como os outros, n'esse caminho?

Sim, que não eram tratantes acabados, como os outros, e por isso, só por isso, não triumpharam n'esse caminho.

O sr. Antonio José de Almeida foi atacado por uma cruel e pertinaz doença. Mas não foi

ella que o venceu. O que o venceu foi a sua decepção, que lhe produziu uma tristeza infinita. Sendo muito grandes as dôres physicas que o torturam, é muito maior a dôr moral que o afflige.

Com o sr. Brito Camacho succede um pouco a mesma coisa. E' falso o seu postigo scepticismo. Tirem-lhe a mascara, e ver-lhe-hão por baixo d'ella as feições da dôr moral, da decepção, do desalento, nas mesmas circumstancias fataes em todo o homem que, sendo intelligente, não chegou a prostituir de todo a sua alma na passagem pelos bordeis da crapula politica.

Que manda, que commanda o sr. Brito Camacho? Que manda, que commanda o sr. Antonio José de Almeida? Tanto como eu.

Onde estão os seus partidos? Fugiram-lhes, vendo-se elles obrigados ao artificio, que é uma humilhação, de *fingir*, para disfarçar a humilhação e encobrir a verdade, que os *deixavam ir*.

Bazilio Telles, esse, meu pobre e saudoso amigo, deixou-se tombar na estrada, morrendo a fraca e ingloria morte, para não dizer covarde, dos suicidas.

Tantas vezes eu lhe disse: «Não se morre assim, Bazilio! Morre-se de pé, a combater pela idéa pura, o progresso social, o aperfeiçoamento humano, a verdade, a justiça, distribuindo golpes para a direita e para a esquerda sobre os adver-

sarios, golpes fundos, com acha d'armas, golpes que esmigalham, golpes sérios, golpes duros».

O que faltou e o que falta n'esta raça são luctadores. Um aventureiro não é um luctador. Isto é um povo de aventureiros, não é um povo de luctadores. Não se chame *aventura maritima* ao periodo aureo dos nossos descobrimentos, como lhe chamam tantas vezes estes parvos, os *parvos intellectualizados*, que escrevem nos livros e nas gazetas. Isso foi um plano grandioso, maduramente pensado, maduramente estudado, maduramente executado. Só quando surgiu o *bandido*, que ia á Asia com o fito exclusivo de encher os bolsos de dinheiro, de se *fartar*, degenerou em aventura.

O aventureiro nunca foi homem de ideal ou de plano. O aventureiro foi sempre um parvo ou um bandido. O aventureiro nunca teve a tenacidade necessaria para fazer vingar um pensamento de reforma social ou de reforma politica. O aventureiro é de *vae ou raeha*. E' de empresas rapidas e limitadas, embora difficeis. Não tem folego para mais. Não tem paciencia para esperar, nem abnegação para semear aquillo de que os outros, depois da sua morte, hão de colher o fructo. O aventureiro não estava no centro dos que na tragedia do Golgotha morreram crucificados, mas ao lado de Jesus.

O que havia a fazer no *saudoso tempo da pro-*

paganda, como dizem estes parvos, era o que eu fiz. No *saudoso tempo da propaganda*! Como são grotescos! O *saudoso tempo da propaganda* é que preparou tudo isto.

O *saudoso tempo da propaganda* foi uma *eclosão* (já não existe Candido de Figueiredo para me censurar o galicismo) de parvos e de bandidos. Eu procurei leva-los a bem. Era impossivel. Levar a bem parvos, levar a bem bandidos foi sempre impossivel. Reconhecidos como absolutamente incapazes de uma obra solida, de uma obra intelligente, de uma obra digna, que fazer? Transigir com elles, como transigiu Bazilio Telles, como transigiu o sr. Brito Camacho, como transigiu o sr. Antonio José de Almeida? Era ficar sepultado com elles, e sepultado como *cumplíce*, sob os escombros da gaiola que iam construir. Tentar leva-los a bem, sim. Eu o fiz. Eu não era pamphletario, eu era doutrinario. Quem me fez pamphletario foram elles. Mas essa tentativa de os levar a bem tinha os limites fixados a todas as tentativas intelligentes e honestas. Reconheci a sua inutilidade, só havia um recurso: esmagalos. E esse tinha tido exito completo se eu não tenho ficado em campo... sósinho.

Se mesmo assim gotejam ainda sangue vivo as feridas que eu lhes fiz? Se mesmo assim se sente ainda, sob os golpes da minha clava, o fragor dos ossos que lhes parti?

O erro foi esse. As palavras que deixo atraz

escriptas não as escrevi para me elevar, que não falta, apesar de tudo, quem me eleve, mas para chegar á conclusão de que o erro foi esse. O sr. Antonio José de Almeida ficou sem partido. O sr. Brito Camacho ficou sem partido. Eu nunca o tive. Mas eu exerço maior acção politica do que elles, porque elles sumiram-se. Mas elles já não prestam, porque se calaram, nenhum serviço social, e eu continuo, de pé, doente, velho e de pé, com a exuberancia da mocidade, a minha obra d'educação publica.

Foi ou não foi um erro? E porque importa sabe-lo, até como obra ainda d'educação publica, deixo ao publico decidi-lo. Elle que pleiteie na causa, como juiz.

Não, sr. tenente coronel Salustiano Correia, o sr. Brito Camacho não pode dizer que *isto, por mais voltas que se lhe deem não se endireita*, porque o sr. Brito Camacho não tem auctoridade para isso. O bandido cresceu, cresceu, cresceu. O mediocre cresceu, cresceu, cresceu. O parvo cresceu, cresceu, cresceu. E' claro, chegaram a ponto de inundar, e inundaram, o paiz. Mas como succeder de outro modo se ninguem se atravessou deante d'elles? Inundaram tudo. Inundaram o paiz, inundaram os partidos mortos, inundaram o partido vivo, que é a dictadura.

Mas os culpados foram os que deixaram engrossar a corrente até esse ponto.

Se o sr. Salustiano Correia me diz que é o

partido militar que está no poder e não a dictadura, eu concordo. Se me diz que o *partido militar* tem que ser, necessariamente, pela propria essencia do exercito, o *peor dos partidos*, concordo ainda. Mas querer innocentar pelo erros, pela incompetencia do partido militar, os erros e a incompetencia dos partidos civis, é uma iniquidade contra a qual eu protesto vivamente. Quem creou o partido militar foram elles.

De resto, toda a gente sabe o que eu penso da dictadura. Não a posso discutir. Não me deixam. Mas hei de discuti-la, com *juros de mora*, na hora propria, e a hora propria ha de vir. Julgo, porém, que me será permittido affirmar desde já que eu a considero, pura e simplesmente, como a continuação da incompetencia moral e intellectual que vem já dos tempos, e velhos tempos, da monarchia.

Que não atirem os monarchicos foguetes. Quem creou os republicanos, taes quaes são, foram elles. Como quem creou os actuaes dictadores, taes quaes são, foram os republicanos.

bibRIA

Começa-se a demonstrar que a escola publica dos monarchicos, onde se educaram os republicanos, foi, effectivamente, depravada.

Os republicanos foram obra dos monarchicos, authentica obra dos monarchicos. Sahiram peores do que elles? Sim ou não, ver-se-ha no decorrer d'esta exposição de factos. Mas, em caso affirmativo, era logico. Quando se vae na *linha descendente*, os discipulos, é da regra, saem peores do que os mestres. Na carreira da queda, e até que por um salto do acaso mude a roda da fortuna, o que surge é sempre peor do que o que estava.

Não podia ser peor a escola monarchica. A partir de 1878, foi de uma desmoralisação, uma desordem, um relaxamento sem nome. Mas já em 1872, José Luciano de Castro, ao apresentar em 25 de Janeiro d'esse ano, em nome do partido historico, na camara dos deputados, um projecto de reforma da Carta Constitucional da monarchia, escrevia no preambulo:

Ha quatro annos succedem-se as situações, sobem e descem ministerios, as dissoluções repetem-se com regularidade quasi inalteravel, e o paiz desilludido por tantas adversidades, perdida a fé na sua regeneração, cansado d'eleger hoje para tornar a eleger amanhã, desenganado ou indifferente, quasi inerte espectador das luctas partidarias, não espera já remedio dos governos, nem acredita na virtude dos parlamentos.

E' angustiosa esta situação. São profundos estes males. A anarchia tem perturbado os arranjos politicos. Não ha partidos fortemente constituídos, como nos tempos em que a mesma idéa recrutava numerosos defensores e accendia o enthusiasmo das multidões. Prevalece sobre todas as conveniencias publicas o exclusivo interesse individual. Ao menor abalo desaparecem as instituições constitucionaes, não raro o paiz vê uma espada feliz, ou a ambição sem escrúpulos impor silencio ás leis, e arrogar-se não a dictadura da urgencia e da salvação publica, mas a dictadura da ineptia e da cobiça despejada, que não tem por limites nem o decoro politico nem os interesses do paiz.

Parece hoje! Reparem bem os leitores, que parece hoje. Um dos grandes males d'esta terra é a ignorancia em que ella vive. As gerações actuaes desconhecem tudo e em especial a historia contemporanea do seu paiz. Pois se a conhecessem, n'ella poderiam beber preciosos ensinamentos.

Vejam como em 1872, ha CINCOENTA E SEIS ANNOS, já *não havia partidos, já prevalecia sobre todas as conveniencias publicas o exclusivo interesse individual, já ao menor abalo desapareciam as instituições constitucionaes, vendo o paiz,*

não raro, uma espada feliz ou a AMBIÇÃO SEM ESCRUPULOS IMPOR SILENCIO ÁS LEIS, e arrogar-se não a dictadura da urgencia e da salvação publica, MAS A DICTADURA DA INEPCIA E DA COBIÇA DESPEJADA, que não tem por limites nem o decoro politico nem os interesses do paiz.

Abram os olhos, leitores, e vejam isto. Ha 56 annos, ha 60 annos, que a situação é a mesma, precisamente a mesma, marcando nós passo no mesmo terreno.

Porque? Porque nunca se encarou, de frente, o problema. Porque a grande obra da educação publica foi votada, como ainda hoje, ao mais completo desprezo.

Digo-o ha muitos e muitos annos. E quem tem razão sou eu.

Mas continuemos.

Não ha fiança para a estabilidade da constituição. Os direitos individuaes e as immunidades populares estão á mercê da especulação e da audacia. A corrupção impera desaffrontada. O poder, dominado pelo desejo de vencer todas as resistencias, não conhecendo restricções ás suas ousadias, confiscando em seu proveito todas as attribuições legislativas, investe desassombradamente com as liberdades publicas, põe em almoeda as graças destinadas a galardoar o merito e os serviços feitos á nação, seduz com promessas, distribue as funcções do estado por quantos se resignam a trocar a insenção da consciencia pelo cobiçado salario do thesouro, e o regimen constitucional volve-se em despotismo ignominioso, exercido

por uma minoria audaz que tudo ousa e todas as liberdades conculca e affronta no meio da surpresa e da quasi geral indifferença do paiz.

A eleição, essencialissimo fundamento do systema representativo, é uma burla. O voto não traduz de ordinario a vontade e o pensar da nação. A administração torna-se em pouco tempo instrumento de trabalhos electoraes. A propria justiça não fica immaculada ao lado da corrupção, das ameaças, das violencias de todo o genero, com que o poder, empenhado na lucta contra a liberdade, intenta reduzir a consciencia publica e conquistar a victoria a preço de relaxações e immoralidades. Esta anomalia e incomportavel situação vem reflectir-se tristemente na governação do Estado, mormente na sua gerencia financeira, e na sua consolidação do credito nacional. Desapparece a confiança dos espiritos. E' difficil o pagamento do imposto. A instabilidade dos governos exclue a madureza dos estudos, a efficacia dos projectos ministeriaes, a execução das mais uteis idéas de reforma e o exacto, e regular cumprimento de qualquer programma administrativo ou economico. Com os ministerios caem as providencias com que elles intentavam occorrer ás necessidades da administração. As reformas apenas realizadas são logo substituidas por outras. Sobre as conveniencias publicas alteia-se orgulhoso o capricho e o amor proprio dos ministros.

Não se pensa em reformar o que a experiencia argue de ruim ou contrario ás boas normas de governo, senão tudo quanto está feito e legislado pelas antecedentes administrações, bem que a licção da experiencia e o correctivo da pratica não hajam ainda formulado o seu implacavel veredictum sobre as vantagens ou defeitos da organização vigente. Tudo é instavel e transitorio. N'um mesmo anno succumbem differentes governos, diversas camaras e variadissimas leis e decretos. Da interinidade politica e legislativa advem a interinidade financeira,

economica e administrativa. Ao chaos, á contingencia e á anarchia nas regiões do poder responde o descredito, a desordem e a ruina na gerencia economica do Estado. A todas essas tristes manifestações de decadencia parlamentar, de debilidade e desmoralização governativa, e de funesta administração financeira, vem ainda associar-se em doloroso complemento a indifferença publica, e a ausencia de partidos que lealmente affirmem o seu pensamento e as suas aspirações politicas e que representando idéas e opiniões contrarias, deixem largo espaço á discussão dos interesses publicos, abram logar ao exame de todas as reclamações de geral conveniencia, estimulem pela concorrência a acção dos poderes do Estado, corrijam pela fiscalização activa da imprensa e do parlamento as demasias ou a inercia dos governos e facilitem á coroa o livre exercicio das suas levantadas prerogativas.

A mesma situação, em tudo, como se vê, do paiz na hora presente.

Como succede, como pode succeder tal phenomeno n'um longo praso de 56 annos?

Os integralistas, e a reacção em geral, explicarão logo tudo com a *estupidez do seculo XIX*, os males do parlamentarismo e da maçonaria. Mas já em 1872 José Lusiano de Castro, em nome do partido historico, afirmava, e muito bem, que não tinha dado melhores resultados a dictadura. E de 1872 para cá continuaram — a que está ahi de pé o comprova — a não dar melhores resultados as dictaduras.

Donde veio então o mal? Do profundo desprezo a que foi votada, e n'isso a monarchia é

muito mais culpada do que a republica, a obra da educação publica.

Em 1876, quatro annos depois, fundia-se o partido historico com o partido reformista, resultando da fusão o partido progressista. Publicaram o seu programma, discutido e approved em 16 de Dezembro d'esse anno, e publicaram-no precedido de uma *memoria justificativa*, onde diziam pouco mais ou menos o que José Luciano de Castro já quatro annos antes tinha dicto. Para não alongar muito este artigo limitar-nos-hemos a transcrever da *memoria justificativa* só os ultimos periodos :

Ha de o poder, para ser um altissimo sacerdocio, e uma levantada magistratura conservar-se tão superior ao trafico de mesquinhas conveniencias e á pratica de ignominiosas contradicções, que o não possa embaciar a sombra d'uma suspeita nem a mancha d'uma accusação infamante. Pois no nosso paiz tão menosprezado e abatido vae o exercicio das supremas funcções politicas do Estado, que não raro os seus mesmos depositarios repartem entre si as mais succulentas prebendas e as mais preeminentes distincções, sacrificam á vangloria da sua esteril conservação a coherencia de opiniões e a conformidade dos principios, desmoralizam a administração por flagrantes e reiterados desacatos ás leis e á opinião publica, convertem o governo em almoeda de immoralissimos interesses e desprestigiam e abalam as proprias instituições, de que o paiz fiou os seus destinos, sem que a consciencia nacional tenha o vigor necessario para punir inexoravelmente taes e tão frequentes aberrações.

Que se assoem os monarchicos de hoje a esse guardanapo.

Falam elles a toda a hora, para deprimir os republicanos, e falam apontando-os como figuras *venerandas*, nos seus homens mortos. Pois as figuras *venerandas*, no moral e no intellectual, eram as que, pelos proprios monarchicos, ahi ficaram retratadas. A sua obra, a sua benemerita obra, ahi está descripta, pelo partido historico, primeiro, pelo partido historico e pelo partido reformista, depois, quando estes se juntaram para formar o partido progressista, partidos a que pertenceram o duque de Loulé, o bispo de Vizeu, Anselmo Braamcamp, Latino Coelho, Rodrigues de Freitas, José Elias Garcia, Oliveira Marreca, Gilberto Rola, Bernardino Pinheiro, José Luciano de Castro, Antonio Ennes, Mariano de Carvalho, Emygdio Navarro, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, tantos outros de incontestavel auctoridade para o testemunho que atrás fica exarado. Por os partidos monarchicos serem *crapulosos*, por a sua obra ser mais do que um desastre nacional, uma *infamia*, é que d'elle se destacaram, para constituir o partido republicano, Latino Coelho, Rodrigues de Freitas, José Elias Garcia, Oliveira Marreca, Bernardino Pinheiro, Gilberto Rola, etc.

Os republicanos não tiveram temperamento, character, intelligencia para a grande obra de reacção honesta e intelligente que a nação reclamava? Não tiveram. E por isso eu os tenho, *cruelmente*,

como elles dizem, castigado. Não estou arrependido d'essa *crueldade*, antes cada vez me sinto mais disposto a continua-la. Mas a verdade é que *raros teem* essa reacção n'um meio prostituido ou desmoralizado. Em geral, o homem é o que é o meio e nada mais. D'ahi o valor poderosissimo da educação publica. Ora a escola em que os republicanos foram creados, em que os republicanos foram educados era, pelo proprio testemunho insuspeito dos monarchicos, depravada. Naturalmente, logicamente, sahiram *depravados*. E se refinaram, é porque tambem é natural e logico, no terreno lodoso da crapula, refinar.

Mas ha muito sobre isso ainda que dizer. No numero immediato continuaremos a liquidar responsabilidades.

Muito tacanhos, muito estupidos, e só assim os pode absorver inteiramente o abjecto sectarismo de que monarchicos, republicanos, catholicos, dão provas a toda a hora, monarchicos, republicanos, catholicos, de todos os grupos, de todas as cores, me detestam pelas verdades com que, ora a uns ora a outros, os azorrago. Mas fossem elles todos mais finos de intelligencia e mais puros d'alma que só tinham nos meus dizeres, crus ou não, que aproveitar.

III

A estupenda campanha contra o rei D. Luiz. Mas a causa da depravação politica nacional estava no rei, ou n'aquelles que o accusavam ?

Vimos o que diziam do regimen, em 1872 e 1876, monarchicos da *mais alta categoria*. A onda pavorosa da corrupção e da anarchia foi crescendo sempre. Não havia um só documento de natureza politica, um só!, que não registasse o crescimento sucessivo da vasa immensa.

Em 1878 começou a estupenda campanha contra o rei. E chamamos-lhe estupenda porque nunca, no mundo, nem antes nem depois, se viu coisa igual. Que motivos levaram o rei D. Luiz a não chamar ao poder, n'uma curta meia duzia de annos, — não esquecer que na Belgica os liberaes estiveram no poder desde 1848 até 1880, portanto trinta e três annos, os catholicos desde 1884 até 1914, portanto trinta annos, que na Suissa os radicaes, triumphando sobre os catholicos em 1847, conservaram o poder durante mais de meio

seculo, que na Inglaterra Lloyd George sahiu ainda n'outro dia do governo que occupou, a seguir, dezeseis annos, — que motivos levaram o rei D. Luiz a não chamar ao poder, n'uma curta meia duzia d'annos, qualquer dos dois grupos que vieram a constituir o partido progressista, e, depois, mal decorridos dois annos, o partido que resultou da fusão d'esses dois grupos? Foram motivos de ordem pessoal ou foram motivos de ordem politica? Foram uns e outros. Logicamente, o rei não sympathizava com *demagogos* que, ao mais pequeno incidente revolucionario no estrangeiro, e sahidos elles do poder ainda na véspera, o ameaçavam de *pôr escriptos no Paço* e lhe diziam, proclamada a republica em Hespanha, que as *idéas não paravam na fronteira*. Mas tambem era certo — somos d'esse tempo — que o partido regenerador era o mais forte, o mais bem organizado, o mais disciplinado e o que maior apoio encontrava nas classes dominantes do paiz. Certo era ainda que o estado da Europa não era bom: — em França a continuação da lucta entre republicanos e conservadores, que já tinha levado Mac-Mahon a demittir-se, na Hespanha o assassinato de Prim, primeiro, depois a abdicação do rei Amadeu, a proclamação da republica, a queda da republica, o advento dos Bourbons, a guerra dos carlistas, sempre accessa, e tudo isto era de molde a aconselhar o rei D. Luiz, ou qualquer outro de bom senso que estivesse no seu

logar, a apoiar-se de preferencia no partido que maiores garantias de disciplina, ordem, auctoridade e força na opinião publica offerecesse ao throno ameaçado. Fosse, porem, como fosse, só declarando-se republicanos e, mesmo como republicanos, só em *vesperas revolucionarias*, ou já em attitude de *rebellião armada*, se justificariam as diatribes, os insultos, toda a campanha de diffamação e de descredito emprendida por monarchicos,—ex-ministros d'Estado, conselheiros da corôa, um partido dynastico inteiro, que aspirava a obter o poder no dia immediato, contra o representante supremo das instituições de que elles se diziam sustentaculo.

Em 30 de Março, depois da campanha já iniciada, escrevia Mariano de Carvalho no *Diario Popular*:

Houve por bem Sua Majestade de mandar que o seu periodico a *Revolução de Setembro* fizesse varias perguntas ao partido progressista acerca de divergencias e discordancias, que lhe parece ver no seio d'este agrupamento e que naturalmente affligem o paternal coração d'el-rei. Esta solicitude ternissima tambem a nós nos commove por tal forma que nos sentimos compellidos a algumas explicações.

Se Vossa Majestade quizer saber qual é o pensamento commum que, a nosso ver, une todos os progressistas, ainda podemos levar a condescendencia até ao ponto de lh'o dizer. O pensamento commum é que o paiz se governe a si proprio, e deixe de ser explorado pelas facções e camarilhas, *de cujas malversações, desaforos e desa-*

tinós Vossa Majestade é pae amantissimo e protector desvelado. Para conseguir este fim é essencialmente necessario: reformar largamente a administração, de forma que os agentes administrativos *deixem de ser beleguins eleitoraes dos caprichos de Vossa Majestade*; reformar a administração judicial de forma que fique de facto segura a boa e independente administração da justiça; reformar a carta de modo que Vossa Majestade ou os seus successores possam o menos possivel abusar das prerogativas eminentes que ella concede.

Queira agora Vossa Majestade notar um facto até certo ponto curioso. No partido progressista estão homens de todas as proveniencias politicas, que em principios do reinado de Vossa Majestade mal pensavam que viriam a achar-se reunidos debaixo da mesma bandeira partidaria. Pois vieram, real senhor, porque Vossa Majestade para cá os mandou. Os desacertos politicos de Vossa Majestade foram passo a passo fazendo lavrar a convicção de que era preciso para bem do paiz pôr barreira no caminho desatinado do governo pessoal, em que Vossa Majestade se metterá. Foi em virtude dessa convicção, que homens provenientes de diversos pontos do horizonte politico n'um dado dia se encontraram todos reunidos com o mesmo pensamento. E elles tinham razão, real senhor, porque Vossa Majestade desde o principio do seu reinado não tem feito senão governo pessoal, deslembrado dos exemplos que lhe legaram os reinados da Senhora D. Maria II e do senhor D. Pedro V.

Esta referencia ao reinado de D. Maria II não deixa de ser interessante. Apesar das gerações novas não saberem nada de historia, nem mesmo, em regra, o limitado numero dos que frequentam a secção de historia nas Faculdades de Letras,

ainda ha quem saiba que a rainha D. Maria II foi accusada das maiores infamias pelos politicos do seu tempo. O seu governo pessoal, como se dizia, a protecção concedida ao *valido*, as traficancias que occultava com o seu manto de rainha, a *mancebia* com o Costa Cabral,—de tudo isto a accusavam, parece que em grande parte injusta e calumniosamente,—foram motivo de sublevações armadas e de uma guerra civil que se ateou de um extremo ao outro do paiz com consequencias desastrosas. Pois agora, para fulminar o filho, os *herdeiros dos Passos* apontavam a mãe... como modelo de reis constitucionais e de virtudes. Bandoleiros acabados! Trocatintas emeritos!

Em 5 de Abril, Marianno continuava:

Succedendo ao sr. D. Pedro v, modelo dos monarchas constitucionaes, desde o principio do seu reinado que o sr. D. Luiz I trabalha com decidido empenho em converter a monarchia representativa no mais pessoal dos governos. D'este constante proposito de Sua Magestade resulta que os transtornos do seu reinado e quasi todos os erros dos seus ministros são a consequencia fatal do influxo do rei.

E' escolhido o infimo analphabeto para governar colonias importantes? Foi a vontade do soberano que pesou sobre o animo do ministro. E veem depois os Cameron e os Stanley arrogar ás faces da nação portugueza vituperios que ella só merece pela sua tolerancia em soffrer a perversão do systema representativo.

Trata-se de comprar navios para o serviço colonial, mas logo intervem a vontade regia, obrigando um minis-

tro que deseja sustentar-se a desperdiçar 600 contos na compra do Pimpão. Depois faltam os navios precisos e pede-se mais dinheiro ao povo, enquanto o inutil couraçado cria ferrugem no Tejo.

Quer a nação construir caminhos de ferro e deseja-os ao mesmo tempo uteis, bem construidos e economicos. Mas logo acode o Paço, julgando estes bons e aquelles maus, impondo aos ministros tal ou taes engenheiros, estes ou aquelles processos de administração. D'ahi vem que as linhas férreas são construidas em condições economicamente más e custam muito mais que o seu valor real.

Escusamos amiudar exemplos, com que, aliás, poderíamos encher completamente este jornal, sem mesmo recorrermos aos casos de subsidios e adjudicações de theatros. (1) Ha um facto mais geral, que não deve ficar esquecido.

Em que assenta a politica portugueza? Na mais simples e mais mesquinha de todas as considerações. Para governar é preciso espreitar a vontade d'el-rei para satisfazer-lh'a, é preciso seguir attentamente os caprichos de um animo por essencia voluvel, é preciso vigiar com cuidado as correntes da intriga palaciana para combatalas ou segui-las conforme convier. A arte de governar acha-se entre nós reduzida a estas mesquinhas condições. Para ser ministro não é necessario probidade, nem talento, nem estudo, nem patriotismo, nem conhecimento do verdadeiro estado e das necessidades do paiz, nem apoio da opinião publica. Saber as vontades d'el-rei, descobrir os desejos d'el-rei, obedecer áquellas, satisfazer

(1) O rei era amante da actriz Rosa Damasceno. E accusavam-no abertamente de subordinar os interesses da arte e do thesoiro aos interesses e caprichos da actriz sua amante.

estes, não tropeçar em qualquer intriga de camarilha, eis o supremo merito, eis o grande arcano.

Temos um soberano que pretende intervir em todos os negocios sem ter mostrado as grandes faculdades que, se não justificam, attenuam ao menos esta perversão do systema constitucional. Sua majestade envolve-se em tudo, pretende impor a sua vontade em tudo; hoje despacha directores de linhas ferreas, amanhã nomeia aspirantes da alfandega municipal, no outro dia pede paradas, ou adjudica theatros. Os ministros ou hão de ser meros automatos nas mãos do rei, ou ver-se expulsos do poder, logo que manifestem vontade propria. Os resultados estão patentes n'um mal que todos os dias se vae aggravando.

Pouco lhes faltava para accusar o rei de ser o causador dos trovões, dos relampagos e dos tremores de terra. E, tambem, da espinhela cahida, dos callos e das dores de dentes. Chovia? Não chovia? Quem tinha a culpa das grandes séccas que faziam morrer as searas? Quem tinha a culpa das inundações? E' claro: o rei D. Luis! O tyranno, que trazia canga de ferro, e elle a cavallo, ainda por cima, no cachaço dos ministros! Pobres victimas, immoladas aos desejos bestiaes d'aquelle satyro infame, como nenhum outro pervertido.

E' preciso confessar que havia n'estas accusações um grande fundo de verdade. Mas, alem da razão capital, que era a incapacidade do povo para o systema representativo, restava ainda perguntar: era o mau rei quem fazia os homens

maus ou eram os maus homens quem fazia mau o rei? Era o rei que os corrompia ou elles é que corrompiam o rei? Que situação era essa, negação formal das lições da experiencia e dos mais elementares principios scientificos, onde um homem só, sem a força moral da lei, espesinhando a constituição, tinha o poder de absorver e dominar os homens todos dos partidos? D. Luis era um pusillanime. Não havia ninguem que o não soubesse. Oliveira Martins, no prologo do *Portugal Contemporaneo* chamava-lhe *medroso e indiscreto*. Em 1870, no 19 de Maio, abraçava-se, de joelhos, ás pernas do Saldanha, implorando e chorando. Evidentemente, a mais moderada energia da parte dos ministros e dos chefes de partido bastaria para o pôr no seu lugar. Porque o não faziam? Para que lhe espreitavam as vontades, como escrevia o Mariano? Para quê? Para o corromper. Para lhe dizer, como a serpente do paraíso: *Come, que não faz mal*. Para o lisonjear, rastejando n'um servilismo indecente. Esse servilismo infame, que se exerce em Portugal a toda a hora com as pessoas que dispoem de uma parcella d'influencia e que é a demonstração mais flagrante da perversão do character portuguez.

Eram elles que eram maus? Eram os reis? Elles diffamaram D. Pedro IV, concorrendo para a sua morte prematura. Elles diffamaram D. Maria II. Elles diffamaram D. Luis. Elles diffamaram D. Carlos, sendo a causa mais poderosa da sua

morte e de seu filho. Elles diffamaram D. Manuel, oppondo-lhe o menino D. Duarte com a scisão dos integralistas. Eram elles que eram maus? Eram os reis? Eram elles e os reis? De qualquer modo, não só perderam toda a força moral para a restauração monarchica, mas crearam a escola perversa d'estes republicanos pervertidos. Não é sem razão que se diz que o peor mal da republica é ella ser... a continuação da monarchia.

bibRIA

bibRIA

IV

Bem se vê, dizia o rei, que estes cães não comeram ainda na gamella da Ajuda. Com effeito, chamados os progressistas ao poder, o rei passou, in-continenti, a ser ... *um grande rei!* E o reino... um dos mais venturosos do mundo! O rei conhecia-os.

Mariano voltava, em 15 de Abril, a proposito da prorrogação das cortes, a escrever:

El-rei pode fazer ministro quem elle quizer, desde os fautores da Penitenciara até aos infimos creados da sua casa; pode nomear pares á sua vontade; pode eleger os deputados que lhe aprouver, porque, reconhecida a existencia do governo pessoal, os cidadãos independentes não estão dispostos a fazer sacrificios por eleições quasi completamente inuteis. Mas não ha vontade, nem mandados nem caprichos regios que logrem vencer a opinião publica, ou modificar os factos económicos.

Por um lado a opinião publica proclama a existencia de um governo personalissimo, esbanjador, corrupto, que não pode viver sem largas despesas incompativeis com a situação do thesouro do paiz. Reconhecidos estes

factos, o povo não quer sacrificar os seus haveres para que todos sejam sorvidos pelo abysmo de uma administração devassa e perdularia. Por outro lado, a lei inflexível da composição de juros agrava todos os dias o mau estado da situação do thesouro. Durante cinco annos Sua Magestade fez com que o Estado contrahisse mais de 40 mil contos effectivos de emprestimos; agora para este ano pede mais 10 mil contos. Assim, cada anno, como o *deficit* persiste sempre, é necessario pedir mais dinheiro emprestado para pagar os juros d'esses juros.

Navarro, por seu turno, dizia no *Progresso*, órgão official do partido progressista, sob o titulo *A capa das ladroeiras*, em 9 de Maio:

Depois do que se tem passado a respeito do processo da Penitenciaria e da comissão parlamentar d'inquerito, dizer-se que os progressistas evitam a luz, encobrem e apadrinham os ladrões, e que são os regeneradores os que pedem luz e o castigo dos traficantes, e que a esse pedido os accusadores somem-se e desaparecem, — é de um desaforo, um desavergonhamento que, não podendo ter qualificação exacta, denunciam todavia a amplitude da crapula, da abjecção, da falta de senso e dignidade moral, que caracteriza a situação creada por um attentado do poder pessoal e protegida pelo favoritismo d'el-rei.

A's injurias, que o ministro do sr. D. Luis despeja sobre nós, (1) não temos outra resposta a dar senão um testemunho da nossa gratidão. Para alguns espiritos timoratos e irresolutos, pode ser que ainda precisemos de justificação, e o ministro brutamontes encarrega-se de

(1) Sampaio, na *Revolução de Setembro*

no-la dar como a desejamos. Os nossos agradecimentos ao ministro e a seu augusto amo! Mas como na vasa se encontram ás vezes joias de fina agua, assim tambem n'aquelle estendal de patifarias se encontra uma sentença, que para o caso é de grande e proveitosa lição.

E' esta :

Ladrões não se encobrem de graça.

Estamos d'accordo e o paiz tambem.

Isto não é tudo. Havia mais e melhor. Havia o rei a *ensarilhar com o sceptro*, havia o rei a *fazer rodilha do manto*, e aquelle terminar celebre d'artigos, dias e dias seguidos: *Albarda, real Senhor, o povo quer albarda!* O que ahi fica é um simples specimen, e suavissimo, da famosa campanha contra D. Luis.

Escusado será dizer-se que o povo, o bom povo de Lisboa, ululava de alegria. Não era bem uma manifestação republicana, porque o partido republicano não tinha então força nenhuma. Era peor. Era uma manifestação de indisciplina. Era uma expansão ruidosa do velho delirio da anarchia. Não findava só o regimen n'esse dia, porque desde esse dia se pode dizer finda a monarchia em Portugal. Findava com elle o prestigio do poder, o respeito da auctoridade, tudo aquillo que constitue o substractum das instituições, ou monarchico-constitucionaes, ou monarchico-absolutistas, republicano-conservadoras ou republicano-radicaes.

Os jornalistas não foram perseguidos. As ga-

zetas não foram chamadas aos tribunaes. O rei conhecia um meio mais efficaz de os calar e preferia-o aos meios violentos. Contava-se que indo uma vez n'uma carruagem, por uma estrada de Traz os Montes, saltaram, ladrando, cães ao caminho. O rei, humoristicamente, observou, para os dignitarios que o acompanhavam: *Bem se vê que estes cães não comeram ainda na gamella da Ajuda!*

Pouco depois cahia o ministerio regenerador. O rei chamou ao poder o partido progressista. Já podiam comer na gamella da Ajuda os cães que furiosamente arremetiam! Foi o grande talisman. Estava resolvido o conflicto. De repente tudo mudou, como nas magicas. O rei passou a ser... *um grande rei!* E o reino... um dos mais venturosos do mundo!

Mas o rei passou a ser um grande rei e o reino um dos mais venturosos do mundo, ao menos depois das *reformas politicas* que, segundo os progressistas, justificavam a atroz campanha contra D. Luis? Depois das *reformas politicas* tão cantadas, tão annunciadas, tão preconizadas? Isto é, depois dos *agentes administrativos deixarem de ser beleguins eleitoraes dos caprichos de Sua Majestade?* Depois de *ficar segura a boa e independente administração da justiça?* Depois da carta reformada, *de modo que Sua Majestade ou os seus successores pudessem o menos possivel abusar das prerogativas eminentes que ella lhes con-*

cedia? Enfim, depois de executadas todas as medidas democraticas consignadas no programma que resultara do celebre pacto da Granja?

D. Luis não resistia. Nem podia resistir. Fazer observações, talvez. Supplicar, mendigar, era possível. Resistir, não. Como resistir, se o partido progressista ia ao poder com o apoio caloroso, doido, da pequena burguezia, das multidões operarias e revolucionarias de Lisboa e do Porto, justamente em nome das reformas politicas e n'esse sentido ou com essa indicação chamado pelo rei, que, logo após uma terrivel campanha de diffamação e de descredito, assim passava sob as forcas caudinas? O rei não podia resistir. Não tinha força moral nem material para o fazer. Nem temperamento. Nem sequer, de outra forma não chamaria os progressistas ao poder, pensava n'isso. Era *querer* o governo, só *querer*, e estava tudo resolvido. Queria? Quiz?

O povo, o parvo eterno assim ousava esperá-lo. Nas primeiras eleições, que se realisaram em 19 de Outubro de 1879, os candidatos republicanos e o candidato socialista por Lisboa tiveram uma votação ridicula, apesar de serem os nomes mais cotados da democracia. Theophilo Braga, candidato republicano pelo circulo 94, teve 77 votos, Latino Coelho, candidato republicano pelo circulo 97, teve 69 votos. Anthero do Quental, candidato socialista pelo circulo 98, teve 54 votos.

O governo quiz? Quiz o partido progressista?

Foi ao menos depois da execução das reformas politicas que o rei voltou a ser o *melhor dos reis e o melhor dos homens* e o seu reinado *um reinado de paz e de ventura*? Qual! Foi de um instante para o outro. Como nas magicas, outra vez dizemos. Quaes reformas, quaes reformas! Nunca mais pensaram n'isso. As reformas eram uma das faces da gazua com que abriam á falsa fé as portas do poder e com ellas as do thesoiro publico. Quaes reformas! Por um lado veio-lhes, subito, o instincto, pelo menos aos mais habeis, e n'isso mais prudentes e mais finos que, depois, o Afonso Costa na republica, de que as reformas politicas não teriam outra consequencia que tornar mais completo o chaos em que viviamos, que aggravar extraordinariamente o nosso já então lastimoso estado de anarchia. Por outro lado, nunca elles todos tiveram convicções democraticas, portanto o menor amor a reformas politicas, embora, na desorientação da sua propaganda e na inconsciencia da corrente estabelecida, chegassem, ás vezes, a convencer-se de que n'ellas estaria o remedio da nossa desventura.

Que lhes importava a elles que fossem de roldão instituições, honra nacional, patria e tudo? Logradas, ludibriadas nos seus desejos e nas suas esperanças, a pequena burguezia e a plebe de Lisboa cahiram de chofre nos braços da republica. Em 1879 a votação republicana foi ridicula, como vimos. Pois em 1880 o centenario de

Camões foi já uma manifestação republicana imponente. Tendo-se travado, após a festa, viva polémica entre os jornalistas da comissão do centenario e os jornalistas do governo, Ramalho Ortigão publicava em 21 de Junho, no *Diario de Noticias*, uma interessante carta, de que vamos transcrever os ultimos periodos :

Não venho protestar sr. redactor. Venho significar simplesmente que pela minha parte recebi e saboreei a recompensa que me foi dada. *Só a pau* (1) achei optimo e não posso deixar de agradecer. Muito obrigado, senhores jornalistas officiaes. Muito obrigado, illustres ministros da coroa ! Muito obrigado, alto e poderoso rei que regeis n'estes vossos estados os destinos do povo e da madeira nacional ! Obrigado mil vezes pela porção de lenha que tivestes a magnanimidade de me distribuir e que eu protesto queimar em honra vossa n'um numero especial das *Farpas* que vos vou consagrar.

João Franco, no seu volume *Cartas d'El-Rei D. Carlos I*, diz de Ramalho Ortigão : — « verdadeiro *sans peur et sans reproche*, que atravessou uma longa vida de 80 annos sempre fiel a si mesmo, nada pedindo e nunca transigindo, habituado ao culto da verdade n'um estylo de impeccavel belleza. » Ramalho tinha chamado Turgot a João

(1) Termos empregados por Navarro no *Progreso* ao dirigir-se aos jornalistas da comissão do centenario.

Franco. Pobre Turgot! E João Franco pagava elogio com elogio como é da *praxe* em Portugal. De resto, o verdadeiro *sans peur et sans reproche*, sempre fiel a si mesmo, nunca transigindo, passando-so para o campo monarchico depois de ter sido republicano declarado, — assisti eu ao comicio republicano a que elle presidiu no theatro da Rua dos Condes em 1879, — era tal qual os jornalistas progressistas da campanha de 1878, sem tirar nem pôr. Então os progressistas atacavam cruelmente o rei pelos actos do partido regenerador de que o tornavam responsavel. Em 1880 Ramalho Ortigão tornava o rei responsavel pelos actos dos jornalistas progressistas ex-inimigos do rei e ia queimar em honra d'este, nas *Farpas*, a *lenha* com que, no *Progresso*, Emygdio Navarro o mimoseava.

Todos á mesma altura! Esses grandes escriptores do seculo XIX só souberam destruir, sem que á sua obra de destruição juntassem nenhum espirito educativo, nenhuma idéa de reconstituição nacional. Destruíam porque era o que melhor se lhes prestava ao estylo e elles só amavam o estylo pelo estylo e nada mais. Collaboraram a valer na obra de desmoralização e anarchia de que estamos soffrendo os resultados.

Não haja a menor duvida: o grande mal da republica tem consistido em ella ser a continuação da monarchia constitucional. Não tem, por isso, desculpa, e eu não lh'a dou, nem dei jamais.

A republica não veio para continuar os males da monarchia, mas para os remediar. O que é certo, porem, é que a escola em que foram creados e educados os republicanos era uma escola depravada.

Que viria cá fazer a monarchia, se viesse, como, oppondo-a á republica, reclamam os monarchicos? Que auctoridade para reclamar a monarchia teem os monarchicos? Quem desacreditou a monarchia, quem exautorou os reis, quem, confessando-o, converteu a sociedade portugueza n'uma immensa crapula?

São ao menos os monarchicos actuais melhores do que os do principio d'este seculo e os do seculo passado? Não, são peores. Em tudo, em qualidades intellectuaes e moraes, em competencia e caracter.

Mas não avancemos mais n'essas apreciações visto que ainda não acabámos. Ha de se saber, já agora, por completo, o que foi a escola monarchica em Portugal.

bibRIA

V

Oliveira Martins, o da *Vida Nova*,
alvitra, como os da *Vida Velha*,
que seja expulso do throno o rei
D. Luis. Continua-se a demonstrar
a falta de sinceridade e de probi-
dade com que o rei era combatido.

A conselho do ministerio, o rei não tomou
parte no cortejo historico em honra de Camões.
O rei retrahira-se, o rei alheara-se das festas do
centenario, tão enthusiasicamente celebradas em
Lisboa. O partido que, em 1878, insultava o rei
porque o rei *se afastava do povo*, era precisamen-
te aquelle que, em 1880, afastava . . . o rei do po-
vo! Em 1878 eram elles que creavam a corrente
republicana. Em 1880 nem sequer tinham a habi-
lidade necessaria para attenuar os effeitos dos
erros anteriores!

Percebe-se muito bem o mobil do governo e
do rei em 1880. O descontentamento, pelo affron-
toso descaro com que o partido progressista ha-
via faltado a todas as suas promessas, era grande.

Dentro da logica, os jornalistas da opposição exploravam-no em proveito das respectivas quadrilhas e em seu proprio proveito. Na commissão do centenario não havia um unico jornalista do governo, predominando n'ella a influencia dos republicanos. O mesmo Ramalho Ortigão era ainda, ao tempo, republicano. E, então, por despeito, como meninos amuados ou meninos rabugentos, pelo velho feitio portuguez da fidalguia, do auctoritarismo, da soberba, talvez um pouco *para não dar o braço a torcer*, resolveram, em represalia, fazer aos outros ... *a sua partidinha*. E a sua *partidinha* consistia *em tirar tom á festa*, em lhe crear embaraços, em lhe diminuir o prestigio, em não manter estreita solidariedade *com a canalha* n'uma manifestação que já tomava para elles o aspecto, não de manifestação nacional, mas de manifestação republicana.

Por mais que custe a acreditar, a motivos assim tão mesquinhos e tão futeis se devem alguns dos actos mais importantes e mais graves da vida publica portugêsa.

Emfim,—e para isso fez a tremenda campanha que se viu,—ao fim de menos de dois annos de governo o partido progressista cahia, na questão de Lourenço Marques, miseravelmente. Na questão de Lourenço Marques, que acabou, dando-lhes força, de consolidar os republicanos! E o rei, coitado, sob o estigma de *capa de ladrões*, vergando ao peso das injurias progressistas,

escandalosamente reproduzidas a toda a hora, e em largas parangonas, nos jornaes republicanos, arrastou até ao fim uma dolorosa existencia.

Em 1879, os progressistas, tentando coagi-lo a abdicar, tiveram no Tejo um navio preparado para, n'um audacioso golpe de mão, o receber. Em 1883, Oliveira Martins, o da *vida nova*, mas pertencendo tambem ao partido progressista, alvitrava de novo, no prologo da 2.^a edição do *Portugal Contemporaneo*, a sua expulsão do throno.

Todavia, se me é licito dizer n'este logar o meu pensamento ahi yae o que está hoje na consciencia de mais de um português. Diz-se nas conversas, não sei se até se escreve nos jornaes, que um rei medroso e indiscreto é o obstaculo principal ás reformas, o patrocinador decidido do regimen de corrupção em que vivemos; e que uma abdicação e uma dictadura são indispensaveis á salvação do paiz

Faça-se, pois, essa derradeira experiencia. Aconselhe-se ou exija-se essa abdicação, venha essa dictadura que, no regimen actual, ou terá de encontrar no novo soberano uma adhesão sincera, ou será esteril como foi a de 1868.

Repita-se o movimento, escolham-se os homens sabios e virtuosos a ver se se logra melhor fortuna. Em 68 o apoio decidido da parte sincera e san da nação naufragou contra a hostilidade da coroa e contra a incapacidade dos dictadores. E' que estes, educados ainda no radicalismo, pensavam que o seu officio consistia em prégar moral e em decretar reformas radicaes.

As necessidades urgentes de Portugal são maiores e

mais complexas. Liberdade ha sufficiente, de mais até; ninguém pensa hoje em dia em atacar esses direitos do individuo que andam erradamente nas constituições quando o seu verdadeiro lugar seria o codigo civil; mas urge reformar n'um sentido pratico os sofismas que, sob o nome de *liberdade*, corrompem até a medulla o corpo d'esta sociedade. Urge moralizar a administração e extirpar o parasitismo que nos roe. Urge pôr ponto e ordem no desvairado rumo das finanças, no regimen iniquo e absurdo do imposto. Urge sustentar na queda, ou amparar na nascença a navegação e as industrias para os nossos filhos não serem forçados, á mingua d'occupações, a pedir por esmola um emprego. Urge povoar um territorio meio deserto e plantar gente nas brenhas que por toda a parte mancham o paiz. Urge acabar com a agiotagem que, alimentando um thesouro mendigo, nos conduz rapido á ruina. Urge n'uma palavra moralizar uma politica desvairada, levantar uma authoridade abatida—e levanta-la não pela força, mas pelo respeito devido ao saber e ao character—restaurar as forças economicas de uma nação adormecida e o vigor moral de um povo atormentado.

Se para isto é necessario que um rei se demitta—demitta-se o rei. E se para o rei abdicar for mister coagi-lo, faça-se. Resta saber se o egoismo, a cegueira, o interesse vil, a indolencia, a ignorancia, a veniaga de que os politicos abusam em particular, e o servilismo que em publico distingue a imprensa—resta saber se não poderão mais do que as ambições nobres de uma minoria de gente ingenua e boa.

Reparem os leitores: os depoimentos, e das pessoas de maior categoria intellectual da epocha, são unanimes. De maior categoria intellectual e da maior auctoridade politica. São unanimes!

Todos reconhecem que a situação era *crapulosa*. Todos reconhecem que a desordem era geral. Todos reconhecem que os processos de governo eram abusivos, escandalosos, iníquos. Todos reconhecem que os dinheiros publicos eram distribuidos a esmo. Todos reconhecem, enfim, que a incapacidade moral e intellectual era immensa e que, de aquelle modo, o paiz marchava para um abysmo.

Que teem os monarchicos actuaes que oppor a esses depoimentos? E se nada lhes teem a oppor, e não teem, como ousam elles reclamar, em nome dos erros e crimes da republica, a restauração da monarchia?

Oliveira Martins restringiu no periodo final e fez bem em restringir. Resta saber, dizia elle, *se o egoismo, a cegueira, o interesse vil, a indolencia, a ignorancia, a veniaga de que os politicos abusam em particular, e o servilismo que em publico distingue a imprensa*, poderão mais do que as ambições nobres de uma minoria de gente ingenua e boa. Puderam mais, puderam tudo. Continuou esse egoismo, continuou essa cegueira, continuou esse interesse vil, continuou essa indolencia, continuou essa ignorancia, continuou essa veniaga, continuou esse servilismo até os ultimos momentos da monarchia. Foi ahi que beberam os republicanos, foi ahi que elles se depravaram, foi ahi que elles apprenderam. Só ha uma pessoa com auctoridade para censurar os republicanos em

Portugal. Sou eu. Mais ninguém. E nunca hei de consentir, por isso mesmo, que os monarchicos, *mestres dos republicanos*, e que até hoje se teem demonstrado *impenitentes*, contumazes na immoralidade, na torpeza, no erro, no crime, opponham á *débacle* da republica a *redempção* da monarchia.

Era D. Luis, confessa-o o mesmo Oliveira Martins, um rei *medroso e indiscreto*. Então que força podia ter um rei *medroso* contra as quadri-lhas que mataram de desgostos o *rei soldado*, n'isso falaremos, que o correram á pedra e a patacos, nisso falaremos, que violentamente guer-rearam, com a pennã, a palavra e as armas, cobrindo-a de injurias e calumnias e obrigando-a, por fim, cansada, a *capitular*, a valorosa rainha D. Maria II, e que, depois de uma attitude infame *como monarchicos*, que os republicanos, esses, estavam no seu campo, foram a pedra angular da tremenda agitação de que sahiu o assassinato, em plena praça publica, do valente rei D. Carlos e seu filho?

Que o pobre monarcha *medroso e indiscreto* era o principal obstaculo ás reformas. Quaes reformas? As politicas? Não diz o proprio Oliveira Martins que *as necessidades urgentes de Portugal eram maiores e mais complexas*? Não affirma, e muito bem, que havia liberdade *até demais*?

Reformas de fomento? Reformas administrativas? Com que interesse se opporia o rei ás reformas administrativas e de fomento?

Reformas financeiras que *pusessem ponto e ordem no desvairado rumo das finanças, no regimen iniquo e absurdo do imposto?* Com que interesse, tornamos a perguntar? Que ganhava o rei com isso?

O mais que elle podia exigir era que lhe dessem dinheiro para as suas extravagancias, ás escondidas. Mas que respondessem a isso os bandoleiros como respondera, segundo se contava, o bispo de Vizeu: «Vá extravaganciar á sua custa!»

Faça-se essa derradeira experiencia. Aconse-lhe-se ou exija-se essa abdicação, venha essa dictadura.

Mas que *derradeira experiencia?* Pois o reinado de D. Maria II não foi, em grande parte, uma constante dictadura?

A dictadura, porem, tornou a vir. Na pessoa de D. Carlos, como se reclamava. E os que aconselhavam e exigiam a abdicação por ser o rei *medroso e indiscreto* aconselharam-na e exigiram-na, depois, por ser o rei *corajoso e discreto*. E os que tinham coberto de insultos o rei Luis Filipe pelo seu *governo pessoal*, reclamaram do filho, logo que elle subiu ao throno, ainda em face do cadaver do pae, como veremos, *governo pessoalissimo*. E os que tão clamorosamente assim reclamavam do filho *governo pessoal*, depois de o terem fulminado no pae, eram justamente os que vinham a assassina-lo por elle ter feito ... *governo pessoal!*

Quadrilheiros da mais infima classe! Tão funestos á propria monarchia, independente dos terribéis desastres que causaram a Portugal, tão inhabeis mesmo partidariamente considerados, elles que invocam a inepecia dos republicanos para regressar á velha orgia monarchica, em nada inferior á orgia republicana, tão inhabeis, tão funestos á propria causa monarchica que até *dois reis* arranjaram depois da queda da monarchia, que até, no exilio, uma *scisão* crearam, dando força ao miguelismo cachetico, dessorado, que não podia, á queda do regimen constitucional, com uma *gata pelo rabo*.

Os grandes *homens d'Estado*, que se atrevem, com imbecil desdem e arrogancia, a escarnecer os estadistas republicanos!

Sem duvida, D. Luis era um homem dissoluto. Mas mais dissoluto era o seu proximo parente, o rei dos belgas. Mas mais dissoluto era um outro seu proximo parente, aquelle que veio a ser na historia o grande rei Eduardo VII. E nem por isso a Belgica deixou de progredir, e de progredir immenso, a Inglaterra de continuar a ser uma grande nação, coagindo, pela necessidade e o exemplo, o principe dissoluto a ser um grande soberano.

D. Luis tinha defeitos, graves defeitos. Graves defeitos tinha seu filho. Mas ambos elles tinham, a par, grandes qualidades. Ambos elles teriam sido, n'um povo organizado e educado, dois bellos reis constitucionaes.

O que matava e mata Portugal, monarchia e republica, povo e reis, era e é a sua velha desorganização, a sua velha indisciplina, a sua falta d'educação, de preparação para entrar, ovante, na vida moralizadora e trabalhadora da democracia e do progresso. E n'este sentido é que uma *élite* dirigente poderia ter prestado relevantissimos serviços se o paiz não houvesse tido a dirigi-lo, invariavelmente, com gregos e troianos, uma ré-cua... de cavallos.

bibRIA

bibRIA

VI

Morte do rei D. Luis. Lugubres vaticínios em volta do novo rei, D. Carlos I.

D. Carlos subiu ao throno por entre os mais tristes presagios.

Seu pae morrera a 19 de Outubro de 1889. Morte afflictiva. Agonia lenta e dolorosa.

O rei desfazia-se, cahindo-lhe a carne aos pedaços. O tratamento medico causava-lhe um soffrimento horroroso. O rei gritava, accordando, com os seus gritos de dor, os echos tristes do palacio. Que o deixassem. Que o matassem. E Lisboa, então ainda pouco endurecida pelo feroz doutrinarismo revolucionario, e o paiz, ainda muito christianizado, commovido, vivamente impressionado pela duração d'aquelle cruel martyrio, adormecendo todas as noites convencido — baldada esperança — de que o infeliz estaria morto na manhã immediata, erguia as mãos, piedoso,

e, juntando as suas supplicas ás do torturado moribundo, pedia a Deus que o matasse.

Emfim! Deus, por seu turno, apiedava-se. E D. Luis, a 19 de Outubro, expirava.

A rainha, que passara dias e noites intermináveis á cabeceira do enfermo, chamou, logo após, seu filho á camara mortuaria. Beijou-o na face e disse-lhe: «Carlos, só te desejo que sejas tão bom rei como teu pae.» E beijou-lhe a mão, respeitosamente, ao terminar. *Morto o rei, viva o rei!* Começara falando como mãe. Acabara como subdita de Sua Majestade.

O rei D. Luis não se harmonizava com a rainha Maria Pia de Saboya. Viviam separados. Mas, vencido por tanta dedicação, n'um dos momentos da sua longa e tristissima agonia, puxou-a para si, murmurando: *Perdoo-te!* A rainha, depois, chorou sinceramente, dias seguidos, a morte do homem, quem sabe?, que talvez tivesse amado.

Troava a artilharia. Dobravam os sinos a finados. A chuva cahia em torrentes. Nuvens negras e pesadas augmentavam a atmospha de lucto e tristeza que pesava sobre a cidade. A população, em romaria, perpassava sem cessar em frente do cadaver do rei, exposto na historica e magnifica egreja dos Jeronymos. E um grande jornalista, — que os havia então dos maiores, em Portugal, — Antonio Ennes, escrevia no *Dia*, o seu periodico:

A mágua e o lucto impõem silencio ás paixões, desarmam as luctas, mas não paralyam o pensamento. E o que se ha de fazer senão pensar, nas vigílias que o estampido do canhão vem decretar dentro da alcova? Pensemos, pois, no futuro. Esses mesmos tiros que a cada momento recordam que findou um reinado, lembram que se inaugurou outro reinado. Será prospero ou infausto? pacifico ou agitado? Todos os espiritos formulam esta interrogação, nenhum se aventura a responder-lhe...

O novo reinante não pode contar senão com os auxilios da fortuna, que ha de estar cansada de fazer girar a roda durante um quarto de seculo sempre para o mesmo lado, nem com essa paz, que apropriadamente se pode chamar podre, tão largamente gosada que já parece organica, por isso que a tempestade e a bonança, a luz e os astros, o bem e o mal alternam-se fatalmente na historia como na natureza. Tem, pois, de se preparar para o governo como para uma lucta entrecortada de incertezas e aventuras, em que o affrontarão mais adversidades do que o ajudarão favores das circumstancias e serviços dos homens, dia para dia mais acanhados de estatura e mais falsos e egoistas de coração. Precisa-se e espera-se muito d'elle; espera-se do reinado novo uma politica nova, que conserve o bom e corrija o mau da politica velha; mas por isso mesmo o sr. D. Carlos ha de sentir a coroa de oiro cravar-lhe espinhos na frente, e o manto pesar-lhe nos hombros com todo o peso enorme da ventura e da honra de um paiz, que tão pouco faz da sua parte para ser venturoso e conservar-se honrado!

Isto foi a 23. D. Luis enterrava-se a 26. E a grande saudação final da artilharia parece que inspirou ao augur novos augurios, porque voltou a *reflectir* a 27, o que provocou de outros augu-

res, não menos celebres, augúrios tão melancólicos, tão cheios de negrumes, de graves apprehensões sobre o futuro como os do augur Antonio Ennes.

Oliveira Martins, o famoso escriptor, dizia no *Tempo*, na manhã de 28:

O nosso optimismo, comtudo, não vai até ao ponto de considerar boa a situação porque ella é sensivelmente a mesma que existia ao encerrar das camaras. Pelo contrario, entendemos que a desordem politica, a anarchia partidaria, o desalento e a desaggregação, em que todos e por toda a parte se manifestavam, era já um mau symptoma ha muito tempo, e pode tornar-se um perigo na presente conjuntura. Nos inicios de um novo reinado, em que sobram a intelligencia e a boa vontade d'um soberano tão sympatico como esperançoso, mas em que necessariamente fallece a velha experiencia de um rei que conhecia como pouco os homens publicos do seu tempo, esta pulverisação systematica de todos os elementos politicos, esta dissonancia tão incoherente de todas as actividades prestadias, este vago e indefinido sentimento de tedio e desconsolação que tem invadido muitos dos que melhores serviços podiam prestar ao seu paiz, são outros tantos phenomenos graves, que importa quanto antes corrigir e evitar.

No mesmo dia, á tarde, e como que respondendo a Antonio Ennes, outro grande jornalista, Emydio Navarro, escrevia nas *Novidades*:

Não desejamos, por modo algum, que o reinado do sr. D. Carlos I seja a continuação governativa do reinado do sr. D. Luis, de saudosa memoria. Foi um reinado de

paz e tolerancia, como se tem dicto; mas cremos sinceramente, e em mais d'uma occasião o dissemos, que ellas se approximavam rapidamente dos limites extremos em que deixam de ser beneficio publico e se fazem calamidades. Armand Carrel escreveu algures: *une société, qui jouirait d'une paix perpetuelle, tomberait bientôt en pourriture*. O influxo dissolvente d'essa tolerancia, a que já Teixeira de Vasconcellos chamava com mordente ironia a *brandura dos costumes*, é evidente, e assombra os estrangeiros que d'ella teem conhecimento. A disciplina social, em que nos debatemos, avizinha-se da anarchia. E' por isso que, se houvessemos d'escolher modelos para o novo rei, desejaríamos antes que continuasse o reinado de D. Pedro v, do que prolongasse o reinado do sr. D. Luis i. Este deve ter-se por completo e encerrado. O outro foi apenas esboçado. Aurora esplendorosa, que a tormenta listrou de coriscos e se apagou n'uma catastrophe.

Sampaio, o velho Sampaio, cujo scepticismo final resultava de um profundo conhecimento dos homens e das coisas do seu tempo, disse em um dos seus ultimos artigos, que se alguem ainda n'este paiz tinha força, esse era o rei. *Se*, escreveu o grande publicista. Sampaio duvidava que até o rei a tivesse. E supposmos que a duvida era apenas um excesso de cortezania. A verdade é que nem o rei a tinha! Não a tem o madeiro que deriva na corrente, nem o navio que sem norte e sem rumo fluctua em meio do oceano á mercê do capricho das vagas e do vento.

Este, o nosso grande mal! Não ha uma força, em que a vida do paiz se apoie, e que o restaure e levante. Para reinado novo politica nova, diz-se por ahi. Assim devia ser. Mas a formula é reproducção d'outra já usada como proficua mezinha para achaques partidarios: a *vida nova*. Receamos que tenha os mesmos estereis ou tristes resultados...

Não será da evolução dos partidos, que resultará a força de que se carece.

Poderá ser o novo rei essa força? Inexperiente e tímido como é, el-rei é, não obstante, um character, uma vontade, uma personalidade, como o foi a sua avó, a senhora D. Maria II, como se annunciara que o seria seu tio, o sr. D. Pedro V. Como o não foi seu pae, o sr. D. Luis I! Esse character, essa vontade, se souber exercer-se, se souber conservar-se, essa personalidade se souber impor-se, darão essa força de que o paiz precisa, e que os partidos, no estado em que se encontram, são incapazes de crear ou de supprir.

Marianno, escarninho, como sempre, veio metter a sua colherada. Ennes replicou em 29, n'um soberbo artigo que attingia tambem Emygdio Navarro:

Para nós é absolutamente inevitavel uma crise financeira, ao cabo d'uma moratoria mais ou menos prolongada, e quando ella vier, quando o poder for um Calvario e não um Capitolio, um martyrio e não um sybaritismo, aí da corôa se de algum modo se lhe puder imputar a responsabilidade da catastrophe ou se ella, considerada como a *única força*, não tiver força bastante para a debelar!...

O governo pessoal seria hoje uma aventura insensata; mas para que não seja uma necessidade, é indispensavel que haja partidos, que esses partidos devam a si o poder e que se substituam uns aos outros segundo normas e indicações alheias ao arbitrio do monarcha; é indispensavel, em summa, que haja condições e elementos de governo constitucional. A falta progressiva d'essas condições e d'esses elementos é uma difficuldade enor-

me para o novo reinado, e é a difficuldade que o *Diario Popular* não quer reconhecer. Talvez não seja por emquanto muito sensível, porque o paiz ainda, a bem dizer, dispensa governo; mas quando for preciso governar a valer, quando houver de se reprimir a bambochata dos interesses particulares, para os subordinar a um interesse de salvação collectiva, quando for mister, por exemplo, levantar as rações á cobiça e pagar as dividas da prodigalidade, então se verá se o novo rei acha ou não escabroso o seu caminho, tendo — se tiver — de o percorrer só, a ver debandarem os magotes de cortezãos, que na prosperidade arvoravam bandeiras partidarias para se lhe alugarem como condottieri.

Marianno, que defendia o governo progressista então no poder, e a esta circumstancia se deve attribuir o seu ponto de vista mesquinho, respondia, em 30, no *Diario Popular*:

Parece-nos que para o *Dia* como para nós a unica doença da sociedade portugueza é uma indisciplina, animada pela lenidade dos soberanos e pela chamada brandura dos costumes, que não passa de euphemismo para disfarçar a relaxação em todas as manifestações sociais. No diagnostico estamos assim perfeitamente de accordo. No prognostico diversificamos, porque, emquanto o *Dia*, duvidoso da força das instituições, receia rajadas de vento que varram tudo, sobre-rodas que tombem o classico carro do Estado, atoleiros em que as proprias aguas se prendam, escabrosidades capazes de magoarem os pés dos mais cautelosos, nós, confiando plenamente n'essa força tantas vezes affirmada, cuidamos que alguns meses de vontade firme serão bastantes para apaziguar tempestades de theatro, alisar caminhos, enxugar pantanos ou

nivelar asperezas, que todos e todas apenas poderiam causar sobresaltos aos habitantes de Liliput.

Como diversificamos no prognostico, assim tambem estamos em desaccordo no tratamento. O collega entende que são boas as lastimas e optimos os conselhos; nós julgamos as lastimas exaggeradas e os conselhos do collega absolutamente inuteis, pela simples razão de que os peores surdos ... são os que não querem ouvir. O nosso remedio é afastar systematicamente do poder todos, sem excepção, quantos pretenderem conquista-lo á custa de ameaças parlamentares, ou extra-parlamentares, ou especulando com paixões ruins ou interesses sordidos.

No mesmo dia, respondia Navarro nas *No-vidades*:

Em qualquer hypothese, o rei é e deve ser uma força; nem ha doutrina nenhuma, por mais democraticos que sejam os seus principios fundamentaes, que possa dizer outra coisa. Se ha uma solida organização e racional actividade militante nos partidos politicos, a força do rei deve apoiar-se e inspirar-se na força dos partidos, que são a representação directa da vida e da vontade do paiz, nas suas alternativas e cambiantes. E' o que mais desejamos. Se, porem, a organização dos partidos se enfraquece, a sua acção se desvirtua e a indisciplina social augmenta até decair n'uma relaxação dissolvente, a força do rei tem de supprir essa força que não existe, e substituir-se a essa fraqueza, que é uma causa de ruina. E' isto necessario como bem diz o *Dia* ... para que alguma coisa fique de pé. E já não é muito o que ainda assim se conserva.

Ainda n'esse mesmo dia 30, *Viriato* dirigia no *Reporter* uma *Carta a S. M. El-Rei*. Quem era

Viriato? Não sabemos. Mas o redactor principal do *Reporter*, portanto solidario em toda a materia politica que n'elle se publicasse, era José Maria de Alpoim, famoso democrata da ultima hora. Ora oiçamos alguns periodos da carta de Viriato:

Hoje o ministro mais capaz e mais emprehendedor acha-se preso nas mil malhas dos interesses mesquinhos que o assaltam. E como, para obter um resultado, carece antes de tudo de manter-se no poder, gasta n'esse esforço continuo a sua capacidade e a energia. E', pois, preciso que Vossa Majestade liberte de uma vez para sempre o seu governo das oppressões parlamentares.

O parlamentarismo, Senhor, teve o seu tempo. Quando as facções politicas se digladiavam por principios, era necessario que ellas se alternassem no poder, para effectuarem essa revolução lenta de que resultou a communhão de idéas e o desaparecimento das barreiras que separavam os partidos em que a nação se achava dividida. Havia então partidarios, porque havia partidos; hoje ha partidos porque existem partidarios. Reconhecido que o suffragio, como significação da vontade nacional, é uma utopia generosa e irrealisavel, Vossa Majestade não pode sujeitar o seu governo aos caprichos das votações parlamentares, que, quando se não applicam por ambições inconfessaveis, resultam de mal entendida disciplina, de preconceitos injustificaveis ou sympathias pessoas.

Como os leitores continuam vendo, não faltam testemunhos, depoimentos, documentos, provas de toda a natureza a sustentar, a confirmar, a reforçar o nosso ponto de vista sobre a socieda-

de portuguesa e a politica nacional. E são elles sempre, os quadrilheiros, que nos fornecem os instrumentos da analyse, os elementos da critica, as razões da dialectica, que não só não desprezamos, mas accumulamos, no nosso velho proposito de provar até á evidencia, de convencer até á saciedade, o nosso processo inalteravel como escriptor, como jornalista, como pamphletario.

Mas como este capitulo já vae longo, deixaremos os curiosos commentarios que nos suscita o que ahi fica para o capitulo immediato.

bibRIA

VII

Afinal, segundo os mais eminentes jornalistas da monarchia, ninguem tinha força: nem o rei, nem os partidos, nem o povo.

Antonio Ennes tinha razão. Grande razão. Mas grande razão tinham também Oliveira Martins, Emygdio Navarro e o proprio Viriato. No diagnostico, como dizia o Marianno, acertavam todos e todos estavam de accordo. No prognostico era Antonio Ennes admiravel. Mas na therapeutica é que falhavam, e de uma maneira absoluta, uns e outros.

Antonio Ennes queria, e muito bem, que a força viesse dos partidos. Mas onde estavam os partidos? Mas donde haviam de vir, donde haviam de surgir, se, por mais que dissessem o contrario, nunca, desde o inicio do constitucionalismo, tinham, afinal, existido?

Pois eram partidos aquelles que levaram Mouzinho da Silveira, Passos Manuel, Alexandre Herculano, tudo quanto, dentro das novas insti-

tuições, havia de mais talentoso e mais puro, ao estado de retrahimento, de desalento, de descrença em que morreram e a que, no seguimento d'estes artigos, mais de espaço nos havemos de referir? Aquelles que concediam ao facinora Manuel Brandão honras publicas de cidadão benemerito, que faziam o Marçal, outro facinora não menos celebre, cavalleiro da Torre e Espada e de Christo, e cujos chefes se correspondiam com o assassino mór João Brandão chamando-lhe *homem de bem* e dizendo-lhe que elle daria *as maiores provas da sua dignidade e prestaria relevantissimos serviços ao paiz, á humanidade e á rainha*, se matasse os inimigos politicos do Rodrigo da Fonseca Magalhães, que foi mestre e modelo de todos os bandidos que illustraram os fastos da Monarchia? Aquelles que faziam da justiça uma palavra van, da verdade um ludibrio, e da pilhagem, arrastando o paiz á deshonra e á ruina, a unica fé, a unica aspiração, a unica condição e norma da politica?

Emygdio Navarro, por seu lado, queria que a força viesse do rei, reconhecendo e confessando a fallencia dos partidos. Mas, se a força viesse do rei, era fatal a lucida previsão de Antonio Ennes, isto é, *quando fosse preciso governar a valer, quando houvesse de se reprimir a bambochata dos interesses particulares para os subordinar a um interesse de salvação collectiva, quando fosse mister levantar as rações á cobiça e pagar as dividas da prodigalidade, os magotes de cortezãos que na*

prosperidade arvoravam bandeiras partidarias para se alugarem ao rei como condottieri, debandariam, como debandaram, revoltar-se-hiam, como se revoltaram, e o rei ficaria sosinho, como ficou, subindo, como subiu, o seu calvario com o manto de velludo convertido em manto de ferro e a coroa de oiro a cravar-se-lhe na fronte como coroa de espinhos. E o primeiro que havia de fugir, o primeiro que, condottieri acabado, se havia de revoltar, trocando os hosanas pelos gritos de impróprio, as palmas do triumpho pelos cravos do martyrio, seria precisamente, como foi, Emygdio Navarro, o apologista do poder real!

O erro eterno foi esse, n'isso temos insistido e continuaremos até á morte a insistir. O erro eterno, eterno porque foi o erro do passado e é o erro do presente, foi querer pôr o cume á obra antes d'ella ter os alicerces. Foi esperar do rei, dos partidos, das instituições, das simples idéas soltas ao vento, o que só podia vir da cultura, da educação, do trabalho e da moralidade individual, e, d'ahi, como resultante necessaria, da cultura, da educação, do trabalho e da moralidade collectiva.

Antonio Ennes queixa-se dos homens, os homens publicos subentende-se, serem, de dia para dia, mais acanhados de estatura e mais falsos e egoistas de coração. Mas era fatal, era fatal, desde que se pretendia que a obra redemptora da intelligencia e do carácter nacional fosse feita de cima para baixo em vez de o ser de baixo para

cima. Desde que se fiava essa obra da magia das idéas, das instituições, dos *grandes genios*, genios que se buscavam debalde desde o tragico dia em que nas plagas africanas desaparecera o rei D. Sebastião, em vez de se fiar do mestre-escola, do padre, da mãe e do pae de familia, do mestre da fabrica, do chefe da officina, do director de trabalhos industriaes e trabalhos agricolas, do jornalista, do publicista, do parlamentar, de todo o homem, emfim, ou rico ou pobre, ou proletario ou capitalista, ou nobre ou plebeu, ou secular ou religioso, ou militar ou civil. Desde que, a pretexto de ser má a moral religiosa, ou a moral conservadora, como se o fundo immanente de verdade, de moralidade e de justiça não fosse o mesmo em toda a moral, diga-se ella embora moral revolucionaria ou moral conservadora, se proclamavam, espalhavam e arreigavam principios dissolventes tanto da moral laica ou moral revolucionaria, como da moral religiosa ou moral conservadora.

Era fatal, era. Os homens haviam de descer e não já, somente, os dirigentes, *mas todos os homens*. Todos, desde o mais alto até o mais baixo da escala hierarchica. *De dia para dia mais acanhados d'estatura e mais falsos e egoistas de coração.*

A obra portugêsa concentrou-se, e concentra-se, — não ha lições capazes d'ensinar os dirigentes portugueses, — nos progressos materiaes. E ahi mesmo mal orientada, mal feita, corrupta,

deficiente, incompleta. Fontes, estadista mediocre, como todos os nossos estadistas de ha um seculo para cá, affirmava com entono que, tendo percorrido o paiz, ninguem lhe pedira *senão estradas*. Ora a obra dos progressos materiaes, desajudada da obra dos progressos intellectuaes e dos progressos moraes, em vez de reconstructiva e positiva, resultaria em grande parte destructiva e negativa, concorrendo, como os outros factores mencionados, para nos precipitar no abysmo da ruina e da anarchia. Viria, sem que lhe corresponderesse um augmento proporcional na riqueza particular e na riqueza publica, augmentar e estimular o amor do conforto, do luxo, das grandezas, tornando-se uma nova origem de dissolução e de immoralidade nas familias. Custaria, como de facto custou — pedaços de carne atirados ás fêras da politica — o dobro do seu custo real n'uma boa administração e recta economia. E na ausencia de espirito d'iniciativa, dos conhecimentos profissionaes, sem base scientifica, sem bom senso, o que só se adquire pela cultura do caracter e da intelligencia, á vida economica da nação poucas vantagens adviriam d'esses melhoramentos materiaes que, n'um dado momento, constituíram a febre intensa do paiz.

Assim, toda a obra nacional foi discordante, incongruente, estúpida. Desprezada a cultura moral e a cultura intellectual, mola real da civilização e progresso dos povos, ficámos como o aviador

quando, nas alturas, se lhe inutiliza o aparelho. Sem ponto de referencia nem de apoio. Cahidos no vazio das idéas e dos factos. Estatelados, de cabeça atada, braços despedaçados e pernas tolhidas.

Essa é a situação que os mais eminentes escriptores, jornalistas e politicos do tempo salientam e descrevem em face do catafalco onde descansa o cadaver do rei D. Luis. Elles dizem-nos sem rebuço que *está tudo perdido*. A traducção literal é esta. Elles confessam sem periphrase que o *termo está proximo* e que o termo... é o *abysmo*. Elles declaram, alto e bom som, *que não ha recurso*. Elles não sabem *para onde apellar*, o que *hão de fazer*. E, com a breca, são homens de valor! Não é nenhum dos tantos bisborrias que para ali rabiscam, hoje, nos jornaes. E' Oliveira Martins. E' Emygdio Navarro, Antonio Ennes, Mariano de Carvalho. O que significa que de nada vale o valor do architecto quando, em fundo roto, foi edificar.

Nihil! Nada! Não ha uma força, dizia Navarro, *em que a vida do paiz se apoie e que o restaure e levante*. Com effeito, não havia. Navarro tinha razão. Sampaio escrevera: «Se alguém ainda n'este paiz tem força, esse é o rei». Se, commentava Navarro, *era uma concessão de cortezania*. Commentava muito bem. Era, sim, uma concessão de cortezania. A verdade é que nem o rei a tinha. Não a tem o madeiro que deriva na corrente, nem o

navio que sem norte e sem rumo fluctua em meio do oceano á mercê do capricho das vagas e do vento. Muito bem, muito bem. Mas, se nem o rei a tinha, porque exigira Navarro, annos antes, tamanha responsabilidade ao rei que estava morto? Porque reclamava do rei que estava vivo a força que o rei não possuía?

Pavoroso chaos! Tremenda desorientação! Formidavel anomalia!

Ennes rejeita o governo pessoal. Mas... implicitamente reconhece que o governo pessoal é *uma necessidade*, pois, para não o ser, tornava-se indispensavel... o *impossivel*, isto é, que houvesse partidos, ou, por outra, *condições e elementos de governo constitucional*. Emygdio Navarro quer que o rei seja a *força de que se carece*. Mas... confessa ao mesmo tempo que o rei... *é o madeiro que deriva na corrente, o navio sem norte e sem rumo á mercê das vagas e do vento*.

Pavoroso chaos! Tremenda desorientação! Formidavel anomalia... e anarchia!

E anarchia!

Grandes verdades disse então Antonio Ennes. Mas a maior foi talvez quando afirmou que *o paiz ainda, a bem dizer, dispensava governo*. Era bem verdade! O paiz, cahido no maior relaxamento, não tinha governo. O paiz, devorando as proprias entranhas, dispensava governo. Era bem verdade. E era bem facil governar... sem governo!

Ah, como era facil, como é facil governar,

então em monarchia, agora em republica, *sem governo!*

Como era facil, como era facil! Lá estavam os impostos. Lá estavam os empréstimos, então como agora, para tapar, com sebo e estopa, os rombos no thesoiro! Como era facil governar... sem governo! Simplesmente, no dia em que foi preciso governar *com governo*, — bem dizia o Ennes, — morreu um rei, morreu um principe, baqueou um throno, cahiu a monarchia.

E agora morrerá, quem? A republica parece morta, já, estando viva! Morrerá quem? Não digo quem. Quero desviar os olhos d'esse espectro horrivel.

Entretanto, não posso deixar de perguntar a mim mesmo se, a pretexto de demonstrar que os monarchicos não são melhores do que os republicanos, e não são, não estarei formulando o libello, não dos monarchicos, não dos republicanos, mas da propria raça portugueza!

Vimos como Oliveira Martins considerava em 1883 a abdicação de D. Luis *indispensavel*. Veremos como Alpoim e outros consideravam em 1905 *indispensavel* a abdicação do rei D. Carlos.

Quando era o rei mau, quando era o rei bom: quando, como D. Luis I, se tornava o *patrocinador decidido do regimen de corrupção em que viviamos*, ou quando, como D. Carlos, se resolvia a *reprimir a bambochata, a levantar a razão á cobiça e a pagar as dividas da prodigalidade?*

Quando, como D. Luis, se deixava insultar desbragadamente, quando convertia *a paz e a tolerancia* do seu reinado em verdadeiras *calamidades publicas*, quando concedia, até degenerarem em licença, *excessivas liberdades*, ou quando, como D. Carlos, punha cobro á licença e restabelecia o respeito da sua auctoridade?

Porque uma outra conclusão eloquente deriva, nitida, dos factos que ficam mencionados: ou o rei fosse liberal ou auctoritario, ou legalista ou arbitrario, tolerante ou intolerante, digno ou indigno, o rei era sempre o *bode expiatorio*, o rei era sempre o *responsavel*.

Oh, pobre nação! Como eu tenho medo, ao escrever isto! Não sei a impressão que fazem nos outros estes artigos. Em mim fazem-me medo. Começam a soar aos meus ouvidos as palavras propheticas do Ennes e... tenho medo! O sr. D. Carlos ha de sentir a coroa de oiro cravar-lhe espinhos na fronte, e o manto pesar-lhe nos hombros com todo o peso enorme da ventura e da honra de um paiz, que tão pouco faz da sua parte para ser venturoso e conservar-se honrado!

Ah, que é isto: que tão pouco faz da sua parte, cada vez faz menos, para ser venturoso e conservar-se honrado!

Francamente, começo a duvidar se tenho escripto e continuo a escrever o libello das quadrilhas politicas ou o libello... da raça portugueza!

bibRIA

VIII

Evidentemente, o desmoralizado era o rei, e não o desmoralizador. Não era elle quem desmoralizava o systema, os homens e os partidos, mas os homens e os partidos quem desmoralizava o systema e o rei.

Vimos, pois, como o rei D. Luis, a pretexto de fazer governo pessoal, foi duramente, cruelmente flagellado. E vimos como os próprios que tão cruelmente e indecorosamente o atacaram, animavam e incitavam seu filho a commetter o mesmo crime em face do cadaver, ainda quente, do fallecido monarcha. Pinheiro Chagas tinha razão para exclamar, no *Correio da Manhã*: «Sua Majestade El-Rei o sr. D. Carlos pode gabar-se de que nunca houve soberano constitucional, quer dizer soberano *irresponsavel* e soberano *indiscutivel*, que tão cedo começasse a ser incitado para assumir e tomar graves responsabilidades».

Eu era então o principal redactor do diário republicano *Os Debates*, dirigido por Alves Correia. Ora n'esse diário, e no seu numero de 3 de Novembro de 1889, escrevia Alves Correia o seguinte artigo, intitulado *Cortezanias Indecorosas* :

Refervem as ambições em volta do novo throno do palacio de Belem, onde se senta um rapaz inexperiente, sem capacidade e sem prestigio moral, que um odioso privilegio colloca á frente do governo d'este paiz.

E como os ambiciosos são muitos e poucos os logares que pretendem, cada um pelo seu lado procura incessantemente e por todos os modos captar as regias sympathias, humilhando-se o mais que pode ante o novo monarcha, para o adular conquistando-lhe a omnipotente sympathia.

Por isso a imprensa monarchica está dando esse espectáculo infimo em que a vemos apregoar unanimemente, em coro, que o rei é e deve ser a vontade suprema na sociedade portugueza!

Causa-nos isto uma impressão que é mais de tedio que de espanto.

Quem poderia na verdade suppor que no fim d'este seculo, após mais de 50 annos d'effectuada a transacção monarchico-constitucional, ainda haviamos de ver unanimemente affirmado na imprensa monarchica que o rei deve governar, que é preciso que governe, que é indispensavel que faça governo pessoal?

A defesa que os grandes publicistas de 1830 fizeram do systema monarchico-representativo, a doutrina estabelecida pelos mestres da escola que procurava conciliar a democracia com o direito divino, e, emfim, os progressos do tempo que não corre propenso para os pala-

dinos dos privilegios do antigo regimen, tudo poderiam fazer suppor, menos que a imprensa monarchica se levantasse hoje unanime a defender a omnipotencia real.

O facto, porem, é que a defende. Todos nos arraiaes dos nossos contrarios procuram pelo menos occultar a D. Carlos que no fundo da consciencia reconhecem que o paiz deve ser governado segundo as liberrimas indicações da sua vontade soberana, e que a nação não é nem pode ser morgadio de qualquer Bragança insolente, de qualquer conde de Paris ávido, ou de quem quer que seja.

Eis por que se fala hoje muito do rei e se esquece por completo o povo, que soffre resignado e com excessiva paciencia as mais dolorosas consequencias do governo pessoal e faustoso dos Braganças e dos seus servidores. Eis por que todos na presente conjunctura clamam que o rei é de facto a unica força que existe no paiz, para assim conquistarem a benevolencia do monarcha, a fim de se imporem ao povo, quando o que seria nobre, honrado e correcto, seria que acima de tudo proclamassem a soberania nacional procurando conquistar o apoio do povo para se imporem ao rei.

Desconsola ver que o delirio das ambições leva a tal aberração do espirito ou da consciencia homens que tinham o dever de ser honestos, coherentes e sinceros nas suas opiniões.

Pois haverá, porventura, coisa mais incompativel com as ideias modernas, com o modo de ver e o sentir geral, que essas theorias que na imprensa monarchica estão fazendo curso?

Dizem os partidarios da regia omnipotencia que no estado de descredito e de fraqueza em que se encontram os partidos onde militam, é preciso que o rei seja o arbitro supremo da governação e por si só substitua os partidos fortes que fazem falta no mechanismo monarchico-representativo.

Assim o dizem e a nós muito importa regista-lo.

A forma monarchico-constitucional só pode ser defendida como a defenderam os seus partidarios de 1830. Ou ha de representar uma transacção pela qual o rei se obriga a ser um automato sempre prompto a seguir as indicações parlamentares, ou governa, quer disfarçadamente, corrompendo o parlamento, quer com franqueza exercendo ás claras o seu poder pessoal.

A doutrina que os jornais monarchicos agora sustentam, imitando Rodrigues Sampaio na sua decadencia, é a defesa do despotismo, porque é a apologia da omnipotencia regia sobre a soberania da nação.

Não pode, pois, imaginar-se nada mais absurdo e subversivo que essa campanha de servilismo em que os nossos adversarios andam envolvidos.

Só o espirito de interesseira cortezania inspira as suas palavras. E' a ambição que determina essas tristissimas abdições da consciencia de quem escreve os artigos a que nos referimos. Como symptoma, porem, é de um altissimo valor, pois os nossos adversarios confessam que á monarchia constitucional faltam os elementos de que ella absolutamente precisa para o seu exercicio legal e regular, isto é, partidos fortes que a vigorem e que se alternem na governança de modo a satisfazer as necessidades publicas. Não obstante, defendem essa forma de governo que reconhecem gasta.

Defendem-na porque ella vive da corrupção e porque essa corrupção é tambem a base da riqueza de muitos que ainda ha bem pouco tempo entravam na politica com as algibeiras vazias, possuindo hoje oiro de mais e convicção de menos.

Era exactamente assim. Os monarchicos não mostraram menor incompetencia e menor cor-

rupção do que, mais tarde, os republicanos, que na escola d'elles aprenderam.

O primeiro anno do reinado de D. Carlos foi, como os de seu pae, de extrema fraqueza. E como não havia de ser assim, se os progressistas haviam perdido toda a força moral e se eram os progressistas que estavam no poder? Tendo elles insultado D. Luis desbragadamente não tinham a menor auctoridade para reprimir, contra D. Carlos, os desmandos da imprensa republicana.

Os Debates iniciaram uma serie de artigos de fundo com este titulo suggestivo: *Contra o Rei*. Era eu o auctor desses artigos. E n'um d'elles, o primeiro, dizia :

Hontem foram todos os monarchicos, em todos os seus periodicos e publicações, que attribuiram a D. Luiz I a gloria de tudo que, durante o seu reinado, se fez de bom n'este paiz. Hoje são todos os monarchicos que affirmam, ou, pelo menos, nenhum protesta contra essa affirmação, que o rei D. Carlos deve sobrepor a sua vontade á vontade de todos e fazer governo seu, exclusivamente seu.

Seja assim. D. Luiz I teve a gloria e a iniciativa de todos os empreendimentos do seu tempo? Tambem teve a responsabilidade de todas as podridões do seu reinado. E' claro e logico.

D. Carlos vae fazer governo pessoal? Faça governo pessoal. Mas, primeiro, a monarchia representativa não existe. E' a monarchia absoluta. N'esse caso, o partido

republicano é o unico partido legal n'este paiz, porque é o unico que representa e defende as garantias liberaes conquistadas por nossos paes no campo da batalha. E' o unico que tem razão de ser, porque é o unico que fica com a herança dos direitos do povo adquiridos, o unico que representa a soberania popular affirmada nos principios essenciaes e constitutivos da moderna nacionalidade portugueza.

Isso em primeiro logar. Em segundo logar, os reis absolutos já não eram irresponsaveis quando a cabeça de Carlos I e a de Luis XVI rolavam no cadafalso, quanto mais neste momento.

Mas seja assim, seja assim. Quem teve a responsabilidade, que a historia lhe pedirá sem sentimentalismos, porque a historia não se escreve com pennas de comediantes, quem teve a responsabilidade dos fornecimentos de Tancos, das obras da Penitenciaria, das portarias surdas, da outra metade, das obras do porto de Lisboa, de todas as immundicies que encheram o reinado que passou, foi o homem que hontem baixou á sepultura. Quem tem a gloria do que é bom, tem a responsabilidade e as culpas d'aquillo que é mau.

Da mesma forma, se D. Carlos vae ser o impulsor, o motor, o espirito da politica portuguesa, D. Carlos será para nós o unico responsavel pelo que possa succeder.

E' contra o rei que vamos assestar as nossas baterias. E' o rei que vamos discutir. E não venham os tribunaes, nem os nossos inimigos accusar-nos dum tal delicto.

Accusem os conselheiros, os ministros da coroa, os chefes de partido que estabeleceram, sincera e francamente emfim, na monarchia portuguesa, a verdadeira *theoria constitucional*.

Por ella, e pelo bom senso do publico, nos guiaremos e nos defenderemos.

Era a *logica* da situação creada pelos monarchicos.

Foram elles que affirmaram, successiva e insistentemente, que era o rei a causa da corrupção do systema, dos partidos e dos homens. Consequentemente, e era o que convinha á propaganda dos republicanos, isso tornou-se um dos mais importantes artigos do *evangelho democratico*. Ora o mais elementar raciocinio, se sectarios pudessem raciocinar, demonstraria o contrario. Com effeito, desde que não havia opinião publica, nem condições de governo representativo e parlamentar, o rei tornava-se o arbitro da posse do poder. E sendo o rei o arbitro da posse do poder, e não tendo as quadrilhas, na falta e absoluta impossibilidade de partidos, outro fim que satisfazer ganancias e abjectas ambições á custa do governo, o rei, necessariamente, se desmoralizava. Assim, a sua desmoralização não era uma causa. Era uma consequencia.

As quadrilhas só queriam o poder pelo poder. Portanto, o poder a todo o transe. Um partido seis annos, oito, dez, já não digo 15, 20, 30 e mais annos no governo, como na Inglaterra, na Belgica e na Suissa, as mais democraticas nações da Europa, não se comprehendia nem se admittia em Portugal. Ainda bem uma quadrilha não tinha sahido do poder já empregava *todos os processos* para, de novo, alcançar o poder. *Todos os processos!* Servia-lhe a lisonja, o servilismo, a cor-

rupção, o roubo, a mentira. Servia-lhe a ameaça. Servia-lhe a arruaça. Alliava-se com os republicanos. Alliava-se com os anarchistas. Alliava-se com o inferno. Vendia a alma ao diabo. Tudo! N'uma palavra, *tudo!* Todos os expedientes eram bons. Todos os processos eram licitos. O rei queria collocar-se rigorosamente sob o ponto de vista constitucional? Impossivel. Queria guiar-se pelos dictames da honra, da correcção e do bem do publico? Estava perdido. N'esse instante, unir-se-hiam contra elle todos os bandidos. O rei só poderia viver á custa de successivas transigencias com as quadrilhas. Só era tolerado praticando a iniquidade, a maldade, a arbitrariedade e o abuso. No dia em que o imperador do Brasil, n'uma situação parecida, libertou os escravos, cahiu. No dia em que o rei de Portugal quiz *levantar as rações á cobiça e reprimir a bambochata dos interesses particulares para os subordinar a um interesse da salvação collectiva*, foi assassinado e a monarchia extinguiu-se.

Evidentemente, o desmoralizado era o rei, e não o desmoralizador. Não era elle quem desmoralizava o systema, os homens e os partidos, mas os homens e os partidos quem desmoralizava o systema e o rei.

Esta é a verdade historica, e nós, que nunca soubémos mentir, muito menos o saberemos escrevendo historia.

Temos dicto muitas vezes que os republica-

nos sahiram peores do que os monarchicos. Talvez haja nisso algum exaggero. Em todo o caso, a grande responsabilidade é dos monarchicos, porque elles é que crearam a escola perversa que educou os republicanos. A estes nunca lhes perdoámos nem perdoaremos. Mas que recaia sobre aquelles a justiça que merecem.

bibRIA

bibRIA

IX

D. Carlos não pagava só os erros e os vícios de três ou quatro gerações dissolutas. Pagava, sobretudo, o crime de ter nascido... com mais virtudes do que os outros.

Vimos, — era, como dissemos, a *logica* da situação creada pelos proprios realistas, — vimos, pela transcripção dos dois artigos dos *Debates*, que os republicanos se aproveitavam da propaganda contra a coroa feita pelos monarchicos.

Foram seis os artigos publicados por mim com o titulo *Contra o Rei*. Dizia eu no ultimo, sahido nos *Debates* de 10 de novembro de 1889:

Não era preciso que o sr. Emygdio Navarro nem os outros corypheus da monarchia aconselhassem o rei a fazer governo pessoal. Suas majestades *defunctas* nunca fizeram outra coisa e sua Majestade viva seguirá, sem duvida, as tradições dos seus antepassados. Entretanto, repetimos, a ultima propaganda dos chefes realistas veio ligitar de vez a propaganda republicana. Fica-se sabendo, por confissão tão insuspeita, o que já se sabia

pela verdade dos factos, isto é, que o systema representativo, que a soberania popular, que os direitos do povo são uma burla, uma mangação n'este paiz, onde não existem senão a vontade e a omnipotencia real.

Pode-se tomar na sua significação exacta o dicto de Sampaio: *o rei é a unica força do paiz*. A individualidade rei absorveu todas as individualidades politicas n'esta terra. O rei concentrou na sua mão todos os poderes e elementos activos do Estado. E, por conseguinte, os chamados partidos politicos monarchicos não passam de bandos de cortezãos sem brio e sem pudor que espreitam, nos corredores palacianos, um momento em que o bom humor do imperante lhes atire com a graça desejada.

Vimos que o finado Fontes foi um favorito e não um estadista de larga concepção e largas vistas sociaes trabalhando sinceramente e desafogadamente pela grandeza e bem da sua patria. Vimos explicado, por Mariano de Carvalho, Emygdio Navarro e outros progressistas, o favoritismo d'esse homem pelo facto d'elle satisfazer todas as immoralidades e todos os caprichos do seu *amado* soberano. Vimos o partido progressista crear uma corrente poderosa contra essas podridões, corrente que lhe deu um enormissimo apoio e em nome da qual elle traçou e publicou um programma de reformas, até certo ponto justas e sensatas. Vimos esse partido no poder atraiçoar da primeira vez o seu programma, mas luctando ainda um pouco contra a onda de immoralidade que o ia avassalando. Vimo-lo da segunda vez lançar-se abertamente no caminho da mais vil depravação em que os que mais salientes se tornaram foram precisamente os que mais salientes haviam sido na campanha contra as suppostas podridões do rei e no combate ao systema corruptor, dissolvente, do fallecido Fontes. Morreu um favorito, veio outro. E assim como os favoritismos do primeiro eram explicados pela satisfação dada ao rei nos

seus desejos sobre as dançarinas de S. Carlos e outras extravagancias d'egual quilate, assim a protecção descaradissima que o fallecido rei começou a dispensar depois á situação politica que actualmente nos governa foi attribuida pelos regeneradores ás centenas de contos de reis distrahidas dos cofres publicos pelos ministros progressistas para as extravagancias do monarcha. *Politica de serralho*, lhe chamou Pinheiro Chagas. E ninguem a definiu melhor, embora o auctor d'essa phrase feliz seja, tambem, um dos eunuchos do serralho! *Politica de serralho*! O termo é bom. *Politica* onde não pode haver escrupulos, nem honestidade. Se alguma virgem transpõe as portas do palaciano alcouce, logo se convence de que lhe é impossivel manter a sua virgindade lançando-se na crapulosa hediondez com a mesma febre de ganhar.

Os partidos monarchicos são isso, e nada mais em Portugal. São agencias de negocios sujos, onde todos entram com o proposito exclusivo d'encher os bolsos. Brio, independencia, dignidade, patriotismo, tudo isso é *rhetorica*. Entram para lá alguns ingenuos convencidos da sinceridade dos que proferem essas palavras. Mas são logo alvo dos motejos dos velhos *macacões*, e, ou cansados de lutar encolhem os hombros e deixam *correr o marfim*, ou convencidos de que realmente é tolice ser catão, começam de repente a dilatar as unhas e a *cravallas* na fazenda nacional com o duplo desespero do logro em que andaram no principio e da perda de tempo que, tendo-o deixado fugir, muito bem pode succeder não o poderem recuperar.

D'ahi, d'essa sordida mistura de ganancias e baixezas, tudo o que se está passando na politica portugueza. Sendo o rei que dispõe das graças, não tendo os partidos que se dizem realistas força para lutar com elle, porque os homens que os constituem preferem á coragem e á nobreza, mas tambem ás difficuldades da luta, as commodidades d'uma transigencia facil, embora isso seja a

deshonra, não tendo os partidos força para tanto, claro é que tudo isso d'ideaes, de sãs aspirações, de progresso da nação, de interesses do povo passaram a ser simples formas da hypocrisia nacional. Os homens que hoje se digladiam na arena politica apparecem amanhã unidos, aos olhos dos espectadores, por accordos indecorosos. Hoje chamam-se ladrões uns aos outros, amanhã reconciliam-se n'uma recomposição ministerial. Tudo ao sabor . . . dos *lucros* ! Tudo ao sabor . . . dos *negocios* !

N'estas condições, se o partido republicano perdesse terreno, como afirmam os nossos adversarios, cahiria sobre a nação portugueza o estigma infamante da historia. O partido republicano tem uma grande missão a cumprir, de reabilitação e honra nacional. Importa não desalentar com o espectáculo indecoroso que a monarchia nos offerece. Cada soldado da nossa causa que desertar, é uma conquista para nós, porque é um elemento dissolvente de que ficamos livres por essa fórma. Cada chefe que voltar costas, um miseravel que importa fuzilar.

O partido republicano precisa agora mais do que nunca, para salvar a patria ameaçada, de concentrar contra o inimigo commum todos os seus esforços e toda a sua actividade. E' urgente redobrarmos de energia. Sejamos haveis, perspicazes, prudentes mas teimosos. Não manchemos a bandeira gloriosa que hasteámos com benevolencias criminosas, com transigencias faceis com partidos deshonrados.

Intransigentes na defesa dos bons principios e da liberdade, pela grandeza, pela honra nacional. Contra o rei, contra as instituições que elle representa, contra as quadrilhas que ahi se ostentam, sem descanso, sem treguas, sem o desalento de uma hora.

Tal deve ser a linha de proceder de todos os republicanos dignos d'este nome e é, por isso, a linha que *Os Debates* se traçaram com a sua nova empreza e direcção.

Desde 1882 que eu discordava da orientação seguida pelo partido republicano, tão pouco intelligente e immoral como os partidos monarchicos. Discordava e, sobretudo a partir de 1884, vivamente protestava. Os processos eram os mesmos. Ora, muitas vezes o affirmei, eu não me filiará no partido republicano para seguir os processos que me repugnavam nos partidos monarchicos. Em 1889, porem, tendo Alves Correia ido substituir Consiglieri Pedroso na direcção dos *Debates*, insistiu elle commigo para que eu collaborasse activamente no seu diario. Accedi, com a condição do jornal affirmar uma politica rasgadamente democratica. Alves Correia acceitou. Era essa nova orientação da gazeta que eu, nas ultimas linhas do artigo, affirmava. Mas Alves Correia não se manteve n'essa linha muito tempo. E eu voltei á minha antiga situação de protesto vivo contra os erros e os crimes da direcção partidaria.

O sr. Raul Proença, que é de uma vaidade infinita, por isso mesmo grotesca, como todos ou quasi todos os da *Seara Nova*, costuma gabar-se de ser em Portugal o unico jornalista democrata. Como se vê pelo artigo que deixo transcripto, e melhor ainda por muitos outros do *Povo de Aveiro*, que já vai no 45.º anno da sua existencia, ainda o sr. Raul Proença andava de calcinhas de cu aberto e já eu defendia vigorosamente a democracia em Portugal.

Asnos é que eu nunca defendi. Asnos e trahentes. Seguisse o partido republicano a orientação que eu advogava e outros haveriam sido os destinos da republica e da patria.

Dois meses depois, a linguagem, já então aggressiva, dos jornais republicanos, extraordinariamente se aggravava. O rei foi infeliz. Começou por encontrar deante de si a má vontade do povo de Lisboa, que o detestava desde principe real. Não faltou quem procurasse, sem a encontrar, a explicação da antipathia com que Lisboa, desde a primeira hora, recebeu o rei D. Carlos. Essa antipathia resultou *unicamente* da forte personalidade que, desde principe real, D. Carlos revelara. Quizeram attribui-la a uma vida um tanto devasa ou, pelo menos, desregrada. E' certo que o rei, sob esse aspecto, não era modelar. Mas tambem é certo que, por um lado, a vida de varios corypheus do partido republicano era muito mais dissoluta do que a sua sem que lhes faltasse, jámais, a esses, a aura popular. Por outro lado, a antipathia pelo principe, o moço principe, era tamanha, tão accentuada, tão profunda, como, mais tarde, a antipathia pelo monarcha. E, todavia, o principe era um rapaz simples e honesto, como, depois, o monarcha nos primeiros annos do seu reinado.

A razão era outra. A razão é que Lisboa, a Lisboa licenciosa, arruaceira, indisciplinada, sentia, por instincto, no futuro reinante, *um adversario*.

E bastava isso para que olhasse com natural antipathia o homem destinado a reprimir-lhe os abusos e a desordem.

Ao contrario de seu pae e de seu filho cadete, D. Carlos tinha *character*. Tinha defeitos. Mas tinha *character*. Não o insultariam impunemente. Não beijaria a mão que o esbofeteasse. Não deixaria cahir na lama o espirito de ordem e de auctoridade. Seria tudo. Menos, como seu pae e seu filho cadete, ... *um pobre diabo*. E jamais os povos cahidos na desorganização, na immoralidade, na anarchia consentiram caracteres a governa-los.

Rufavam os tambores, á passagem do cadaver do *bom rei*, do *bom homem*, que tinha sido D. Luis I. Eu era então tenente de Caçadores n.º 2. Seguia logo após o coche funebre. E lembra-me tudo muito bem. Que dia de lucto! Meia cidade de Lisboa vestia de preto. Todas as lojas fechadas. Candieiros accesos, envoltos em crepe, a jogarem, — chovia em torrentes desde muitos dias, — com o negrume da atmosphaera. As janelas apinhadas, nas casas da passagem do cortejo no longo percurso de Belem a S. Vicente. Rostos tristes. Muitos olhos que choravam. Não parecia o funeral de um rei, mas o funeral, e foi, da monarchia. Não obstante, se houvera rei dissoluto e relaxado, embora bondoso, fora aquelle! Mas ... então? Não fazia mal a ninguem! Era um *bom homem*! E essa corrente era tão forte que até

lhe dedicavam palavras d'affectuosa saudade os proprios jornaes republicanos.

Os rostos, porem, que viam, tristes, passar o cadaver do rei morto, illuminavam-se de colera ao defrontar-se-lhe o coche que conduzia o rei vivo. As lagrimas que corriam pelo pae, n'este sentimentalismo piegas que é um dos aspectos, — o outro é de ferocidade cafreana, como Oliveira Martins escrevia com acerto, — da raça portugueza, paravam, estanques, quando o filho apparecia. Era D. Carlos, *o ultimo*. O ultimo, como se dizia em Lisboa desde a primeira hora em que elle subiu ao throno ! O ultimo, um enguiço ! Tinha cara de azar, o desavergonhado ! Olha para aquillo, parece que vae para a festa ! As imprecações e os presagios, cruzando-se nos ares, iam de bocca em bocca. No dia seguinte, as gazetas revolucionarias ejaculavam injurias: o rei, atraz do cadaver de seu pae, ia a sorrir-se !

Desgraçado ! Não pagava só os erros e os vicios de trez ou quatro gerações dissolutas. Pagava, sobretudo, o crime de ter nascido ... com mais virtude do que os outros !

X

A monarchia até analphabetos como professores d'instrucção primaria mandava para as colonias. Ainda na desastrosa administração colonial os republicanos foram fieis discipulos dos monarchicos.

Vox populi, vox Dei. Seria mais acertado dizer: *Vox populi, vox diaboli.* Em todo o caso, voz do diabo ou voz de Deus, certo é que os presagios sahiram verdadeiros e que o reinado de D. Carlos, que tristes fados perseguiram, foi dos menos afortunados e dos mais accidentados da historia portuguesa.

Logo em 15 de Novembro sobreveio a proclamação da republica brasileira. E, em 11 de Janeiro, o *ultimatum* da Gran Bretanha.

No Brasil, paiz de raça portuguesa, succedia o que estava succedendo em Portugal, approximadamente. O povo não estava preparado para o systema representativo, e lá como cá, não foi supprida essa falta pela superioridade das *élites*.

Não havia opinião, base dos regimens parlamentares e democraticos. Os partidos converteram-se em clientelas, vivendo, não da força propria, mas, como entre nós, do favor da coroa. D'ahi o abuso constante dos governos e a fraquesa das opposições, reduzidas, como em Portugal, á intriga, á arruaça, á especulação, a todos os processos immoraes e illicitos. Nunca o ministerio cahia por *culpa sua*, pela guerra dos adversarios ou pela força das circumstancias. Cahia sempre por culpa do imperador! Consequentemente, mal sahidos do poder, já, como em Portugal, os da quadrilha descompunham o reinante. E assim, sendo tio e sobrinho, D. Pedro II e D. Carlos I, tão differentes pelos processos, pela educação e pelo temperamento, as mesmas causas produziram os mesmos effeitos, cahindo ambos victimas da corrupção, da relaxação, da desordem, mais que desordem, da anarchia. Mais felizes do que nós, constituindo um povo jovem e cheio de recursos, os brasileiros saberão ao menos resistir á cupidez estrangeira, mantendo, sem vexames, a sua plena autonomia.

A proclamação da republica brasileira não teve, para a monarchia portuguesa, as consequencias desastrosas que no primeiro instante se previam. Ao contrario, os brasileiros ficaram chorando e saudosamente recordando um dos chefes d'estado mais honestos, patriotas e democratas que a historia tem conhecido. E os portuguezes residentes no Brasil, cuja conversão á republica se

esperava por *viverem em republica*, mais aferrados á idéa monarchica do que até ahi.

Outro tanto se não pode dizer do *ultimatum* inglês.

O *ultimatum* foi um desenlace tragico da incapacidade, ou, por outra, da imbecilidade, da nunca desmentida imbecilidade — ponhamos de parte as restricções — dos estadistas portuguezes, se algum homem, depois de Sebastião José de Carvalho e Mello, mereceu n'esta terra o nome d'estadista.

Entre Portugal e a Inglaterra travou-se uma séria pendencia na Africa do Sul. A Inglaterra disputava-nos terrenos a que, evidentemente, tinhamos direitos historicos. Mas o direito de occupação, que era o direito positivo? Nem nós o tinhamos, nem a Inglaterra. A Inglaterra, porem, mostrando as garras, allegou-o desde logo. Immediatamente denunciou o proposito de os considerar *propriedade sua*. Proposito inabalavel! Proposito firme! Que fazer? Ir-lhe com as mãos á cara? Não chegavamos lá. Eramos, para isso, muito pequenitos!

Para quem conhecesse o temperamento britannico, o feitio e a tradição da diplomacia inglesa, os seus processos, que ninguem no mundo desconhece, e quando todo o mundo os desconhecesse só um povo, Portugal, cinco seculos alliado da Gran Bretanha, estava obrigado a conhece-los, havia um unico recurso: Não irritar o conten-

dor — *la force prime le droit* — procurando negociar com elle á boa mente. Porque, é obvio, contra qualquer das outras grandes nações ainda poderíamos, por mais infundada que fosse, alimentar a esperança de encontrar apoio na Gran Bretanha. Mas contra esta? Iriamos, á ultima hora, procurar alianças para a combater? Nem o momento era proprio, nem, mesmo em circumstancias normaes, as encontraríamos bastante fortes para isso.

A questão das alianças nunca deixou de ser muito debatida entre nós, sempre, porem, pelo lado *romantico*, *cavalleiroso*, *asnatico*, como *asnatica* tem sido toda a obra portugueza. O elemento radical, primeiro dentro da monarchia, depois dentro da republica, foi invariavelmente contra a Inglaterra, preferindo a federação iberica á aliança inglesa, accrescentada da aliança, depois, entre a França e a Peninsula. Passos Manuel, o chefe do radicalismo monarchico-constitucional, interpretando não só o seu sentir mas ainda o de todos os radicaes illustres do seu tempo, dizia no seu ultimo discurso, proferido na camara dos deputados em 18 de Outubro de 1844:

Sou franco. Fui sempre grande partidista da união de Hespanha a Portugal: desejava muito que a politica não separasse por mais tempo aquelles que a natureza tinha unido. No estado actual da Europa as nações pequenas soffrem muito. Era bello ver a rica peninsula iberica representar no mundo como grande potencia, como nação que a natureza fez cabeça da Europa.

Oliveira Martins commentou, no *Portugal Contemporaneo* :

A independencia portugueza era com effeito uma tradição da monarchia que a fundara, e, salvas ambições intercorrentes, a defendera sempre. Agora que a tradição cahira; agora que, varridas todas as idéas antigas, os homens buscavam na natureza o principio das cousas e só achavam desolação e anarchia, — era justo, era necessario que a confissão do tribuno acabasse por uma renegação da historia. Não começara Mousinho renegando-a também, sob os seus pontos de vista de jurista e de economista, nas instituições e no organismo? Afinal a politica, indo também ao fundo, auscultar o seio de uma Natureza que suppunha prenhe de todas as verdades, chegava onde devia chegar — á negação de uma nação feita contra ella pelas artes dos homens; chegava onde ao moralista conduzia o espectáculo da sua actual miseria — á condemnação formal. «No estado actual da Europa as nações pequenas soffrem muito.» E muito, acaso mais do que ninguém, soffria Portugal, assolado, queimado com os seus *bravi* da tribuna e do campo, ceifeiros desapiçados que devoravam as cearas sem deixarem grão nem para semente.

Por estas e outras de Oliveira Martins, contrarias á verdade historica e ao sentimento nacional, é que os hespanhoes o exaltavam e exaltam, chegando, alguns dos mais illustres d'entre elles, a considera-lo o *primeiro historiador da Peninsula*. O mal que esses grandes escriptores portuguezes do seculo XIX fizeram a esta patria

ainda não foi estudado devidamente. A sua acção desmoralizadora não é inferior á dos politicos. Como a d'estes, foi uma acção terrivelmente dissolvente. Anthero de Quental, no seu opusculo *Portugal perante a Revolução de Hespanha*, entre analogas heresias de lesa-patria chegou a fazer esta criminosa affirmacção, que o levaria á cadeia, não digo já na Allemanha, mas na propria França democratica e tolerante: *Nas nossas actuaes circumstancias o unico acto possivel e logico de patriotismo consiste em renegar a nacionalidade!*

Que falta de juizo!

Não quero agora estender-me a esse ponto, pois reservo para outra publicação, que breve sahirá, e que, por signal, se está tornando bem urgente, a minha critica ao iberismo. Direi, todavia, desde já, que Passos Manuel não era iberico, como parece sê-lo por esse trecho isolado do seu discurso. Formulava n'esses termos uma aspiração vaga, um principio d'ordem absoluta. Mas quando entrava depois na *relatividade*, o seu iberismo era cercado de taes restricções que, pode-se dizer, desaparecia. Se, porem, fosse iberico, como muitos outros do seu tempo, ainda ahi daria lições aos republicanos continuadores na verdade d'essa desastrada obra de desnacionalização, adversarios irreductiveis da tradição, seguindo as pisadas dos radicaes do constitucionalismo, desde Theophilo Braga, com o seu federalismo e todos os seus erros historicos e dislates

de doutrina, até Bazilio Telles, que, no seu livro *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, condemna severamente o *erro secular* da alliança inglesa, ou, melhor, o erro secular do *medo á Hespanha*, fulminando a covardia com que cedemos de prompto ao *ultimatum* inglêz, ou o que elle chama a nossa falta de dignidade e de decoro.

A nossa falta de dignidade e de decoro ! Mas a nossa falta de dignidade e de decoro, a nossa insensatez, insensatez que tocava as raias da loucura, não estava em ceder á força, quando ella, cem contra um e armada até aos dentes, nos apparecia, ex-abrupto, exigindo bolsa ou vida. Estava em a justificar plenamente. Em pretender que o mundo assistisse de braços cruzados e *respeitoso* ao espectáculo de pandegas rasgadas, d'immoralidades ultrajantes, d'incapacidade desprezível, de ridiculas prosapias fidalgas e ociosidades aviltantes, que *invariavelmente* lhe offereciamos.

Escrevia por essa epocha, no 1.º volume de uma obra intitulada *Administração Colonial*, o sr. Thomaz de Almeida Garrett, que conhecia a Africa Oriental perfeitamente :

E o que era Moçambique em 1890 ?

A Beira, na foz do Pungue e do Buzi, era ainda um estreito areal entre o mar e o Chivene, só coberto de mangal, que as aguas galgando por sobre a terra baixa vinham lambar.

No Chinde, só uma faixa estreita e arenosa entre o rio e o mar, pouco propria a ser habitada.

Rio Zambeze acima, á parte as quitandas monhês, só havia no Sombo a casa de Paiva de Andrade.

O marfim ia desaparecendo, a agricultura era pobre: amendoim, gargelim, e copra, productos baratos, que mal podiam com os fretes de então.

A borracha era mal extrahida, e iam dando cabo d'ella.

Só nos prazos Mahindo, Inhassunge, Marral, Nhameduro e na Maganja d'aquem Shire havia culturas dirigidas por europeus.

O café crescia em Inhambane, no Ibo, em Tete, em Angoche e defronte de Moçambique. Mas no estado selvagem, porque ninguem d'elle queria saber.

Havia tabaco a rodo, mas ninguem sabia aproveitá-lo. Em Tete e na Macanja havia trigo.

A canna de assucar era cultivada em Inhambane e na Maganja d'aquem Shire; aqui, para fabrico de assucar, alem para fabrico de bebida.

Em Quelimane havia optimas laranjas, por toda a provincia se davam os ananazes, hortaliças e mangueiras, e até havia morangos na Cabaceira, defronte de Moçambique.

Gado vaccum havia-o em enormissima quantidade. No Bagaruto abundava o gado lanigero.

Gallinhas e porcos havia-os por toda a parte.

Havia madeiras preciosas que, postas na Europa tinham um valor consideravel.

Mas nada d'isto era aproveitado por falta de dinheiro e, até certo ponto, de vontade.

Por falta de dinheiro e, até certo ponto, de vontade! Diga a verdade toda: por falta de amor

ao trabalho, por falta de iniciativa e zelo, por falta de virtude. Não temos, sem duvida, o dinheiro da Inglaterra e dos Estados Unidos da America do Norte. Mas teriamos, se quizessemos, mais do que o necessario para administrar, ao menos, com honra e juizo.

Não, a doutrina era outra. Que parasse o sol, para que o lazarone se aquecesse mais umas horas, do que o resto do Universo, nesta occidental praia lusitana, segundo Camões. Que parasse o sol, a contemplar o rufião e o toureiro de Lisboa, a illuminar os escrevinhadores geniaes, que limitam o seu esforço patriotico aos gritos do *Portugal maior, das almas ajoelhadas, dos corações ao alto!*

«A Inglaterra — continua o sr. Thomaz d'Almeida Garrett — tinha razão, em verdade. Lourenço Marques só quasi nominalmente era nosso; os negociantes portugueses eram em pequeno numero e não prosperavam; os agricultores eram ainda menos numerosos; a emigração da metropole era quasi só de vadios, fadistas e bebedos; a unica linha de navegação portugueza para Moçambique quebrava dentro em pouco por má administração. Toda a nossa soberania se limitava á cobrança de escassos impostos; a politica para com os indigenas era de um liberalismo estúpido e nunca comprehendido por incomprehensivel; leis apertadas, d'uma complicação inaudita, difficultavam o estabelecimento de qualquer industria; ao passo que os inglezes concediam com a maior facilidade terrenos para a agricultura, nós cercavamo-los de tantas e tão arduas complicações, que difficilmente havia

meio de se obter um titulo definitivo de propriedade ; a nossa politica para com o Gungunhana era cheia de uma fraqueza que nada justificava, como pouco depois teriamos occasião de verificar ; dos regulos que em tempo nos pagavam tributo, não pequena parte passava a fazello ao regulo vátua, sem que tivessemos tentado pôr cobro a este abuso ; os commandos dos postos militares, cargos mal pagos, eram entregues na sua maioria a gente incompetente ; os soldados eram em pequeno numero e, por estarem isolados, para pouco serviam ; mandavamos para lá professores d'instrucção primaria que não sabiam ler nem escrever ; muitos dos cobradores do imposto de palhotas arrecadavam em proveito proprio a maior parte do imposto, não sendo sobre o seu serviço exercida fiscalização alguma ; aos commerciantes do interior não dispensavamos protecção, deixando-os á mercê das imposições dos tyrannetes negros ; não policiavamos os rios de Lourenço Marques, como o não faziamos aos sertões d'aquelles districto e aos de Inhambane e Gaza ; deixavamos que os inglezes tivessem missões em Lourenço Marques, em Inhambane, etc., sem lhes contrapormos a acção politica das nossas, não nos lembrando do papel que taes estabelecimentos tinham desempenhado no bom exito das expedições inglezas de Warren e Penssylvather, e da influencia das missões de Blantyre na perda de Nyassaland, e ainda no exemplo, tambem de nossa casa, da costa occidental.»

Até professores d'instrucção primaria *que não sabiam ler nem escrever* ! Essa é perfeita. Genuinamente portuguesa !

Torno a dize-lo, torno a dize-lo : não perdôo aos republicanos, não retiro uma palavra de tudo quanto tenho escripto contra elles, porque elles

não foram ao poder para continuar, mas para remediar o desastroso crime dos monarchicos. Se é justo, porem, censurar os republicanos, é justissimo affirmar que os monarchicos não teem nenhuma auctoridade para se arvorar em seus juizes, porque foram seus mestres, em tudo, até na desastrosa administração colonial como se começa hoje a demonstrar. N'esta altura, a peor desgraça que poderia acontecer ao paiz seria uma restauração monarchica.

bibRIA

bibRIA

XI

Como os republicanos falavam da alliança inglesa no tempo do regimen monarchico. D. Jayme de Bourbon censurava que o governo de seu primo D. Affonso não houvesse aproveitado a crise que se seguiu á proclamação da república para fazer... a conquista de Portugal. Por mais que o disfarcem, continua sendo esta a eterna aspiração de todos os hespanhoes.

Emendámo-nos, ao menos, depois do *ultimatum*? Vamos ver.

Continua dizendo o sr. Almeida Garrett:

Parecia ter-se entrado n'um periodo de juizo. — Foi assim? Não. A politica de sacões, de saltos, dentro em breve voltaria a manifestar-se. E duraria até os nossos dias.

Quanto se poderia já ter feito n'esse tempo!

Quantas occasiões para, pondo de parte velhos e absurdos preconceitos, entrar franca e decididamente n'uma phase de senso?

Quantas empresas desde 90 se offereceram aos nossos governos, que estes por ignorancia e saloia desconfiança muita vez não quizeram acceitar ?!

Quantos erros ?!

Innumeros. — Cita alguns d'elles Antonio Ennes no seu luminoso relatorio sobre Moçambique : um requerimento de concessão de uma fabrica de Assucar em Inhambane, que andou quatro longos annos de Herodes para Pilatos, e ao fim recolheu silenciosamente á pasta ministerial ; o periodo de concessão de um tramway ligando o Zambeze ao Rio dos Bons Signaes, que foi prejudicado pelo caminho de ferro do Chire a Quelimane, por seu turno prejudicado pela politica, ou, o que é o mesmo, por não se sabe quem ; e como este quantos casos ! Mas com estas historias do gato que mata o rato, que roe a corda, etc., etc., se passava o tempo e se creava no espirito de toda a gente a maior desconfiança para com a nossa administração.

Para tudo as maiores complicações, sempre uma fiscalização cara, vexatoria, e que, por fim, não fiscalizava coisa alguma.

Os impostos mal lançados e mal repartidos, cobrados ao arbitrio dos fiscaes, eram um embaraço enorme ao desenvolvimento do commercio, já a braços com os prejuizos causados pelo defeituoso systema monetario e fiduciario. E no emtanto Moçambique bem precisava de quem olhasse por ella...

Toda a actividade agricola, commercial e industrial de europeus na provincia se reduzia quasi á destillação de bebidas alcoolicas, fosse a seiva da palmeira, a aguardente do coqueiro ou o sôpe de canna. Só os pretos cultivavam ; esses mesmos em pequena escala.

De Inhambane, principalmente, já emigrava grande numero de indigenas para o Transwaal. E nem podia deixar de ser, attento os europeus dedicarem-se unicamente a destillar bebida, sem tentarem qualquer empresa que

prendesse aquelles á terra, negocio talvez um pouco menos lucrativo mas em todo o caso mais solido e mais moral. Os pretos iam para o Transwaal, de lá traziam umas duzias de libras, que vinham mais tarde ou mais cedo a ser trocadas em outras tantas duzias de bebedeiras, e isto mesmo só enquanto não tinham pachorra para elles proprios as fabricarem tambem.

Não havia um regulamento de trabalho dos indigenas; sahidos do estado d'escravidão, nunca mais ninguem os poude obrigar a trabalhar; era difficil contratar serviçaes sem ser tomado por negreiro; faziam-se contractos depois de mil complicações e termos de responsabilidade, e no fim só o branco era obrigado a pagar, que o preto quando queria fugia, certo de que, se o prendessem, iria para uma cadeia onde teria cama boa e limpa, e comida ás horas, sem fazer coisa alguma, sem de qualquer forma compensar o Estado que lhe dava todo aquelle regabofe.

A politica da assimilação, que nos levava a applicar as mesmas leis na metropole e na colonia, como se entre ellas houvesse qualquer termo de comparação! dera o absurdo de ser applicado aos indigenas de Moçambique o codigo penal, como se o estar fechado n'um quarto, comendo bem e dormindo melhor, sem fazer nada de manhã á noite, não fosse para um preto o melhor dos paraisos!

A Inglaterra tirava os seus governadores de entre os membros do Imperial Civil Service e fazia-os servir cinco annos. Em Lourenço Marques, em igual periodo, houve 20 governadores.

E era tudo assim!

Era e é. Soffria-se e soffre-se da mesma doença. Monarchicos e republicanos tinham todos, e teem, aquillo que eu ouvia designar ao povo pelo

termo pittoresco: *diarrhéa de juizo*, quando era creança. Quando se via um insensato, um destrambelhado, um parvo alegre que só fazia e dizia disparates era costume commentar-se: *tem diarrhéa de juizo*. Nunca houve termo mais apropriado. E' essa justamente a doença de que o povo português, de todas as classes, de todas as seitas, de todos os partidos, ricos e pobres, letrados e illetrados, vem soffrendo ha muitos annos.

Lourenço Marques, no tempo da monarchia, teve 20 governadores em 5 annos. E que governadores! A republica, um anno ou dois depois de ser proclamada, entregou a solução de gravissimas questões pendentes em Moçambique á experiencia e sabedoria do sr. José Francisco de Azevedo e Silva, que poderia ser um jurisconsulto muito distincto, mas que de questões coloniaes não sabia nada. Alem d'isso, era um homem sem energia, sem decisão, sem as capitalissimas qualidades indispensaveis a quem *commanda* homens. E a verdade é que um governador geral ou um alto commissario em possessões ultramarinas, longe do poder central, tem que exercer uma acção muito mais complexa e difficil e activa que a do simples ministro sentadinho em Lisboa na sua tripeça do Terreiro do Paço.

Ao sr. Azevedo e Silva, que pouco se demorou n'aquellas paragens, succedeu o sr. Alfredo de Magalhães, que, sendo um cidadão muito in-

signe, tambem, quanto a dotes estadisticos, não consegue subir ao capitolio.

Isto um ou dois annos depois da republica proclamada, que logo em 5 de Outubro começou ella por nomear governador de Cabo Verde o celebre Marinha de Campos, para alli dar largas aos baixos instinctos de que era dotado, commetendo com affrontoso impudor as ultimas tyrannias e as ultimas infamias.

No *Banditismo Politico* commentava eu :

Essa é que é a nossa falta de dignidade. Essa é que é a nossa falta de decoro. A nossa desvergonha, a nossa covardia, a nossa insensatez, contra as quaes, quando commetidas por republicanos, nunca o sr. Bazilio Telles, a não ser com o seu retrahimento, o que é pouco, nem agora, nem antes, protestou. Para quê? Se a Inglaterra ou a Allemanha nos tratarem com o desprezo que merecemos, applica-se-lhes o *caustico* receitado pelo illustre publicista: montamos nos direitos historicos e na honra do Magriço, e ellas que venham para cá com as suas esquadras invenciveis e os seus exercitos poderosos.

Os republicanos, sem excepção, incluindo homens illustres como Bazilio Telles e Benardino Machado, — porque a politica portugûesa tem sido uma série continua de incongruencias asna-ticas, — haviam atacado descabelladamente a alliança inglesa para cahir com humildade, até com servilismo, uma vez proclamada a republica, aos

pés da Inglaterra. Eu lembrava-lhes isso, no *Ban-ditismo*, para continuar dizendo :

Tive, como aliás em tudo, manifestando-as com o desassombro e firmeza do costume, opiniões *seguras* n'essa questão de alianças. Foi mesmo o primeiro que no campo republicano combati a valer a formidável insensatez com que os patetas do Ideal atacavam a aliança à *outrance*. Assim, no *Povo de Aveiro* de 27 de Agosto de 1903, chamava eu :

Volta a imprensa democratica a hostilizar a alliança inglesa a proposito das manobras de Lagos. Devesmos registar (era devido ás trepas que eu lhe dava) que o faz com mais brandura do que o costume. E', no campo do bom senso, uma conquista digna de menção.

Ha certas coisas que todos nós, republicanos, temos feito. Todos, sem uma excepção! E todos as temos feito muitas vezes sem pensar, apenas por dever de officio, em obediencia á praxe, á tradição, para não ir contra a corrente, para não desagradar ao maior numero, ou por um impeto nobre e justificado de momento. Uma d'ellas tem sido essa de hostilizar sem descanso a Inglaterra e a alliança inglesa. Mas seria lamentavel que o tempo não exercesse sobre nós a acção que exerce sobre tudo, dando-nos tranquillidade e calma para reflectir sobre o assumpto.

Não ha duvida que a Inglaterra tem commettido crimes, como, de resto, todas as nações. E por esses crimes todas as censuras que haja recebido e receba são justas, innegavelmente. E' incontestavel ainda que a alliança inglesa algumas vezes tem offendido os interesses e a dignidade de Portugal, sendo portanto legitimos os nossos resentimentos e queixumes. Mas

tambem é incontestavel que outras vezes nos tem livrado de grandes perigos e serios ambaraços, e que a Inglaterra, não obstante todos os seus defeitos, é uma nação progressiva e culta, amando, como poucas, a liberdade e o direito.

Seja, porem, como for, os republicanos, que já teem tempo de pensar nas coisas a valer, não podem continuar no terreno, onde se veem inutilizando, de uma esteril e ridicula sentimentalidade, forçados pelas circumstancias a ver a questão por este lado positivo; Portugal precisa ou não precisa d'allianças? Pode ou não pode dispensa-las? Se precisa, se as não pode dispensar, qual é a que mais lhe convem?

Toda a questão se resume n'isto.

Ora que Portugal precisa d'uma alliança não offerece a menor duvida. De uma alliança? De uma tutela, melhor seria dizer, a despeito de ser a idéa da tutela o que mais aggrava os republicanos portuguezes. Do que elles mais se queixam é de sermos tutelados e não alliados da Inglaterra.

Pois não é bem assim. Seriamos muito mais bem administrados se fôssemos uma colonia da Inglaterra. A prova de que não o somos está no despotismo, que nos suffoca, na administração perdularia e criminosa que, sem decoro, ao mundo patenteamos. As colonias inglesas gosam da mais ampla liberdade e da mais sensata e honesta administração. Esquecem-se d'isto os jornaes republicanos quando escrevem que Portugal é uma colonia britannica. Não é uma colonia britannica, nem os governos ingleses teem exercido, salvo em circumstancias muito excepcionaes e mesmo assim só quando muito solicitados por nós, a minima influencia sobre a nossa vida interna. Ninguem o ignora. Mas que a alliança inglesa é ao mesmo tempo, nos pontos restrictos que a limitam, uma especie de tutela humilhante, com uma certa autonomia para o tutelado, au-

tonomia de que este, aliás, não sabe fazer uso, também é um facto que não é licito negar.

Succederia o mesmo, no emtanto, precisamente o mesmo, se em lugar de sermos alliados da Inglaterra o fossemos da Hespanha, da França, da Russia ou da Allemanha. Uma nação que não tem exercito, que não tem armada, que não tem dinheiro, que não tem homens d'Estado nem opinião publica, pode ser tutelada por outra nação, mas, dignamente, nunca pode ser sua alliada.

Portugal, mercê da sua singular situação, não pode viver sem uma alliança. O nosso caso não é o da Suissa, o da Belgica, ou mesmo o da Hollanda. É muito differente. Ora essa alliança ha de ser, em todos os casos, humilhante e vergonhosa para nós enquanto não possuirmos os elementos que tornam dignas, fortes e respeitadas todas as allianças.

Com absoluta logica e clareza estava assim posta esta questão, como com absoluta logica e clareza costumamos pôr todas as questões.

Sustentava eu em seguida, no mesmo artigo, que precisando Portugal de uma alliança só nos convinha, ou a alliança hespanhola ou a alliança inglesa. Ora a Hespanha nunca deixara de ter intenções reservadas a nosso respeito. Era sempre, mais ou menos, a Hespanha dos Philippes, olhando-nos com soberba, cobiça e desdem. Estava tão desorganizada como Portugal, não podendo ser o ponto de apoio de que necessitavamos para a nossa regeneração. E havia absoluta falta de communidade de idéas e de sentimentos entre os

dois paizes. O primeiro passo a dar para um intimo accordo entre Portugal e Hespanha era approximar os dois paizes. Era faze-los conhecerem um do outro. Portugal e a Hespanha conheciam quasi tão bem como a propria França a historia d'este paiz, a sua arte, a sua litteratura, a sua sciencia, a sua politica, os seus homens, os seus costumes, toda a sua evolução tanto no campo intellectual, como no campo moral e material. Portugal não sabia *nada* da Hespanha. A Hespanha não sabia *nada* de Portugal. Nada! Por pouco que conhecessem a Suecia, a Noruega, a Dinamarca, qualquer d'esses paizes do Norte tão afastados de nós pela distancia, pela raça, pela historia, pelo temperamento e *por tudo*, conheciam-nos melhor do que se conheciam reciprocamente. Um erro? Um crime? De certo. Mas um facto. E enquanto esse facto subsistisse, subsistiriam todas as suas consequencias, por mais desastrosas que ellas fossem para a Península.

Isto mesmo dissémos nós no *Banditismo*. E no ponto em que se lê que a Hespanha nos olhava sempre, no fundo, com soberba, cobiça e desdem, vem, ao fundo da pagina, esta nota curiosa, digna de ser resuscitada, agora que tanto se fala, de novo, na Hespanha:

Não me enganava. Os factos, tanto os de politica interna como os de politica externa, teem-se dado sem-

pre razões. No jornal *El Correo Español*, órgão dos carlistas, tem feito o sr. Cirici Ventalló a mais deplorável politica no sentido da approximação dos dois povos. Mas enquanto falava só o sr. Cirici Ventalló podia-se argumentar: *são opiniões individuaes que só obrigam quem as escreve*. Porem o n.º 6.938 d'aquelle periodico, do dia 29 de Novembro de 1911, veio-nos demonstrar que as opiniões do sr. Ventalló eram, infelizmente, as de *todo o partido carlista*, e, porventura, as da *grande maioria da Hespanha*. Outros factos e outros symptomas o deixam suppor, como aquellas palavras do capitão de cavallaria, fazendo parte das tropas que vigiavam na fronteira os emigrados, ao redactor do *Mundo*: «O que vale a *ustedes* é a questão de Marrocos».

Mas voltemos ao *Correo Español*. O sr. Cirici Ventalló foi a Paris entrevistar D. Jayme. E D. Jayme, sobre Portugal, (transcrevemos textualmente), disse:

Portugal? ... Me tiene muy disgustado la marcha de los asuntos de aquel país. Creo que el pacto monarquico fué un lamentable error. La conspiracion se ha llevado rematadamente mal y lo siento muy deveras por vinculos que unem la suerte de Portugal á la de Espana y por D. Miguel de Braganza, á quien tanto estimo. Don Miguel es recto, bueno y valeroso. Haria un gran rey, pudiendo ser la única esperanza de aquel pueblo desventurado.

Me parece tambien deplorable la conducta del Gobierno español respecto á Portugal. Está perdiendo España por indolencia punible de sus gobernantes un tiempo precioso, una ocasión magnifica para que nuestra Patria de un salto pudiesse passar de potencia de tercera classe á potencia de premiere orden ...

Estas ultimas palavras dispensam commentario. E' bem claro que D. Jayme censurava o governo hespa-

nhol por não ter feito... a conquista de Portugal. Como se Portugal, que nem mesmo nos tempos dos Philipes foi conquistado, pois Philipe II de Hespanha obteve o throno portugûes por voto dos portuguezes e legitimo direito de sucessão, como se Portugal se conquistasse com aquella pressa, e com... tamanha facilidade, sobretudo!

E' possivel que successivos erros de monarchicos e republicanos venham a conduzir Portugal á perda da sua independencia. Mas o facto consummado... não irá com tanta rapidez.

Esta nota é muito digna de attenção n'este momento em que só oiço e vejo falar da Hespanha, exaltar a Hespanha, imitar a Hespanha. Até nos toiros de morte! Que degradação, que vergonha! Não se ensina o povo a ler, antes apparecem os Aquilinos e as Virginias a exaltar o analphabetismo mettendo as escolas... a ridículo! Lança-se ao mais absoluto desprezo o problema educativo. Não se promovem espectaculos civilizados e instructivos. Mas transporta-se para cá o sanguinário e brutal espectaculo dos *toiros de morte*, que é o melhor diapasão que eu conheço do character castelhano.

Cada vez é mais afflictiva a mentalidade dirigente d'esta patria decahida.

Como disse já no ultimo capitulo, preparo uma publicação para breve sobre o iberismo. E' opportuna. Ahi se verá que então, quando o Ventalló consultava o D. Jayme, como, depois, quando Portugal entrou na guerra, como hoje,

como sempre, — eu o provarei e é meu costume provar o que digo, — a Hespanha sempre esperou a... *oportunidade magnifica para de um salto passar de potencia de terceira classe a potencia de primeira ordem.*

bibRIA

XII

O ultimatum de 11 de Janeiro de 1890, brutal na forma e na essencia, sendo o resultado da inepecia com que haviam procedido os estadistas monarchicos, veio dar novo pasto á propaganda republicana.

A questão das alianças, provocada pelo meu artigo, generalizou-se, sustentando varias gazetas republicanas os maiores disparates, como este: proclamada a republica, pôr-se-hia termo á alliança inglesa, esperando-se que o paiz estivesse em condições de escolher a alliança que melhor lhe agradasse.

Eu replicava, em 6 de setembro:

Querer acabar com a alliança inglesa para que o paiz se reconstitua, voltando-se a ella, ou a qualquer outra, quando Portugal se sinta em condições de o poder fazer dignamente, como os republicanos mais cotados proclamam, é de quem não vê muitos palmos adeante do nariz. Tenham paciencia. Esquecem-se de que o mundo, que não possue a candura dos illustres democratas, não teria

a ingenuidade de ficar á nossa espera, de nos deixar incolumes, respeitados, *venerados*, até podermos estar em condições de escolher *dignamente* a alliança que mais nos conviesse. Seríamos simplesmente tolos. E não ha nada, como a idiotia, para aguçar o desejo de dar um pontapé... nos idiotas.

Pois se nós somos capazes de regeneração, de reabilitação, de reconstituição, não é mais habil e prudente faze-lo á sombra da poderosa alliança inglesa, do que á mercê de gravissimas contingencias? Se nos convem quebrar a alliança inglesa, para que faze-lo antes d'estarmos prevenidos e fortes?

Diplomatas infelizes!

Os republicanos não sabem como, nem quando, será proclamada a republica em Portugal. A ninguem é dado preve-lo. Poderemos, não poderemos, apoiar-nos solidamente na Hespanha e na França? Convir-nos-ha? Não nos convirá? Quem sabe?

Na nossa opinião, — e não temos vergonha de confessar que já tivemos outra, — a alliança inglesa é aquella que, por muitos annos ainda, mais convirá a Portugal. Mesmo que não nos convenha, não sabemos se as circumstancias da Europa, proclamada a republica em Portugal, nos permitirão substitui-la de repente. Tudo leva a suppor o contrario. Os republicanos não o farão. Não o poderão fazer. Então, para que hostiliza-la por systema? Pois não é manifesta estupidez?

Por outro lado, é indubitavel que a alliança portuguesa convem extraordinariamente á Inglaterra, não só pela nossa situação colonial, mas, ainda, pela nossa situação continental.

Para que deixá-la convencida, á Gran-Bretanha, a ella, que é uma nação livre, culta, progressiva, de que a republica em Portugal será um perigo para os seus interesses? De que só a monarchia lhe convem?

Quem converte a alliança inglesa n'uma alliança

dynastica, não é o rei de Portugal. Não é — menos ainda — a Inglaterra, que comprehende a democracia e ama a liberdade. São os republicanos portugueses. Para a Inglaterra, a alliança portugueza não seria, não poderia ser, em caso algum, uma alliança dynastica, sem que os republicanos portugueses a convencessem d'essa necessidade. D'outro modo, teriamos de a suppor imbecil ou de lhe admittir um espirito reaccionario em formal opposição com a verdade.

Foi sempre, em tudo, uma divergencia de principios e bom senso que me separou de toda a corja politica, quer republicana, quer monarchica.

Os nossos vaticinios mais uma vez se realizaram. Os republicanos, proclamada a republica, não só não puseram termo á alliança inglesa, não só não tentaram substitui-la, senão que em servilismo diante da Inglaterra deixaram na sombra o servilismo monarchico. Ainda ahi se manifestou o seu destino: rehabilitar a monarchia, demonstrando-nos que não houve erro nem crime no regime monarchico que no regimen republicano não apparecesse... accrescentado!

Mas voltemos ao *ultimatum*.

O odioso documento era concebido n'estes termos:

What Her Majesty's Government require and insist upon is the following: that telegraphic instructions shall be sent to the Governor of Mozambique at once to the affect that all and any Portuguese military forces wick are actually on the Shire or in the Makololo

or in the Mashona territory are to be withdrawn. Her Majesty's Government consider that without this the assurances given by the Portuguese Government are illusory.

Mr. Petre is compelled by his instruction to leave Lisbon at once with all the members of his legation unless a satisfactory answer to the foregoing intimation is received by him in the course of this evening, and Her Majesty's Ship Enchantress is now at Vigo waiting for his orders.

British Legation, January 11 th 1890.

O governo de Sua Majestade deseja e insiste no seguinte :

Que se enviem immediatamente instruções telegraphicas ao governador de Moçambique para que faça retirar todas as forças militares portuguezas que estejam actualmente no Chire e nos paizes dos makololos e machonas. Sem isto, entende o governo de Sua Majestade que todas as seguranças dadas pelo governo portuguez são illusorias.

Mr. Peter tem instruções para deixar immediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação se uma resposta satisfactoria á precedente intimação não for por ele recebida esta tarde ; e o navio de Sua Majestade *Enchantress* está em Vigo esperando as suas ordens.

Legação britannica, 11 de Janeiro de 1890.

Um jornal inglez, o *Star*, commentava :

Se Portugal fosse um covil de piratas chineses, habituados a torturar os seus prisioneiros, em vez de ser, como é, o tradicional alliado europeu da Grã-Bretanha, não seria de certo tratado por esta com mais summario processo nem com mais arbitraria brutalidade.

Com effeito, assim era. Não ha nega-lo. Mas tambem é certo que a brutalidade vinha sendo prevista e annunciada ha muito tempo, podendo ter sido evitada se houvesse o menor tino ou a menor capacidade nos estadistas monarchicos. Já em 1887 Salisbury havia protestado contra os tratados concluidos entre Portugal e a Allemanha e entre Portugal e a França declarando não reconhecer o direito de jurisdicção que nos reconheciam aquellas nações sobre certos territorios. Em 1888, por intermedio do ministro britannico em Lisboa, fez avisar o governo portuguez de que o estado de relações entre os dois paizes, no que tocava a questões africanas, *estava longe de ser satisfactorio e que a continuação d'esse estado de coisas podia conduzir, entre as duas nações, a uma seria quebra de amizade.* Em Janeiro de 1889 tornou a avisar o ministro portuguez em Londres, a proposito da partida de uma expedição portugueza para a Africa e que elle suppunha destinada a occupar os territorios em litigio, *que as boas relações dos dois paizes não podiam resistir por muito tempo ao perigo a que estavam sendo expostas.*

Depois d'isto, o que se esperava? De qual-quer paiz poderoso, quanto mais da Inglaterra, cujos processos summarios e brutaes são sobejamente conhecidos de toda a diplomacia universal? Para a tradição e o costume, muito tempo esperou ella!

Isto quanto ao tino, ao *tacto* diplomatico, na imminencia do perigo, dos estadistas monarchicos. Quanto, de uma forma geral, á sua capacidade, tornemos a ouvir o sr. Almeida Garrett no livro já citado :

E ao meio da faina das benesses ás mãos cheias para consolidação de politicos sem idéas, não sobejava tempo para vêr a lucta travada no continente negro entre a Inglaterra e a Allemanha, lucta de que nós pagaríamos largamente todas as despesas. A Allemanha não conseguira o seu sonho doirado de occupar a costa entre Lourenço Marques e o Natal, porque a Inglaterra a tempo lhe tinha, com o tratado de 87, tirado essa illusão, em que era ajudada por Kruger, que viu alli o porto que o Transwaal tanto desejava ; a Allemanha não conseguira isto mas, em todo o caso, já se estendia até ao Cunene na costa occidental, e até ao Rovuma na oriental. Por seu turno a Inglaterra, que nos ultimos annos não passava de Bechuanaland, dominada em 85 pela expedição Charles Warren, tendo da parte do sul uma colonia da Coroa e do lado do norte um protectorado, e que entendia não poder ficar atraz, e que o direito mais ou menos phantastico com que impedira os boers de avançar para o norte lhe não era bastante já, precisava absolutamente de marchar. A' custa de quem ? De nós.

A proposito das missões de Blantyre, que nenhum character politico tinham, Johnston leva a Inglaterra a mandar-nos o *ultimatum*. Fôra culpa nossa. Johnston viera a Lisboa e offerecera ao governo portuguez o fazer por 4.000 libras uma expedição ás terras altas do interior da provincia de Moçambique, a implantar o nosso dominio n'aquella região, com o que a Inglaterra, nossa alliada, tinha evidentemente a lucrar.

Não acceitou o governo aquella offerta. Johnston vae para o cabo, entende-se com Cecil Rhodes e forma-se a *South Africa*. O resto já nós vimos.

Fiámo-nos n'um mappa cor de rosa, ligando Angola e Moçambique, mappa que nada alteraria attentas as nossas convenções, vagas e mal definidas, com a França e a Allemanha. Mas Johnston era o consul inglês em Moçambique, e Cecil Rhodes, então primeiro ministro do Cabo, não desistia do seu sonho da formação d'um imperio do Cabo ao Cairo. A' frente da companhia accupa Mashona, levanta connosco um conflicto na Muttassa e obriga-nos ao tratado de 91.

Estava para sempre perdido o Nyassaland, e aberto o Zambeze á navegação de todas as bandeiras; e lá ia o mappa cor de rosa...

Fora culpa nossa! Quer dizer, além do abandono a que votámos a costa oriental, como, mais ou menos, todas as colonias, além do relaxamento que punhamos em todos os serviços, sem falar em crimes e abusos de toda a ordem, além de não sabermos prever, para os evitar, conflictos graves, nem ao menos vimos o inconveniente de repellir os flibusteiros que nos podiam ser perigosos.

Entretanto, o maior erro ainda não foi esse. O maior erro foi entrar em negociações secretas com a Allemanha para a realização do sonho patriótico do *mappa cor de rosa*, isto é, para fundarmos, de costa a costa, o grande imperio africano. Salisbury teve conhecimento d'essas tentativas? Evidentemente. E quiz castigar com

severidade o que elle poderia reputar uma especie de felonía á constancia das relações entre Portugal e a Gran-Bretanha? Quiz provar-nos a inanidade dos nossos esforços? Que, quando o leopardo distende as garras, ninguem, nem a propria Allemanha, sae a campo a aparar-lh'as? Parece que sim. De qualquer modo, o *ultimatum*, brutal na forma e na essencia, foi um desastre, e veio dar novo pasto á propaganda republicana, que se exercia, como teremos occasião de ver, sem peias, sem limites, de uma maneira criminosa.

O partido republicano ficou, em 1882, enterado na lama da Salamancada. Em 1883, o partido progressista, para comprometter os regeneradores no conceito do Paço, allia-se com elle nas eleições municipaes de Lisboa. O cynismo, a eterna desvergonha das quadrilhas partidarias! E como o partido republicano era bem uma simples resultante das intrigas, dos crimes e das ambições monarchicas!

Apesar das concessões, complacencias, graças do poder, tanto da banda dos progressistas como dos regeneradores, que, d'essa maneira, iam creando e organizando o estado maior do republicanismo em Portugal, vimos que o partido republicano ainda em 1879 não tinha força alguma em Lisboa. E' depois dos progressistas faltarem *em absoluto* ás suas promessas, rasgando o celebre programma da Granja, assim chamado porque foi na Granja que se reuniram reformistas e historicos

resolvendo ahi fundir-se n'um partido unico que tomou o nome de *partido progressista*, programma que continha as mais rasgadas reformas democraticas, e depois do erro crasso commettido no centenario de Camões, que o partido republicano toma folego e se desenvolve na capital. Pois os progressistas logo em 1883, para desacreditar o partido regenerador, que estava no poder, e metter medo ao Paço, se colligam com os republicanos, os quaes ainda no anno anterior se haviam apupado e apedrejado na questão da Salamancada.

Fontes, por seu lado, achando poucos os empregos e os favores ministeriaes para pagar os numerosos e relevantes serviços d'aquelle *que se não exisssse* (José Elias Garcia) *seria preciso inventa-lo*, e tambem para *codilhar* os progressistas excedendo-os em reformas liberaes, concedia representação ás minorias n'uma nova lei eleitoral. E assim conseguiram os republicanos augmentar a sua representação no parlamento e, em Lisboa, na camara municipal.

Não haja a menor duvida: o partido republicano, independente da corrente das idéas que é uma força fundamental com que se deve sempre contar, foi bem uma simples resultante das intrigas, dos crimes e das ambições monarchicas!

Para o demonstrar e continuarmos vendo que os monarchicos não teem auctoridade nenhuma para fulminar, pelas suas tropezas, os republicanos, porque foram elles que *assim* os crearam,

que *assim* os educaram, que os desmoralizaram com o exemplo e com o facto, que os abandalharam, que os perverteram, teremos que retroceder um pouco á historia rapida do partido republicano no capitulo immediato.

bibRIA

XIII

Rapida historia dos primeiros passos do partido republicano em Por- tugal.

Em 1848, proclamada a republica em França, appareceu José Felix Henriques Nogueira, e, com elle, Francisco de Sousa Brandão, Gilberto Antonio Rolla, José Elias Garcia, José Maria do Casal Ribeiro, auctor do celebre folheto *E' tarde*, a fazer affirmações republicanas. José Felix Henriques Nogueira, de quem Theophilo Braga, tão facil em exaltar mediocridades e tratantes como em deprimir talentos e caracteres dizia: *Era o homem destinado a levantar o nivel politico e moral d'este paiz*, como se pudesse haver um homem com poder para tanto e essa obra não fosse uma obra de todos sem o ser particularmente de ninguem, morreu. E os outros, extinguiu-se-lhes a crença logo que se extinguiu... a republica em França. Só em 1868, com a queda de Izabel em Hespanha, voltaram a apparecer, timidamente, novas manifes-

tações republicanas. Publicou-se então o *Furibundo*, o *Jornal do Povo* e, em 1869, a *Republica Federal* e o *Republicano*. Gazetas de vida ephemera e sem a menor influencia na opinião publica.

Em 1870, com a proclamação da terceira republica franceza, veio a idéa republicana a tomar novo alento. Oliveira Martins fundou a *Republica*, magistralmente redigida. Mas essa mesma sem apoio, sem leitores, pois com o numero 14 terminou a sua publicação. Succedeu-lhe o *Pensamento Social*, que não foi mais feliz, apagando-se com a rapidez com que se tinha apagado a *Republica*. Ao mesmo tempo appareciam o *Trabalho*, a *Alvorada*, a *Luz do Povo* e a *Gazeta Democratica*.

A *Gazeta Democratica* tinha por redactor principal Guilherme Braga e por collaboradores effectivos o dr. Alexandre Braga (Pae), o dr. Custodio José Vieira, o dr. José Cardoso Vieira de Castro, o dr. Pedro de Amorim Vianna e outros. Sem se dizer abertamente republicana defendia, comtudo, os mais rasgados principios democraticos. O *Trabalho*, esse declaradamente republicano, era dirigido pelo dr. Manuel Emygdio Garcia, lente da Universidade de Coimbra, e collaborado por Fernando Chrysostomo, Adriano Anthero e Manuel Joaquim Massa. Todos jornaes doutrinarios. Mas tambem os havia satyricos e de combate: o *Mil Trovões*, o *Chicote dos Ladrões*, o *Archote*, o *Terror das Camarilhas*. Nenhum d'esses papeis teve longa vida. E, dos seus redactores, os que o não eram

por *chantage* depressa se converteram á fé monarchica.

O primeiro centro republicano fundou-se em 1870, em Lisboa, e funcionou n'uma casa da Rua da Padaria, n.º 22. Que o verdadeiro club revolucionario era então o *Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*, onde dominavam os socialistas, ao tempo muito bem organizados sob a acção intelligente de José Fontana.

Em 1871 publicou José Falcão, proclamado, mais tarde, pelos Costas, Menezes, Camachos e Chagas, mestre querido e venerando, o seu singular folheto: *A Communa de Paris e o Governo de Versailles*, em que se leem estas palavras interessantes e videntes:

Quaes são os partidos politicos em França, que buscam a solução do problema nos elementos constitutivos dos seus respectivos organismos? Podemos reduzi-los a três; e talvez mais um quarto, que só de um modo indirecto busca a solução do problema. Este quarto é o partido da Communa.

Os três primeiros são o partido legitimista, ou do direito divino. O partido orleanista, ou partido das classes medias tendo por credo as garantias dos interesses materiais, isto é a garantia do feudalismo capitalista, proprietario e industrial, contra o direito do trabalho, unica origem de toda a riqueza humana. E, finalmente, o partido jacobino, que se vangloria de representar a democracia, e que se quer justificar no direito sobre-humano do suffragio universal; mas que só sabe governar com golpes d'estado e dictaduras; e que hoje jura por Robespierre,

e amanhã pelo Cesar Napoleão ; grande ou pequeno pouco importa.

O partido da Communa, isto é, a democracia socialista, só se interessa no problema político debaixo d'um ponto de vista meramente negativo. Todos os seus esforços convergem de preferencia para a solução do problema economico.

O partido *Jacobino* tem dois ramos característicos — uma *esquerda* e uma *direita*. O partido da direita ficou sepultado na lama ensanguentada de Sédan. Era o imperio. O da *esquerda* está envolvido na lama das botas do sr. Thiers. E' a esquerda republicana de Versailles, que tem por chefe Luiz Blanc, que ficou coberto de ignominia deante da historia, desde a hora em que applaudiu em Versailles, a noticia das carnificinas de Paris. Este partido, ha muito condemnado pala sciencia, revolta hoje a consciencia. E' a covardia ignara.

Como Deus escreve direito por linhas tortas ! Este communista revolucionário, honesto mas insensato, — todos os nossos intellectuaes demonstraram uma insensatez a toda a prova, — veio a ser chefe em Portugal precisamente da esquerda jacobina *ha muito condemnada pela sciencia e que revoltava a consciencia !* E essa esquerda, uma vez no poder, demonstrou, de facto, que só *sabia governar com dictaduras e golpes d'Estado*. Como Deus escreve direito por linhas tortas !

Em 1873, ao ser proclamada a republica hespanhola, já os nossos redemptores estavam divididos em três grupelhos : os democratas, os re-

publicanos moderados e os federaes. Foi este ultimo que fundou o *Centro Republicano Federal*, que teve por órgão na imprensa *O Rebate*. A vida d'esta gazeta, dirigida por Carrilho Videira e redigida por Magalhães Lima, Silva Pinto e Sergio de Castro, foi, como a de todas as outras, tão attribulada que em 17 de dezembro de 1873 se viram os amigos do periodico coagidos a dar-lhe um beneficio, em Lisboa, no Theatro do Principe Real. Entre outros, tomaram parte na festa Oliveira Marreca, Latino Coelho, Souza Brandão, Luciano Cordeiro, Elias Garcia, Bernardino Pinheiro e Osorio de Vasconcellos. Gomes Leal collaborou com duas poesias, *Mundo Velho* e *Tributo de Sangue*, recitadas por Silva Lisboa, que appareceu no palco acompanhado por uma creança vestida de verde e escarlate, com uma bandeira vermelha na mão direita e um numero do *Rebate* na mão esquerda.

Eram essas as cores da bandeira federal, isto é, da bandeira iberica. Este pormenor é curioso e explica a preferencia dada pela Republica de 5 de Outubro ás cores verde e escarlate sobre as cores azul e branco. Como toda a gente sabe, foi Theophilo Braga o mais renhido defensor, depois do 5 de Outubro, da côr verde e escarlate. Ora Teophilo Braga foi sempre *federal*. Isto é, sempre partidario da incorporação de Portugal nas Hespanhas ou, — que outro nome não tem empregasse elle os sophismas que lhe aprouves-

sem, — da perda da independencia nacional. A insensatez de monarchicos e republicanos é que tem alimentado a esperanza da união iberica da parte da Hespanha.

Ao *Rebate* succedeu a *Egualdade*, orgão dos republicanos unitarios. Da *Egualdade* publicou-se um unico numero !

Em 29 de novembro de 1874 sahiu o primeiro numero da *Republica*, o primeiro *diario* francamente republicano, — pois nenhum dos periodicos anteriores tinha sido *diario*, — que se publicou em Portugal. Já existia, desde 12 de Outubro de 1873, a *Democracia*. Mas a *Democracia*, dirigida por Osorio de Vasconcellos que nunca chegou a declarar-se republicano, filiava-se ainda na... *democracia monarchica*.

Era redactor principal da *Republica* Consiglieri Pedroso. Foi seu fundador e director Carrilho Videira. Auxiliaram a fundação do jornal, — confessou-o o proprio Carrilho Videira no *Almanach Republicano*, — os hespanhoes Paul Angulo, assassino de Prim, Ramon Cala, Eduardo Benot, Nicolas Estevanez, Fernando Garrido, Gumersindo de la Rosa e Manuel de Lafuentes. Nem por ser diaria a *Republica* foi mais feliz do que as gazetas anteriores, vindo a morrer em 4 de Abril de 1875. E os grupelhos, sentindo-se, cada um de per si, impotentes para trabalhos de propaganda, quanto mais para uma acção de combate, tentaram varias vezes congregar-se.

A mais séria d'essas tentativas deu-se a 25 de Março de 1876, reunidos os grupelhos em banquete, no palacio Farrobo, ao Largo do Quintella, em Lisboa, a pretexto de solemnizarem o triumpho eleitoral dos republicanos francezes contra o presidente Mac-Mahon. Ainda possuimos o cartão que, com o *menu*, foi distribuido aos convivas n'esse dia. Eis o texto, por simples curiosidade historica :

Lisbonne, le 25 Mars 1876

Menu du dîner à l'honneur de la République Française

Consommé à la Démocratie

Petits pâtés à la République

Poisson au purée de pommes de terre sauce populaire

Filet de boeuf piqué à Gambetta

Grand pâté de langue à Victor Hugo

Mayonnaise

Roti

Dinde truffée

Salade

Entremets

Puddings au peuple

Blanc manger

Desserts

Vins

Rio Dão — Champagne — Porto

No fundo do cartão, lia-se :

Segunda-feira 27, ás oito horas da noite, ha reunião do partido democratico na Rua da Rosa, 105. Roga-se o seu comparecimento.

No jantar tomaram parte representantes dos trez grupos e usaram da palavra: Oliveira Marrecas, que presidiu; Bernardino Pinheiro, José Elias Garcia, José Jacintho Nunes, Simões Raposo, Carrilho Videira, Antonio Ignacio da Fonseca, Eduardo Maia, Silva Vianna, Emilio Richer, que falou em nome da colonia francesa certamente sem procuração para isso, e Ladislau Batalha, que leu uma poesia.

Na segunda-feira reuniram-se, de facto, como estava preceituado, na Rua da Rosa, 105, ou casa de habitação ou consultorio, ou as duas coisas juntamente, ao certo não sei, do medico José Izidoro Vianna. E ahi se renovou e aggravou, ficando todos mais desavindos do que estavam, a bulha porca que vinha travada desde o inicio.

Carrilho Videira, no *Almanach Republicano*, conta assim os factos :

Dois dias depois reuniram-se quasi todos os commensaes do banquete na rua da Rosa, em casa do dr. José Izidoro Vianna, para se decidir a conveniencia do novo partido. Foi esta votada por unanimidade.

O sr. Gilberto Rolla apresentou os estatutos que redigira antecipadamente. Os srs. Elias Garcia, Bernardino Pinheiro, Consiglieri Pedroso e o auctor d'estas

linhas foram, no dia seguinte ao do banquete, convidados a comparecer em casa do sr. Gilberto Rolla, a fim de discutirem esses estatutos. O desacordo versava sobre a denominação que convinha dar ao Centro. Os srs. Elias Garcia e Bernardino Pinheiro convenceram o sr. Consiglieri Pedroso da conveniencia que havia de se denominar *democratico*, mas o sr. Rolla acordou com-migo designa-lo *republicano*, e debatido demoradamente o assumpto não se chegou a accordo. Em seguida á discussão em casa do sr. Gilberto Rolla, na manhã da vespéra da primeira reunião do partido, o sr. Elias Garcia sahio connosco da casa d'aquelle e ambos sós ao jantar tornámos a renovar a discussão. Passámos da Taverna Inglesa para o Café Grego, discutimos e d'alli sahimos cerca da meia noite, pactuando em que não seria eu que levantaria a exigencia de designação de centro republicano, mas a sustentaria se acaso alguém na assembléa levantasse este incidente.

A sessão foi effectivamente imponente. Presidiu o sr. Oliveira Marreca e estavam presentes os homens todos dos tres grupos republicanos, conservadores ou democratas, unitarios e federaes. Dos estatutos apenas suggeriu debate a designação do titulo do Centro, impugnando a de republicano os srs. Eduardo Maia e Consiglieri Pedroso, os quaes levantaram a indignação de uma maioria consideravel. O Centro, em vez de republicano ou democrata, ficou designando-se republicano-democrata por proposta nossa. O sr. Elias Garcia e Consiglieri Pedroso e meia duzia de fieis submeteram-se silenciosos e resignados. O sr. Maia demittiu-se por meio d'um officio offensivo para a maioria.

Procedeu-se em seguida á eleição dos corpos gerentes e de 34 nomes que constituíam o directorio. Todos, ao tomar posse, em solemne e numerosa assembléa geral, agradeceram a eleição, e fizeram a sua profissão de fé republicana o ancião Marreca, Bernardino Pinheiro,

Gilberto Rolla, Izidoro Vianna, Alves Branco, Souza Brandão, etc, menos o sr. Elias Garcia, o qual persistia silencioso, e affrontou resignado as instigações do sr. Eça Ramos e d'alguns correligionarios que o impelliam a proceder como os demais.

Até comer os *petits pâtés à la Republique* chegara elle. Mas ir alem... era perigoso, n'uma epocha em que os republicanos ainda não tinham força para o eleger, como os monarchicos então o elegiam, deputado, e membro da camara municipal de Lisboa.

Estamos chegados a um dos pontos mais importantes d'estes curiosos apontamentos para a historia contemporanea portuguesa. E de tal forma importante que sem o seu estudo não poderiam os leitores apprehender a psychologia tanto da quadrilha monarchica como da quadrilha republicana. Agora é que se vae penetrar até o amago na falta de principios, de crença, de fé, de ideal patriotico e politico, mesmo de honra pessoal que, em qualquer campo, tem caracterizado tudo isto.

XIV

Os violentos ataques a José Elias Garcia quando se constituiu o partido republicano. Publicamente repudiam a sua attitude Oliveira Marreca, Latino Coelho, Jacintho Nunes e Bernardino Pinheiro.

Ladislau Batalha publicou um pamphleto — *A Nova Inquisição ou o Directorio Republicano e os seus actos perante a opinião publica*, — onde, a respeito de José Elias, clamava :

Que papel representava então aquelle homem e que papel representa mesmo hoje? Quer a Monarchia? Quer a Republica? Transige? Pactua? Explica-se? Ninguem o sabe. E' um mysterio; da sua vida intima muito se diz, porem eu n'isso não entro; da sua vida publica sei que é correligionario dos republicanos democratas, dos historicos, dos reformistas, e talvez o seja tambem dos regeneradores.

E talvez o seja tambem dos regeneradores!
Pois dos regeneradores sobretudo. Tinha sido

até ahí republicano e reformista. Ia ser republicano e regenerador, de futuro.

Como Batalha incommodasse, como Carrilho importunasse, não estiveram com mais aquellas: com a pecha de *vendidos*, expulsaram-nos.

No governo civil de Lisboa appareceu uma carta anonyma a accusar Casimiro Gomes, um dos tenentes mais em evidencia de José Elias, de relações incestuosas com a propria filha. Quem fora o auctor da carta anonyma? Carrilho. Provas? A letra, *que era parecida*. Mas, — caso interessante, — Carrilho, espião, Carrilho, agente de policia, Carrilho, vendido, recorria a uma carta anonyma para... levar factos criminosos dos republicanos ao conhecimento da policia! Segundo caso interessante: o governo civil apresava-se a entregar a carta anonyma do seu espião, do seu agente, a aquelles... que elle mandava espiar por esse agente!

Este foi um dos fundamentos da expulsão de Carrilho.

Outro fundamento: que Carrilho, vigiado, fora visto entrar por varias vezes em casa de Antonio Rodrigues Sampaio, então ministro do reino e morador na Travessa de Santo Amaro, á Rua de S. Bento. E Jacintho Nunes podia entrar a toda a hora em casa do ministro, dos ministros, no ministerio do reino, em todos os ministerios, para, sobre os interesses de Grandola, negociar accordos varios, muitas vezes pouco

sérios e sempre attentatorios da dignidade dos principios. E José Elias podia ser conjunctamente membro da commissão executiva do partido republicano e secretario do Centro Reformista! E Bernardino Pinheiro, um dos julgadores de Carrilho, podia ser intimo de Saraiva de Carvalho, amigo, visita, commensal de todos os ministros historicos e de todos os ministros reformistas. A fraternidade! E o amor que elles tinham e até hoje ficaram tendo á justiça e á verdade!

Terceiro fundamento: fez-se uma circular, assignada pela commissão executiva, a participar a constituição do centro republicano de Lisboa a diversos elementos da provincia. Foi Carrilho o encarregado de mandar compor e imprimir a circular. E Carrilho, já de mal com os outros, e sabendo o medo infantil que elles tinham de tudo e de todos, não quiz restituir o original para lhes fazer uma pirraça. Conclusão: Carrilho ficou com o autographo para o entregar á policia!

Mas tratava-se, porventura, de um documento secreto? Que iria dizer o autographo á policia que a policia não soubesse já? Que se tinha constituido em Lisboa um centro republicano democrático, do qual os principaes elementos eram os antigos *lunaticos do Pateo do Salema*? Que do directorio eleito, e da commissão executiva, faziam parte Latino Coelho, Oliveira Marreca, José Elias, Gilberto Rolla, Souza Brandão e outros?

Alem de tudo, ridiculos. E a intrepidez? E a

firmeza de opiniões? E a decisão de character? Porque o facto é que grande parte d'essas perseguições e d'essas villanias derivavam de um medo inconcebível. Chegaram a esta estupidez : a imprimir, no alto da pagina das circulars, C. R. D., em vez de *Centro Republicano Democratico*, porque, d'esse modo, ... seria a prova mais difficil !

Ladislau Batalha imputa a resistencia de José Elias, de Consiglieri Pedroso e dos que luctaram tenazmente em favor da designação de *Centro Democratico* contra a designação de *Centro Republicano* á esperanza de, após a queda do ministerio regenerador, serem chamados ao poder.

Attribuia-se a D. Luis, cujo fim supremo, durante todo o seu reinado, foi deter a onda demagogica corrompendo e codilhando os *avancados*, o proposito de imitar seu sogro, Victor Manuel, entregando o poder aos reformistas e aos democratas logo que a situação regeneradora, então no poder, se tornasse insustentavel. E, assim, José Elias, Consiglieri Pedroso, Bernardino Pinheiro, os que faziam parte do grupo *moderado*, não queriam ser compromettidos pelos *intransigentes*. Mas queriam absorvê-los. Era-lhes indispensavel, para conseguirem alguma coisa, absorvê-los.

Que desejava D. Luis? Que os republicanos pactuassem. Levava-os a isso José Elias e a sua gente? O rei ficaria reconhecido? Mas José Elias e os seus eram vencidos? Deixava d'existir o motivo que levaria o rei a transigir. Justamente a situação

que voltou doze annos mais tarde, quando Barjona de Freitas, para não reconhecer a chefia de Serpa Pimentel, fundou a *Esquerda Dynastica*, separando-se do partido regenerador.

Depois, um outro incidente veio tirar força aos republicanos e abrir um novo rumo á politica portugueza. Foi a fusão de historicos e reformistas, com um programma e promessas tão pomposamente democraticas, que qualquer outra combinação, em sentido radical, ficava arredada de momento. E a José Elias, sem consistencia de character, — mal d'origem commum a todos os portuguezes, — sem temperamento e sem fé revolucionaria, não tendo querido, por qualquer motivo de ordem pessoal, acompanhar os reformistas, a cujo grupo pertencia, só lhe restava um recurso : fazer o jogo dos regeneradores, do *partido do rei*, como lhe chamavam, de que era chefe o seu amigo Fontes. Assim fez. E com tal audacia que já nas eleições de 1878 apparecia como candidato officioso, para não dizer official, do partido regenerador. O que levava o *Trinta Diabos*, papel satyrico e de combate da facção federal, a clamar, em 14 de Julho :

Valente regenerador nos sahiu o *republicano* sr. Elias Garcia, ex-reformista !

E em 19 de Setembro :

Achamos engraçado. O circulo 95, de Lisboa, tem dois candidatos, ambos apoiados extra-officialmente pelo

governo. São os snrs. dr. Pereira de Lima e José Elias Garcia! Parece que ha um terceiro candidato, mas granjola, *master* Barros *and* Cunha. Sobretudo o que achamos d'enorme chiste é a candidatura do amphibio politico José Elias com a chancella particular do governo e das auctoridades. Chama-lhe então *politica possiblista*! Estes republicanos da casa real são levados da breca com as suas figurinhas de gesso!

Manuel de Arriaga era tambem candidato, por outro circulo, n'essas eleições. A recommendar a sua candidatura distribuiu-se uma circular dizendo:

Este cidadão é republicano como particular e será republicano como deputado; e não é inutil esta afirmação, não só porque não é raro ver individuos republicanos serem candidatos monarchicos, senão tambem porque afastadas assim quaesquer ambiguidades, todos os votos que este nome obtiver na urna nada terão perdido da sua significação.

Era o repudio da candidatura José Elias e a formal condemnação do candidato.

A favor d'esta candidatura houve, em 11 de Outubro, um comicio no palacio do conde de S. Miguel, a Arroyos. Presidiu Souza Brandão. José Elias falou durante duas horas. Pois não pronunciou uma unica vez a palavra *republica* ou *republicanos*!

Porem o melhor de tudo e o que dá uma idéa mais perfeita de genesis republicana em Portugal, não tendo nunca os corruptos e imbecis chefes

do movimento democratico deixado de manter a mesma característica, através dos annos, até hoje, é a história das duas circulars. Uma para os monarchicos, em linguagem... monarchica! Outra para os republicanos em linguagem... republicana! Digam os leitores se ha coisa melhor para definir o character, o feitio, a carencia absoluta de convicções e de sinceridade do homem que maior influencia exerceu sobre o partido republicano em Portugal, pois a verdade é que todos bramavam contra elle, mas todos vieram, mais tarde ou mais cedo, a acceitar-lhe o mando e a acatar-lhe a auctoridade.

As eleições realizaram-se em 13 de Outubro. No circulo 95 houve empate. E antes da eleição de desempate, marcada para 3 de Novembro, publicava o *Diario Popular*, no dia 1, esta carta, por muitos titulos curiosa:

Ill.mo Ex.mo Sr.

Temos a honra de communicar a V.^a Ex.^a para que se digne de o fazer constar á assembléa geral do centro republicano democratico de Lisboa que resignamos os cargos, com que nos havia honrado a confiança dos nossos concidadãos e nos demitimos de membros do centro. Permanecemos fieis aos principios que temos professado e cada vez mais convencidos da excellencia d'uma idéa que tem por si a razão, a justiça e a humana dignidade. Continuamos a seguir e a evangelizar quanto couber em nossas faculdades a mesma doutrina, em cujo nome nos associámos com

os nossos correligionarios na fundação do centro republicano de Lisboa; obedecendo, porém, a um dever de consciencia, somos forçados a demittir de nós as honrosissimas funcções, em que nos investiu a benevolencia da assembléa geral.

Discordamos profundamente da politica seguida por parte do centro em relação ao presente governo do paiz e á intervenção do partido republicano na lucta eleitoral do circulo n.º 95, não desejamos n'estes pontos participar das responsabilidades, que o silencio, interpretado como tacito assentimento, poderia auctorisar.

Crendo, como n'uma verdade intuitiva, na victoria infallivel e não remota, da verdadeira democracia, na sua forma exclusivamente popular, e esperando que a unidade e o vigor do nascente partido republicano saberá triumphar de todos os meios empregados para o enfraquecer e dividir, poremos da nossa parte o maior empenho para que elle justifique as sympathias publicas pela moderação com a firmeza, pela perseverança com a abnegação, pela prudencia dos seus actos sem o falso opportunismo de allianças deleterias, pela tolerancia democratica sem a funesta complacencia com interesses da occasião.

Temos a honra de ser com a mais subida consideração.

Lisboa, 31 de Outubro de 1878.

De V. Ex.^a

Amigos e correligionarios,

Antonio de Oliveira Marreca
José Maria Latino Coelho
Bernardino Pereira Pinheiro.

A carta era dirigida ao dr. Manuel Thomaz Lisboa, como primeiro vice-presidente do centro republicano, do qual eram presidentes Latino e Marrecas.

O catonismo intransigente do pitoresco mas bondoso Jacintho Nunes, o homem dos accordichos de Grandola, também tremeu do fundo da sua aringa alemtejana. E ei-lo por seu turno, em 2 de Novembro, a epistolographar ao dr. Thomaz Lisboa.

Ex.^{mo} Sr.

Peço a V. Ex.^a que communique ao Centro republicano democratico de Lisboa que d'esta data em diante deixo de fazer parte do centro. As razões que determinam o meu procedimento são as mesmas que invocaram os meus correligionarios Marreca, Latino Coelho e Bernardino Pinheiro. Escusado será assegurar a V. Ex.^a que continuarei no meu posto de honra, mantendo firme a bandeira da republica democratica, e combatendo no estreito limite das minhas forças as velhas instituições monarchicas.

Grandola, 2 de Novembro de 1878

*De V.^a Ex.^a
M.^{to} A.^{to} e Adr.*

José Jacintho Nunes

bibRIA

XV

Depoimento de um jornalista monarchico sobre José Elias. Theophilo Braga commenta a attitude dos partidarios e adversarios de José Elias acremente.

Não era tudo. Os federaes fundaram em Lisboa o *Amigo do Povo* para advogar a candidatura de Theophilo Braga, que se propunha pelo circulo 94, Alfama. O proprio Theophilo Braga collaborou na gazeta. Ora o *Amigo do Povo*, parodia ridicula, no titulo e no estylo, como vamos ver, do celebre pamphleto de Marat, dizia:

Alerta!

Consta-nos que o renegado José Elias Garcia e os seus dois secretarios Casimiro Gomes e o Braga, despachante, se teem reunido no largo da Rua dos Canos, em casa do compadre Tavares, para enganarem o povo, apresentando o Elias Garcia como deputado *republicano* por um dos circulos.

Alerta, povo amigo!

E, n'outro dia:

O *Amigo do Povo*, em nome do comité de salvação publica, e para que nenhum cidadão republicano possa allegar ignorancia do presente decreto, faz constar o seguinte:

1.º — A contar da data d'este declara traidor á republica, e põe fóra da lei, para todos os effeitos, o ex-cidadão José Elias Garcia, vereador municipal e presidente do centro *regenerador*, estabelecido na Travessa da Assumpção, d'esta cidade.

2.º — Igualmente declara traidores á republica e põe fóra da lei os cidadãos que, no praso de trinta dias, a contar da data do presente, fizerem parte do mesmo centro.

3.º — Ordena em nome da salvação da republica e da patria, a todos os bons patriotas, que façam constar no comité os nomes dos cidadãos que não cumprirem o disposto no presente decreto.

Para, no fim de contas, virem todos a cahir... nos braços do *traidor*. Farçantes!

Os do *Amigo do Povo* falavam ao *compadre Tavares*, personagem celebre na historia do banditismo politico, e assim designado pelos escandalosos favores que o chefe do partido regenerador, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, praticou em favor d'elle.

Não sei se o *compadre Tavares* — eu era creança n'esse tempo — seria o Eduardo Tavares, que veio a ser redactor do *Espectro da Granja* e das *Instituições*. Creio que sim, pois não tenho

noticia d'outro Tavares na politica indigena em geral e na do partido regenerador em especial. Ora Eduardo Tavares, patricio de José Elias, seu antigo companheiro e amigo, zangando-se com elle e descrevendo a acção do demagogo e maçonico, então chefe incontestavel e *absoluto* do partido republicano e grão mestre da maçonaria portuguesa, dizia nas *Instituições*, em 1883:

Houve alguns *meetings* por causa das irmãs da caridade francesas. Quem escreve estas linhas, então redactor do *Português*, jornal de que era proprietario e redactor politico o sr. Manuel de Jesus Coelho, fez parte das commissões d'essés *meetings*, encarregadas de pedir providencias ao governo contra os manejos obnoxios do lazarismo. Nunca o sr. Elias Garcia fez parte de taes commissões, nem compareceu em taes *meetings*, nos quaes, por conseguinte, nunca a sua voz foi ouvida.

Depois houve a *Associação Patriótica* do Beco do Rezende, na qual os homens mais contrarios ao clericalismo iam desentranhar-se todas as noites em discursos vehementes contra a reacção politico-religiosa. Fomos socio d'essa associação, que o duque de Loulé mandou fechar, acto arbitrario contra o qual protestou na camara electiva, nos termos mais levantados, o grande orador José Estevão. Nunca vimos alli o sr. Garcia, nem nos consta que fizesse parte de tal associação.

Depois fundou-se o *Futuro Social*, associação da mocidade liberal, que o sr. Fontes por seu turno mandou fechar. Tambem nunca lá vimos o sr. Elias Garcia, como nunca o vimos nas reuniões do theatro de D. Maria, em que tomámos parte, e que tinham por fim dispor a população de Lisboa para a subscrição publica destinada á

fundação e organização dos asylos da infancia desvalida, arrancados a grande custo das garras do lazarusmo.

Só no *meeting* da praça do Campo de Sant'Anna, em 1867, ouvimos pela primeira vez a sua voz falando ao povo. O *Manifesto*, que n'esse anno se fez ao paiz, está assignado pelos srs. barão de Vila Nova de Foscôa, Eugenio de Almeida, Oliveira Marreca, Antonio Cabral de Sá Nogueira, conde de Peniche e Ramos Lima. O nome do sr. Elias Garcia não apparece n'elle. Ao centro da Travessa da Queimada pertenciam diversos cavalheiros, dos mais liberaes, e entre outros o sr. Oliveira Marreca e barão de Foscôa. Tambem lá não vimos o sr. Garcia. Depois da dissolução d'este centro fez-se uma tentativa para organizar a *Commissão Central Eleitoral Artistica*. A primeira reunião teve lugar nas officinas do industrial Antonio Nunes, na Rua do Jasmim. Compareceram alli homens politicos dos mais notaveis e com tal influencia que os artistas lhes cederam os logares da mesa, que ficou composta dos srs. Levy Maria Jordão, presidente, José Maria Lobo de Avila e José Maria da Cunha Seixas, secretarios, e Antonio Cesar de Vasconcellos e José Gomes da Silva, vice-secretarios. O sr. Elias Garcia e demais membros do Pateo do Salema tinham-se eclipsado.

O *Manifesto* aos operarios, aliás assignado por diversos homens politicos, tambem não foi assignado pelo sr. Elias Garcia. Pois esse manifesto era tudo quanto podia haver de mais democratico.

Na commissão, eleita no *meeting* de 29 de Setembro de 1867, de que tambem fizemos parte, appareceu enfim o nome do sr. Elias Garcia. Esta commissão tinha por fim dispor as coisas para a grande manifestação popular que no 1.º de Janeiro de 1868 se havia de fazer no Rocio e d'alli seguir processionalmente para Belem a levar a El-rei uma representação contra o governo da Fusão. Estivemos lá. Corremos os perigos dos espancamentos na ponte de Alcantara. No largo de Belem soffremos as

arremettidas da cavallaria municipal como todos os que não faltaram a cumprir um dever de honra. O sr. José Elias não esteve lá.

Pois ele nunca esteve *senão onde lhe convinha*, como, de resto, todos os nossos *políticos*, ou republicanos ou monarchicos. Nunca nenhum d'elles teve um pensamento nacional, mas, apenas, mesquinho interesse pessoal, mesquinho interesse partidario.

Mas ignoravam Latino Coelho, Bernardino Pinheiro, Oliveira Marreca o passado de José Elias, ou o seu protesto era uma simples especulação, expediente eleitoral, manobra dos partidos monarchicos de que elles se constituíram no campo republicano, como dizia Theophilo, *sentinellas avançadas*, elles progressistas, elle regenerador, segundo o mesmo Theophilo Braga?

Oiçamos Theophilo. E' na *Historia das Idéas Republicanas em Portugal*, que fala o *Mestre*. Um livrinho que poucos conhecem, porque o primeiro que se esforçava por que elle não fosse conhecido era, depois, o proprio *Mestre*.

Infelizmente os homens mais importantes do centro republicano democratico pertenciam á geração dos lyricos politicos de 1848, a sua acção exerceu-se em simulacros de parlamentarismo, em que se suscitavam paixões pessoais e argucias de opposição; separados de todo o contacto com o publico, sem doutrinação popular, receando

serem absorvidos pela corrente socialista, cahiram em uma desconfiança mutua de que resultou uma desmembração fatal. Esses espiritos generosos da epocha de 1848 arrogaram-se a auctoridade das suas tradições e dos annos; mas tendo longo tempo militado provisoriamente nos partidos monarchicos, tomaram os vicios d'essa falsa actividade de que se separaram uns por despeito e outros por ambição pessoal, pensando fortalecer-se com o elemento democratico. Os partidos monarchicos militantes, no seu antagonismo procuraram tambem desviar em seu beneficio a corrente republicana; o *partido historico*, desesperado da exclusão do poder havia mais de seis annos, fusionou-se com o chamado partido reformista tomando o titulo de progressista, e nesta evolução, para intimidar o Paço, cujo favoritismo lhe faltava e era a causa da sua abstenção do poder, delegou um grupo como sentinella avançada no campo republicano. O *partido regenerador*, que disfrutava como governo a posse exclusiva do favoritismo do Paço, contrariou essa tactica do seu antagonista não só realizando a maxima tolerancia para as ideias politicas, como delegando alguns homens intelligentes para se apoderarem da direcção do centro democratico, chegando até a patrocinar uma candidatura republicana. Em presença um do outro os dois elementos *historico e regenerador* que se acobertaram com a chlamyde da republica, estiveram desde a constituição do Centro em um estado de mutua desconfiança, até que nas eleições de outubro de 1878 a dissensão se fez publica, fragmentando-se o centro republicano democratico em dous, segundo as cores da politica monarchica que o desmembrava. Durante estes dous annos de intrigas, cavillações, tergiversações e de esterilidade, os espiritos sinceros que conhecem que a forma politica da republica só pode effectuar-se pela propagação da ideia da *soberania nacional*, exercida pelo *suffragio universal*, foram separando-se d'esse meio dissolvente, onde todas as energias

se esgotavam. Pouco antes da desmembração definitiva do Centro republicano-democratico em republicanos-progressistas e republicanos-regeneradores, o primeiro grupo fez publicar a seguinte circular: «Na reunião da assembleia geral do *Centro eleitoral republicano democratico* realizada em 30 de setembro ultimo, foi eleita uma comissão encarregada de estudar as *causas da decadencia do referido centro* e propor as providencias necessarias para as remediar. Um dos factos em que essa decadencia se tem mostrado mais sensivelmente é a diminuição sucessiva do numero dos associados, que parece ter uma causa determinante, que convem conhecer, e que não podemos suppor seja esfriamento de convicções nas nobres e generosas ideias republicanas, porque estas, de dia para dia, se diffundem e arreigam por todo o paiz, e se tem demonstrado por variadas formas, continuarem ardentes no espirito de muitos que se despediram do Centro. No interesse pois da causa republicana, a comissão roga-vos o especialissimo obsequio d'expor, por escrito, os motivos que tivestes para abandonar o Centro e de dar a vossa opinião sobre os assumptos que foi chamada a estudar. Sala do *Centro Eleitoral Republicano-Democratico* em outubro de 1878.» A scição dos dous grupos dispensou as respostas escriptas sobre a causa do abandono do Centro; os mesmos que interrogavam tinham na consciencia o segredo da causa da decadencia. As sublimes aspirações de 1848 haviam-se perdido depois da morte de Henriques Nogueira, e os seus sectarios ao serviço dos partidos monarchicos acostumaram-se a essa pratica de cavillações. Nada ha já a esperar d'elles.

Nem d'elle, Theophilo Braga, que veio a transigir miseravelmente com aquelles proprios que accusava.

Afundaram-se todos em lama. Continuaram *intrepidamente*, — o que o berço dá a tumba o leva, — as intrigas e cavillações monarchicas. Nasceram *sem ideal*, sem um nobre e levantado pensamento democratico e nacional, e assim vieram arrastando a republica até o doloroso transe d'esta hora.

bibRIA

XVI

Continuam os seus depoimentos Eduardo Tavares e Theophilo Braga. Por fim os grupos republicanos unem-se em «noivado auspicioso». Mas quem pagava as despesas do noivado e os presentes aos noivos era, como sempre, o thesoiro publico.

Em nota, Theophilo acrescentava :

Estes factos acham-se claramente formulados pelo sr. Martins de Carvalho, antigo redactor do *Conimbricense*. «Sentimos dizer-lo: mas o que é verdade é que na generalidade os partidarios do systema republicano pouco mais teem feito do que digladiarem-se entre si, fraccionando-se sob o titulo de *federalistas, unitarios, socialistas, radicaes, opportunistas* e outros. E comtudo, ainda não é esse o peor dos erros que teem praticado, pois bem fraccionados estavam os liberaes durante a emigração em França, Inglaterra e Ilha Terceira, e comtudo conseguiram triumphar do absolutismo. O mais grave de tudo é o symptoma da desmoralisação que se nota entre os proprios republicanos, ou chamados republicanos.

«Durante o ministerio intitulado regenerador viram

todos que pela immediata influencia do ministro das justiças Barjona de Freitas, uma parte do partido republicano de Lisboa, sob a capa do republicanismo, prestava o mais efficaz apoio á situação existente. Diziam-se republicanos; mas nas eleições e na imprensa auxiliavam, umas vezes directa outras indirectamente, o governo regenerador.

«Seguiu-se o actual ministerio progressista, e durante elle temos visto para com o partido republicano os mesmos manejos empregados pelos ministros regeneradores. Se o intermediario da situação regeneradora para com os republicanos era o ministro das justiças Barjona de Freitas, o intermediario na actual situação progressista tem sido o ministro das obras publicas Saraiva de Carvalho. E se uma parte do partido republicano se prestou a ser instrumento dos regeneradores, outra parte tem-se agora prestado a ser instrumento dos progressistas. Digam-nos se isto é sério; e que garantias nos dão esses chamados republicanos de que tratam de empregar os meios honestos e efficazes para desenvolver as idéias republicanas n'este paiz, e de preparar os elementos para no futuro se realisar suavemente a esperada transição! (*Mais reflexões politicas, no Conimbricense*, n.º 3376, 1878).»

D'estas fracções republicanas, o grupo *federalista* está immaculado de conluio com os partidos monarchicos, e mantendo a tradição iniciadora de Henriques Nogueira, busca dar á sua solução politica um character positivo com as bases da ethnologia e da historia dos povos peninsulares.

Os *unitarios* obedeceram sempre á senha progressista, como os *opportunistas* ao partido regenerador. Os *socialistas* servem os que patrocinaem os seus interesses de classe; e por isso tendo cooperado com os regeneradores passaram depois a mover-se segundo as indicações dos progressistas. Se algum elemento *radical* existia no partido republicano era com intuitos de má fé,

para justificar a inscrição de alguns nomes nos archivos secretos da policia, e envolver os sinceros quando fosse preciso.

Teophilo continuava a ter razão. Muita razão. Simplesmente, elle era um pouco peor do que José Elias e *incomparavelmente* peor do que Oliveira Marreca, Bernardino Pinheiro, Jacintho Nunes e Latino Coelho. E o grupo federalista valia tanto como os outros.

Em 1880, depois do Centenario de Camões, deu-se a reconciliação entre *republicanos regeneradores e republicanos progressistas*. Foi a 14 de Julho. A pretexto da comemoração da tomada da Bastilha, reuniram-se, em *fraternal banquete*, homens dos dois grupos. E no dia seguinte a *Democracia*, órgão de José Elias, commentava: «E não era só o anniversario d'um grande triumpho popular que alli se festejava; dois grupos de verdadeiros republicanos, que viviam afastados, festejavam a sua alliança com a alegria expansiva que caracteriza as bodas d'um noivado auspicioso». A *Vanguarda*, órgão dos federaes, replicava: «Em vista d'isto resta-nos dar os nossos sinceros parabens aos nubentes, e desejar-lhes uma prolongada *lua de mel*. São estes os nossos votos mais fervorosos.»

E foi tudo! Nunca mais se ouviu clamar, inflamado na *santa indignação da idéa*, o cidadão Theophilo Braga!

Não era uma alliança de *verdadeiros republicanos*. Era uma abdicação completa de principios. Era, como sempre, o triumpho da corrupção, ou da *crapula politica*, para falar com mais acerto.

Pois que motivo novo levava a erguer nos *gloriosos escudos da Idéa* o condemnado da vespera, o que vergava ao peso dos anathemas dos pontifices unitarios e do *Mestre*, aquelle que os federalistas do *Amigo do Povo* declaravam *traidor*, e traidores, como elle, os que no prazo de trinta dias não abandonassem o centro *regenerador* da Travessa da Assumpção?

Quando eram indignos, quando publicamente o fulminavam, ou agora que publicamente o abraçavam?

E para que? Para marcharem, emfim, á conquista do Ideal? Qual ideal! Pobre Ideal! Para marcharem á conquista do tão desejado e disputado vellocino, carneiro fabuloso que desde a noite dos tempos vem despertando a cobiça humana com os seus tão decantados vellos d'oiro.

Rodrigo tinha dito: *Os deputados são como as casas, a faze-los de novo é preferivel compra-los depois de feitos*. Fontes, quando alguém o incomodava no parlamento ou na imprensa, interrogava lesto: *que quer elle?* A *Regeneração* arvorava em systema politico, consagrando-o, os velhos costumes da *crapula nacional*. José Elias, adoptando o systema, ia na esteira do seu modelo Fontes.

O compadre Tavares, — ralham as comadres, descobrem-se as verdades, — é que lhe conhecia as baldas. Lá bramava elle:

Falemos agora do sr. Elias Garcia como vereador da camara municipal de Lisboa, desde 1872 até fins de 1881.

O primeiro periodo da sua gerencia no pelouro da instrucção foi de 1872 a 1876. Em 1876 passou o pelouro ao sr. Namorado, e depois ao sr. Luis Jardim, vereador eleito depois da campanha do Passeio Publico, que deu em resultado a dissolução da camara. O sr. Elias Garcia fez parte das commissões das obras e de fazenda e superintendencia do pelouro dos incendios.

Em Janeiro de 1878 foi-lhe de novo confiado o pelouro da instrucção, no qual se conservou até fins de 1881, e que se viu obrigado a deixar por ter perdido a eleição, sendo governador civil de Lisboa o sr. conselheiro Arrobas. E' d'este facto que data o odio da jacobinagem áquelle prestante cavalheiro, amigo leal das instituições vigentes.

Digamo-lo sem hesitações: no ponto de vista do desenvolvimento do ensino primario, foram relevantes os serviços prestados pelo sr. Elias Garcia, embora, na nossa opinião, mais o guiasse o pensamento de firmar a sua influencia politica e eleitoral do que o de beneficiar a infancia lisbonense. E a prova temo-la em diversos factos que vamos referir. O primeiro é o ter abusado escandalosamente d'uma auctorisação limitada, que a camara lhe deu em 27 de Junho de 1880, nomeando arbitrariamente e *sem concurso* todo o pessoal das escolas com o *cachei* republicano. De cada um dos professores fez um partidario, e a prova temo-la na saliencia com que elles se confessam francamente seus parciaes e manifestam, em publico, quando é preciso, o seu exaltadissimo facciosismo. O proprio conselho do districto censurou aquelle arbitrio.

Tambem não se comprehende como um democrata sectario dos bons principios e tão illustrado se mostrava avesso aos concursos se não tivesse em mira beneficiar em cargos do pessoal do seu pelouro muitos dos que não estavam no caso de satisfazer a elles.

Tambem a muitos espantou que um puritano, que se inculca de tão rija tempera, fizesse os fornecimentos de mobílias e de todos os demais objectos indispensaveis para guarnecer as escolas do municipio sem licitação publica. Havia evidentemente o proposito de contemplar obsequiosamente com esses fornecimentos amigos e afeiçãoados, o que em verdade não abona a tão preconizada hombridade e tão decantado catonismo do sr. Elias Garcia.

As duas primeiras nomeações que propoz foram a dos srs. Consiglieri Pedroso e Sousa Telles. Por aqui se pode aquilatar o modo por que se houve na escolha do restante pessoal.

Em 1862 a verba inscripta no orçamento municipal com destino a instrucção era de 840\$000 reis. Em 1872 era de 1.235:000 reis. Em 1882 era de 90.656\$000 reis. Não lastimamos nem choramos a applicação dada a tal dinheiro; mas não temos duvida nenhuma em dizer que tal verba, agora de certo mais augmentada, não é proporcional com o que os habitantes do municipio podem razoavelmente pagar para o orçamento municipal na parte respeitante a impostos. E' bom instruir os filhos seus, mas é pessimo não ter que lhes dar a comer e mandalos á escola anemicos e esfomeados. E' excelente a educação, mas ainda é melhor a saude. Não temos o pensamento de depreciar no fundo os serviços feitos pelo sr. Elias Garcia á instrucção municipal; mas, com a mão na consciencia, affirmamos que, no desempenho do cargo de vereador, não cessou, despendendo largamente, de fazer politica e de fazer republica.

Ora eis aqui : quem pagava as despesas do noivado e os presentes aos noivos era, como sempre, o erario nacional. E não se diga, e não se conjecture que o facciosismo é que levava Eduardo Tavares a fazer aquellas affirmações. O facciosismo levava-o a escreve-las, certamente. N'esta pobre terra não ha nem houve politiqueiro ou politicão que zeles os interesses da moralidade e da verdade por simples amor á moralidade ou á verdade. Mas não inventava. Mas não calumniava. Não, inventar não inventava. Calumniar, não calumniava. Eram rigorosas verdades.

Havia muito tempo que José Elias vinha praticando o *systema*. Mas a *isca* foi a auctorização que a camara lhe concedeu a 27 de Junho de 1880. Logo sobre ella se precipitou o cardume dos vorazes tubarões ! A 14 de Julho eram as bodas do *auspicioso noivado* ! A coincidencia das duas datas !

A isca, a grande isca, a isca necessaria ! E necessaria, porque só ella poderia garantir a *prolongada lua de mel* que a *Vanguarda* desejava.

Não mais opportunistas, nem federaes, nem radicaes. Todos unidinhos n'um grande bando, n'uma grande e nova quadrilha, a peor, a mais hypocrita, e por isto a mais funesta, que ia surgir no tablado nacional.

Em Consiglieri Pedroso havia tido José Elias, o grande Elias, um dos mais habéis adversarios. Mas, mariposa de raça italiana, a questão politica,

para Consiglieri Pedroso, resumia-se em questões de nectarios. Onde achava melhor mel, ahi poisava. Elias deu-lhe mel, e elle ficou-se... a sugar.

O Cecilio, cão de quinta, arremetia do *Trinta*, furioso, de dentuça arreganhada. Um empregosito na camara municipal e ficou o cão... açamado.

O Terenas não ladrava muito alto. Mas ladris-cava: *béo! béo! béo!* de Coimbra, no *Partido do Povo*, a fazer honra á grave indignação de Bernardino, Latino, Jacinto Nunes e Marreca. Outro emprego na camara municipal, com o auxilio de casa para residir e facilidade de vender... a mobilia quando lhe aprouvesse!

E Terenas ficou a lamber, a lamber, n'uma gratidão idolatra, incensando o Mestre, o Propheta, o grande Elias, n'uma ternura... de commover o coração.

Como esses, dez, vinte, cem, tudo, todos. Se alguém ainda apparecia a arremeter, era sabido: queria emprego. *Aqui ou hão-de comer todos ou ha-de haver moralidade.*

Quem, em Lisboa, queria emprego, já sabia o processo: fazia-se republicano e descompunha o grande Elias. Era muito mais facil e efficaz que ser monarchico e descompor o Fontes. Fontes já não precisava de constituir partido. Para que Fontes chegasse a formular a sua celebre pergunta: *que quer elle?* — era necessario que quem o atacasse tivesse talento bastante para o incommodar. Ao passo que José Elias, n'um par-

tido nascente e n'um partido da rua, de chinfrins e arruaças, por qualquer fraldiqueiro era embaraçado.

Martins de Carvalho dizia bem. O peor não era o fraccionamento. O peor era a desmoralização. Fraccionado, e bem fraccionado, estava o protestantismo inglês no periodo acceso da luta contra o catholicismo e nem por isso deixou de triumphar. Em vez de um embaraço, esse fraccionamento foi, ao contrario, a maior garantia de bom exito, pois que nenhuma seita ficou com força sufficiente para esmagar as outras. Se uma das seitas tem conseguido dominar em absoluto, era fatal a intolerancia e, com ella, o despotismo.

Que importava que o partido republicano estivesse dividido, se o dividisse um interesse de honra, um interesse de principios?

bibRIA

XVII

Ainda na lua de mel do auspicioso noivado, veio a porca questão da Salamancada. Fontes exclama: «Se José Elias não existisse seria preciso inventa-lo.» Assim ficou consagrada a republica sem republicanos que veio continuar a tremenda obra de estúpida desmoralização da monarchia sem monarchicos.

Duas vezes o liberalismo atraiçou a causa santa da reforma dos costumes e da educação nacional. Uma, após 1834 e 1851, com o constitucionalismo. Outra, após 1880 e 1910, com o republicanismo.

O peor mal do constitucionalismo não foi, ainda assim, o roubo directo ao Estado, a ignobil mão baixa no thesoiro. Foi a desmoralização das grandes massas. Foi fazer do povo, cynicamente, um instrumento dos seus interesses vis.

Já não era pequeno crime entregar nas mãos de um povo inculto, boçal, embrutecido, a fisco-

lização geral e suprema dos negocios do Estado. Fiscalizar o quê? Fiscalizar como? Oitenta anos depois,—provei-o eu no meu livro *Pro Patria* com os meus inqueritos rigorosos nos quartéis sobre recrutas,—ainda elle não fazia, o cidadão soberano, nem mesmo o que sabia ler e escrever correntemente, quanto mais o analphabeto, a menor idéa do systema por que se regia a sua patria, o systema representativo.

Ninguém imagina a bruteza d'estes párias das aldeias. Não ha nada mais inculto, mais cerrado, mais selvagem. Nem eu mesmo tinha profundado tamanha bruteza antes de começar a ministrar-lhes o ensino das letras.

São uns verdadeiros barbaros. Não sabem fazer o mais elemental raciocinio. Não sabem falar. O seu vocabulario é limitadissimo. E os poucos termos que conhecem dizem-nos quasi todos estropeados, com a mais horrorosa das pronuncias. Palavras de mais de três syllabas já não as leem, os que veem da escola dizendo que sabem ler, senão hesitando, aos trambolhões, gaguejando para traz e para deante. Dos cincoenta e dois recrutas, vinte e seis nunca tinham visto uma letra; onze conheciam-nas, mas com muita difficuldade, com grande imperfeição; quinze liam correntemente trechos faceis, mas escreviam mal; e poucos conheciam as quatro operações.

Idéa approximada de patria, nenhum m'a soube dar, de todos elles. Nenhum me soube dizer o que era Portugal, com consciencia. O nome do chefe do Estado, só dois o sabiam.

Um, o n.º 9, disse-me que o rei de Portugal era o Papa!

Ao lerem um trecho da *Selecta Militar*, — D. Vasco da Gama, de Pinheiro Chagas, — e averiguando eu que a ignorancia sobre o descobridor e descobrimento da India era absoluta, como, de resto, sobre tudo que dizia respeito á historia e chorographia da nação portuguesa, voltei-me para o n.º 95, que está hoje em infantaria 16, um alfaiate d'aspecto bailão, mas de bom fundo, que tinha vindo de Lisboa (1) e que havia estado no Porto, em Santarem e n'outras terras do paiz, e perguntei-lhe se não estava na capital por occasião do centenario da India. Respondeu-me que sim.

— Então que foi o Centenario da India ?

— Foi um grande homem que já morreu ha muitos annos e que prestou grandes serviços ao paiz.

E disse-o sem trepidar, com ares solennes de orador de comicio e plena consciencia da sua superioridade sobre os camaradas, que o ouviam attonitos de tanto saber!

Assim escrevia eu em carta dirigida ás *Novidades*, em 14 de Junho de 1902. Em 1903, 1904, 1905 e 1906, estando em Coimbra, no regimento de infantaria 23, observei, como deixei registado na imprensa jornalística e no *Pro Patria*, que o estado dos recrutas d'aquelle regimento ainda era peor que o dos recrutas de Vizeu. Quasi nenhum dos que se alistaram na minha companhia nos periodos de incorporação relativos aos annos referidos fazia a menor idéa do valor politico, do

(1) Eu comandava então uma companhia no regimento de infantaria 14, em Vizeu.

valor social da constituição, da organização e eleição das camaras municipaes e legislativas. E *nenhum*, absolutamente *nenhum*, mesmo d'aquelles que possuiam algumas luzes sobre o caso, tinha noções claras do assumpto.

Os recrutas da cidade, propriamente da cidade, da cidade universitaria!, ou eram, em maioria, analphabetos, ou liam e escreviam com grande incorrecção. Ainda mais incultos, proporcionalmente, que os recrutas das aldeias. D'estes, ainda apparecia um ou outro lendo e escrevendo com alguma perfeição.

Vinte e oito annos seguidos mettido nos quartéis, sem commissões, que sempre rejeitei, em contacto diario e intimo com os pobres ilotas, meus irmãos, de todos os districtos, provincias, regiões, observando, estudando, vendo, conheci bem o meu paiz e a miseria moral e intellectual que o degradava. Qual era o dever de um homem intelligente? De um homem honesto? De um patriota? Instruir, moralizar, educar. Pela palavra e pelo facto. Descendo até os miseraveis ilotas para os erguer. E, a par, combatendo *à outrance*, sem treguas, sem quartel, sem piedade, o bando-leiro, o traficante, o bandido, que, abusando da inferioridade dos infelizes, infamemente os explorava. Foi o que eu fiz. E, d'ahi, a minha attitude e a minha campanha, ardua, difficil, mas tenaz e energica, contra o quadrilheiro politico em geral e o quadrilheiro republicano em especial.

Volto a dizer o que, nos meus escriptos, já tenho dicto muita vez, isto é, que o conflicto travado entre mim e os republicanos, *que venho combatendo ha quarenta e cinco annos*, quasi desde a primeira hora em que surgi para a vida publica, tem sido um eterno conflicto de processos e idéas. Não houve outra incompatibilidade entre nós. O conflicto de pessoas não foi mais do que uma simples derivante do conflicto das idéas. E os factos sucessivamente teem vindo a demonstra-lo.

Eu sempre disse: «A vossa politica negativa não destroe só a monarchia, destroe tudo. Não é um regimen que andaes a desfazer, é uma patria. Triumphareis para cahir. Mas para cahir... abraçados á nacionalidade.» E cahiram. Se não abraçados ainda á nacionalidade, preparando para ella horas desgraçadas.

Só eu tinha razão. Só eu, quando defendia uma politica inteiramente opposta á politica monarchica nas idéas, nos processos e nos homens. Intransigente, mas constructiva. De combate, mas de planos, de pensamentos de governo, de methodo, de trabalho, de collaboração forçada nos problemas que se fossem offerecendo, visando a destruir, não pela anarchia, pelo desvairamento, pela desorientação, pela promessa irrealisavel, pela baixa lisonja de todos os sentimentos ruins, pela apologia de todas as theorias falsas, mas pela solida instrucção, pela recta educação, pelo, tanto quanto isso é possivel dentro das fraque-

sas humanas, amor da justiça e da verdade. Que não viesse para continuar, refinada, requintada, descabellada, mas para lhe pôr termo, a politica monarchica. Politica de aventureiros, de bandidos, de salteadores sem intelligencia e sem alma.

Os factos estrondosamente me vingaram contra aquelles que por essa attitude me verberavam. Só eu tinha razão! Só eu via claro, com perfeita lucidez, no meio d'aquelles loucos, por entre aquelle pandemonium infernal!

Para que se uniram em 1880? Para a grande obra urgente, inadiavel, da reconstituição do character nacional? Não. Para fazer partido *numerozo* pelos processos constitucionaes. Para receber a paga miseravel dos seus serviços vergonhosos ás quadrilhas monarchicas. Para refocillar, quaes porcos de ceva, nas gamellas do Estado. Hypocritas, a encobrir com a capa da democracia a ruindade dos instinctos, a negrura dos propositos.

Logo em 1882, na *Salamancada*, o demonstraram.

A *Salamancada* foi uma das questões mais escandalosas e mais porcas do reinado de D. Luis I. Não podemos aqui historia-la minuciosamente, nem é indispensavel para o fim que nos propomos, historia profunda, extensa, que occuparia muitas paginas d'este volume.

«A historia politica do syndicato — diz o sr. Silva Cordeiro no seu livro *A crise em seus*

aspectos moraes — anda diluida e fragmentada por centenas de artigos, discussões, documentos, entre os quaes o folheto do sr. Kendall fica sendo um dos mais valiosos, como commentario vivo do contracto que, em nome dos bancos do Porto, elle subscreveu em 10 de Maio do anno passado.»

Esse folheto, — *Questão bancaria do Porto — A administração do Syndicato Portuense e os meus trabalhos desde 1886 em defesa dos interesses dos accionistas dos bancos — Resposta a uma provocação*, por Henrique Carlos de Meyrelles Kendall, é, na verdade, muito interessante. Quem o ler, e a critica que lhe fez o sr. Silva Cordeiro no livro mencionado, se não fica fazendo idéa completa da grande pouca vergonha conhecida vulgarmente pela *Salamancada*, fica, pelo menos, com noções claras a tal respeito. Em resumo foi isto:

A cidade do Porto queria que se ligasse o caminho de ferro do Douro com uma linha internacional que facilitasse as communicações directas entre aquella cidade e o norte da Europa, «para evitar, como diz Kendall, que o desvio do trafego, para outros portos, desse causa a uma paralyção ruinosa, de que resultasse *crescer a herva nas ruas do Porto!*»

Esta phrase *crescer a herva nas ruas do Porto* fez epocha e deu motivo a uma rhetorica inflamada e despejada, sobretudo da parte dos grilhetas da palavra e da penna, por quem Henry

Burnay distribuiu os 360 contos que levantou como delegado do Syndicato para... *despesas indocumentadas e gastos de imprensa.*

O partido politico que dominava no Porto era o partido progressista. Fontes, então no poder, para cercear a influencia progressista em favor da influencia regeneradora, aproveitou-se das circumstancias e resolveu fazer a vontade ao Porto. E a este motivo mesquinho, eleiçoeiro, quadrilheiro, se sacrificaram não só os interesses do erario nacional mas tambem os interesses dos accionistas dos bancos portuenses, para desgraça d'elles envolvidos na tramoia indecente. Tudo em favor de uma judiaria infame, a unica que ganhou, de parceria com jornalistas e parlamentares corruptos; pois jamais se descobriram, até hoje, as taes grandes vantagens, tão preconisadas, que da immunda negociata adviriam á cidade do Porto.

Foi um escandalo, uma porcaria que, sobrecarregando ainda mais o thesoiro publico, mais profundou a desmoralização em que, de velha data, se vem afundando Portugal. Pois bem, ao partido republicano, e a elle só, se deve o triumpho d'essa porca negociata.

Escreve Bazilio Telles, no seu livro *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro* :

O projecto de lei, apresentado a esse respeito nas duas camaras em 1882, constituia, no dizer dos opposito-

res, como acto politico uma loucura rematada, como operação financeira uma extorsão sem precedentes. A indignação estoirou, pois, com violencia. Nas coleras progressistas é evidente que não havia que fiar. Não estava ainda viva na memoria do paiz a famosa campanha contra Fontes, e o inqualificavel descaro com que fora renegado o celebre programma radical? Não assim porrem, com a vehemente opposição republicana, erguida contra o projecto no parlamento e na imprensa, pois que essa interpretava bem o sentimento da parte honesta do paiz, que viu com apprehensão e desgosto o peso dos encargos e responsabilidades tão levemente contrahidos pelo governo. A questão foi larga e ardentemente debatida nas camaras, como poucas o teem sido; e uma commissão de capitalistas e proprietarios, que fora a Lisboa exercer sobre ellas uma especie de pressão, chegou a ser apedrejada nas ruas pelo povo.

Como se escreve a historia! Bazilio Telles era um homem muito honesto, de quem eu fui admirador e amigo até á morte. Mas nunca foi capaz de vencer inteiramente o seu fundo de sectario!

Quem oppuzer a reputação de Bazilio Telles á de Eduardo Tavares não hesita em acreditar que é Bazilio Telles quem está dentro da verdade. Diz Eduardo Tavares:

Uma vez o sr. Fontes, que não desperdiça a ocasião para o tratar (*falava de José Elias*) com os mais amaveis qualificativos, disse a meia voz e muito contente a alguns dos seus amigos:— «Este José Elias foi um achado;

se não existisse seria necessario invental-o». Está escrito sem contestação.

Isto passou-se por occasião do debate sobre o syndicato Salamanca. O que queria o sr. Fontes dizer expressando-se por tal forma? Não o sabemos; o que sabemos é que os republicanos não fizeram então *meetings exclusivamente seus*. Nos *meetings mixtos* das cervejarias, os da opposição monarchica foram corridos e apupados. O sr. Pinheiro Chagas não voltou lá; o sr. Mariano foi assobiado. O sr. Elias Garcia não compareceu senão n'um. Não falou em nenhum. Eis a verdade pura. Isto é o que todos sabem e não pode ser contestado por ninguem.

E' a verdade pura, sim senhor. Não pode ser contestado por ninguem, não senhor. E' o que todos sabem, diz muito bem. Todavia, Bazilio Telles não hesitou na affirmação de que foi a vehemente opposição republicana, erguida contra o projecto no parlamento e na imprensa, opposição que interpretava bem o sentimento da parte honesta do paiz, que fez estoirar... a indignação publica!

Não se percebe bem como chegava a tal extremo o sectarismo de Bazilio Telles, não ignorando elle, ao escrever aquellas linhas, pois não o ignorava, a attitude indecorosa mantida por José Elias n'essas circumstancias. Sabia muito bem que se a questão fora *larga e ardentemente debattida nas camaras, como poucas o haviam sido*, havendo só um deputado republicano nas camaras, José Elias, e não tendo esse dicto nem pró nem contra *uma unica palavra, o largo e ardente*

debate fora devido aos constituintes e progressistas, e de modo algum aos republicanos. Sabia muito bem que a imprensa republicana só dissera, como de costume, banalidades sobre o caso, limitando-se a ir na esteira da imprensa progressista, onde appareceram notabilissimos artigos de Antonio Ennes, Mariano e Navarro.

Que o dicto de Fontes, affirmava Eduardo Tavares, estava escripto sem contestação. Só isso? Foi consagrado, pelos proprios republicanos, como um titulo de gloria. José Elias morreu em 1891. A' beira da sepultura, o discipulo dilecto, Gomes da Silva, continuador da sua obra, repetiu-o, adoptou-o, exaltou-o, consagrou-o... como um titulo de gloria para o Mestre, e para os republicanos que ouviam o discipulo *com enthusiasmo* e alegria.

José Elias, sim, fora, um achado. Fora, fora... um achado! Evidentemente. Sem esse magnifico achado, como teria vingado a Salamancada e tantas outras questões escandalosas da vida publica portugueza? Quem salvou o governo regenerador na questão da Salamancada, com o seu mutismo na camara e as suas manigancias fóra d'ella, foi o grande José Elias. Foram os republicanos a apupar, a assobiar, facto incontestavel que eu presenciei, que presenciaram todos quantos assistiram aos comicios n'esse tempo, a apupar, a assobiar os oradores da opposição monarchica, os unicos que expunham e discutiam a

tratantada com talento, a apupa-los e a assobia-los sob o pretexto futil de que elles eram os tartufos progressistas.

Como não havia o José Elias de ter sido um *achado*? Como não havia Fontes de clamar: *Seria necessario inventa-lo, se elle não existisse?* E como não havia o discípulo dilecto, que foi um corrupto, de, na hora propria, fazer desse dicto o maior titulo de gloria do mestre querido?

Sem o *achado*, como poderiam tantos funcionarios civis e militares ser republicanos publicamente e impunemente? Como poderia o proprio Elias ser coronel de engenharia, professor da escola do exercito, e falar nos comicios contra a monarchia? Como poderia ser um dos maiores empenhos junto dos ministros? Como poderia tanto *bom republicano* arranjar que a monarchia lhe concedesse o pãozinho de cada dia?

Eduardo Tavares continuava:

O governo, por occasião do centenario do Marquez de Pombal (tambem n'esse anno de 1882), nomeou-o para a commissão que, em nome d'elle, governo, havia de dirigir a festa e distribuir o subsidio com que o thesouro para ella contribuira! Mais. No dia d'essa festa, o sr. Elias Garcia encorporou-se, fardado e armado, no prestito, levando atraz de si, tambem fardados, os seus discipulos, alumnos da escola do exercito, e d'estes, e de mais de 600 alferes, aspirantes e sargentos, recebeu uma manifestação republicana quando ia a entrar para sua casa na rua do Alecrim.

O governo soube d'isso e não lh'o extranhou. Compare-se tanta tolerancia com os rigores que se tem tido para com officiaes modestissimos do exercito, cuja desaffeição ao governo tem motivado as suas transferencias, e diga a consciencia publica se n'esta desigualdade de procedimento governativo se não descobre o *quid*, que a origina e explica. N'este ponto temos dicto o necessario para que cada um possa fazer o seu juizo e concluir o que lhe parece mais logico.

Quem conhecia muito bem esse *quid* era o dr. Manuel d'Arriaga, que veio a ser mais tarde presidente da republica. Quantas vezes elle me não disse a mim o papel que, por conta do governo regenerador, desempenhava na commissão do centenario o grande Elias!

Mas eu não quero fazer agora a historia do partido republicano portuguez antes da queda da monarchia. Só isso daria um volume. Quiz apenas habilitar os leitores á lucida comprehensão do que se vae seguir.

A minha these não é mostrar que os *republicanos são bons*. E' mostrar que os monarchicos assim o crearam e educaram, não tendo a menor auctoridade para se arvorar em seus juizes. E, ainda, que monarchia e republica se equivalem, não tendo sido a monarchia melhor do que a republica nem sendo a republica melhor que a monarchia. O que fica escripto já é sufficiente para provar, mas acabará de se provar nos capitulos seguintes, que nem monarchicos nem repu-

blicanos tiveram nenhum ideal de justiça, nenhum pensamento nacional, nenhum alto plano governativo, tendo apenas procurado uns e outros alcançar o poder, *por todos os processos*, e manter-se n'elle para satisfação ou de um ventre insaciavel ou de uma vaidade desmedida.

Attribue-se a D. Carlos o dicto: *Isto é uma monarchia sem monarchicos*. Assim foi, efectivamente. Mas, depois, seguiu-se *uma republica sem republicanos*. O meu grande medo, já o disse, é que d'este meu libello se possa deduzir que, afinal, verdadeiramente, o que isto, na essencia, vem a ser, é... *um Portugal sem portugueses*.

bibRIA

XVIII

A doentia susceptibilidade portuguesa perante o ultimatum. Guerra Junqueiro e os seus patrioticos dislates.

Orientados, agora, os leitores, com o conhecimento dos republicanos dez annos antes do acto brutal de Salisbury, podemos voltar ao prosseguimento da historia do *ultimatum*.

Dá-se na vida dos povos o que se dá na vida dos homens: tanto mais susceptiveis quanto mais decahidos da fortuna ou da grandeza passada. Portugal foi grande. Poderoso e grande. Sujeitou ao seu dominio metade do mundo. Tratou, falou como de igual para igual ás maiores nações na Europa. E não soube comprehender, para que continuasse vivendo respeitado e honrado, a mudança das situações, das circumstancias e do tempo. Apenas lhe ficou, como os nobres incapazes e arruinados, a consciencia da sua ruina e o fatuo orgulho dos pergaminhos fidalgos.

Quiz fazer, e quer, dos pergaminhos o unico titulo de recommendação ao respeito dos povos civilizados. Enganou-se. Os povos modernos só respeitam um pergaminho, o pergaminho da honra e do trabalho. E esse mesmo... quando respeitam. Entretanto, a Holanda, a Belgica, a Suissa, a Suecia e a Noruega attestam que o direito da força ainda não é tão brutal, tão latitudinario, tão cynico como os cynicos o apregoam.

Perante o *ultimatum*, a nossa doentia susceptibilidade desencadeou-se n'uma anarchia desenfreada. Um povo sensato teria procedido de forma que a Inglaterra se não atrevesse a esse extremo lamentavel. Mas quando um esquecimento, um desleixo, um descuido, uma orientação errada houvesse conduzido ao desastre, ao menos na hora solenne concentrar-se-hia n'um pensamento fixo e unico: mudar de vida e remediar erros passados. Era tempo de perceber que os pergaminhos fidalgos não poderiam ser motivo para que a Africa continuasse ao abandono, ou sendo *theatro* das façanhas que atraz ficam narradas. Se queriamos conservar os dominios coloniaes e fazer respeitar a soberania portuguesa era necessario que nos impusessemos por uma administração zelozza, activa, progressiva e honesta. Sem isso, o mundo rir-se-hia dos nossos pergaminhos e dos nossos... *direitos historicos!*

Infelizmente, ninguém assim o entendeu em Portugal, como aliás era d'esperar de um povo

vivendo n'uma desorganização e n'uma desordem seculares. Gritou-se, berrou-se, numa furia louca de guinchos, d'esgares e de dislates. Contra a monarchia, contra os ministros, os Braganças, D. Carlos, a tia Victoria, o *bebedo* do Salisbury! Declarou-se *boycottage* aos piratas ⁽¹⁾ Não faltou quem pedisse... *declaração de guerra á Gran Bretanha!* Ainda quinze annos depois, em 1905, Bazilio Telles, que passava por ser, e era de facto, a cabeça mais solida dos republicanos, sustentava no seu livro *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro* que se devia ter resistido á Gran Bretanha. Chega a comparar a situação da Hollanda e da Europa nos fins do seculo xvii com a situação de Portugal e da Europa em fins do seculo xix! Se Guilherme d'Orange arrostando com vantagem o poder dos exercitos francezes, tambem Carlos I de Bragança podia arrostar com vantagem o poder da Gran Bretanha! *A esquadra do Mediterraneo, concentrada em Gibraltar, bombardearia talvez a capital. Que bombardeasse! Os ingleses apoderar-se-hiam de Cabo Verde, de Quelimane ou de Lourenço Marques. Que se apoderassem!*

Phantasticos homens!

(1) E teve começo d'execução, chegando ainda a ser apedrejadas as casas de dois negociantes de Lisboa, que pela natureza dos seus negocios ficariam gravemente prejudicados não importando productos ingleses.

O leopardo britannico lançaria talvez a garra a Cabo Verde, a Lourenço Marques, e a uma ou outra colonia mais que lhe conviesse: nem seria inverosimil, comquanto fosse menos que provavel, que a quizesse afiar nos marmores e nas caliças de Lisboa. Mas o que a Inglaterra não era capaz de impedir, com todas as suas esquadras, com todos os seus exercitos, com todas as injurias da ralé da sua imprensa, era este facto, que seria desde então impossivel expungir da sua e nossa historia, — o nosso absoluto desdem por tudo isso.

De maneira que já sabemos: em desaparecendo as nossas colonias, em se perdendo, se vier a perder-se, a independencia portugueza, cospe-se o *mais absoluto desdem* no aggressor e fica salva... a nossa historia!

Phantasticos homens!

Mas teem sido todos assim, até agora. A obra dos mais intelligentes, dos mais honestos, ou elles fossem escriptores, e particularmente jornalistas, ou elles fossem parlamentares, ou elles fossem homens d'Estado, é, sob o ponto de vista nacional, ou *meramente negativa* ou profundamente desastrada.

A enxurrada dos dislates, dos improprios, dos tropos inflammados, a torrente da anarchia desgrenhada acabou, como do estylo, por se canalizar toda contra o rei. *Fora elle um homem...* como dizia Guerra Junqueiro nas annotações da *Patria*.

O conflicto inglez e a revolução brazileira, dois causticos, puzeram a nu, de improviso, toda a nossa debilidadade organica, — miseria de corpo e miseria d'alma.

Falecimento e falencia. Ruinas. Montões de vergonhas, trapos de leis, cisco de gente, lama de impudor, carcassas de bancos, famintos emigrando, porcos digerindo, ladroagem, latrinagem, mas salve-se quem puder de egoismos e de barrigas, derrocada d'um povo n'uma estrumeira de inscripções, — 700 mil contos de calote publico, a bella colheita do torrão portuguez, regado a oiro, a libras, desde 52 até 90.

A crise não era simplesmente economica, politica ou financeira. Muito mais: nacional. Não havia apenas em jogo o throno do rei ou a fortuna da nação. Perigava a existencia, a autonomia da patria. Hora grande, momento unico. A revolução impunha-se. Republicana? Conforme. Se o monarcha nos sahisse um alto e nobre character, um grande espirito, juvenil e viva encarnação de ideal heroico, tanto melhor. A revolução estava feita. Imprimia-se, d'um dia ao outro, no «Diario do Governo».

Mas feita com quem, perguntarão, se tudo era lodo? Feita com o elemento moço do exercito e da marinha, com quasi todo o partido republicano, com individualidades integras e notaveis dos partidos monarchicos, com a juventude das escolas, com um sem numero de indifferentes por nojo e por limpeza, com os duzentos homens de serio valor intellectual dispersos nas letras, nas sciencias, no commercio e na industria, e com o povo, o povo inteiro, que acordaria, Lazaro estremunhado, da sua campa de tres seculos, á voz d'um vidente, ao grito d'um Nunalvares.

E n'estes dislates vae decorrendo até chegar ao ponto em que diz: «Fora o rei um *homem*

que a nacionalidade moribunda se levantaria por encanto. E bem se me dava a mim da questão politica, da forma de governo. Essencial, a forma do governante.»

Assim confirmava Guerra Junqueiro, por um lado, elle que até ahi fora monarchico, que ainda o era n'esse instante, pois affirmava que o essencial era a forma do governante pouco se lhe dando da forma de governo, assim confirmava Guerra Junqueiro, com o seu depoimento, o depoimento de Oliveira Martins, de Emygdio Navarro, de Antonio Ennes, de Marianno de Carvalho, de José Luciano de Castro, de tantos outros, sobre a miseria a que arrastara o paiz a descomposição monarchica. *Fallecimento e fallencia. Ruinas. Montões de vergonhas, trapos de leis, cisco de gente, lama de impudor, carcassas de bancos, famintos emigrando, porcos digerindo, ladroagem, latrinagem, um salve-se quem puder de egoismos e de barrigas, derrocada dum povo n'uma estrumeira de inscripções, — 700 mil contos de calote publico, a bella colheita do torrão português, regado a oiro, a libras, desde 52 até 90.* E isto era exacto. Por outro lado, Guerra Junqueiro confirmava a pavorosa insensatez, de que em Bazilio Telles já demos uma amostra, do elemento *renovador* que se propunha arrancar a esse abysmo esta patria. *Se o monarcha, dizia elle, nos sahisse um alto e nobre character, um grande espirito, juvenil e viva encarnação de ideal*

heroico, tanto melhor. Palavrões ! A revolução estava feita. Imprimia-se de um dia ao outro, no «Diario do Governo». Palavrões !

Mas feita com quem, se tudo era lodo ? Elle proprio formulava a pergunta, a que dava esta resposta. Feita com o elemento moço do exercito e da marinha, com quasi todo o partido republicano, com individualidades integras e notaveis dos partidos monarchicos, com a juventude das escolas, com um sem numero de indifferentes por nojo e por limpeza, com os duzentos homens de serio valor intellectual dispersos nas lettras, nas sciencias, no commercio e na industria, e com o povo, o povo inteiro, que atordaria, Lazaro estremunhado, da sua campa de tres seculos, á voz d'um vidente, ao grito d'um Nunalvares.

Palavrões ! Palavrões ! E só tem palavrões, sem corresponder a nenhuma realidade, esta infeliz raça !

Com quasi todo o partido republicano. E n'uma nota acrescentava : Continuará a haver algumas duzias de republicanos, por coherencia, brio pessoal ou teima doutrinaria. O espirito republicano que alastrou no paiz, esse extinguiu-se, ou antes não se tinha gerado.

Sim. Elles vieram a demonstrar que eram, de facto, como os monarchicos, dos taes porcos digerindo, da tal ladroagem, da tal latrinagem, do tal salve-se quem puder de egoismos e de barrigas !

Feita com elemento moço, com a juventude das

escolas, com individualidades integras e notaveis dos partidos monarchicos, com os duzentos homens de serio valor intellectual dispersos nas letras, nas sciencias, no commercio e na industria e com o povo, o povo inteiro...

Sempre os palavrões! Dois anos de monarchia sobre o assassinato de D. Carlos e 17 annos de republica provaram bem o que valia o tal elemento moço, a tal juventude das escolas, *peores do que os velhos!* Os taes duzentos homens de *serio valor intellectual!* Esses, na sciencia zero. Na literatura, antes como depois, simples fazedores de phrases, correndo atraz do estylo, unica coisa que os preocupava, mas sem idéas, sem nenhum pensamento elevado, sem nenhum ideal nacional. Na industria, no commercio, na banca, a mais vil judiaria, em relação ás circumstancias d'esta infeliz terra, que eu conheço na historia. No povo, maior dissolução, bruteza e analphabetismo do que antes de ter surgido no horizonte a aurora revolucionaria que o *vinha acordar da sua campa de tres seculos, qual Lazaro estremunhado!*

Se isto um dia chegar a ser uma *verdadeira* nação, a possuir, consequentemente, os criticos dignos de uma *verdadeira* nacionalidade, elles serão, sem duvida, implacaveis com os intellectuaes que desde 1868 veem inspirando esta patria e registrarão que não houve n'esse periodo *um unico homem de serio valor intellectual*, entre

nós. Ramalho Ortigão foi republicano, e republicano militante. Deixou de o ser, para se tornar palaciano. Porquê? A razão que elle deu em particular foi esta: *o povo cheirava mal*. Ora o que um homem de *serio valor intellectual* faria, seria pugnar pelos progressos populares, dedicar-se á tarefa humanitaria e patriótica da educação material, intellectual e moral do povo para que o povo... não cheirasse mal. Oliveira Martins, outro republicano de praça assente no primeiro gremio politico republicano do Porto, convertido ao palacianismo e ás theorias do poder pessoal do soberano, foi *iberico*, considerando *um artificio* a nacionalidade portuguesa. Anthero de Quental, outro da *Idéa Nova*, escreveu, já eu o disse anteriormente, no opusculo *Portugal perante a Revolução da Hespanha*: «Nas nossas actuaes circumstancias o unico acto possivel e logico de verdadeiro patriotismo consiste *em renegar a nacionalidade*.» Guerra Junqueiro, depois de ter desvairado os espiritos com a mais dissolvente propaganda, morre renegando toda a sua obra revolucionaria, quer sob o ponto de vista religioso, quer sob o ponto de vista politico. E assim, mais ou menos dissolventes, mais ou menos anti-sociaes, mais ou menos anti-patrioticos, os encontraremos, percorrendo-os um a um, todos elles.

Muitos, simples pataratas engrandecidos pelo *elogio mutuo*, mas, de facto, sem valor nenhum.

Outros, grandes poetas, prosadores ou oradores. Nenhum, porem, com o alto objectivo, e só esse é socialmente, e socialmente o considerava Guerra Junqueiro, *o serio valor intellectual admissivel*, nenhum, porem, com o alto objectivo, a não ser por meio de palavrões destituídos de realidade e mesmo de sentido, de erguer da sua queda a terra em que nasceram.

Nunca uma nação, sobretudo pequena como a nossa, chegou ao estado de miseria descripto por Guerra Junqueiro: *montões de vergonhas, trapos de leis, cisco de gente*, com 200 homens de serio valor intellectual.

A influencia d'essas doutrinas, para lhes não dar outro nome, nas moças gentes, na tal juventude das escolas de que Guerra Junqueiro esperava a resurreição de Lazaro, vê-la-hemos no capitulo immediato.

XIX

O reaccionario Alfredo Pimenta, escrevendo na «Voz» um artigo sobre a «Patria» de Guerra Junqueiro, reforça o que dissemos no capitulo anterior.

Como temos dicto muita vez, incessantemente nos mandam de toda a parte exemplares de periodicos e de revistas chamando a nossa attenção para pontos ahi tratados, o que só demonstra a larga leitura do *Povo de Aveiro* e a influencia que elle exerce na opinião publica. Esta semana, após a leitura do artigo aqui publicado no domingo, qualquer desconhecido nos mandou um exemplar do periodico catholico e monarchico *A Voz*, trazendo marcado a lapis um artigo, com este titulo a toda a largura da primeira pagina: *A «Patria» de Guerra Junqueiro*. O artigo é do sr. Alfredo Pimenta e sahiu na *Voz*, que não costumo ler, como de resto, todos os periodicos portuguezes, de 30 de Outubro findo.

Começa o artigo n'estes termos:

Correu, mais ou menos, por aí, que nos ultimos annos da sua vida, Guerra Junqueiro modificara, profundamente, o seu poema «Patria», no que elle tinha de mais aggressivo, de mais injusto, de mais infamante para a Dinastia de Bragança em geral, e para o Rei D. Carlos, em especial.

Alterações graves se tinham dado no espirito do Poeta, que o aproximavam de Deus, e isso implicava, evidentemente, uma transformação na maneira de julgar os acontecimentos e os homens. O Poeta morreu a caminho da conversão, se é que, á ultima hora, á hora extrema, a sua alma não se reconciliou integralmente com Deus.

As modificações que o Poeta fizera, que se dizia por aí que fizera no poema, traduziam, portanto, o estado do seu espirito, e á critica, primeiro, e ao publico, depois, muito convinha conhece-las: á Critica, para poder formular um juizo sobre o Pensamento de Junqueiro; e ao publico, para se orientar.

Das referencias vagas, dos boatos, não passara eu a factos concretos, positivos: ao documento. Nunca os jornais, que eu saiba, aludiram ao caso, nunca os mexeriqueiros da Imprensa, que andam sempre a meter o nariz nos assuntos mais insignificantes, chamaram a atenção para o Acontecimento!...

Porque estamos diante dum Acontecimento!

Ha dias, quando andava a badinar pelos armarios da Livraria, que frequento, encontrei um exemplar da «Patria» encadernado que me despertou a atenção, pelo tamanho.

Supuz estar diante de alguma edição rara — e talvez da 1.^a edição. Abri-o, para satisfazer a minha curiosidade.

O tipo não era igual ao das minhas edições conhecidas. Vou ao frontespício e leio — *Edição especial*.

Que edição especial seria esta da «Patria» em que ninguém falou ainda? Vou á última pagina e leio: *Nota á 4.ª edição da «Patria»*. Nessa nota, datada de Abril de 1923, o Poeta escreve:

«Nesta nova edição da «Patria», sem ferir, nem o argumento nem a essencia do poema, cortei varias passagens, umas inuteis, outras injustas, outras de mau gosto. A balada do Doido a D. João IV, suprimi-a, conservando do monologo do rei apenas o que era bom e verdadeiro...

Cortei todos os versos deprimentes para a figura moral de Astrologus.

E' um acto de consciencia. Devo tambem declarar que os cães do rei, etc., não são retratos, copias de individuos. São creações sinteticas, simbolos, nada mais... Continuo a julgar D. Carlos, um rei nefasto, mas que eu ataquei bastantes vezes com imerecida, com hiperbolica dureza... As passagens mais crueis eliminei-as já, e outras remodelarei ainda, se Deus me der saude».

Chamo a atenção do leitor para o seguinte:

1.º — Junqueiro escreveu esta nota, para a 4.ª edição da «Patria» a que chama «esta nova edição»;

2.º — As passagens que eliminou, eliminou-as por as considerar ou inuteis ou injustas ou de mau gosto.

3.º — Outras referencias a D. Carlos, pensava, o Poeta, cortar, esperando que Deus lhe desse saude para o fazer.

O pensamento dum homem que está vivo é sempre respeitavel; o pensamento de quem já morreu é sagrado.

O poema «Patria» é edição dos srs. Lelo & Irmão, Limitada. Até agora, eu considerava os srs. Lelos uns simples editores de livros, negociantes activos, desenvolvendo galhardamente o seu negocio, servindo as letras portuguezas, dentro do seu mister de editores. Mas esta nova edição da «Patria» apresenta-me os srs. Lelos sob um aspecto diferente e curioso. Os srs. Lelos, até agora editavam indistintamente, o S. Cipriano e a Cartilha da Doutrina Cristã, a Velhice do Padre Eterno e os Sermões de Vieira, livros de vulgarização materialista e a Nova Floresta do doce Bernardes.

Era uma questão de negocio, um caso meramente mercantil. Agora, porém, os srs. Lelos apareceram-me philosophos. Sobrepondo-se ao pensamento de Junqueiro, armando em criticos, e juizes desse pensamento e das intenções morais do Poeta, apresentando-se quasi como fiadores da expressão fiel do mesmo Pensamento, os srs. Lelos chegam á ultima das audacias: a contradizer o que Junqueiro escreveu, pelo seu proprio punho, na nota final da nova edição, da 4.^a edição. Assim os srs. Lelos, em exegetas infalíveis, em fiadores do Pensamento de Junqueiro, escrevem no portico desta edição da «Patria» o seguinte:

«O Grande poeta da «Patria» e da «Velhice do Padre Eterno» foi um ardente patriota e um espirito profundamente religioso. Por isso mesmo é que, sobretudo nestas duas obras admiraveis, estigmatizou os embusteiros que traficavam com o pais e com a religião cristã que sempre tivera nele um sincero crente. Estes nobres sentimentos mantiveram-se inalteraveis em Guerra Junqueiro até á suprema hora da morte. No entanto, a bondade inata da sua alma e o sofrimento que nos ultimos anos o atormentou, exerceram sobre ele uma tão

poderosa influencia, que lhe fizeram ver o mundo a outra luz moral, *levando-o a perdoar* tanto aos que considerava culpados como aos que julgava em erro. *Foi, certamente a este criterio que obedeceu nas alterações* que introduziu em alguns dos seus notaveis trabalhos. Pouco antes de falecer, *Guerra Junqueiro pediu aos editores e proprietarios da «Patria» que publicassem uma edição deste poema com as modificações que ele lhe fizera*, sendo a revisão confiada ao Ex.^m sr. dr. Luís de Magalhães. O que nesse comovente momento lhe prometemos lealmente o cumprimos hoje.»

Os italicos são meus. Por esta nota, datada de 1925, os srs. filosofos Lelos afirmam :

- 1.º) Junqueiro foi um ardente patriota e um espirito profundamente religioso ; e por isso,
- 2.º) estigmatizou os embusteiros e traficantes do Paiz e da Religião Cristã ;
- 3.º) a bondade inata da sua alma e o sofrimento alteraram lhe a luz moral a que via o mundo ; e por isso,
- 4.º) perdoou aos embusteiros e traficantes ; e assim,
- 5.º) alterou alguns dos seus trabalhos ;
- 6.º) Junqueiro pedira aos srs. Lelos que fizessem uma edição da «Patria», com as alterações nela introduzidas.

A nota dos srs. Lelos é inaceitavel, porque fala to-lamente de coisas de que os mesmos srs. Lelos não sabem palavra, e porque se substitue ao pensamento expresso formalmente por Guerra Junqueiro. E' incorrecta, porque sofisma as intenções do Poeta morto. Demostremos.

Que sabem os srs. Lelos do que é um espirito profundamente religioso, e que competencia teem para afirmar que Junqueiro foi sempre um sincero crente da Religião Cristã ? Que sabem os srs. Lelos do que seja *bon-*

dade inata ou *adquirida*, para capitularem de inata a bondade de Junqueiro?

Depois, se a nova luz moral a que Junqueiro ultimamente via o mundo o levou a modificar o Poema, como é que os srs. Lelos afirmam que os sentimentos que inspiraram o Poeta quando fez a «Patria» se mantiveram inalteráveis até á morte?

Junqueiro, na sua nota, não fala em perdoar, não diz que é porque perdoa que altera o poema: ele suprime uns passos, porque são inúteis, outros porque são *injustos*, outros porque são de *mau gosto*. E' o Artista e o Homem a falar: o Artista indica as passagens *inúteis* e de *mau gosto*; o Homem aponta os passos *injustos*.

Quem pratica ou praticou *injustiças* não perdôa: pede perdão.

As alterações que Junqueiro fez na «Patria» são um acto de contrição que só depõe a favor da grandesa moral da sua alma, que Deus tenha junto de Si, mas que os srs. Lelos são incapazes de compreender, infelizmente.

Por outro lado, e aqui é que está o peor, tendo Junqueiro escrito a sua nota para a 4.^a edição da «Patria», (esta nova edição da «Patria») como ele diz, os srs. Lelos que fazem? Publicam a 4.^a edição *iguálsinha* ás anteriores, e é essa que fornecem normalmente ao publico, e publicam *uma edição especial*, numerada que *vendem a 50 mil reis o exemplar!!!*

Explicam que Junqueiro lhes pedira que fizessem *uma edição* da «Patria», modificada, colocando, assim, Guerra Junqueiro numa posição moral verdadeiramente indigna.

Pela «Nota» de Junqueiro, vê-se claramente que a 4.^a edição seria uma coisa diferente das anteriores: a «Patria» passaria a ser tal como essa 4.^a edição fôsse, enquanto Deus não lhe desse saude para novas alterações, porque as que fizera ainda não contentavam os seus sentimentos.

Na opinião dos srs. Lelos, Junqueiro tinha-se divertindo a amputar a «Patria» e, enquanto sustentava, na mão direita, para a massa publica, para a massa dos leitores, a edição antiga, com as suas infamias, as suas *injustiças*, dava, com a mão esquerda, uma *edição especial*, para os novos ricos, ou para os desgraçados como eu que, para poder estudar Junqueiro, fiz das tripas coração, e arranquei ás minhas necessidades, mais estes 50:000 !

Belo serviço que os srs. Lelos estão prestando a Guerra Junqueiro ! Cotejei as duas edições : a 4.^a official, *signé* Lelos ; e a 4.^a edição *signé* Junqueiro. Não ha um abismo entre uma e outra, como obra de arte, porque o que artisticamente valorisa a primeira mantem-se na segunda ; mas moralmente — que distancia ! Junqueiro merece o culto de toda a gente que o odio não cega, e a maldade não perverte : *elle corta, elimina*, impiedosamente 417 *versos*, salvo erro, substitue alguns termos mais crús, e na própria *Nota* final, elimina periodos. Os srs. Lelos não teem o direito de continuar a fornecer á praça publica a «Patria» repudiada por Junqueiro ; os srs. Lelos não teem o direito de continuar a envenenar o publico contra a vontade formal de Junqueiro. A 4.^a edição da «Patria» que os srs. Lelos fornecem ao alcance das bolsas regulares, é uma mentira, é um contrabando : a autentica, é a que os srs. Lelos vendem, por 50:000 !!, quasi ás escondidas. Quero ver agora quem me acompanha no meu protesto.

O sr. Alfredo Pimenta entra depois em *analyses* literarias que nada nos interessam.

Vamos ao fim, ao paragrapho que Pimenta intitula *A caminho de Deus e do Rei* :

Tem-se acusado S. Thomaz de Aquino de ao commentar Aristoteles, lhe attribuir pensamentos que o Filosofo não formulara. Os exegetas respondem, e muito bem, que nem só ha o que se diz: ha tambem o que não se concluiu, mas está implicito no que se formulou. Isto acudiu-me ao pensamento, ao proceder ao trabalho, de utilidade directa para o leitor, de comparação das duas edições da «Patria» — da primitiva, e da que Junqueiro modificou. E principalmente, no capitulo das *Anotações*. As modificações do texto do Poema traduzem preocupações esteticas e eticas. São os passos *inuteis*, e de *mau gosto*, por um lado, e os *injustos* por outro. O que determina Junqueiro ao modificar o texto do Poema é a ancia da Perfeição, de todo o Artista, e o Remorso, de todo o pecador. O desejo de Perfeição leva-o a eliminar o que é *inutil* e de *mau gosto*; o Remorso leva-o a suprimir o que houve de *injusto*. Mas nas *Anotações*, ha mais: ha preocupações de ordem filosofica — quer no capitulo da Religião, quer no capitulo da Politica, quer no capitulo da Sciencia.

A hora da Reflexão e da Conversão soou tarde para Junqueiro — pelo que conhecemos. Não sabemos o que se passou no seu espirito, no instante supremo da partida para a Eternidade.

Só Deus o sabe. Mas pelo Documento que Junqueiro nos deixou, traçado pelo seu proprio punho — as emendas ás *Anotações* da «Patria», concluimos que Junqueiro era, ao morrer, um catolico, e um monarquico em potencia, como diriam os filosofos do seculo XIII.

E assim se explica que os srs. Lelos estejam vendendo, á sucapa e por 50:000, a «Patria» de Junqueiro, a autentica, a que traduz fielmente o pensamento quasi definitivo do Poeta.

Se a hora da Reflexão e da Conversão tivesse soado mais cedo, quando Junqueiro dispunha ainda da saude fisica necessaria para o trabalho — não tenhamos duvi-

das : ele acolher-se-ia á sombra das duas verdades eternas a que aludia Balzac : a Igreja e a Monarchia.

Quando deixei a superstição republicana, Junqueiro disse-me, em carta que *não aprovava mas respeitava*.

Bom sinal. Com mais tempo diante dele, Junqueiro faria o que eu fiz.

Demonstremos.

O que nos salta immediatamente aos olhos, quando lemos as *Anotações* da «Patria» modificadas por Junqueiro, é isto :

a) supressão do que ofenda a Igreja ; b) supressão do que ofenda o *Principio monarchico* ; c) manutenção integral da descrição do Partido republicano.

Junqueiro escrevera, primitivamente : «Um clero português, desmoralizado e materialista, liberal e ateu», apondo a isto uma nota : «ha excepções individuais, claramente». Emendou para : «Um clero desmoralizado e materialista, ignorante e sem fé», apondo a isto a nota : «ha muitas excepções individuaes, claramente» ; a seguir, vinha referencia voltaireana ao que ele chamava «um clero jesuitico», — referencia que Junqueiro suprimiu de vez. E assim da sua critica ao corpo sacerdotal, fica apenas uma critica ao clero politico — filho do liberalismo revolucionario.

Ao falar de José Falcão, Junqueiro escrevera «aquele homem exalara de si o quer que fosse de sobrenatural e de divino». Esta *divinisação* do humano é tudo quanto ha de mais racionalista e sacrilego. Junqueiro suprimiu aquele periodo.

Na primeira edição da «Patria», o Poema transcreve o protesto que escreveu por ocasião duma projectada manifestação a Guilherme Braga — que tinha todo o character de anti-catolica. Agora suprime a indicação da origem desse protesto, e tudo quanto traduza ataque á Companhia de Jesus e à Igreja em geral. Assim, escrevera que o Catolicismo é *arvore velha*, mas que abriga ainda *aves inocentes*, e que não se deve abater a arvore, en-

quanto se não der novo abrigo ás aves. E' a mesma ideia já desenhada na *Velhice*. Agora, Junqueiro suprime tudo isso. Ele falara da necessidade de «um clero nacional e cristão, evangelista pela virtude, embora catholico pelo dogma». Toda a gente comprehende a significação desta reserva. Junqueiro substitue isso pela expressão: «um clero nacional, virtuoso e cristão».

Ele escrevera que «Spinoza ou Schopenhauer entender-se-iam muito bem com S. Francisco de Assis». Isto é paganisar o misticismo franciscano, é adulterar a concepção catholica do misticismo. E' ainda pôr no mesmo prato da balança o Santo e os Condenados. Junqueiro suprimiu. Depois, inventa um «Deus dos Evangelhos» e um «Deus da Companhia de Jesus» e dentro dessa blasfemia, entrega-se a divagações varias. Agora, suprime tudo. Finalmente, faz a certa altura, um gracejo de mau gosto com as orações — que suprimiu tambem.

Não ha duvida: a caminho do catolicismo.

Ainda como sintoma neste sentido, veja-se a modificação que Junqueiro fez no que escreveu, primeiro, quando disse que «o homem sem o ideal sobrehumano, *regressa á bestialidade donde veio*»: é a adopção da Teoria darwinista da descendencia do homem que a Igreja condena e a Sciencia deixa em suspensão. Junqueiro substitue o *regresso á bestialidade donde veio*, por *bestializar-se*.

Não ha duvida: a caminho do catolicismo.

A caminho da Monarquia? Vamos ver.

Quando fala do Poder moderador, Junqueiro escreveu que «exercido ao acaso da herança pelo primeiro que sai dum ventre, como da roda duma lotaria». O Poeta suprime tudo.

Mais adiante, Junqueiro escrevera que «a corôa de Rei, de pais a filhos transmissivel... — absurdo evidente». Agora, suprime esta condenação, aliás absurda, ela, do principio hereditario.

Temos, portanto, que Junqueiro não condena agora o *Principio monarchico*, como então. Logo -- a caminho da Monarquia. E mantem o seu conceito do Partido Republicano — «um partido de indole estreita, acanhadamente politico eleitoral, mais negativo que afirmativo, mais de demolição que de reconstrução», um partido que tem um estado maior de homens, «alguns de valia mas nenhum *a valer*», um partido sem chefe «um chefe da auctoridade abrupta».

De sorte que se o Poeta mantem a sua opinião de que o Partido republicano era aquella força quasi inutil, senão prejudicial, e suprime a de que — o Principio monarchico era o «absurdo evidente» — evidentemente digo eu que o Poeta estava a caminho da Monarquia.

No Prefacio ao volume das *Horas de Combate* um dos mais delirantes nulos das Letras portuguezas, o sr. Mayer Garção, escreve entre outras asnidades, estas: «Não foi Junqueiro que mudou; foi Roma»; Junqueiro «poderá ter transigido com a Monarquia, mas nunca teve a alma monarchica»; a Carlos Lobo d'Avila, fez ele, mais tarde, o fraldiqueiro *Veneno*, da «Patria» e não perdoou a Oliveira Martins a sua apostasia. E mais adiante: «muito menos a admitiria (a Monarquia) quando já reconhecera os seus defeitos como doutrina e como sistema».

Junqueiro, com as modificações que fez nas *Anotações* da «Patria» responde às tolices do sr. Mayer Garção.

Ninguém pode dizer, com fundamento objectivo, se Junqueiro morreu catolico e monarchico. Mas é a sua propria mão que nos demonstra que estava a caminho de Deus e do Rei.

As considerações do sr. Alfredo Pimenta teem o mesmo valor sectarista — faccioso como elle é, mais faccioso ainda de que os jacobinos verme-

lhós, — que nos republicanos temos combatido. Não é para as applaudir que as transcrevemos. Mas para ficar bem registado n'estes apontamentos para a historia contemporanea o aspecto final de Guerra Junqueiro, que eu não conhecia com os pormenores que o sr. Alfredo Pimenta agora trouxe a lume, esse aspecto final que vem confirmar tudo quanto no anterior capitulo escrevemos.

Pois que dissémos nós? Dissémos, primeiro, que o depoimento de Guerra Junqueiro nas annotações da primitiva edição da *Patria* só tinha o valor de ser um reforço aos depoimentos já citados no decorrer d'estes capitulos sobre a *dissolução monarchica*, pois monarchico tinha elle sido e o era ainda *n'esse instante*, desde que nos vinha affirmar que *o essencial era a forma do governante pouco se lhe dando da forma de governo*, deixando assim bem patente que não era um *republicano de verdade*. Escreve agora Alfredo Pimenta que *elle estava a caminho da monarchia*. Se nunca foi um *republicano de verdade*! Que razão tinha elle no fim da sua vida para manter o conceito que formara dos republicanos, modificando ao mesmo tempo o conceito que formara dos monarchicos, se os acontecimentos plenamente haviam demonstrado e demonstram que o grande crime dos republicanos, aliás imperdoavel, era terem seguido o caminho dos monarchicos? Considerar os monarchicos, n'esta altura da historia

portuguêsa, com as provas de falta de patriotismo, tacto e talento que teem dado, baixissimos uns e outros, azues e brancos e verdes-encarnados, de intelligencia e de character, é uma perfeita iniquidade.

Dissémos, segundo, que se um dia Portugal chegasse a ser uma *verdadeira* nação, que se um dia chegasse a possuir, consequentemente, os criticos dignos de uma *verdadeira* nacionalidade, e não da casta de Alfredo Pimenta e outros tantos, elles seriam, sem duvida, implacaveis com os intellectuaes que desde 1868 veem inspirando esta patria. Citámos varios exemplos e concluimos pelo de Guerra Junqueiro affirmando que o poeta, *depois de ter desvairado os espiritos com a mais dissolvente propaganda, morria renegando toda a sua obra revolucionaria, quer sob o ponto de vista religioso, quer sob o ponto de vista politico*, o que era, dizemos nós agora, *continuar a desvairar-los*. E concluimos n'estes termos: *E assim, mais ou menos dissolventes, mais ou menos anti sociaes, mais ou menos anti-patriotas, os encontraremos percorrendo-os um a um todos elles*, referindo nos aos intellectuaes.

Nenhum d'elles, affirmamos, affirmamos e havemos de affirmar, que é uma grande verdade, teve um nobre ideal-social, um alto pensamento nacional. Ficaram todos encerrados mesquinhamente no valor das formas literarias.

Eram os *vencidos da vida*, como a si proprios

se proclamavam. Vencidos no pensamento e na acção. Pessimos portugueses, embora literatos de valor incontestavel.

Excepto um, João de Deus, tão grande pedagogo como poeta, mas esquecido como pedagogo e só exaltado como poeta. Até parece, parece e é certo, que os literatos o desdenham como pedagogo, escondendo-lhe *esse defeito*, para honra da literatura e da *classe* e bom nome desta patria. São formidaveis !

Agora mesmo, com Antonio Feijó, todos os seus panegyristas se esqueceram de que elle foi o auctor do excellente relatorio sobre a *Instrucção Populor na Suecia*, para se lembrarem só de que foi o auctor do ... *Sol de Inverno* !

Miserrimos literatiços e mais nada.

E não havia esta pobre patria de se afundar !

Mas encerremos aqui este parenthesis, pois este capitulo não foi hoje mais do que um parenthesis aberto no proseguimento d'estes apontamentos historicos. Encerremos o parenthesis para reatarmos o fio da narração no capitulo immediato.

XX

Antonio José de Almeida funda o «Ultimatum» e n'elle publica um violentissimo artigo contra o rei. João de Menezes vem em seu reforço na «Patria», orgão da rapaziada das escolas.

Dissemos que a enxurrada dos dislates, dos improperios, dos tropos inflamados, a torrente da anarchia desgrenhada acabara, como do estylo, por se canalizar toda contra o rei. E começámos, com o exemplo de Guerra Junqueiro, a demonstra-lo.

Ora esse exemplo não podia deixar de ser contagioso e de se exercer principalmente na rapaziada das escolas.

João de Menezes, que veio a ser uma das figuras preeminentes da republica, mas n'essa epocha simples estudante da Universidade, escrevia, em 1 de Julho de 1890, na «Patria», orgão dos republicanos das escolas:

D. Carlos I, de profissão rei de Portugal e caçador de perdizes, houve por bem mandar metter n'uma prisão o estudante que teve o bom senso de fazer sobre a sua real pessoa um estudo zoologico, segundo a phrase pittoresca do epileptico senhor commissario de policia de Coimbra. Está satisfeita a real pessoa do senhor D. Carlos, com quem, digamo-lo de passagem, nada sympathizamos.

O rei D. Carlos, que nós já conheciamos como pretencioso imitador das façanhas tarimbeiras de Guilherme II, quer agora fingir-se czar terrivel, mas czar sem forza por temer que n'ella se suicidassem alguns dos seus validos, czar sem Siberia porque é temperado e delicioso o clima d'esta esterqueira á beira-mar situada. Mas nem por não haver forza ou desterro, deixa de ser odiosa esta situação.

Foi odiosa a sentença, foi odioso e covarde o proceder traicoeiro da policia de Coimbra, que n'esta occasião não apanhou a competente sova da Academia, porque os estudantes estavam desprevenidos e desarmados e em minoria infelizmente. Foi odiosa a ordem que mandou 50 soldados para guardar a cadeia, quando esses soldados podiam estar agora em Moçambique, enchendo-se de gloria, a combater os infamissimos ladrões subditos da tia do rei D. Carlos. O exercito que agradeça ao rei!

O rancor, o odio, a impotencia intellectual dos sabujos da monarchia contra todos aquelles que justamente os accusam, desabafou em leis de repressão impostas pelo sr. D. Carlos, dictadas pelo valido Oliveira Martins, e sustentadas pelo sr. Duval Telles, militarão muito intimo das reaes pessoas. Começou uma repressão desordenada e estúpida como estúpidos são aquelles que a exercem. Nada ganharão com isso os amigos do rei, os amigos do bandalhissimo bebedo Salisbury.

O titulo do jornal *Ultimatum* rebentou aos ouvidos

do rei e dos seus creados como um grito d'odio, uma accusação de traição. Feriu, apunhalou. Era um remorso.

Mas a culpa não é de quem escreveu o jornal, é de quem sente o remorso a atormenta-lo. Não quer, porem, o rei que o incommodem. Elle diz que trata da patria. De Belem para Mafra e de Mafra para Tancos, a Majestade em *villegiatura* guerreira dá libras para o rancho dos soldados e alfinetes de perolas aos officiaes. Trabalha tanto que nem tempo lhe resta para ler os *Amores d'um Principe* ou a *Filha d'um Jardineiro*.

E' preciso pois respeitar o rei, zurram avidos de palha os seus lacaios. Pois nós não o respeitamos nem o respeitaremos nunca.

Talvez a canalha que tem uma gamella certa nos chiqueiros de Belem, vá, ganindo *sergiamente* de rabo cahido, fazer queixa d'este irreverente ao seu patrão caçador. Pois vão, que elle vos dará um osso a roer em paga das muitas chicotadas, com que em momentos de mau humor vos vergasta os lombos cheios de feridas mal cheirosas...

Todos os monarchicos estão unidos na defesa do throno. Todos se juntam em redor do rei, quer sejam progressistas da *Outra metade* ou *Obras do porto de Lisboa*, quer regeneradores do tratado da India, Lourenço Marques ou Salamancada. Fazem o seu dever de assalariados. E que o não fizessem; dois pontapés reaes os fariam afocinhar na esterqueira e entrar na ordem.

Querem comer, os descarados!

E muitos d'elles já rosnaram contra a monarchia! Mas souberam desdizer-se, quando, voltando ao poder, lhes permittiam que junto aos degraus do throno apanhassem alguma ponta de cigarro que não sabia bem ao sr. D. Carlos. Como todos nos indignam e nos enojam!

Pançudos salafrarios, tendes por um instante satisfeito o vosso odio d'impotentes e estupidos; foi metido na cadeia o rapaz altivo que soube encarar o rei como

devia. Indignaes-vos não tanto pelo que foi escripto, mas unicamente por não terdes a coragem de o escrever. Vendidos!

Os vossos artigos dão-vos a ganhar uns reles tostões, que ides arriscar á batota da politica. Nada mais; os vossos immundos escriptos não vos dão honra, não vos tornam dignos do respeito publico. Canalhas, vós que elogiaes uma actriz por um bilhete de *borla*, vós immundos fraldiqueiros que lambeis as saias á Rainha quando mentirosamente lhe chamaes *anjo de caridade*, vós os que não escreveis mas tambem fazeis politica monarchica e vos vendeis por *bonds* Hersent, luvas da Salamancada, ou pelo carrascão eleitoral, haveis de estar satisfeitos porque as ordens do rei foram cumpridas. Mas, oh! canalhas, é uma honra para Antonio José de Almeida ir para a cadeia ao mesmo tempo que o sr. Navarro vae para o *chalet* do Luzo e o sr. Marianno para Moçambique com o louvor e a confiança dos homens que lhe chamaram ladrão. E' uma honra para o valente estudante estar preso, quando o sr. Hintze Ribeiro visita amigavelmente a casa de Mr. Petre, e o sr. Lopo Vaz e os seus subordinados vão jantar ao Paço de Belem na companhia do descendente de D. João VI. E' uma honra para ti, meu amigo, ires para a cadeia, porque é uma honra para o rei ir para a Torre do Outão.

Como valor literario, como valor jornalístico propriamente dicto, este artigo é detestavel. Não obstante, João de Menezes era dos melhores d'entre os novos que se propunham, para redimir a nação, está visto, deitar a monarchia abaixo. Pavorosa decadencia! Assombrosa mediocridade!

Mas qual foi a origem d'esse artigo? Vamos ver.

Tratava-se do sr. Antonio José de Almeida, que n'um semanario que fundara, intitulado *O Ultimatum*, publicara em 23 de Março de 1890 esta preciosa joia literaria :

Foi d'um furor desalmado a borgia da acclamação. Houve festas luzidas, estupendas, em que se derreteu o ultimo pataco, e conta-se d'ellas, entre outras scenas commoventes, a historia d'uma bebedeira colossal que apanhou um poderoso principe de Inglaterra, que se viu obrigado a ficar despedindo coices d'alimaria em cima dos colchões da Ajuda enquanto o seu augusto parente era acclamado nas ruas da cidade como sendo trez vezes real. Pequenos detalhes que não se apagam da memoria para eterna consolação do povo...

Mal se esvaeceram nos longes os ultimos rumores da festança, logo os jornaes avançados começaram a chamar ao rei coisas tesas, coisas duras. Em seguida silencio relativo.

A 11 de janeiro o *ultimatum* do inglez ; e o rei que até ahi era um simples larapio, passou a ser, na bocca das folhas revolucionarias, um grande gatuno ; elle que até ahi possuia uma intelligencia mediocre, passou a ser simplesmente um bruto ; elle que até ahi exhibia, no seu descoco de pedante, uma educação deficiente, passou a ser um pacovio, em cuja cabeça pequenos e inuteis fragmentos de sciencia tristemente boiavam na agua choca que o sr. Alves de Sousa, seu mestre, em tempos lhe introduzira no craneo com a seringa da sua philosophia !

E eu concordava sempre...

Monarchicos assetearam-me, varando-me com argumentos formidaveis no meio de discussões violentas, mas eu continuava a concordar. Até que um dia veio, em que um argumento de peso dominou o meu espirito, e de

tal forma que fiz venia ás gazetas vermelhas, afastando-me arrependido do seu convívio diário. Esse argumento rezava assim: «Ha n'esta engrenagem que regula o paiz uma entidade sem responsabilidade que é o rei; sendo irresponsavel, ninguem tem direito a pedir-lhe contas dos seus actos». Acceitei e acceitei incondicionalmente. Atirei-me á meditação durante uma longa noite d'espaventoso inverno e vou dizer em poucas palavras o que apurei de tão tristes lucubrações.

Não se encontra em ponto algum do paiz um unico homem, ou seja catholico ou protestante, monarchico ou republicano, padre ou secular, bacharel ou sachristão, ou faça parte da nobreza ou pertença á plebe, que perante a lei não seja responsavel. Donde se conclue que el-rei D. Carlos de Bragança não é um homem! (Ponho de parte a hypothese d'elle ser um imbecil; folgo em deixar essa porta aberta ao sophisma d'algum cortezão delambido que queira travar polemica, exercitando a romba sagacidade).

Por outro lado, irresponsavel é o boi que, ha tempos, nas obras da demolição d'um edificio da cidade matou um homem nas proprias ventas de dois policias que tranquillamente fumavam, e que sem perderem a linha da sua impassibilidade bem mostraram concordar que se o boi matava o homem é porque lá tinha as suas razões.

Irresponsavel é o gato que a estas horas está a dar berros furibundos no telhado da minha casa e que sempre que pratica um roubo na cozinha encontra desculpa na philosophia caseira da creada, que lhe chama um bicho sem conhecimentos. E assim para todos os representantes da escola zoologica, collocados inferiormente ao homem. Donde se conclue que el-rei D. Carlos de Bragança é um animal! Bello argumento esse, que nos demonstra a existencia d'um animal na engrenagem reguladora...:

Mas que especie de animal é elle, que dizem ter a covardia da hyena e ser traidor como o tigre ; que umas vezes arremette de juba alçada como um leão para em seguida virar de costas como um sendeiro ; que se perfila de sobreceño carregado, n'uma impertigação de tarimba, perante o paiz e que se roja como uma serpente hypnotizada ás patas da Inglaterra ?

Que especie de animal será elle, que pela conformação anatomica se parece com o homem e pelos instinctos é peor que o inglez ?

Pertencerá elle porventura a essa especie serviçal e valente, representada alli no Museu pelo esqueleto d'um camelo ?

Não me parece. Aquella especie zoologica, d'uma tão grande submissão melancholica, é a que fornece a força dos seus musculos e a dureza do seu espinhaço á causa da civilisação, atravessando, soffredora, nas grandes caravanas, os areas d'Africa, ardentes e ingratos.

Será elle irmão d'aquelle orango que, alem no Museu, se deixa pender d'um galho n'um grande abandono philosophico, de barriga enfiada n'uma indigestão d'algodão em rama ?

Não com certeza. Aquelle macaco, para nós os discipulos de Darwin, está muito proximo do homem, e el-rei está muito longe, está muito, mesmo muito afastado ; separa-o de nós, alem da sua irresponsabilidade, o abysmo immensuravel da sua inviolabilidade sagrada.

Mas que bicharoco será então ?

Não sei. O proprio Linneu torceria a orelha aterrado perante a esquisitice do phenomeno, e os monarchicos mais competentes ainda não ousaram descerrar os labios auctorisados a fim de esclarecerem este ponto obscuro e confuso. Que tambem não faz muito para o caso. Alguem o classificará um dia e a sciencia dar-se-ha por satisfeita. E' o que basta.

Tudo isto que ahí fica auctoriza-me a fazer umas ligeiras considerações.

Admittido que se faça a revolução — porque é preciso que a revolução se faça — e porque nos achamos apetrechados para ella pela raiva e pela dor, á certa que aquelle figurão não pode ficar eternamente no paço de Belem, ruminando nostalgicamente a lista civil que elle appellida de insignificancia no seu egoismo de rei. Mas elle não pode ser morto. Portugal, o velho heroe magnifico, não lhe pode enterrar a espada gloriosa nas profundezas do estomago, nem pode descarregar-lhe no arcado peito uma das suas espingardas honestas. Não, a História mais tarde diria que nós outros, os portuguezes, n'um momento solemnisimo de desforra e de vingança, tinhamos maculado a honra impolluta e legendaria das nossas armas; das mesmas armas, que antigamente em Africa conquistaram a gloria, matando infieis que eram homens; das mesmas armas que no principio do seculo salvaram a Patria, matando francezes que eram homens tambem. Manda-lo lá para fora, impossivel; ninguem lá o tolerava. Entendo, pois, que o melhor será, quando os canhões começarem aos urros e quando o sangue principiar a correr, mette-lo n'uma das gaiolas centraes do Jardim Zoologico, fazer-lhe ahí uma cama de palha e deixa-lo ficar muito tranquillo e muito descansado. Elle receberá alli, nos dias dum sol alegre e festivo, a visita de conselheiros graves e pesados, que por entre as grades o picarão mansamente com a ponta das bengalas; e a visita de meninas franzinas que no intervallo dos namoros lhe atirarão com bolos para gosarem as engraçadas caretas que o monstro fará, ao comer.

Pobre rei, coitado, como teremos dó d'elle! Depois de soffrer os encontrões inenarraveis da sorte que lhe hão de desconjunctar o throno, fará, na melancholia da sua jaula, o encanto de gastos conselheiros e de meigas raparigas anemicas...

E então os jornaes, depois de annunciarem que no Jardim Zoologico ha musica ás quintas e domingos, di-rão, subindo ao mais alto furo do *reclame*, que acaba de para lá entrar o ultimo animal de Bragança !

Mais tarde a Historia repetirá friamente, como um echo :

— Ultimo animal de Bragança !»

Desde essa data, e em razão d'esse artigo, o sr. Antonio José de Almeida foi considerado o *primeiro vulto da republica* ! D'ahi partiu toda a sua *vida de glorias*. Por elle foi, e desde logo, *alvorada d'esperanças, madrugada de luz, aurora a despontar em céu de fogo*. Chefe de partido, deputado na primeira conjuntura, ministro certo no dia da republica.

Tudo isto se comprova com a leitura dos jornaes da epocha, das revistas, dos livros, onde o artigo é citado como o documento mais celebre do inicio da propaganda revolucionaria em Portugal. Lá vem elle estereotypado na *Historia da Revolta do Porto*. Não fez só a gloria do sr. Antonio José de Almeida. Fez a gloria de Antonio José de Almeida e dos seus amigos. N'um livro que mais tarde appareceu, *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, diz-se, falando de Antão Fernandes de Carvalho :

«Pertenceu com Affonso Costa, Antonio José de Almeida e outros á redacção do *Ultimatum*, jornal academico republicano, processado pelo artigo *Bragança o Ultimo*, de Antonio José de

Almeida, que foi condemnado em prisão correcçional».

O maior titulo de honra de Antão Fernandes, do seu *republicanismo* e do seu *civismo*, é ter pertencido á redacção do *Ultimatum*, processado pelo glorioso artigo *Bragança o Ultimo*.

Não dizemos isto, de nenhum modo, para depressir o sr. Antonio José de Almeida, que é um grande orador e um grande jornalista. Como jornalista, é elle, sem duvida, o primeiro a envergonghar-se hoje d'aquillo. Se eu proprio fôr ver agora o que escrevi n'essa epocha acha-lo-hei muito inferior ao que presentemente escrevo. O sr. Antonio José de Almeida é, pela grandeza do seu character e a belleza do seu espirito, o unico que se salva na historia, com Manuel de Arriaga, de todos os chefes da republica. Se faço referencia ao detestavel artigo *Bragança o Ultimo* é porque elle fazia falta na forte documentação com que pretendo pôr ao vivo o desencadear da furiosa anarchia e a evolução da baixissima mentalidade que arrastaram Portugal a um abysmo.

XXI

João Chagas, antigo palafreheiro real, funda no Porto a «Republica Portuguesa», que vem dar a ultima prova da anarchia em que o paiz se abysmava.

Em 8 de Julho, sob o titulo *O Perdão do Rei*, proseguia Menezes:

D. Carlos I, por cognome o Simão, é a creatura que a lei das rolhas pretende especialmente pôr a coberto de qualquer apreciação ou discussão por parte da imprensa republicana. A real e venatoria pessoa de S. M. foi objecto especial dos carinhos da trindade Lopo-Navarro-Martins quando foi elaborada a celeberrima lei de imprensa. Envolveram-no em decretos de repressão como quem mette um menino Jesus de cera n'uma redoma e expuseram-no ao *capachismo* e á vénéração dos bons monarchicos que leem pela cartilha das *Novidades*. Mas, apesar de tudo, são os monarchicos que teem a infelicidade de pôr em evidencia por um lado menos sympathico as reaes pessoas de Bragança-Orleans. Haja em vista por exemplo o barulho que se fez em torno da caridade da rainha Amelia. Os *capachos* monarchicos

teceram elogios avinhadamente estrondosos ao terno coração da filha do conde de Paris por ocasião da *influenza*, e afinal apparece o inaudito caso dos 40 contos. Agora o novo caso é com o Rei.

O sr. Dias Ferreira, que nos parece homem de grandes principios liberaes, referiu-se no parlamento á iniquidade da sentença do juiz Queiroz, antigo *John Brown* da Sociedade do Raio, e lembrou a conveniencia do indulto. Levanta-se muito lepidamente o sr. João Franco e diz que o governo pensaria no assumpto. Luziu o olho á gente monarchica da camara, que entrevia já a occasião de apreciar a *graciosissima* benevolencia e magnanimidade do sr. D. Carlos. Felizmente que os deputados republicanos se levantaram a protestar contra o indulto. Perdeuse uma occasião para o sr. D. Carlos figurar... mas sem proveito, digamo-lo francamente. As gazetas monarchicas exalçariam a pessoa do rei e ainda por cima atirariam á cara do criminoso com a esmola.

Gorouse-lhes o projecto. Antonio José de Almeida, nobremente, dignamente, soube rejeitar a graça do monarcha. A canzoada monarchica deitou a fugir de rabo entre as pernas. O pontapé foi applicado a tempo nos sergios e navarros.

Perdão do Rei! Perdão do Rei! E' costume por occasião da semana santa o rei mandar sahir da cadeia alguns gatunos e agraciar com titulos de visconde alguns tendeiros e syndicateiros. A importancia d'esses actos conhecem-n'a todos, nada valem como *graças* regias. Não estamos na semana santa, mas a *caridade* real funciona sempre. Se Antonio José de Almeida não protestasse a tempo, havia de apanhar com o indulto pela cara, como quem apanha com uma pedra ou uma commenda.

Ferozes navarroides, que medo é esse de applicar a lei? Então gritaram tanto que era necessaria a repressão e agora já teem medo das consequencias d'ella? Mordem e querem depois lambe a ferida. Tenham a coragem

das suas opiniões e da sua insensatez, ó senhores da monarchia! Condemnaram-no injustamente? Pois mantenham a condemnação que o Rei mandou impôr! Tomem a responsabilidade dos seus actos. E' já uma virtude, se assim pode chamar-se a um acto qualquer d'esses homens. Tomem a responsabilidade! Para o assassino ou para o ladrão é uma attenuante dizer que commetteu o crime. Pois digam tambem os senhores que querem manter a lei.

O rei que reserve para outros a sua munificencia. Os indultos são bons para o principelho d'Orléans.

Antonio José de Almeida não quer o perdão do rei, não precisa das suas esmolas, porque, alem de ser um rapaz ativo e digno, é bastante coherente com as suas idéas para que levasse a sua consciencia a reconhecer o poder real!

Guarde D. Carlos de Bragança o seu perdão, que é uma especie de *broche* da rainha d'Orléans.

Guarde o seu perdão, que A. José de Almeida guarda a sua honra.

Tudo impunha a severissima repressão d'estes ultrajantes, d'estes grosseirissimos desmandos. Até, fóra do interesse dynastico, da imperiosa necessidade de defender o regimen, o proprio bom nome da nação. Pois, como do mesmo artigo de João de Menezes se depreheende, até o sr. Dias Ferreira, homem inteligente e politico honesto, achou, pedindo clemencia, *iniqua* a sentença que condemnara á *grave* pena de trinta dias de prisão correccional o sr. Antonio José de Almeida! E sendo de esperar que alguém da bancada ministerial se erguesse para fulminar o

sr. Dias Ferreira, viu se com pasmo que o *futuro grande estadista* João Franco se limitava... a *concordar*, como representante do governo.

Bem pesadas, as palavras do *futuro grande estadista* não eram mais do que uma concórdia.

Assim desaparecia dia a dia todo o espirito de disciplina, de respeito pela lei e pela auctoridade. Assim se levava o desanimo a todos os funcionarios zelosos, a todos os magistrados integros. Assim se fazia perder a vontade aos poucos que tentavam resistir á onda demagogica furiosa e que só conseguiam attrahir sobre si a má vontade de todos, por entre vaias, chufas, troças e insultos dos revolucionarios. Assim se dissolvia a toda a hora o que restava do já tão dissolvido e tão frouxo character nacional, profundando-se, com rapidez vertiginosa, este abysmo de desordem, anarchia e impudor em que viemos a cahir e parece... que para sempre!

Mas continuemos, que o melhor ainda o não vimos.

No dia 1 de Setembro de 1890 sahio no Porto a *Republica Portuguesa*, dirigida pelo famoso João Chagas. Diz este, na *Historia da Revolta do Porto*:

N'esse jornal collaborou toda a paixão patriotica, impaciente por encher o ar com os seus protestos. N'elle publicaram os escriptos mais inflammados jovens patrio-

tas de então, que após o insuccesso da revolta desapareceram das vistas do publico para reaparecer mais tarde em situações officiaes. Alguns dos antigos collaboradores d'A *Republica Portuguesa* encontram-se hoje na politica conservadora — um d'elles tem mesmo assento na camara dos deputados, — na diplomacia, e, não poucos, no exercito, porque nunca houve em Portugal publicação que, como essa, dêsse hospitalidade a tão grande numero de militares desejosos de revoltar-se. Um dos seus collaboradores mais assiduos era mesmo um official da guarda municipal do Porto, que um dia poudes ver um dos seus artigos querelados.

N'esta altura, lê-se a seguinte nota: «Este official firmava os artigos que publicou n'A *Republica Portuguesa* com o pseudonymo — *Sertorio*. O artigo querelado concluiu por estas palavras: *Pois bem: para conjurar os perigos que cercam e ameaçam Portugal, é preciso, todavia, mais do que um protesto energico, é indispensavel a Revolução, unico meio de salvar a patria das garras terriveis do insaciavel inglês.*

Continuemos transcrevendo:

A *Republica Portuguesa* foi lançada á publicidade sem que anticipadamente se entrasse em accordo para a orientar. Os seus proprietarios não se associaram por qualquer especie de contracto; os seus collaboradores não precederam a sua obra de qualquer genero de entendimento. Estava no espirito de todos que era preciso romper primeiro com as leis, depois com as instituições, e foi isso o que unanimemente se fez. D'este perfeito

accordo sahiu esse bello rompante, que ficou celebre na historia do jornalismo português e que fazia dizer a Guerra Junqueiro: Este jornal dá a impressão physica da arremetida.

Já o seu primeiro numero foi uma flagrante infracção mais que de todas as leis, de todas as conveniencias da sociedade conservadora. Eramos novos e queriamos a todo o transe ser bravos. Faziamos alarde da nossa ousadia. Affrontavamos o poder como um bando de jovens caçadores affronta um velho leão, promptos a prostral-o. O nosso primeiro gesto foi de desafio. «A obra d'este jornal — escrevia-se no primeiro artigo do primeiro numero — será inteiramente e desassombradamente revolucionaria. Tanto vale dizer que será um jornal de combate e dirá tudo que for mister:

A despeito da vontade pessoal do rei;

A despeito da tyrannia dos governos;

A despeito do odio e da antipathia dos homens e dos partidos que exploram o paiz».

Os governos não fizeram caso, e *A Republica Portuguesa*, que, no emtanto, estampava n'esse primeiro numero os retratos do rei e de dois dos seus ministros, precedidos d'estas palavras — PELOURINHO — OS TRES DE INGLATERRA, circulou abundantemente e livremente por todo o paiz, captando desde logo o publico, sempre numeroso, que adora a bravura, e — o que maior alcance teve — levando a toda a parte, como a chamma d'um facho, o espirito de insurreição.

Os governos não fizeram caso, dizia o Chagas, e *a Republica Portuguesa* circulou abundantemente e livremente por todo o paiz.

Os governos de nada fizeram caso e tudo circulou, tudo quanto era fomentar a indisciplina,

a desordem, a anarchia, abundante e livremente de um ao outro extremo do paiz.

Eramos novos, accrescentava o Chagas, e queriamos a todo o transe ser bravos. E' uma periphrase. O que elles queriam, a todo o transe, era comer.

Quem o viu, ao Chagas e companheiros da *Republica Portuguesa*, nos pontos arriscados do 31 de Janeiro e, mais tarde, do 5 de Outubro? Pelo 31 de Janeiro foi-se metter na Relação do Porto, a cumprir os 10 dias de prisão correccional a que, por abuso de liberdade de imprensa, havia sido condemnado. Escolher esse momento para ir bater ás portas da cadeia, era, com effeito, querer a todo o transe dar provas de bravura!

O Santos Cardoso, que teve uma unica habilitade, a de passar por muito tempo por Ferrabraz para todo o mundo, escondeu-se na cloaca de uma casa vizinha do Campo da Regeneração onde, chegada a hora de dar provas de bravura a *todo o transe*, os revoltosos, fartos de o procurar, foram, enfim, dar com elle transido de susto.

Onde se metteu o bravo *Sertorio* da Guarda Municipal, se toda a Guarda Municipal esteve ao lado do governo?

Onde se metteram os outros bravos, que ninguém viu antes do *insucesso*, e que, depois do *insucesso*, appareceram anichados em boas situações officiaes de toda a natureza?

Lá diz o Chagas: «N'esse jornal (a *Republica*

Portuguesa) collaborou toda a *paixão patriótica*, impaciente por encher o ar com os seus protestos. N'elle publicaram os escriptos mais inflammados *jovens patriotas* de então, que após o *insuccesso da revolta desapareceram das vistas do publico para reapparecer mais tarde em situações officiaes*. Alguns dos antigos collaboradores da *Republica Portuguesa* encontram-se hoje na politica conservadora — um d'elles tem mesmo assento na camara dos deputados, — na diplomacia, e, não poucos, no exercito, porque nunca houve em Portugal publicação que, como essa, desse hospitalidade a tão grande numero de militares desejosos de revoltar-se».

Em cheirando em Portugal a revolução de triumpho provavel, logo a *paixão patriótica* apparece impaciente a *encher o ar com os seus protestos*, n'um coro de *venha a nós, venha a nós*, que se estende do Cabo da Roca á extremadura hespanhola e de Melgaço a S. Vicente. Tudo deseja revoltar-se! Não ha *jovem patriota* que, para salvar a pobre patria, não manifeste esse desejo! Mas se vem o *insuccesso*, só ficam voltados para a revolução todos os que, mais imprudentes, já haviam cahido, a essa hora, ... na *ratoeira*. O resto volta para traz em massa, a *encher o ar com os seus protestos*, mas então de *fidelidade ao vencedor*.

E' aquelle patriotismo do Lontro, a que me tenho referido tantas vezes. Do velho Lontro,

meu patricio, que, bem comido e bebido, pois era cidadão abastado, sentia um goso especial em continuar beberricando depois da sobremesa. Findo o jantar, sentava-se á janella com uma cabaça cheia de vinho sobre os joelhos. De vez em quando, alçava a cabaça, bebia uns goles, dava um estalido, de satisfação, com a lingua no céu da boca, exclamando *Viva a Patria*, invariavelmente.

Viva a patria! Viva a patria! quando ella não exige sacrificios e dá bom vinho á gente! Tenho contado isto muita vez, mas nunca resisto ao prazer de o contar *mais uma vez*. Eu era então adolescente. Vida adeante, vim sempre encontrando o Lontro symbolo quasi augusto do patriotismo português.

Esse famoso João Chagas ainda tres annos antes, em 1887, quando da ultima viagem ao norte do rei D. Luis, fora um caloroso apologista das virtudes reaes. Das virtudes e *mais partes*. A sua dedicação monarchica chegara aos extremos de trazer á redea, como o mais infimo palafreireiro, a cavalgadura real, quer dizer o ginete que sua majestade havia de montar.

Sendo o *reporter do Primeiro de Janeiro* durante essa viagem, dizia, entre outras muitas coisas, no numero 251 d'essa gazeta, de 8 de Outubro de 1887:

Referi em telegramma que tinha feito aqui grande escandalo um numero do «Commercio do Minho», periodico bracarense de que é redactor o sr. Albano Coelho, [e em que este senhor publicava, alem d'uma carta dirigida á princeza Amelia, alguns commentarios desagradaveis para os cidadãos de Braga que manifestaram as suas sympathias á familia real. Na epistola em questão, o sr. Coelho pretende provar a S. A. a duqueza de Bragança que as demonstrações a que tem assistido e de que tem sido objecto não partem do veio extreme do entusiasmo popular. Nos commentarios que acompanham a epistola, o mesmo sr. Coelho entra n'uma ordem de considerações que devem ter offendido gravemente os cidadãos a que alludi, porquanto, alem da projectada manifestação de que lhes falei em telegramma, uma outra veio assignalar a importancia do caso. Alguns populares apedrejaram as janellas da redacção do «Commercio do Minho», quebrando os vidros e sujando as portas.

Ignoro quaes sejam os ideaes politicos ou as convicções d'este jornalista bracarense; creio mesmo não ter lido completamente os «suelos» em que elle aggride a população que se manifestou sympathica aos soberanos. Não posso, porem, deixar de considerar estes casos de diatribe em occasiões excepçionaes, como simples pretexto para a aquisição d'uma popularidade que ordinariamente se esquivia...»

Não se pode dizer de João Chagas que fosse o que se chama, ou chamava, republicano militante. Todavia a sua scena do comboio com o Gomes Leal, que contaremos na devida altura, mostra que elle tinha já em verdes annos affinidades republicanas. Pois em 1887 até achava

bem que fossem apedrejadas as redacções dos jornaes ... anti-dynasticos !

O que achava mau em 1887, condemnando então as *diatribes como simples pretexto para aquisição de falsas popularidades*, achava bem, e praticava-o, em 1890. Qual o motivo de tão extraordinaria reviravolta em tão curto praso ? Que foi que o fez passar d'exalçador fecundo das pessoas reaes a virulento insultador do rei D. Carlos ? Certamente o mesmo que levou os seus companheiros de conjuração, os que n'esse momento pediam com elle a cabeça do monarcha, a *reapparacer mais tarde em situações officiaes*.

Convenceu-se, convenceram-se com elle todos os seus *companheiros d'armas*, de que a republica ia sair do *Ultimatum*. E ei-los todos, de garras estendidas sobre o *erario publico*, apressando a queda do regimen monarchico.

A nação, em peso, — diz elle ainda na «Historia da Revolta do Porto» — exigiu o desaggravo.

Qual ?

Nem ella o sabia !

Nas primeiras horas de desvario, houve quem propusesse a guerra. Por momentos, a muitas imaginações, Lisboa appareceu ardendo, como Alexandria. Mais tarde, sobreveio o pensamento do *boycottage*, e logo se decidiu fazer a guerra, menos desigual, ao commercio e á industria ingleza. De qualquer modo, o desejo expresso do paiz inteiro foi que se suprimissem, desde logo, todas as relações com a Inglaterra. Por isso se começou gritando : *abaixo a alliança inglesa !*

Como a coroa e os governos corresponderam a este sentimento, vimos tambem. Contrariando-o, não fizeram senão irrita-lo. Quando o sentimento publico compreendeu que coroa e governo eram os seus inimigos, contra eles se voltou e não encontrando outra formula em que encarnasse o seu protesto, adoptou aquella que pareceu visar mais directamente o objecto da sua indisposição. Essa formula foi a Republica.

Achou-se a explicação. E ei-los todos, de garras estendidas sobre o *erario publico*, apresando a queda do regimen monarchico!

O rei, quando rebentou o conflicto, nem tres meses, sequer, tinha ainda de reinado. Nem tres meses! Nenhuma responsabilidade lhe cabia n'esse doloroso desenlace. Não obstante, é sobre elle que chovem todas as injurias, as mais torpes, as mais infames, as mais baixas. Assim queriam os redemptores redimir esta patria!

Se a responsabilidade dos insultadores, porém, era grande, a d'aquelles que deixavam o rei exposto a taes insultos, perdendo-se todo o seu prestigio, cahida na lama toda a sua auctoridade, offerecendo-se ao paiz e ao mundo o mais demoralizador, o mais dissolvente de todos os espectaculos, a anarchia a alastrar, a alastrar, levando, qual facho ardente, o incendio devorante a toda a parte, a responsabilidade d'estes, dizemos, era muitissimo maior.

Todos são responsaveis por este grande incendio em que, por absoluta falta de defesa da

ordem publica e de todas as regras e principios de *bem governar*, desapareceu a monarchia, desaparece a republica, e vem, primeiro a pouco e pouco, por ultimo a passos agigantados, desaparecendo, de ha muito, esta patria. Todos são responsaveis. Mas os grandes responsaveis, os primitivos e maiores *incendiarios*, — e a questão é começar, — não são, não foram os republicanos, foram os monarchicos.

A todos os instantes os partidarios do velho regimen enchem a bocca com os seus *homens de Estado*.

Que é d'elles? Onde estiveram, que fizeram, como se chamam, sobretudo a partir de 1860, os *grandes estadistas monarchicos*?

Ha de responder a consciencia publica não só sobre os factos já narrados, mas sobre outros mais, e não menos importantes, que eu, sem *parti-pris*, pois vê-se como fulmino os republicanos, tenho ainda para narrar.

bibRIA

XXII

Onde se apontam casos que mais uma vez demonstram que não havia ideal nenhum, mas simples «vi-deirismo», nos que se propunham derribar por todos os processos o regimem monarchico. Como esses e outros, monarchicos e re-publicanos, dissolveram o caracter portuguez.

De Abel Acacio d'Almeida Botelho, que fora meu *collega* na redacção dos *Debates*, onde, como eu, nesse ano de 1890, escrevera artigos revolucionarios, que nesse mesmo anno fora membro do comité revolucionario de Lisboa, com indignação me contava o *austero* João de Menezes este caso.

João de Menezes encontrou-se no Martinho com Abel Acacio. Travou-se conversa e cava-lheiro Acacio, ardendo no fogo sagrado do patriotismo e da moralidade, disse coisas tetricas da rainha Maria Pia, afagando e incitando o

conhecido catonismo de austero João. Que, deante d'aquillo, a imprensa republicana não podia ficar calada! Que era indispensavel cauterizar aquellas mazellas purulentas! Que os partidos revolucionarios tiveram sempre a augusta missão de fulminar os escandalos e os abusos dos grandes e poderosos da terra, sobretudo quando esses abusos e escandalos eram contagiosos para os humildes, ou commettidos á custa do thesoiro publico. Etc. Abel era facundo. Como o Chagas, como todos os da mesma qualidade.

D'ahi a uma hora começava no Avenida Palace um banquete dado pelos officiais do Corpo de Estado Maior a um official do mesmo Corpo, recentemente chegado do Ultramar, e que se tinha distinguido nas campanhas de Africa. Houve brindes. Brindes officiais e brindes extra-officiaes. Entre estes um á rainha Maria Pia de Saboya. Quem levantou *espontaneamente* um brinde a esta senhora? Quem, voluntariamente, se fez panegyrista das suas virtudes? Abel Acacio!

O pulha, dizia-me Menezes no dia seguinte, cerrando os punhos e os dentes, n'um desprezivo gesto de colera que lhe era muito peculiar!

Era dos taes da *paixão patriotica*, dos taes que, segundo o Chagas, queriam a *todo o transe ser bravos*. Dos taes, ainda no dizer do Chagas, que, após o insuccesso da revolta, desapareceram das vistas do publico para reaparecer mais tarde em situações officiaes. Por aquelles processos,

Abel gosou commodamente a protecção e a sympathia dos republicanos e a protecção e a sympathia dos monarchicos. Desfructou as melhores commissões do Corpo d'Estado Maior em Portugal. Mil commissões de honra e rendosas. Proclamada a republica, Abel, que já devia estar na conspiração, como em todas as conspirações, *impaciente por encher o ar com os seus protestos patrioticos querendo a todo o transe ser bravo*, adhire no mesmo dia. Galga d'um pulo as escadas da hierarchia republicana, como d'um pulo galgara as escadas da hierarchia monarchica. Apparece logo redactor da *Lucta*. Apparece logo deputado. Apparece logo na primeira fila do nosso corpo diplomatico. Chegaria ao céu se a morte, cedo, o não vem ceifar.

E quem foram os paranympchos da sua nova conversão? Os que no altar da Idéa ministraram o sacramento do chrisma a esse pulha, como o Menezes lhe chamava? O proprio Menezes, mais o Brito Camacho!

Character apodrecido, com o qual nunca se salvaram regimens, nem idéas, nem raças, nem historia, nem nacionalidades. Como o Chagas, como o Abel Acacio, como o Santos Cardoso, era tudo. Preparava-se uma republica sem republicanos para succeder a uma monarchia sem monarchicos.

Esta é a primeira nota interessante a resaltar das palavras que na *Historia da Revolta do Porto*

escreveu o João Chagas. A segunda está n'aquella confissão preciosa: Os governos não fizeram caso e a «*Republica Portuguesa*» circulou abundantemente e livremente por todo o país.

Mas a negredada *lei das rolhas* em que tanto se buzinou? Mas a apregoada e decantada tyrannia do regimen monarchico com que, a seguir ao 5 de Outubro, se atordoaram os ouvidos da Europa?

Mas vejamos, primeiro, o que era *isso* de que os governos não fizeram caso. E comecemos pelos *três de Inglaterra*, a que o Chagas se refere.

Pelourinho era uma secção da *Republica Portuguesa*. Pelo titulo se faz idéa! No primeiro numero do diario, figuraram no *Pelourinho* D. Carlos, Augusto Cesar Barjona de Freitas, nosso ministro em Londres, e Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, ministro dos negocios estrangeiros. Eram os *três de Inglaterra*.

Do rei dizia o Chagas:

«Quando seu pae morreu, houve quem lhe dissesse, entregando-lhe n'uma almofada carmezim uma coroa de cartão dourado:

— Aqui tem vossa majestade *isto*. Que quer que lhe faça?

E D. Carlos respondeu:

— Ponha para ahi.

Isto era o paiz. *Isto* era Portugal.

O sr. D. Carlos encommendou ao Pool uma farda de generalissimo e passou a chamar-se *Rei*. Immediatamente se sentiu investido de todos os poderes: o de guardar *isto* e o de vender *isto*, o de metter *isto* na banca de cabeceira e o de espanejar *isto* ao sol; o de pôr *isto* a juros n'uma casa de Paris e o de vender *isto* de contado a um judeu de Londres. Portugal era seu, como são nossas as botas que calçamos, o chapéu que usamos e a bengala com que espancamos a canzoada vadia. Chama-se a isto no calão classico do feudalismo monarchico o direito divino.

Ao cabo dos vinte e oito annos que o pae reinou, o sr. D. Carlos tomou conta do throno sem haver até então praticado um só acto que o indigitasse, não dizemos já á sympathia, mas á curiosidade da nação. Excepção feita do caso amoroso da Tapada, a que poderemos chamar, emquanto não se encontrar melhor termo — *o atração da Tapada*, excepção feita d'uma viajata ao estrangeiro, em que se desemburrou em linguas, e de uma curta regencia desempenhada tropegamente nas muletas do sr. José Luciano de Castro, o sr. D. Carlos de Bragança não conseguiu attrahir sobre o seu nome outra especie de attenção que não tivesse o character tolerante que se concede quasi sempre aos jovens herdeiros ricos, sem intelligencia e sem character accentuados.

Veio, pois, ao throno n'uma atmospheria de absoluta indifferença, apenas toldada pela inexplicavel antipathia que depois da sua adolescencia foi, pouco a pouco, conquistando.

«Eil-o rei (D. Carlos) ha quasi um anno, e, duramente provado, eis o homem:

Homem do Mundo — Genero janota internacional, conta aberta no Pool, seu monoculo e uma opinião: « — Quem me dera ser rei de Portugal em Paris! Positivamente, isto é uma piolheira.»

Homem ás direitas — Outra opinião: « — Não estou

disposto a seguir o caminho de meu pae. E ande-me para deante, seu Lopo.»

Homem alegre — Sabe-se das suas partidas. Como Santo Huberto, caçador até á medulla dos ossos, andava a correr atraz das lebres, e entrou no Paço a suar em bica quando um familiar lhe observou respeitosamente que n'esse dia se haviam celebrado as exequias do rei D. Luiz.

— Tá, tá, tá! Nem de tal me lembrou.

— Pode tornar-se reparado.

— Que os leve o... Tira-me esta polaina, ó coisa...

Homem político — Toda a sua tactica se desenvolve em torno d'um principio — o peixe espada. A sua unica aspiração é esta: conquistar o exercito. Experimentou o throno e sentiu-o abalado. Anda a escora-lo d'espingardas. Imprudente, não pensa que quando debaixo dos pés lhe faltarem as taboas, cahirá sobre as bayonetas que elle proprio armou em espede. Muito embora! Venham rebuçados d'ovos, venham charutos de pataco, alfinetes de manta, brindes de toureiro, bugigangas de atirar á praça, e toca a distribuir pelos campos de manobras, com apertos de mão, sorrisos e promessas de promoção. Esta ridicula estrategia fez dizer, ha poucos dias, a um homem de talento:

— O rei de Portugal quer conjurar a Revolução com cigarros Ferreirinhas!

E anda n'isto... enquanto a tia Victoria nos insulta com os seus *ultimatums* e nos rouba com os seus tratados.»

Do Barjona dizia:

«São celebres os seus charutos, charutões enormes, que, durante uns bons vinte annos, deixaram vestigios

do seu fumo aromatico nos *boudoirs* de Lisboa. A rapaziada que lhe frequentou a casa quando se armou o altar da esquerda dynastica, fala d'elles com volupia, como de uma iguaria exquisita e cara que uma vez levasse á bocca n'um jantar de gala e de que nunca mais tornasse a provar. Os charutos do Barjona!

Ficaram tambem celebres as suas *amourettes*, que n'este singular homem de estado revelaram, em pormenores d'um picaresco diabolico, um verdadeiro temperamento de belluario de femeas. São aos centos as anedotas que lhe attribuem; não caberiam n'este jornal, se fossemos a conta-las todas. D'ellas resalta, no seu cynico bom humor, a linha nitida do antigo ministro que acaba de intervir na venda do nosso dominio colonial á Inglaterra.

A sua noção moral do amor é a sua noção moral da politica. Em amor nada de preconceitos, nada d'escrupulos em politica. O vulgo chama a isto *philosophia*...

Os ultimos acontecimentos revelaram-no completamente. Tendo constituido em volta da sua pessoa um pequeno nucleo de individuos a quem deu chá e charutos o sr. conselheiro Barjona abriu fallencia, fechou a loja, poz escritos na casa e partiu para Londres a reabilitar a patria. O que alli foi fazer, só depois se soube. Basta dizer que é pago como um principe, que tem palacete em Londres e que apresentou damas á meza da rainha Victoria em Windsor (sublime cynismo!) e que já veste do Pool.

Já repatriou, em nome do bom gosto, a alegre companhia que tinha comboyado de Portugal, e, segundo informam os jornaes, vae ser brindado pela Companhia Africana dos Lagos com uma reproducção em prata da Venus de Milo. Esta gentileza da companhia de que é presidente o duque de Fife, em favor de quem acaba de nos ser roubada a Africa oriental, dá-nos uma excellente idéa de espirito de observação e do profundo sentimento

de sarcasmo dos individuos da raça ingleza, chamados a fratar com este tratante de tratados. A Companhia percebeu immediatamente (o que nós não conseguimos comprehender em vinte annos de intima convivencia), que havia uma unica coisa a offerecer a este homem d'estado portuguez e era

Uma mulher nua e em prata.»

E eis, descripto pelos republicanos, o homem a quem os republicanos, dois annos antes, se queriam ligar. Donde se conclue que, se o Barjona era cynico, elles eram bem mais cynicos que o Barjona!

Do perfil biographico de Hintze Ribeiro transcreveremos só as ultimas palavras:

«Quando um homem politico tem na sua vida uma monstruosidade d'estas (referia-se ao tratado com a Inglaterra), o chronista não o biographa, carimba-o e o carimbo é este : *Traidor !*»

Era o menos que lhe chamavam. A *Patria*, dirigida por Hygino de Sousa, que morreu em cheiro de santidade palaciana, e redigida por João de Menezes, Brito Camacho e Augusto de Vasconcelos, dizia em 2 de Setembro de 1890, sob o titulo *Burro e Traidor* :

«O Hintze, alem de ser um animal fundamentalmente estúpido, é o maior dos traidores conhecidos,

porque depois de fazer um tratado em que somos roubados em territorios e em direitos, porque perdemos 640:000 kilometros quadrados de territorios e nada poderemos decidir em Africa sem prévio consentimento da Inglaterra, ainda quer continuar roubando e atraindo, agarrado á pasta como uma ostra á concha.

Povo! corre a chicote os traidores!»

Em 3 de Setembro, e sob o titulo *O Hintze banha-se*:

«Este patriota inglez banha todos os dias o seu bello corpinho em aguas salgadas. Limpar o corpo é hygienico, mas limpar a consciencia seria digno. E então se este renegado e vendilhão se lembrasse de limpar tambem o cerebro, visto que o apodam de *fundamentalmente estúpido*?

Em 4 de Setembro, com a simples epigraphé *Hintze*:

«Este homem, fundamentalmente estúpido, que é, na phrase do sr. Emygdio Navarro, o *ultimo infame da cafila dos corruptos*, está satisfeito pelo nojento tratado em que dá á tia Victoria e ao Fife a Africa Portugueza. Passeia, o traidor!

E ainda ha pouco, a pobre Hyginta Balaguer foi garrotada!

Ah! bom garrote, como servirias para os traidores!»

Em 5 de Setembro, epigraphado *O Hintze*:

Alguem se lembra que o sr. Hintze devia ser agraciado com um esgarro. Não era melhor agradecer o esgarro com o sr. Hintze ?

Em 16 de Setembro, sob o titulo *O Traidor* :

O sr. Hintze leu hontem algumas aclarações ao tratado. A sua figura esverdeada produziu-nos a impressão de um esgarrador voltado do avesso.

Leu as aclarações. Amanhã provaremos que, sobre serem de nenhum valor, são ainda por cima uma troça.

A maioria applaudiu descaradamente. Estão definidos. E' necessario marcar com vitriolo a cara de todos os que approvam a infamia.

O autor dos *sueños* sobre o *esgarro* e o *esgarrador* era o João de Menezes. Os outros deveriam ser obra do Camacho e do Augusto de Vasconcellos. Pois bem. Hintze Ribeiro morreu em principios d'Agosto de 1907. Todos os jornaes republicanos renderam homenagem ao seu character e preito ao seu talento ! Em meados de Maio de 1908 abriram-se as camaras. Segundo o uso estabelecido, commemorou-se a morte dos paes da patria fallecidos. Affonso Costa, em seu nome e em nome da minoria republicana, á qual pertenciam Camacho e Menezes, fez o elogio funebre de Hintze Ribeiro !

Poder-se-hia allegar a distancia entre o elogio e o insulto, se em 7 de Maio de 1906 o *Mundo*, órgão do mesmo Affonso Costa, sob o lindo titulo *Um assassino*, não dissesse:

«A sua carreira politica é feita de degradações. Oppressor dos pobres, dos pequenos e dos fracos, tem feito vida bajulando, com sabujismo de rafeiro, aquelles de quem depende.

A sua historia é uma historia d'infamias.

Quem fez o tratado de 20 de Agosto, atraindo os interesses e a honra de Portugal?

Quem fez o convenio com os credores, sujeitando-nos a pressões aviltantes e obrigando-nos a um augmento de encargos superior a mil contos por anno?

Quem resolveu a questão religiosa, dando existencia legal ás congregações religiosas?

Quem fez o decreto de 19 de Setembro, estendendo a todo o paiz a rede da Bastilha da Estrela e tornando todos os funcionarios subordinados do desembargador do bufo?

Quem fez a lei eleitoral que hoje vigora e que faz abafar pelas ladroeiras do pinhal de Azambuja a affirmacão da vontade do povo de Lisboa?

Quem commetteu todas estas e tantas outras infamias?

Elle, o cynico que á custa do Thesouro adquire predios; elle, o auctor de façanhas como a do Peral.

Mas, com todo esse passado, não era legitimo prever que elle tivesse ainda o cynismo bastante para ordenar os crimes de ante-hontem.»

Os crimes de ante-hontem eram uma grande taponna na plebe de Lisboa, que tinha ido fazer

arruaças á estação do caminho de ferro quando Affonso Costa e Alexandre Braga chegavam do Porto. O *Mundo* descreve a scena e conclue :

«O indigno auctor da miseravel façanha apparece assim sob um aspecto inteiramente novo.

Elle não é já apenas um ladrão das liberdades publicas, não é um simples traidor dos interesses nacionaes, não é um mero instrumento da reacção religiosa e um executor da reacção politica. E' mais e peor. E' *o mais covarde e o peor dos assassinos*, porque não é o assassino que tem a coragem de matar mas o que manda faze-lo ; o assassino que manda matar um homem, mas o que manda matar multidões. Ora Portugal não pode ser governado por um assassino d'essa natureza. Não pode, não deve.

O sentimento e a honra do povo portuguez exigem que um malvado de semelhante especie não se sente no poder.

O unico sitio em que pode viver um assassino de tal estofo é na Penitenciaria — e ainda ahi por benevolencia.»

Assassino, traidor, ladrão, despota, infame, vil, e o inspirador e verdadeiro director do *Mundo*, Affonso Costa, fazia ao patriota, ao homem honesto, ao talentoso estadista, em nome da minoria republicana, o mais rasgado elogio ! Quando eram os ultimos dos pulhas, quando eram os ultimos dos canalhas, quando injuriavam ou quando louvavam Hintze Ribeiro ?

Assim uns e outros, monarchicos e republicanos, sem convicções, sem sinceridade, sem seriedade, dissolveram o caracter português.

bibRIA

bibRIA

XXIII

Chagas explica como o seu jornal «A Republica Portuguesa» fez a sua obra de sublevação entrando resolutamente pelas casernas dentro. N'elle começaram a escrever, ou escrevia Chagas dizendo que eram elles, soldados, cabos, sargentos, officiaes, dizendo todos, de mistura com os civis, as coisas mais espantosas contra o rei e o regimen. E tudo se permittia livremente!

Como se tem dicto, foram os monarchicos que mataram a monarchia, como os republicanos, seus discipulos, teem feito tudo para matar a republica.

Famosa incompetencia!

Voltemos, porem, ao nosso Chagas.

Em 17, n'um artigo intitulado *O rei, eis o inimigo*, continuava elle na *Republica Portuguesa* :

O dia de ante-hontem cavou profundamente o abysmo que separava do povo esse personagem inepto, importuno e caro, que se chama o sr. D. Carlos de Bragan-

ça. Se até então havia logar para uma duvida, essa duvida desapareceu desde então.

O rei de Portugal está positivamente conspirando e a sua presença é um perigo para a integridade da patria.

O que ante-hontem se passou por seu mando em Lisboa não pode ser obra do governo, cioso das cadeiras do poder. Nenhum homem politico seria capaz de tanto para se conservar n'um posto que é um alvo da indignação popular. Nenhum ministro, para manter de pé um gabinete, seria capaz de affrontar por tal forma as correntes da opinião publica.

Não! O que ante-hontem se fez em Lisboa não é obra d'um governo! Aquillo foi o primeiro passo para um golpe de estado, foi a primeira tentativa para um grande acto de audacia do throno!

O impudor attingiu um grau que era ainda desconhecido em Portugal. A magnitude da affronta correspondeu a magnitude do ludibrio. Não é já o rei vendendo Portugal á Inglaterra e levando de rastos este pequeno paiz aos pés do throno de diamantes da rainha Victoria. E' o rei estrangulando a voz da nação e castigando a chicote, como se castiga um velho molosso sem dentes.

Não! O governo não arrostará com semelhante responsabilidade. Não vale tanto uma pasta que por ella se sacrificuem tantas coisas sagradas. Ha outro interesse a salvar: o interesse do throno e o interesse do rei! E' em nome d'elle que se abrem setteiras nos quarteis para fuzilar o povo; é em nome d'elle que se distribuem cartuchos aos soldados para varar de balas os cidadãos; é em nome d'elle que se envolve n'um cinturão de policias de sabre em punho, promptos a ferir, o palacio da representação nacional, onde o povo não entra e onde no emtanto se decidem os destinos do povo. Não! O governo não faria tanto.

O que se passou em Lisboa é a prova provada de que esse rapazola de 26 annos, sem talento, sem tino e

sem character, está disposto a romper definitivamente com a nação.

O sr. D. Carlos tem as costas quentes. Protege-o a Inglaterra, e d'essa alliança classica da sua dynastia com o paiz que nos rouba, tira elle a força de que está hoje fazendo espalhafato. Como se bastasse meia duzia de commissarios de policia para fazer guarda a uma instituição. O tratado é uma violencia da Inglaterra sobre um povo, mas é um contracto com um homem. Em troca d'essa vergonhosa cessão de territorios, a troco de tudo o que damos de mão beijada e do que promettemos fazer para que o presente seja realmente principesco, a Inglaterra concede ao rei de Portugal auxilios secretos e recompensa largamente os seus cumplices n'esse pacto, que é um verdadeiro *complot*, que é um verdadeiro crime.

D'aqui não ha fugir.

Caíam ministerios, formem-se ministerios, fuzile-se o povo, espanque-se a policia. Enquanto o rei existir, a patria está em perigo.

O rei é o inimigo.

Na vespera do 31 de Janeiro, Gualter, pseudonimo de Eduardo de Souza, que depois se fez monarchico, voltando a ser republicano quando veio a Republica, publicava na mesma *Republica Portuguesa*, tendo por titulo *Ao Rei*, e sub-titulo *Hoje — a ti*, este curioso specimen de prosa revolucionaria :

Temos-te fallado bem alto sempre. Sempre te dissemos de frente, cabeça erguida e olhos fitos nos teus, que te odiavamos e que te desprezavamos.

Representante inepto d'um principio cariado — a nossa condemnação ouviste-a já desde muito.

Descendente abjecto d'uma raça vil, desde muito que marcámos a fogo a tua estreita fronte.

Estás ainda n'um throno. A corôa ainda poussa sobre a tua cabeça. Arrastas um manto d'arminhos. Truão, um sceptro diz ainda que és rei. Mas é tempo que desças d'esse throno deshonorado. E' tempo que te arranquemos essa côroa da cabeça. E' tempo que te despedacemos esse manto enlameado. Rei, vamos-te quebrar esse sceptro.

*

Dissemos-te que o duello era de morte. O duello entre o teu poder e a força do paiz. O duello entre o teu interesse e a honra nacional.

Lançaste a luva.

Acceitamos o repto.

Cruzamos ferro.

Perdeste.

Rei — a ponta da nossa espada está sobre o teu coração.

*

Mas antes que ella penetre — ouve.

Atraíçoaste. — O brio do teu paiz calcaste-o. Esma-gaste aos pés a dor nacional. O throno cambaleava. Em vez de descer quizeste segura-lo. Entregaste-te nas mãos do inimigo da tua patria.

Rei — és um criminoso !

*

Tinha liberdades a nação. O povo tinha direitos. A imprensa era livre. A palavra podia expandir-se amplamente. Era a reunião uma garantia. A justiça não vestia ainda a libré.

Tudo isso desprezaste. Tudo isso violentaste. Amar-
raste os pulsos da justiça e amordaçaste a voz do direito.
las asphyxiar as consciencias.

Rei — és um criminoso !

*

A nação definhava. Era a miseria immensa. Os cam-
pos sem sementeiras. Os casebres fechados. Aldeias de-
sertas. Em levas, demandava o povo o exilio. Paraly-
sava a industria. Os capitaes sumiam-se. Era a dolorosa ago-
nia da patria.

E tu folgavas, caçavas, construias sumptuosas vi-
vendas e aggravavas o fisco.

Rei — és um criminoso !

bib*RIA

Não mereces perdão. Fecha os olhos. A espada vae
penetrar-te no coração. ..

Rapazote, com fumaças de literato, o auctor
do artigo, forçando a verdade, exaggerando des-
medidamente os factos, mirava, até ao grotesco,
unicamente ao effeito da phrase. Mas assim se
fazia a historia e se preparava a ingenua, mas
perigosissima corrente, da exaltação popular.

Como vimos, Chagas gabava-se da *Republica
Portuguesa* ser, ao mesmo tempo, um orgão
militar.

A paginas 44 da *Historia da Revolta do Porto*,
diz :

Pouco tempo depois de apparecer a publico, a *Republica Portuguesa* começava a publicar communicações, sob a forma de cartas e manifestos, de soldados, cabos e sargentos da guarnição, a principio, depois de militares das guarnições da provincia, por ultimo de officiais de todas as graduações, já do Porto, já de Lisboa. Essas communicações vinham remettidas sob envelope franqueado e eram todas assinadas com indicações tão explicitas, que logo, na previsão de successos importunos, principiamos por fazer desaparecer d'ellas tudo quanto podesse estabelecer a identidade dos imprudentes. Em dezembro, o numero d'essas communicações era tão grande que se deliberou sacrificá-las num auto-de-fé, por muitos motivos necessarios. Nos escritorios da *Republica Portuguesa*, as gavetas de um movel estavam cheias de papelada d'essa origem.

O que diziam e o que queriam esses homens?

A linguagem dos seus escriptos era explicita. O espirito de rebellião entrava nas fileiras, d'onde esses desa-bafos partiam, e foi dando-lhes publicidade uns após outros, que a *Republica Portuguesa* verdadeiramente fez a sua obra de sublevação. Esse jornal entrou assim resolutamente pelas casernas dentro e sentou-se familiarmente entre a soldadesca, que, a partir d'então, passou a reputa-lo como o seu intermediario ao mesmo tempo corajoso e discreto, que dizia as suas coleras e as suas rebeldias no alto poder, sem o risco das exautorações e dos conselhos de guerra.

Era já a insurreição, enviando as suas primeiras balas ao systema liberal.

A paginas 54 continua:

«Entretanto, a *Republica Portuguesa* que entrava com rompante na scena dos apaixonados debates politi-

cos, resumia primeiro o tumultuario pensamento da revolta nos inflammados escriptos dos revoltosos, ainda submettidos á disciplina e já em insurreição, e passava logo a ser como que o quartel general dos insurrectos. Os escriptorios d'esse jornal, installados n'um acanhado primeiro andar da rua de D. Pedro e em frente da casa das officinas em que se imprimia, começaram a ser frequentados, timidamente a principio, afoutamente depois, por soldados, cabos e sargentos da guarnição do Porto, que entravam e sahiam, sem procurarem occultar-se, tendo deixado o seu nome e trocado algumas palavras, rapidas e muitas vezes sem sentido, com o primeiro que depa-rassem. O principal contingente d'este verdadeiro voluntariado era, porem, constituido de sargentos, que raro vinham sós. Em geral, juntavam-se aos dois, ou tres, subiam, declaravam sem hesitação que vinham offerecer-se á causa da revolução, que, no entanto, nenhuma das pessoas ás quaes elles se dirigiam pensava ainda promover, ou organisar; declinavam o seu nome, alguns desabafavam: «era preciso acabar», «não havia tempo a perder» — e retiravam-se.

Por fim, em novembro, dezembro, já sem temor, se juntavam aos dez, aos doze, e, de uniforme, entravam á luz do dia, na redacção do jornal».

A prosa d'esses *cidadãos* de farda intimamente se conjuga com a prosa dos *cidadãos* civis. Examinemos.

«Camaradas. — Está proximo o dia em que se completa um anno certo depois que a Inglaterra nos mimoseou com o *ultimatum* de 11 de janeiro. A isso seguiu-se o tratado de 20 d'agosto assignado em Londres, em nome

do rei D. Carlos, por Barjonas de Freitas. Esse tratado espoliava-nos de territorios que tanto sangue e tamanhos sacrificios nos haviam custado — rasgámol-o na cara d'esses traidores. Estes, porem, não satisfeitos com a sua infamia, encarregaram o sr. Luiz de Soveral, o mesmo commensal da rainha Victoria, de negociar um segundo tratado — o *modus-vivendi* que ainda nos arranca mais territorios do que o tratado de 20 d'agosto, *modus-vivendi* que é para nós uma burla.

E' preciso que nós outros, os soldados, não deixemos tornar-se definitivo esse novo convenio, que impeçamos que o parlamento o sancione e que lhe mostremos não termos esquecido os nomes dos traidores e que estamos decididos a acabar de uma vez com este misero estado de coisas.

Mostremos-lhes que não nos vendemos vilmente a troco de cigarros *Ferreirinhas*, charutos, dinheiro ou condecorações como elles imaginam. Para se conservar um nome honroso á nossa querida patria é preciso que nos rehabilitemos como se reabilitou a França e o Brasil — destruindo os partidos monarchicos, derrubando o throno, vingando o fuzilamento dos nossos soldados e a prisão dos nossos superiores em Africa pelos piratas inglezes coadjuvados pelo nosso rei.

Proclamemos a Republica. Só ella nos pode salvar. Sejam os pelo povo contra a monarchia que nos rouba e que nos infama.

Viva a Republica !

Viva Portugal republicano !

Um 1.º sargento de caçadores e um 2.º sargento de infantaria.

Soldados. — A voz do povo abatido e arruinado pelo fisco clama para que os seus direitos se affirmem em grandiosos decretos revolucionarios. O povo quer a Re-

publica, pede as leis democraticas, cuja implantação vós podeis auxiliar, para que vossos paes e irmãos não morram á fome ou errem fugitivos em lucta com a miseria. Só da Republica poderão ainda brotar fontes de riqueza para a patria e só ella poderá velar a justiça e o direito de todos, pois hoje, a fome bate á nossa porta e a justiça é uma palavra vã para os grandes e abastados.

Da Republica sahirá o conforto e a tranquillidade para o vosso lar, melhorará a situação de vossos paes e irmãos; favorecerá o bem estar de milhares e milhares de individuos que vivem angustiados e em constantes privações, devido aos parasitas que a monarchia fornece e que vivem e medram á custa do suor do povo. A luz do direito ha de offuscar o egoismo dos tyrannos. A' sombra da bandeira da democracia poderá o povo trabalhar productivamente, agricultural as terras e desenvolver o progresso da patria, que temos obrigação de defender.

Soldados! Não esqueçaes que nascestes entre o povo e que a ser povo tornareis. Fraternisae, pois, com o povo na cruzada santa da redempção de Portugal, se não quereis perder o sentimento da independencia e da dignidade da patria. Vossos paes, vossos irmãos, vossas familias, tudo teem a esperar da vossa dedicação e do vosso heroismo. Ide, pois, aos quarteis, pegae em armas, invocae os chefes que vos commandem e dizei-lhe que sejam comvosco solidarios na salvação da patria escarnecida e na proclamação da Republica, que será o mais precioso legado que podeis deixar a vossos filhos.

Soldados! filhos do povo! bradae bem alto:

Viva a Republica!

Viva a Patria!

Um soldado da 1.ª companhia do 2.º batalhão do regimento 10.

Em vista das muitas cartas que tenho lido n'*A Republica Portuguesa*, dirigidas a este jornal por muitos officiaes inferiores e soldados de differentes corpos do exercito, cujos nomes se ignoram, é facil de ver que se elles fossem conhecidos, seriam desconsiderados e perseguidos immediatamente. Portanto, para que taes escandalos se não deem, para que não sejamos esmagados pelos grandes do poder, para que não sejamos expoliados por esses traidores, não hesitemos em caminhar para a frente, em expor o nosso peito ás balas para salvarmos a nossa honra manchada em 11 de janeiro. Portanto, haja animo e não hesitemos nos gritos: *Viva o Exercito! Viva a Patria! Viva a Republica!*

Tudo isto se expunha livremente! Tudo isto se tolerava!

Mas ainda ha mais, como veremos no capitulo immediato!

XXIV

Os estudantes da Universidade de Coimbra publicam um manifesto, rivalisando em desbragamento de linguagem contra o rei com officiaes, sargentos, cabos e soldados.

Um outro assignava-se — *Um sargento da guarnição do Porto*, e escrevia:

«Camaradas: Nada d'esperar. Que sõe de boca em boca o grito da revolução, a desaffronta da patria, pela qual bradaremos desde já: *Viva a Republica!*»

Outro sargento exclamava, invocando os seus camaradas:

«Que é isso? Gelou-se-nos o sangue nas veias? Onde está o nosso orgulho como sargentos do exercito? Porque não reunimos para tomar a resolução que cumpre tomar? Porventura já não tereis força para empunhar uma espingarda e esqueceste o vosso jura-

mento d'outros dias mais felizes : defender a Patria e por ella morrer ?»

Como estas demonstrações de rebellião se propagavam (commenta João Chagas) deprehen-de-se d'esta confissão simples de um soldado :

«Tendo lido algumas cartas de diversos camaradas meus, publicadas no seu jornal, não posso ficar calado, porque partilho com elles da mesma dor e das mesmas idéas. O sangue pulsa-me nas veias e com tanta força que me obriga a dizer o que sinto.»

Mais sargentos :

«E' preciso infallivelmente que ponhamos termo a isto. Eu e os meus camaradas estamos anciosos por ouvir o primeiro grito de alarme a favor da republica.»

Sargentos, cabos, soldados de todos os corpos afixavam com desplante os mais desenfreados propositos de revolta. Eis aqui por exemplo um 2.º sargento da Guarda Municipal do Porto :

«P'ra rua ! P'ra rua ! Acabaram-se os odios mesqui-nhos que, entre nós, ha tanto tempo lavravam. Hoje somos todos portuguezes e, alem d'isso, somos soldados, devemos portanto combater para salvar a honra da nossa patria.»

Um alferes de infantaria subscrevia a seguinte exhortação ao povo:

«Porque esperamos? Queres talvez, povo, accordar quando tudo isto pertença á vil nação pirata? De que tens medo? Do exercito? Não o temas e crê que elle se collocará a teu lado para defender a nossa querida patria. Não gastemos tempo em comicios. Proclamemos a Republica e assim teremos cumprido o dever de verdadeiros patriotas.»

Um grupo de officiaes do exercito, transmonto — assim se assignavam — falava d'esta sorte aos seus camaradas:

«A mãe-patria agonisa. E' preciso que seus filhos a salvem sem demora, porque a sua salvação é do nosso dever. Salvemos a patria proclamando a Republica. Camaradas: não ha tempo a perder.»

Assombroso! Era um relaxamento inaudito, uma licença furiosa, uma anarchia louca, que corria á vontade, sem repressão, sem castigo, *sem os governos fazerem caso*, empregando os termos insuspeitos do proprio director da *Republica Portuguesa* e auctor da *Revolta do Norte*. Por muitas vezes os monarchicos teem accusado os republicanos de haverem introduzido a indisciplina no exercito. Mas a disciplina que a monarchia mantinha no exercito é esta que estamos

vendo. Os monarchicos deixavam o throno sem *nenhuma defesa*. O rei era alvo dos mais inauditos ataques, dos mais grosseiros insultos, ficando todo o seu prestigio cahido na lama. Quem tinha dado o exemplo? Se os monarchicos, e os mais graduados monarchicos, haviam feito o mesmo a D. Luis, que auctoridade moral lhes restava para reprimir os escandalosos desmandos dos jornalistas republicanos contra D. Carlos, que não eram mais do que a reedição, contra o filho, do que os jornalistas monarchicos haviam escripto contra o pae?

Se, porem, era gravissimo o que os jornalistas republicanos diziam impunemente contra o rei e contra o throno, o que, tambem impunemente, se permittia a officiaes, sargentos, cabos e soldados, era *facto unico*, por assim dizer *incrivel*, em qualquer paiz do mundo *nunca visto*!

Contem isso a um estrangeiro, que elle não o acredita.

Chagas, orgulhoso do feito, coberto de gloria, narrava que o seu exemplo *fora contagioso*. Na verdade. Era tudo a apregoar desordem, a sahir, pela revolução, de lança em riste. Cento e vinte e tantos estudantes da Universidade de Coimbra publicaram e espalharam um manifesto, com periodos como estes:

«A causa de todos os males do nosso pequeno mas nobre paiz, tem sido a Inglaterra e a monarchia; a ingla-

terra por causa da monarchia e a monarchia pela imbecilidade, pela covardia e pela falta de patriotismo da dynastia de Bragança.

Ha mais de duzentos annos que estes dois males nos affligem, atravessando a historia de mãos dadas e acarretando sobre nós affrontas, miserias e vilipendios; de tal arte que a isto chegamos: ser violentados pelo *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, escarnecidos pelo convenio de 20 d'agosto, escravizados pela dictadura do gabinete regenerador feita em nome do Rei, como na propria camara dos deputados o declarou um membro da maioria. Estes factos são conhecidos de muitos; mas para que o povo não viva na ignorancia, para que saiba o que deve aos seus reis e á Inglaterra, constante e fiel alliada d'elles, aqui lhes deixamos algumas paginas da historia portugueza, que hão de pesar como uma vergonha eterna sobre os traidores que não duvidaram arrastar na lama o manto glorioso que cingiu os hombros de Affonso Henriques e do Mestre d'Aviz.

A propria origem do *ultimatum* de 11 é escura e tenebrosa. O rei, subindo ao throno, quiz especular com o patriotismo da nação. Combinou-se por isso com a rainha da Inglaterra, sua tia, e a comedia teria na verdade um exito brilhante se os comediantes se não tivessem esquecido de que a rainha Victoria manda menos em Inglaterra do que o sr. D. Carlos nos seus humildes e fidelissimos vassallos. Em verdade, que melhor e mais glorioso acontecimento para perlustrar e doirar um começo de reinado do que este de ver o pequeno Portugal bater o pé deante da Inglaterra e esta recuar na sombra, arrependida e contrita?! O sr. D. Carlos seria então celebrado como exemplo dos reis, e, emquanto o jornalismo indigena lhe cantasse os triumphos e as consciencias vendidas lhe celebrassem a audacia, a coragem e a altivez, elle iria subrepticamente, de rastos, abjectamen-

te agradecer e pedir desculpa a sua tia por tel-a feito passar por uma tão rude e dolorosa provação.

Este é que era o plano do Bragança, era isto o que elle esperava. A Inglaterra teria depois as mais largas compensações. Mas os inglezes são ambiciosos, egoistas e interesseiros, e quando a rainha Victoria lhes disse: «Humilhe-se a Inglaterra para sustentar o principio monarchico» a opinião publica respondeu-lhe: «Pois desapareça a monarchia porque nós queremos enriquecer.»

Tal foi a origem do *ultimatum* de 11, tal foi a origem do convenio de 20. De um lado o egoismo da Inglaterra; do outro a traição e a cobardia do Bragança

Mas os reis como o sr. D. Carlos de Bragança não se comprehendem — são uma vergonha!

O rei que hoje nos governa não tem nada por que se recomende ao paiz: não tem caracter, não tem lealdade, não tem patriotismo, nem amor de familia tem.

Mandou fazer as dictaduras regeneradoras, mandou perseguir o exercito, as academias e o povo, mas quando viu que todos se revoltavam contra elle, escorraçou os regeneradores do poder, declinou de si todas as responsabilidades, querendo dar a entender por esta forma que nada tivera com isso. Quando a Inglaterra nos violentou covardemente com o *ultimatum* de 11, o rei, em vez de se entristecer com as maguas e desgraças da Patria, folgava e divertia-se nas caçadas reaes. Quando seu pae morreu, quando lhe acompanhava o corpo inanimado, sorria cynicamente, deslumbrado já pela investidura real. São estes os resultados da monarchia!

Não, não pode ser. Isto não é proprio d'homens livres. Similhante homem á frente dos destinos d'uma nação é uma indignidade. N'um periodo tão adeantado em civilisação, como este que agora atravessamos, não podemos, não queremos continuar sujeitos aos acasos do nascimento. Queremos para chefe do Estado um homem

eminente, que tenha prestado serviços á nação, que seja illustrado, intelligente e honesto, com altas virtudes civicas, cujos conselhos sejam ouvidos e respeitados por todos. Ter por chefe de Estado um creançola de vinte e tantos annos, feito generalissimo por si mesmo sem saber commandar um regimento, sem illustração, sem intelligencia, sem tino governativo, sem aptidões d'especie nenhuma, é um facto monstruoso e revoltante, contra o qual protestamos energicamente com toda a força da nossa alma. Nenhum de nós que subscrevemos este manifesto, pode considerar ou respeitar o sr. D. Carlos. Sem orgulho o dizemos: qualquer de nós é infinitamente superior a esse producto degenerado d'uma dynastia d'ineptos.

Um facto caracteristico do reinado d'esse homem, o que mais nos incita e justifica na propaganda violenta que hoje iniciamos contra as instituições, baseadas na Carta Constitucional e seus Actos Adiccionaes, como os decretos d'elle tão sabiamente proclamam, esse facto é a dissolução e a desmoralisação desbragada dos partidos monarchicos que ameaçam tudo subverter, a nacionalidade, a dignidade e a honra. Contaminados pelo Rei, vivendo do favor real, os homens da monarchia perderam-se para sempre no conceito publico. Do partido regenerador ao partido progressista não ha nos grupos monarchicos um só homem que tenha resistido á vontade do Rei, que se tenha sacrificado em favor da sua Patria. A culpa, porem, não é d'elles, d'esses desgraçados a quem as necessidades da vida, a miseria, a depressão moral, e por vezes a fome, obrigam a lançar-se de joelhos deante dos degraus do Throno. Não, a culpa não é d'elles, mas do Rei, que é a chave dos poderes do Estado. Se não fosse o Rei, o partido regenerador não teria feito as odiosas dictaduras que tanto o comprometteram aos olhos do paiz; se não fosse o Rei, o partido progressista não teria rasgado o seu programma; se não fosse o Rei,

os jornalistas não venderiam a penna, nem os ministros a consciencia. O Rei é a origem de todos os nossos males. Em vez de ser o exemplo vivo da lealdade, do patriotismo e da honra, o Rei só serve para nos desmoralisar, corromper e perder.»

O principal auctor d'este phantastico manifesto — redigiram-no seis ou sete — foi Cunha e Costa. Alguns dos signatarios vieram a revelar-se mais tarde pantomineiros emeritos. E' claro: se não fosse o rei, teriam sido ... homens dignos! Quem os desmoralizou, quem os corrompeu, quem os perdeu ... foi o rei, *o culpado de tudo!*

Todas essas injurias, todos esses improprios, todos esses incitamentos á revolta se continuavam sempre dizendo e fazendo, superfluo é já repeti-lo, impunemente. O manifesto correu Portugal inteiro, leu-o quem quiz, transcreveu-o quem quiz, circulou, enfim, á vontade sem difficuldades, sem estorvos, sem atritos. Em todo esse periodo terrivel de anarchia, que vae desde 11 de Janeiro de 1890 até 31 de Janeiro de 1891, só houve duas condemnações effectivas: a de Antonio José de Almeida, pelo artigo do *Ultimatum*, e a de João Chagas a ... dez dias de cadeia e cem mil reis de multa.

Dez dias de cadeia! Cem mil reis de multa! Pela obra de pavorosa dissolução que fica referida!

Contava Navarro nas *Novidades*, de 13 de Fevereiro de 1891 :

Nos principios do ano lectivo, publicou-se em Coimbra, e espalhou-se profusamente por todo o paiz, um violento manifesto revolucionario assignado por cento e cincoenta academicos. Rapaziadas ; mas se é conveniente considera-las sempre com indulgencia e bonhomia, não é prudente desacompanha-las de attenção. O reitor tratou effectivamente d'informar-se, e constou-lhe que n'um club, onde o manifesto fora elaborado, se tinham proferido discursos incendiarios, com ameaças a varias pessoas e ás instituições, com protestos de revolta armada, etc. Mandou chamar o guarda-mór, que é na universidade o chefe da policia academica, e perguntou-lhe se sabia alguma coisa d'aquelles factos, que era preciso vigiar de perto. O guarda-mór disse que sim ; que sabia de tudo. E deu d'este seu conhecimento uma razão concludentissima : era elle, chefe da policia academica, o presidente do tal club !!! E allegou em sua defesa, que, sendo presidente do club, não havia de denunciar o que lá se passara nem quem lá estivera !

O reitor benzeu-se trez vezes com a mão direita ; e veio a Lisboa informar o ministro do reino, que já então era o sr. Antonio Candido. O nobre ministro, com a candidez que é propria da sua indole e do seu nome, foi de parecer que o guarda-mór, desde que era presidente do tal club revolucionario, era inviolavel como presidente e como guarda-mór. E o reitor da universidade foi-se para Coimbra, edificado com este modo de ver, benzendo-se á partida trez vezes, mas com a mão esquerda.»

O reitor contestou allegando que havia *inexactidões*. Ao que Navarro replicava nas *Novidades* de 16 :

«Sentimos que, tendo sido nós tão precisos em factos, o sr. reitor se limite a dizer que elles foram referidos inexactamente, sem precisar as inexactidões. E sentimo-lo, porque isso pode deixar no espirito dos nossos leitores a impressão de que as inexactidões, em que tenhamos incorrido, não alteram substancialmente as responsabilidades, que quizemos frisar. Desde que não se pode dizer, que a nossa narrativa é inteiramente destituida de fundamento, teria talvez sido melhor restabelecer toda a verdade. Com o maior prazer teriamos publicado essa rectificação; como a publicaremos ainda, se ella nos for enviada.»

Não foi. No fundo era tudo verdade.

Não faltavam então desculpas. Vencida a revolução, todos queriam fugir ás responsabilidades.

Não ha que ver : paiz incrível !

XXV

De tanto relaxamento, de tão espantosa impunidade até o Chagas se espantava.

O Proprio João Chagas se espantava. A paginas 41 dos *Trabalhos Forçados*, diz:

«Quando eu me decidi a publicar as primeiras d'essas communicações (dos militares) *estava persuadido de que me impediriam de proseguir*. Mas n'esse anno de crise, os governos, ou não acreditavam ainda no poder das palavras, ou se sabiam muito fracos para reprimir, ou talvez, sentindo fugir-lhes o chão debaixo dos pés, se abandonassem ao azar dos acontecimentos».

N'esse anno de crise!... Como se elles não tivessem sido sempre assim!

Anteriormente, a paginas 39, já o Chagas tinha dicto: «Estava em vigor a nova lei d'imprensa. *Foi esquecida.*»

Impunidade completa! Impunidade absoluta!

No dia 4 d'outubro a *Patria*, o outro órgão demagogico de Lisboa, ameaçada de processo por estar publicando cartas de militares como a *Republica Portuguesa*, inseria esta communicação firmada pelos «sargentos de um dos regimentos da guarnição de Lisboa» :

«Entre nós, ha muitos que são os auctores d'essas cartas e portanto prevenimos o rei, o governo e o general Moreira que se algum dos nossos camaradas soffrer o menor castigo, estamos resolvidos a atirar com a caranguejola ao ar, a faze-los embarcar no *Alagoas* (1). Se não podermos agora fazer nada, por sermos poucos (o que havemos de tentar) então esperaremos pelos nossos camaradas que estão no cordão (2). Diz o dictado: *Quem me avisa, meu amigo é*. Portanto, tornamos a prevenir: não se mettam connosco.»

Um descaramento inaudito!

Chagas diz ainda, nos *Trabalhos Forçados* :

«Grande numero d'essas cartas vinham assignadas. Os militares que no-las remetiam não se limitavam a firma-las com os seus nomes e accrescentavam á sua

(1) «Alagoas» era o vaso de guerra brasileiro que conduziu a Portugal D. Pedro II do Brazil, quando deposto.

(2) Cordão sanitario na fronteira, por causa da cholera, que grassava em Hespanha.

assignatura, se eram simples soldados, cabos, sargentos, a designação das suas companhias e esquadras. Por ultimo, escreviam os seus protestos em bilhetes postaes.

E toda esta singular correspondencia nos chegava intacta !»

Elle sempre, o Chagas, a espantar-se... de tanto relaxamento !

Não contentes com a formidavel anarchia de casa, queriam estende-la á casa dos extranhos. E exhumavam, termos do Chagas, textos de velhos pamphletarios, preferindo o conde de Casal Ribeiro, dos *tempos do folliculario*, quando elle exclamava *emphaticamente* no *Soldado e o Povo* :

«Nós, filhos da Península Iberica teremos de sustentar sempre esta lucta cruenta com a força armada ? Não conhecerá um dia o soldado portuguez e o soldado hespanhol que é filho e irmão do povo, que o seu primitivo dever é — *amar o povo* ? Seremos eternamente condemnados a beber o sangue, a devorar as entranhas, a retalhar as carnes dos filhos da mesma terra, na cegueira abominavel d'um odio sem compaixão ? Não, mil vezes não ! A verdade ha de penetrar um dia na intelligencia do soldado, e esse dia será o ultimo da oppressão e o primeiro da liberdade !

Proposito eterno, systematico, invariavel, dos nossos revolucionarios !

Bazilio Telles, com a mania dos planos que todo o mundo lhe conhecia, formulava hypothe-

ses... em 1905! para o caso de ser proclamada em 1890 a republica em Portugal, Em 1905! Porque em 1890 garanto eu absolutamente que elles não tinham, como, de resto, em 1910, plano algum na cachimonia. E Chagas confirma-o nos *Trabalhos Forçados*, quando diz:

«Entre todos (os militares que entravam com elle na conjura) apenas um me interpellou um dia sobre o programma do nosso futuro. Era um primeiro sargento d'infanteria e creio que estudava. Muito jovem e com arsinho entre severo e petulante, propoz-me, a primeira vez que o vi, a questão de saber como «resolveríamos o problema da fazenda». Os outros nunca se mostraram preocupados com este assumpto. A sua intenção era destruir, sem programma. E tinham, no fim de contas, razão. O soldado deve obedecer, sem discussão, (adeus, liberdade! adeus, *independencia humana!*) a todas as *consignes*, e a *consigne*, nesse momento, era *deitar abaixo!*»

Tal qual! Qual plano, qual programma, qual diabo! Plano só o tinha Bazilio... quinze annos depois! E nem então foi muito feliz, diga-se a verdade.

Ora em 1905, dizia Bazilio, no seu livro já citado :

«Com uma republica estabelecida, rapidamente e sem grande resistencia, em Portugal, os Bourbons não se manteriam por muitos mezes na Hespanha.»

Exacto ! O Machado dos Santos até chegou a aconselhar na sua gazeta, *O Intransigente*, um processo summario: fazerem os republicanos hespanhoes ao rei de Hespanha o que os republicanos portuguezes fizeram ao rei Dom Carlos !

Mas vejamos a ultima prova dessa estupenda étape de relaxamento e desordem que precedeu o periodo da actualidade e que foi das mais características na agonia allucinada do velho Portugal. Vem da-la o *Sargento*, jornal das classes inferiores do exercito como o seu nome indica, e do qual, para amostra, ahi vão estas lindas palavras, pretenciosas, pedantes e... revolucionarias !

«Os processos revolucionarios são legitimos e fecundos.

Uma revolução é um plebiscito sem as formulas, sem os sophismas da lei.

A revolução é o processo natural da evolução. Corresponde á *geração heterogenea*, que não nos repugna admitir no dominio da biologia.

As revoluções são as acções reflexas do organismo social.

As revoluções são fecundas em resultados positivos.

Leia-se a historia das civilisações e ver-se-ha que as grandes transformações sociaes são todas devidas a revoluções.»

Em 5 de fevereiro de 1891, depois da revolta do Porto, dizia Emygdio Navarro nas *Novidades* :

«O *Sargento*, alem de prégar abertamente a insurreição armada, tornou-se um elemento de indisciplina

pelos ataques á officialidade dos corpos. Os sargentos despejavam ali as suas iras contra os seus superiores; e estes viram-se enxovalhados, desprestigiados, desauctorizados, porque uma falsa interpretação da lei e dos principios liberais continuava a proteger a publicação do *Sargento*, e a sua livre circulação, nos quarteis. Assim abandonados de protecção superior, não é muito de admirar que os officiaes acabem por se abandonar a si proprios! E assim se chega rapidamente ao estado de dissolução em que nos encontramos.

Mais de uma vez o ministro da guerra foi prevenido da existencia do *Sargento* e da publicação dos artigos revolucionarios e de indisciplina aberta. Nunca se tomou a menor providencia, nem contra o jornal, nem contra os seus redactores e collaboradores. Em França, na grande republica, um official general não pode publicar uma simples carta sem auctorisação superior...

João Chagas confirma, a paginas 112 da *Historia da Revolta do Porto*, a impunidade de que gosou o *Sargento* e o conhecimento que delle tinham as auctoridades superiores do exercito.

«O *Sargento*, que tão importante papel desempenhou nesta verdadeira contenda, começou a publicar-se em Coimbra a 29 de julho de 1888, com o sub-titulo — *semanario dedicado aos sargentos e musicos do exercito*. No seu numero 16, de 11 de novembro desse anno, suprimiu o sub titulo. Ao completar um anno, appareceu com o sub-titulo — *orgão dos officiaes inferiores do exercito portuguez*, que conservou até ao fim. A existencia deste jornal era conhecida em todos os regimentos, porque em todos tinha franca entrada; e era tam-

bem conhecida nas estações superiores. Elle proprio o declarava no alto da sua primeira columna : *A redacção do Sargento offerece o jornal ás seguintes auctoridades militares :*

*Ministros da guerra e marinha ;
Commandantes das divisões ;
Vice-almirante da armada ;
Commandante geral da guarda fiscal ;
Director geral do ministerio da guerra ;
Commandantes dos corpos.»*

Liam... e enguliam ! Achavam optimo ! Eram bem os mesmos que, pelo 31 de Janeiro, se eclipsavam nos regimentos do Porto !

bibRIA

bibRIA

XXVI

Conclue-se que o reinado de D. Carlos não podia ser senão o que foi: uma continua dictadura. Elle queria ser rei constitucional. Mas nunca o deixaram realizar esse proposito.

bibRIA

Do que fica exposto se depreheende que o reinado de D. Carlos não podia ser senão o que foi: uma continuada dictadura.

Aos leitores talvez pareça a nossa documentação um pouco exaggerada. A nós pareceu-nos e parece-nos indispensavel. Como sempre, não quizemos e não queremos fazer obra literaria. Quizemos e queremos fazer obra *convincente*. Obra *clara*, que é, sempre que escrevemos, o nosso unico proposito. Obra que derrame luz, muita luz, sobre as causas capitaes dos nossos desastres. E sem esta documentação, sem nos tornarmos mais *commentador* que *escriptor*, os leitores não poderiam ver com toda a lucidez,

como estão vendo, que o mal fundamental da sociedade portuguesa é a *anarchia*, extremamente agravada nos reinados de D. Luiz e de D. Carlos. Que essa *anarchia*, depois d'um periodo de brandura que abrangeu todo o reinado de D. Luiz, havia de degenerar fatalmente em *anarchia* brava. Que sendo a *anarchia* brava a negação de todo o governo regular, ficaria suspenso *ipso facto* o regimen constitucional, muito tempo uma burla e por ultimo um funesto embaraço. Que, não obstante, a propria dictadura seria impotente, vindo a cahir tudo, com perda de colonias, bancarrota fraudulenta, demagogia a ulular nas ruas, sucessivas revoltas militares, n'uma dissolução definitiva e insolvencia completa.

Como estamos vendo, as coisas chegaram a ponto, apenas um anno decorrido sobre o reinado de D. Carlos, d'este abdicar inteiramente nas mãos da demagogia ou de cahir sobre ella em luta desesperada. D'aqui não ha sahir. Todas as considerações que se façam, encarando os acontecimentos por outro aspecto, carecem de sério fundamento. São meras divagações rhetoricas ou de simples interesse partidario.

Pelos antecedentes, pela natureza do meio e da raça, pelo estado social das multidões, pelo valor intellectual dos *meneurs* e pelo valor moral de *todos*, a demagogia... era o que se viu no anno que precedeu o 31 de Janeiro e o que se tem visto até agora. Não podia ser outra coisa.

A demagogia não queria nem comprehendia um governo de moralidade e liberdade. Não queria nem comprehendia ordem e boa administração. Pelo contrario, todo e qualquer governo sério, que mostrasse boas intenções, como o governo de João Franco, e antes d'elle o de Dias Ferreira apesar de toda a sua excessiva tolerancia, lhe exacerbava a furia revolucionaria.

Patria, liberdade, justiça, direito, ordem, progresso, não passavam de palavrões d'effeito, chamariz para o charlatão impingir gato por lebre, cordão de latão por cordão d'ouro ao eterno publico pacovio, tanto mais crente quanto mais ludibriado. Não, não era liberdade, moralidade, ordem, trabalho, o que queria a demagogia desenfreada. O que ella queria, era, somente, *deitar abaixo*. Como em qualquer paiz do mundo, e em qualquer periodo da historia. Com a differença de educação, de meio, de tradições, de raças, que tornam a demagogia portugueza a mais brutal e, a par, a mais phantasista da Europa. *Deitar abaixo*, como sentenciava o Chagas e, d'uma forma indirecta, o Falcão. (1) Era a *consigne!* Viesse o que viesse, succedesse o que succedesse; fóra do regimen da desordem e da feroz intole-

(1) Refiro-me a uma entrevista com José Falcão, de que tratarei no 2.º tomo desta obra.

rancia a demagogia é como... peixinho fóra d'agua. *Deitar abaixo!* O que ella queria era que a deixassem livremente n'essa faina, e, por isso, sem parar na febre de destruidora, sem deixar refilar como a féra, por mais caricias que lhe façam, e de preparar o salto para cahir de chofre sobre a presa cobiçada, só tolerava governos que manejassem á sua vontade, como, mais tarde, o governo do Makavenko e o de Teixeira de Sousa na hora da derrocada final.

Se a demagogia não podia ser senão isto, pelas mesmas razões as quadrilhas monarchicas não podiam ser... mais do que eram. Uma unica pessoa tinha interesse na conquista e conservação da ordem, n'um governo patriotico e sério. Era o rei. Mas o que havia de fazer, o que podia fazer o rei, se os chamados partidos monarchicos, em vez de o ajudarem, aberta ou tacitamente conspiravam contra elle, sem cessar?

Um homem só é inteiramente impotente, por maior que seja o seu valor, para moralizar e metter na ordem uma sociedade desmoralizada e anarchizada. Nem o rei tinha esse valor, nem, que o tivesse, o poderia fazer valer como rei constitucional. Nem, nas sociedades modernas, como rei absoluto. Quanto mais como rei constitucional. E por mais dictadura que D. Carlos exercesse, estava sempre preso á peia e á responsabilidade de *rei constitucional*. Precisava encontrar nos partidos, como apoio, pelo menos, *sentimento*

monarchico. Mas se era, justamente, esse sentimento que faltava? Mesmo o rei o confessava. D. Luiz só] conhecia a gamella da Ajuda como meio de calar... os cães monarchicos. D. Carlos synthetizava intelligentemente em meia duzia de palavras: — *Isto é uma monarchia sem monarchicos!* — toda a desgraçada situação do seu reinado. Como se verá do livro de Fuschini e da entrevista com Galtier, redactor do *Temps*, D. Carlos *procurava homens, sem os encontrar*. No 2.º volume d'esta obra acabaremos de confirmar tudo quanto vimos affirmando. Duas aspirações constantes guiaram o rei D. Carlos: introduzir a ordem e a boa administração no regimen constitucional e encontrar homens capazes d'um governo forte e honesto. D. Carlos resistiu quanto poudes ás instigações da dictadura. Desde a sua subida ao throno que os politicos mais qualificados e os jornalistas mais eminentes — o proprio Antonio Ennes desistiu dos seus propositos liberaes — o vinham instigando a assumir francamente a dictadura. Ella existia, com intermitencias e mais ou menos disfarçada, que, desgradamente, assim o impunham as circumstancias. Mas os politicos, os publicistas, os *patriotas*, os conselheiros de toda a ordem, queriam que o rei a assumisse sem rebuço. Está na memoria de todos a celebre mensagem, que virá textualmente reproduzida no 2.º volume, iniciada pelos *heroes* da marinha, os que depois derribaram o throno

por *amor da liberdade*, em que os dictos cavalheiros e mais senhores officiaes de terra e mar, muitos dos quaes vieram a ser mais tarde ardentes campeões *democratas*, pediam ao rei em 1902 que *mudasse de rumo*, que abandonasse os *systematicos processsos governativos*, que *repu-diasse os rotativos*, que repellisse a *ficção constitucional*, **mistificação nociva e perigosa**, e que, resuscitando o Pavia, fizesse *correr a pontapés a horda que pejava o parlamento*. Isto não é textual. Mas é a synthese exacta, como se verá quando a mensagem for publicada. O rei resistiu. Esperou. Adiou. Fez novas tentativas no sentido de manter os partidos constitucionaes e a constituição. Na celebre resposta ao Hintze, em Maio de 1906, quando este lhe pedia que lhe fizesse as concessões dictatoriaes que veio a fazer mais tarde a João Franco, dizia: «Não me parece conveniente o adiamento das côrtes, que, alem de trazer muitos outros inconvenientes, provocaria uma immediata sublevação do espirito publico, não digo já dos republicanos, essa era logica, mas de muitos, se não de todos os monarchicos, que te não acompanham n'esta ocasião. Esta era certa, e é necessario não nos fazermos illusões a tal respeito. Seria lançar para o numero dos descontentes já não pequeno, por motivos e erros que de longe veem, essa massa dos que ainda lá não estão. Não me parece o momento propicio para uma aventura d'estas, e a responsabilidade

do decreto, ainda que apparentemente só acto do poder executivo, recairia mais uma vez sobre o Rei, a quem todos pediriam a responsabilidade da sua assignatura, e apenas serviria para o desprestigio da instituição monarchica, em vez de servir para a sua consolidação. Fazendo-o, o governo depois só se poderia conservar pela violencia e pelo terror, e mal está para aquelles que só d'esta maneira se podem sustentar. Creio que ha outros meios a empregar para chegarmos ao unico resultado a que devemos tender todos, que é o bem do paiz. A repressão violenta pode e deve ser empregada, quando seja absolutamente necessaria para a salvação publica; nunca quando haja outros meios a empregar, e esses, creio, ainda os ha!»

Eis aqui o rei bem definido e absolutamente coherente com o rei do Dias Ferreira, do Fuschini, com o rei que não acceitou a mensagem dos officiaes de mar e terra, com todas as suas palavras e os seus actos passados.

João Franco — tudo isso nós veremos e demonstraremos no 2.^o volume — começou com governo liberal. Francamente e sinceramente liberal. Liberal e honesto. Tal foi, porem, a guerra das quadrilhas, e sobre tudo da infamissima quadrilha republicana, cujas aptidões para o governo ahi estão agora demonstradas, que se mallogrou a tentativa. E só então o rei, definitivamente desilludido, e convencido de que João Franco era,

enfim, o homem preciso, se lançou, como ultimo recurso, nos meios extremos. A Galtier dizia elle:

« Dans les derniers temps de la législature, la situation était devenue impossible. Il fallait que le «gâchis» — il n'y a pas d'autre mot — prit fin. Cela ne pouvait durer. Nous allions je ne sais où. C'est alors que j'ai donné à M. Franco les moyens de gouverner. On parle de sa dictature. Mais les autres partis, ceux qui crient le plus, m'avaient aussi demandé la dictature. Pour l'accorder, j'exigeais des garanties de caractère. J'avais besoin d'une volonté sans faiblesse pour mener mes idées à bien. M. Franco a été l'homme que je désirais. Depuis longtemps j'avais des vues sur lui. Au moment opportun, je l'ai appelé. Ce qui fait sa force c'est qu'il a foi en lui, en son étoile, et aux heures de crise, cette confiance est un auxiliaire précieux. Son intelligence égale sa volonté; il est plus intelligent qu'on ne pense. »

Enganava-se, o que aliás é muito facil n'um paiz em que não ha senão fanfarrões a encobrir fracalhões, e parlapatões ambiciosos e vaidosos a tapar mediocres. João Franco, honesto e bem intencionado no seu fundo, não era, todavia, um homem superior.

O rei — insistiremos sempre em o dizer — tinha defeitos. Mas no meio dos seus defeitos foi o politico mais intelligente do seu tempo e o unico, de todos, *que tinha caracter*. O unico! A

sua morte, o tempo o demonstrará, foi um desastre nacional.

Somos bem insuspeito, pois não devemos a esse homem senão agravos. Mas fale a voz da consciencia e da razão.

As quadrilhas monarchicas estavam convencidissimas de que dominariam em republica como estavam dominando em regimen dynastico. Não tomavam, pois, a peito, a defesa do regimen, e mesmo porque o regimen só se poderia defender efficazmente com a politica de moralidade e de justiça, de que ellas eram incapazes. Estavam no *levantar da feira*. E como queriam armar barraca nos novos arraiaes, seria *asneira* pôr-se de mal com os arrematantes da empreza revolucionaria. Encolhiam-se, agachavam-se. Ralar, para quê? A mim me dizia um d'elles, um dia: *Os senhores cozem o pão. Mas quem o ha de comer, sem cancelas, somos nós!* (1) Ralar, para quê? Se tomavam alguma providência contra a descabellada propaganda revolucionaria, era sempre incompleta, sophismada, *por honra da firma*, ou para agradar ao rei, mas sem desagradarem de todo aos revolucionarios. A sua acção governativa cifrava-se, sempre, n'uma covarde e abso-

(1) Era Joaquim de Mello Freitas, de Aveiro, então monarchico

luta transigencia, mais ou menos disfarçada. Se os republicanos não teem praticado a tolíce de repellir a pontapés as adhesões monarchicas, a republica estaria hoje *mais do que consolidada*. Não haveria, em todo o paiz, tres centos de monarchicos. Quem fez os monarchicos, cahida a monarchia, foi a imbecilidade republicana e só agora, se aquelles voltarem ao poder, é possível — note-se que não dizemos provável — que, pela necessidade suprema de se manterem, e só por isso, façam, não governo de administração séria e digna, mas ao menos governo de defesa monarchica.

N'estas condições, é insensato discutir as qualidades do reinante. Discussão byzantina, ou inteiramente deslocada. Quando morreu Eduardo VII, não faltaram parvos a affirmar, entre os republicanos, que se o rei de Portugal tivesse as qualidades d'aquelle rei d'Inglaterra, seria cercado entre nós do mesmo respeito e do mesmo affecto. Ora começa por que Eduardo VII seria impossivel em Portugal, como Carlos I de Bragança, tal qual foi entre nós, seria impossivel na Inglaterra. Eduardo VII seria em Portugal um *pessimo rei*. Carlos I de Bragança seria na Inglaterra — tinha qualidades para isso — um grande rei.

Intelligente ou estúpido, digno ou indigno, ao rei, fosse elle quem fosse, só lhe restava, cruzando os braços, aguardar que a nau, sem leme, sem rumo, com uma guarnição sem honra, guarnição

de piratas, egoista e indisciplinada, fosse enterrar-se nos bancos d'areia ou esbarrar nos cachopos do mar. Gosava? E' o que acontece a todos aquelles que, tendo ainda algum patrimonio para gastar, perderam, por entre uma vida atribulada, a crença na virtude e a confiança n'um futuro de dignidade e de trabalho. Não havia salvação. E a consciencia d'essa verdade, e a noção lucida da sua impotencia como chefe do Estado havia, necessariamente, de desmoralizar o monarcha, que, ao contrario do que se propagava, era assim muito menos um elemento desmoralizador que um elemento desmoralizado. O rei que mais transigisse com a podridão geral seria o *mais talentoso e o mais sympathico*. Mais odiado aquelle que mais luctasse contra a vasa immunda da anarchia e da immoralidade. D. Carlos, apesar d'estar convencido de que a sua monarchia era uma monarchia sem monarchicos e d'essa convicção o ter, tambem a elle, desmoralizado, foi o que mais luctou. Morreu assassinado e, o que é mais significativo, profundamente odiado. Com viva satisfação d'Alpoim, que sem hesitações nem reboço lhe aconselhara, e pouco antes, os mais violentos actos de força, e as sugestões de Navarro, aquelle que mais reclamara o auxilio directo do monarcha, que na *força do rei* punha a *unica esperanza*, que mais batalhara pela intervenção pessoal e energica do soberano no governo do Estado, e que, depois, porque o rei lhe con-

trariou as ambições, foi, com o celebre artigo sobre a morte de Alexandre da Servia e da rainha Draga, o *primeiro inspirador* da horrorosa tragedia do Terreiro do Paço.

D. Carlos morreu odiado. Seu pai morrera quasi amado. E de seu filho ainda hoje falam os republicanos com manifesta sympathia e até, já, com uma certa... saudade! Comtudo, os leitores começam a ver o que eram, afinal, as *culpas*, as *responsabilidades* e as *tyrannias* de D. Carlos. O que valia, no fundo, essa tyrannia e a *razão* com que os demagogos a fulminavam. Os demagogos, que, por aquelle espirito de pelintra imitação que registámos, com a cabeça vazia de bom senso e idéas, excitada pelas leituras revolucionarias, parvoamente romanticos, não podiam dispensar, comquanto quixotescamente o phantasiassem, uma Siberia, um castello de Montjuich e uma... carbonaria.

O reinado de D. Luiz fora mais do que liberal. Fora licenciioso, relaxado. D. Carlos, sem responsabilidades ainda de governo, passou, desde o dia seguinte áquelle em que subiu ao throno, a ser insultado. Não fez caso. Veio, porem, o *ultimatum*, e as injurias, então, tornaram-se desmarcadas. Era natural, natural e legitimo, que o rei, ferido no seu orgulho, no seu prestigio, na sua auctoridade, no seu brio pessoal, procurasse tornar a lei d'imprensa mais effectiva e apertada. No emtanto, ella foi *ainda* tão pouco effectiva, ainda

tão pouco apertada, que não só as injurias, as mais grosseiras, as mais espantosas injurias continuaram, senão que cresceram, senão que se multiplicaram, e com elles as proclamações revolucionarias, os incentivos á indisciplina e á revolta militar, circulando tudo, como vimos, com admiravel liberdade. E admiravel . . . impunidade.

Já dissemos que a principal razão da violencia do *ultimatum* estava, talvez, no facto de D. Luiz e Barros Gomes terem procurado estabelecer as bases d'uma alliança ou d'uma *entente* com a Allemanha para fugirem ao dominante jugo inglez. Justamente o que os republicanos, continuando a politica do radicalismo monarchico, incessantemente reclamavam. *Abaixo a alliança inglesa!* vociferavam elles a cada passo. Muito bem. Agora, que a monarchia tentava afastar-se da alliança inglesa, *abaixo o Bragança! morte ao Bragança!* pois era o Bragança o causador do *ultimatum!*

Podiam discutir a maior ou menor inhabilidade com que tinham sido dirigidas as negociações preliminares. Podiam censurar a falta de methodo, de tenacidade, de habilidade, de previdencia para converter o decantado mappa côr de rosa n'uma realidade. Era licito que considerassem a aspiração do tal mappa côr de rosa um sonho, uma utopia, uma *nephelibatice* indigna de verdadeiros homens d'Estado. Mas o que não podiam negar era a nobreza dos intuitos e o patriotismo da idéa. É isso bastaria, junto ás terriveis difficulda-

des da occasião, para se manterem n'uma attitude digna.

Demais, o que tinha fundamentalmente com a questão o rei D. Carlos? D. Carlos estava em foco como o primeiro, senão unico responsavel. Sobre a sua cabeça cahiam as chufas, os sarcasmos, os apódos ultrajantes dos revolucionarios. António José d'Almeida queria-o mettido n'uma jaula. Eduardo de Sousa queria-lhe atravessar o coração com o seu espadim de pagem. João Chagas proclamava-o inimigo da patria. Chamava-lhe Simão o austero João ⁽¹⁾. E assim todos. Porquê? D. Carlos não preparou a questão, que vinha de longe. Entrou n'ella? Entrou. Mas para exgottar o calice da affronta, da humilhação e da amargura até ás fezes. Para soffrer, vexado, ferido no seu amor proprio de homem e de rei, o castigo das culpas e dos erros que os outros praticaram

Chegava a estupidez ou a maldade até ao ponto de se imaginar e lançar aos quatro ventos da publicidade que o *ultimatum* havia sido forjado por elle para dar realce ao seu reinado! Resultado d'uma combinação entre tia e sobrinho, que só a cupidez britannica fizera mallograr! Grotresco! Mas a verdade é que n'um povo inculto, pessimamente educado, affeito a todas as

(1) João de Menezes.

maledicencias e escandalos, ao mesmo tempo ingenuo e sem o senso pratico preciso para medir os disparates, não raro os grotescos tomam aspectos de *sublimidades*, as mentiras mais soezes o de fulgentes verdades, e assim se forma a onda de lama que ha muito tempo nos arrasta.

Emfim, como fecho de toda essa desatinada propaganda, veio a revolta militar do 31 de janeiro. Foi ao menos tyrannico n'essa altura o rei D. Carlos? Procurou, então, vingar-se dos aggravos? Como o Affonso Costa? Como o Cabrito Macho? Como o Theophilo Braga? Como o Bombardino Rachado? (1) Como todos os Costas, todos os Cabritos, todos os Theophilos, e todos os Rachados?

Como temos dicto, não ha paridade de situações. Contra a republica ninguem conspirou, antes d'ella começar aos pontapés a quem a saudava e cortejava. O Affonso Costa, a não ser algum artigo de jornal, não tinha, nem elle, nem nenhum, aggravos a vingar, mas só beneficios, deferencias, complacencias e distincções de toda a ordem da parte dos monarchicos, a agradecer e registrar.

Não ha paridade de situações. A republica ainda não tinha tido que vencer nenhuma revolta militar.

(1) Era assim que, ao tempo, os designava.

Mas, sem haver paridade de situações, incomparavelmente, extraordinariamente muito mais grave em monarchia que em republica, nem D. Carlos, nem a monarchia, nem os monarchicos, usaram do espirito miseravelmente vingativo, ferozmente cruel, vilmente perseguidor dos cana-lhas todos da republica em geral e do Affonso Costa em especial. Falam os factos. Mas, ahi, não falam só os factos. De sciencia certa, falo eu tambem. E este será o assumpto do capitulo immediato.

bibRIA

XXVII

Começa o meu depoimento. Fui preso como um dos auctores do 31 de Janeiro. A falsa denuncia de Santos Cardoso. O que valia esse tratante.

Ahi não falam só os factos. De sciencia certa, torno a dize-lo, falo eu tambem.

Desde 1884 que eu combatia energicamente o partido republicano e desde 1885 que estava afastado dos seus congressos. Ao realizar-se o segundo congresso de 1887, o congresso extraordinario, e no acto mesmo da reunião do congresso, allegando-se junto de mim a necessidade de congregar todas as forças, de reunir *todos os votos*, como unico meio de salvar d'um naufragio certo a democracia, consenti que um amigo meu fosse ahi representar o *Povo de Aveiro*, mantendo-me eu, porem, pessoalmente, na minha abstenção. Em 1890, depois do 11 de janeiro, senti-me ferido, como todos os portuguezes, com a bruta-

lidade do *ultimatum*. Tentou-se e conseguiu-se a aproximação de todos os elementos republicanos. E elegeram-me membro do directorio. Aceitei, interpretando esse acto como reconhecimento, da parte do partido republicano dos erros praticados. O partido republicano só me podia eleger membro do directorio, ou para me corromper com essa gloriola, arrastando-me na sua orbita errada, ou para seguir a politica que eu sempre preconizara. Se era a primeira intenção que o movia, os factos lhe iriam demonstrar que se enganava. De qualquer forma, a eleição tinha para mim o valor moral do partido republicano se confessar *calumniador*, pois eu era d'aquelles que as *coteries* haviam lançado ás gemonias como *agentes do governo*, ou, pelo menos, como *suspeitos e perigosos*.

Membro do directorio, defendi a orientação e os processos que tinha defendido toda a minha vida. Colloquei-me, pois, no polo opposto dos que queriam o *bota abaixo* como processo exclusivo ou *consigne*. Repelli os tratantes e os especuladores. Castiguei os imbecis. E isso bastou para que chefes e soldados se revoltassem contra mim, chamando-me *traidor*.

N'essas calumnias e intrigas, n'esses *manejos*, para n'uma palavra só dizermos tudo, sobresahia a fracção José Elias, precisamente a fracção dos bandidos por excellencia, dos mestres, dos que crearam a escola em que nasceu e se formou

essa *belleza* que empolgando o poder em 5 d'Outubro causou todos os desastres da republica. Os mariolas tiveram artes de convencer a monarchia de que o *31 de Janeiro*, que eu tinha combatido vivamente, era... *obra minha!* A monarchia deixa-os a elles em liberdade, passa aos outros membros do directorio diploma d'imbecis, e a mim metteu-me na Relação do Porto, depois a bordo d'um navio de guerra, em Leixões. Comigo monarchicos e republicanos, procederam sempre assim. Sempre assim!

Eu dizia-lhes, aos republicanos:

«O movimento, se chegar a rebentar, é vencido, porque não tem á sua frente nenhum homem de valor, e nem sequer officiaes... Os sargentos, entregues a si proprios, podem fazer insubordinações ou simples revoltas; não fazem revoluções, principalmente fóra e longe das capitaes, deixando de pé o poder central com toda a enorme força de que elle pode dispor. Ora sendo o movimento do Porto suffocado, e depois de mostrar a insensatez, a leviandade, os disparates que lhe hão de presidir, porque a gente que lá está não é capaz d'outra coisa, tudo quanto tem senso n'esta terra nos abandona. Os officiaes, hoje em grande parte bem dispostos, retrahem-se necessariamente, seja por reconhecerem os republicanos cada vez mais incapazes dos actos de tino e valor necessarios para regenerar este paiz, seja porque, receosos sempre d'arriscar as suas posições, fiquem aterrados com o desastre, ou, finalmente, porque se sintam feridos no seu amor proprio pela importancia e preferencia que se vae dar aos sargentos, e eu sei quanto isso é grave no exercito. Por outro lado o governo, que

n'este instante não tem força para nada, fica depois do *pronunciamento* com força para tudo. Ha de nos supprimir a imprensa, fechar os clubs, metter na cadeia e ainda attrahir a si a burguezia, que não se importando com uma mudança rápida d'instituições, porque acima de tudo colloca os seus interesses, fica sobressaltada e inquieta com estes *pronunciamentos* ephemeros, mais prejudiciaes e mais perigosos que as revoluções decisivas.»

Tendo-se confirmado as minhas previsões parece que me deveria resultar d'ahi algum prestigio. Foi o contrario! Não ha maior affronta humana que demonstrar a imbecilidade ao imbecil!

Muita gente julga que o odio dos republicanos contra mim vem dos meus ataques violentos. Enganam-se! O que os republicanos nunca me perdoaram sobretudo foi a prova flagrante das suas imbecilidades e dos seus crimes. E ainda menos a da imbecilidade que a dos crimes. Republicanos e monarchicos. Mas estes... ficam para occasião mais opportuna. Sem que eu deixe desde já de registrar que elles foram sempre para mim, como instrumento dos republicanos, uma especie d'executores d'alta justiça. Os republicanos preparavam a cilada e forjavam a intriga. Forneciam o barão. E os monarchicos... forneciam o algoz!

Fui preso. Eu que era o *traidor*, fui preso

como auctor do *31 de Janeiro!* Denunciou-me o bandido do Santos Cardoso.

O miseravel tentou ao principio negar a denuncia. Depois confessou-a, declarando-se arrependido. Por fim voltou a fazer gala da infamia!

Eis o que sobre esse ponto se encontra nos relatorios do *Commercio do Porto*, publicados em livro, com o titulo e sub-titulo de — *Revolta Militar do Porto. Os conselhos de guerra e respectivas sentenças.*

A paginas 127 (primeiro interrogatorio, em audiencia publica, de Santos Cardoso) lê-se:

*Auditor. — O senhor tem-se fartado de dizer e desdizer que era contrario ao movimento. Assentemos de vez n'uma resposta. Se já de vespera o movimento era notoriamente sabido e se lhe era contrario, porque não ficou em casa, mostrando assim á evidencia que não concordava com tal passo, como insiste em dizer?

Accusado. — Achei-me envolvido, por não poder ser superior á minha curiosidade.

Auditor. — Mas o senhor dr. Jacintho Nunes disse aqui que juntamente com o tenente Homem Christo fizera esforços para lhe tirar da cabeça a idéa da revolta. Parece, pois, que o senhor desejava essa revolta.

Accusado. — Houve, a meu vêr, um *qui pro quo*. Creio que o sr. dr. Jacintho Nunes poderia ter esclarecido isso; foi a primeira vez que falei com esses cavalleiros, e o facto de um d'elles, ao que consta, me ter chamado imbecil, em minha propria casa, não é exacto, porque, com o meu temperamento eu mandava-o sahir.

Promotor. — Desejo que me responda muito resumidamente. O accusado tem sido de uma diffusão de tal

ordem que tem feito uma completa confusão. Ninguém o entende, nem o accusado se entende com o que tem exposto. Diga-me: Com que fim foram a sua casa os srs. dr. Jacintho Nunes e Homem Christo? Foram para se fazer a revolução, ou não?

Accusado. — Eu, como já disse ao sr. promotor, era a primeira vez que os conhecia e, se o sr. promotor me permite, eu passo a narrar como foi o principio.

Promotor. — Bem, passemos adiante. Vejo que não quer esclarecer-me.

Presidente. — Diga-me: quando o tenente Homem Christo foi a sua casa, não se tornou ali adverso ao movimento que tencionavam realizar no Porto?

Accusado. — Sim, senhor, tanto elle como o dr. Jacintho Nunes, que o acompanhava.

Presidente. — Pede-me o sr. advogado dr. Carlos Braga para lhe perguntar se o accusado não escrevera em tempo uma carta ao sr. commissario geral de policia, denunciando que o tenente Homem Christo viera ao Porto trazer dinheiro para a revolução. É verdade?

Accusado (*com energia*). — É falso, e lamento uma pergunta d'essa ordem. Não escrevi tal carta.

Presidente. — Diz-me o advogado sr. dr. Themudo Rangel que na pergunta agora dirigida ao réo vae uma insinuação ao seu cliente Santos Cardoso, que não pode deixar passar. Peço, portanto, ao sr. dr. Carlos Braga esclareça o tribunal n'esse ponto.

O sr. dr. Carlos Braga. — Tive a noticia de que o sr. Santos Cardoso escrevera uma carta ao sr. commissario de policia fazendo a denuncia a que alludi e sei mais que o accusado, talvez arrependido do que fizera, pedira essa carta ao mesmo sr. commissario, que lh'a devolvera ficando todavia com uma copia. Tenho a declarar que não quiz fazer insinuações; se falei na carta, foi para aclarar pontos importantes na defesa do tenente Homem Christo, cuja causa advogo aqui.

Accusado. — A carta a que se referem é outra. Disseram-me que o tenente Christo tinha atraído o meu partido, e, tendo visto nos *Debates* de Lisboa, uma informação que me surpreendeu, acreditei no aviso. A minha indignação pelo boato que me participaram foi então tão grande que, declaro, tentei vingar-me do tenente Christo. Escrevi, portanto, ao sr. commissario um bilhete anonymo (nem carta era) em que lhe dizia, pouco mais ou menos: «Participo-te que mandes procurar em tal casa de Aveiro uma porção de carabinas, umas 80 ou 100 que foram compradas ou solicitadas pelo tenente Homem Christo». Ora eu tinha ouvido falar na existencia das carabinas, e desejando vingar-me, expedi o bilhete. Mas, depois, reconhecendo não ter procedido bem, pedi a restituição do bilhete. Ora ahí está a tal carta, lamentando que se viesse para aqui com uma insinuação de tal ordem.

O sr. dr. Carlos Braga. — Sr. presidente: o accusado não pode increpar os advogados. Referindo-me a um facto, como o indicado por mim, estou em meu pleno direito».

Encerrados os debates, o presidente deu segunda vez a palavra aos réos.

Lê-se a paginas 214 do livro citado:

«O sr. presidente. — Antes de se encerrar a discussão da causa, os accusados teem direito a fazer qualquer declaração que julguem conveniente para elucidação do tribunal e para a sua defesa.

O réo Santos Cardoso. — Eu, por minha parte, desejava fazer uma declaração...

O réo Amoinha Lopes. — Eu tambem desejava fazer umas observações relativamente á minha defesa.

Presidente. — Perfeitamente; os acusados podem fazer uso da palavra pela devida ordem. Em seguida será encerrada a sessão.

Santos Cardoso. — Eu já me referi aqui ao assumpto de que vou tratar; tenho, porem, umas aclarações importantes a fazer, porquanto ha um facto que precisa de ser esclarecido, pois pesa sobre mim uma responsabilidade que, por direito, me não cabe.

Eu, sr. presidente (*exaltando-se*), nunca denunciei nem denunciarei ninguem (1). Sou um homem de bem e não posso permittir que se me faça uma tal accusação (2). Refiro-me ao que se passou entre mim e o sr. tenente Homem Christo. Este senhor falou menos verdade quando disse que me fora apresentado pelo sr. João Chagas. S. ex.^a foi-me apresentado por um commerciante que se acha homiziado — o sr. Ferreira Gonçalves (3). Com o

(1) Tinha denunciado o general Calheiros, José Elias Garcia, enfim, meio mundo. E continuava denunciando.

(2) Como se viu, no interrogatorio anterior tinha confessado a denuncia!

(3) Aqui dizia metade da verdade. Toda a gente sabia que João Chagas tinha ido commigo a casa de Santos Cardoso. Fora este o primeiro a divulga-lo e espalha-lo. Nega-lo seria pois contraproducente. Por isso, quando o promotor me perguntou:

«Tem duvida em declarar quem foi a pessoa que o acompanhou e ao dr. Jacintho Nunes a casa de Santos Cardoso?»

Respondi:

«Foi o sr. João Chagas, por isso que não conhecendo eu Santos Cardoso e não sendo regular para ninguem apresentar-se em casa d'outro a tratar assumptos d'importancia sem o conhecer, pedi a João Chagas, na hypothese de que tivesse relações com Santos Cardoso que me apresentasse, bem como ao dr. Jacintho Nunes. João Chagas permaneceu absolutamente alheio ao que se passara n'essa entrevista, parecendo deduzir-se de algumas palavras que pronunciou, que mais contrariava do que apoiava o projectado movimento.»

Eu não tinha pedido nada a João Chagas. Elle e Ferreira Gonçalves, apoiados por Jacintho Nunes, é que instaram commigo, na au-

sr. Jacintho Nunes apenas falei uma vez, no hotel Francfort (1).

A verdade é isto que eu digo, inteira, completa. Se os srs. Homem Christo e dr. Jacintho Nunes tiveram a conferencia commigo, foi pelo facto do dr. Alves da Veiga se haver ausentado para o Douro. N'essa conferencia apenas se tratou d'ouvir opiniões sobre a conveniencia ou não conveniencia do projectado movimento mas nada ficou resolvido.

Eu assumo inteira responsabilidade da parte que tomei no movimento; não alliciei, porem, sargentos, nem nenhum outro militar; apenas trabalhei para conseguir a adhesão do elemento civil; nada mais.

Organizei umas quarenta e tantas commissões de salvação publica, oito das quaes no Porto. Podia provar

sencia de Alves da Veiga, que era de facto, como dizia o bandido, quem nós iamos, eu e Jacintho Nunes, procurar, para falar ao Santos Cardoso, na esperanza de este me convencer, expondo-me *as adhesões*, a adherir ao plano. Eu não queria falar ao miseravel, como deixei consignado no meu livro, negava-me a isso tenazmente, porque considerava deshonrada toda a causa onde entrassem taes creaturas como elementos preponderantes. Por fim, venceram-me as instancias e fui. Mas posto isto, é evidente que nem João Chagas ficou alheio á entrevista, nem proferiu palavras donde se desprehendesse *que mais contrariava do que apoiava o projectado movimento*. Dado, porem, o conhecimento publico de que elle tinha ido commigo, aquella era a unica maneira de o deixar bem collocado e eu não o queria comprometter. Quanto a Ferreira Gonçalves, como ninguem o tinha mettido, ainda, no incidente, para que falar no seu nome? Era compromette-lo!

Esse Ferreira Gonçalves, aspirante a *dono do Porto* na republica, foi, com Santos Cardoso, João Chagas e Alves da Veiga, uma das figuras mais activas da conspiração. Estava mettido n'ella até á ponta dos cabellos. Ninguem o ignorava. Pois *hominiou-se* commodamente em Pombal, terra da sua naturalidade, de lá teceu os pausinhos, e apresentou-se quando tinha a certeza da impunidade!

(1) Mentia, como sempre, como um perro, o tratante. Jacintho Nunes acompanhava-me.

este e outros factos com o testemunho de um official distincto... Não quero, porém, comprometter ninguém.

Não é minha intenção trazer para aqui as questões do directorio, com o qual nunca tive relações directas. O que eu quero (*exaltando-se e batendo com o punho na mesa dos advogados de defesa*) é provar que nem o sr. dr. Jacintho Nunes, nem o sr. Homem Christo, nem pessoa alguma me chamaram imbecil (1).

Nunca ninguém me dirigiu tal insulto. Essa phantastica injuria foi uma tramoia promovida contra mim. Se o insulto me fosse dirigido, eu não teria recebido esta carta (*mostra um papel*), quatro dias depois da conferencia (2).

Não fui eu quem accusou o sr. Homem Christo de ter aberto uma subscrição para custear as despesas com a revolução. Na policia, o commissario Adriano falou-me n'isso, dizendo-lhe eu que não tinha conhecimento de tal facto.

(1) Era o que mais lhe doía, ao fanfarrão! Pois apanhou-a nas bochechas, elle e os outros, embora não fosse, reconheço-o, da minha parte, um acto de *grande cortezia*. A pags. 69 (depoimento de Jacintho Nunes), lê-se:

«Instado pelo sr. promotor, declara por ultimo que o accusado Santos Cardoso, quando se effectuou a conferencia a que alludira, desenvolvera o seu plano, ante o sorriso ironico do accusado Homem Christo. Isto levava-o a elle, declarante, a dizer para este ultimo:

— Homem, fale a sério.

Ao que elle retorquiria:

— A sério, se isto é uma corja de imbecis!

E defini-os para sempre!

O depoimento de Jacintho Nunes foi importante. O livro do *Commercio do Porto* diz no fim: «Este depoimento causou sensação no auditorio pela clareza e nitida exposição feita pela testemunha.»

(2) Era uma carta que eu desconhecia, e que lhe escreveu de Lisboa Jacintho Nunes a fazer-lhe a *boca doce*. Sempre o mesmo Jacintho Nunes, o que sabia do couraçado *Vasco da Gama* direitinho ao ministerio do reino a tratar... os negocios de Grandola!

Quanto á questão das espingardas, procedi igualmente como um perfeito cavalheiro... disse a verdade (*exaltando-se*) sempre a verdade!... Sim, porque as espingardas existiram; eu estou convencido d'isso; tenho razões para julgar poder dizer: as espingardas existiram... Eu não denunciei um homem de bem; denunciei um delator do meu partido. Não quero prejudicar ninguém... mas o que eu digo é a verdade, embora não queiram dar valor ás minhas palavras...

Na conferencia com o sr. Homem Christo, eu disse que tinha organizado as 40 e tantas commissões de salvação publica. Elle disse-me: «Eu já consegui alliciar mais de 40 officiaes do exercito; se é verdade o que me dizem com respeito ao norte, a monarchia pode considerar-se deposta».

Esta declaração do sr. Homem Christo não foi só ouvida por mim; muitos dos que ali estão (*apontando para os accusados*) a ouviram tambem... Espero do cavalheirismo do sr. João Chagas que elle confirmará isto, assim como o sr. Amoinha Lopes e o sr. Cervaens (1)...

A accusação que me fazem com respeito á questão do dinheiro é falsa; o resto, não. Se querem, se fôr preciso, eu provarei o que digo com o testemunho do distincto official a que ha pouco me referi... Nunca alliciei sargentos: juro-o pela felicidade dos meus filhos; nenhuma testemunha o affirmou... Eu tenho as redac-

(1) Ignoro ainda hoje se Amoinha Lopes e Cervaens estariam detrás d'alguma porta, ouvindo. Na sala estavamos só nós, os cinco: eu, Jacintho Nunes, João Chagas, Ferreira Gonçalves e Santos Cardoso. E o trapalhão a appellar... *para muitos dos que alli estavam!* Nem Amoinha Lopes, nem Cervaens responderam ao appello. Chagas epudiou-o.

ções dos jornaes todas contra mim; em todas tenho inimigos.

Eu podia provar que organizei as commissões de salvação publica, indicando os nomes dos cavalheiros distinctissimos que d'ellas faziam parte; não quero, porem, comprometter ninguem... Alves da Veiga é quem estava encarregado do exercito; eu só tratava do elemento civil. Não ha uma unica pessoa — testemunha ou accusado — que diga que eu estive em qualquer reunião de sargentos: nem na rua do Laranjal, nem nas da rua da Rainha, nem na da Boavista, nem na da Serra do Pilar, nem em nenhuma... A' reunião que houve em minha casa, não assisti; eu estava n'outra, d'individuos da classe civil.

Eu tencionava provar isto tudo com testemunhas, mas não me deixaram. Muito antes de se completarem as 48 horas que me foram dadas para indicar testemunhas e advogado, metteram-me, á força, n'uma carroça de cães vadios, e conduziram-me para aqui. E' isto o que eu queria dizer... nada mais tenho a acrescentar.»

As notas do *Commercio do Porto*, que não eram notas tachygraphicas, encerram muitas deficiencias e lacunas. Sobretudo não dão idéa proxima nem remota do ar agitado, tumultuoso, tantas vezes interessante, outras tantas picaresco, dos celebres conselhos de guerra a bordo dos navios ancorados em Leixões. Assim, todas as declarações do Santos Cardoso que acabamos de transcrever foram cortadas de exclamações, risos, signaes e gritos de indignação e de protesto.

As referencias ao *distincto official* veem tão

apagadas e alteradas nas notas do *Commercio do Porto* que tiram ao incidente todo o valor.

O caso foi este. Aproveitei a occasião d'ir ao Porto para falar ao Djalme — então ainda immaculado — ao Ermitão e a outros officiaes revolucionarios. Reunimo-nos todos, de noite, no jardim de S. Lazaro. E ahi lhes perguntei se aprovavam o que o Alves da Veiga e socios estavam fazendo no Porto. O Djalme calou-se. Mas os outros responderam: *não*, una voce. Que era um desastre o que se estava preparando. Que era uma revolta de sargentos, não por motivo politico, simples pretexto, mas por motivo de promoções. Que excusavam assim de contar com a adhesão dos officiaes. Que era indispensavel arrancar ao Santos Cardoso a preeminencia que elle tinha no movimento. Que o brutamontes chegava a ponto de mandar aos officiaes bilhetes de visita, — mostraram-me um — sem reboço, sem disfarce, e em termos de marechal de tarimba, convidando-os a irem a sua casa. Que era indispensavel e urgente organizar no Porto um comité d'officiaes, delegado do directorio. E entretanto que ficasse o Djalme encarregado de deitar *agua na fervura*.

Djalme concordou. E prometeu empregar esforços para neutralizar as asneiras do Santos Cardoso.

Tentou-o? Não o tentou? Foi n'uma d'essas tentativas que referiu o que se passara no jardim

de S. Lazaro? Ainda hoje o ignoro. Sei somente que era elle o *distincto official* e que alguma coisa revelou, ou tudo, ao Santos Cardoso.

O que este disse, pois, no tribunal foi isto: «Homem Christo não veio ao Porto para me dissuadir do movimento. Veio mas foi para conferenciar com officiaes. Assim m'o affirmou um *distincto official* d'artilharia cujo nome estou prompto a revelar se o conselho o desejar.»

E calou-se, esperando a resposta.

Estas palavras levantaram um enorme murmurio entre os réos, que eram mais de duzentos. Ouviram-se em surdina gritos de: *Fóra, pulha! Cala a bocca, pulha!* O presidente agitou a campainha e ameaçou.

Serenado o tumulto, o promotor disse: «O accusado tem dicto tanta coisa, tem feito tantas denuncias sem fundamento, que julgo inutil conhecer o nome do tal *distincto official* a quem elle se refere.» O auditor reforçou a opinião do promotor. O presidente olhou para os vogaes que fizeram signal com a cabeça de que estavam... *conformes*. E encerrou-se o incidente. O nome do *distincto official* ficou nos arcanos do... Santos Cardoso!

XXVIII

As relações entre João Chagas, Santos Cardoso, José Elias Garcia e Theophilo Braga. O jogo bifronte d'elles todos e a situação abjecta d'esses homens perante o «maître chanteur» Santos Cardoso.

João Chagas escreve (pags. 126 — 1.^a edição) nos *Trabalhos Forçados* :

Dos interrogatorios que se iam fazendo, dependeu o prestigio de muitos dos homens implicados na insurreição do Porto e colhidos na rede do successo.

Do seu procedimento na luta pouco, nada havia a dizer; e sobre elle quem podia pronunciar-se? Tudo fora confusão e, na confusão, como apreciar valor, intrepidez, civismo e justamente conferir palmas?

Era alli, na hora das responsabilidades, que se ia pesar o valor moral d'esses perturbadores, que se haviam proposto mudar a face da historia do seu paiz.

Deve dizer-se desde já que elles, na sua maioria, (1) se conduziram com uma dignidade perfeita.

Houve fraquezas, debilidades, covardias. Para alguns era o fim do mundo. Viam tudo perdido e elles perdidos com todas as coisas. Mas esses mesmos poucos, raros, (2) logo, em presença do viril espectáculo dos outros, como que se sentiram irreparavelmente maculados e procuraram, embora tarde, retroceder, recuperar a sua honra e o seu prestigio naufragados.

No ultimo dia do julgamento, a bordo do *Moçambique*, alguns pronunciaram ainda palavras altivas, tentaram levantar-se, erguer-se da sua queda.

Depois do seu depoimento, tão desgraçadamente conduzido, Santos Cardoso sentiu-se perdido n'esse conceito publico para que appellara tantas vezes e que tão pouco fez para captar, e, ao deixar a sala do conselho, pallido, transtornado, disse-me voltando-se para mim, que por acaso o encontrara no caminho:

— O que hei de eu fazer para reparar isto ?

Encolhi os hombros.

Durante a tormentosa noite que elle passara commigo, na cella da Relação, e quando ainda eu não suspeitava que a sua fraqueza fosse tão grande, havia-lhe indicado o que, a meu ver, deveria ser a nossa commum

(1) Na sua minoria, é que elle queria dizer. Mas para salvar a honra do convento e não ser comido por elles foi dizendo: na sua maioria. Se eu proprio, nos *Acontecimentos de 31 de Janeiro* e a minha prisão, attenuiei a verdade e até a occultei algumas vezes!...

(2) Lendo os relatorios do *Commercio do Porto* vê-se que, ao contrario do que diz Chagas, raros foram os que tiveram coragem para affirmar, sequer, as idéas republicanas. E entre os poucos que se portaram decentemente é preciso contar aquelles que estavam absolutamente convencidos da impunidade. D'um d'esses me dizia o Chagas: «Parece um rapazinho que vai fazer exame, ... carregado de empenhos!»

attitude, e elle adoptara immediatamente o meu pensamento. Tivera mesmo esta phrase, ao despedir-se de mim, quando o vieram buscar para nos separarem, porque, ao saberem-nos juntos, alguns jornaes do Porto começaram a reclamar que nos isolassem: «Verá o que é um homem!» ao que eu retorqui apenas: «Assim seja!»

Já durante a noite que passára commigo na Relação e a que ha pouco chamei tormentosa o haviam assaltado pavores de que viessem buscar-nos pela manhã para nos fuzilarem, porque esse boato corra e chegara até nós. Eu procurei calma-lo, persuadi-lo de que a sua apprehensão não tinha fundamento. Elle retorquia-me: «V. é uma creança! E' uma creança!»

Ao mesmo tempo foi tomado de allucinações auditivas e até pela manhã — porque emquanto não luziu o dia e não nasceu o sol, não poudo dormir — suppoz ouvir um canhoneio incessante para as bandas de Villa Nova e, por toda a parte, nos confins da outra margem, fogos de fuzilaria!

— Ouça! E' talvez a gente de Penafiel. Ah! Ainda era possivel salvar isto!

Quando a manhã começou a romper, saltou do leito, disse-me: «— Ponha-se a pé. Não ouve passos no corredor?» Imaginava que nos vinham buscar. Mas o sol nasceu e elle pareceu tranquillizar-se um pouco. Perguntou-me como quem se pendura a uma duvida: «— Não lhe parece que não veem depois do sol nascer?»

O dia fez-lhe recuperar o sangue frio. Empertigou-se e retomou o seu ar de desafio, porque era uma figura d'essas que indicam força e bravura.»

Da mesma creatura diz o mesmo Chagas na
(pag. 67) *Historia da Revolta do Porto*:

«Quem é Santos Cardoso?

Santos Cardoso é uma grande avantesma d'homem, de grossas espadoas e longos membros, servido por uma pera caudalosa, que lhe desce do queixo ao ventre, e munido de um nodoso bengalão de canna da India com que atroa o lagedo das ruas do Porto. Conhece-se-lhe de preciso uma obra — *A Justiça Portuguesa*, publicação com que elle se propõe moralisar os costumes do Porto *pondo as calvas a descoberto*, e que todas as semanas se encarrega de espalhar o terror entre as consciencias desassocegadas. *A Justiça Portuguesa* é um pasquim, um pouco no genero do *Corsario*, publicado ha annos no Rio de Janeiro, sob a direcção de um certo Apulchro de Castro, que nas ruas d'essa capital foi assassinado por um grupo de militares.

Sabe-se a que abusos pode conduzir a facil publicidade da imprensa. O jornal de Santos Cardoso era um d'esses abusos. Já servindo os seus propositos, já servindo propositos alheios, a *Justiça Portuguesa* promoveu, durante longo tempo na cidade do Porto, escandalos de publicidade, aggedindo n'uma linguagem desaforada grandes e pequenos funcionarios publicos sob o pretexto de prevaricações, e chegando, nas suas aggressões, até devassar o lar dos cidadãos para os sujeitar aos mais crueis enxovalhos.

Tornava-se preciso, para produzir uma obra tão odiosa, estar munido de uma grande ousadia.

Esse predicado não faltava a Santos Cardoso. Elle ousava tudo e como a sua figura de alentado latagão, que parecia capaz de todas as arremettidas e de todas as resistencias, o servisse singularmente, gozou, apenas mediante alguns conflitos pessoaes, de uma absoluta impunidade. Durante algum tempo — pode dizer-se — esse homenzarrão tyranisou o Porto com o seu bengalão e a sua penna hervada.

Ai d'aquelle que incorresse no seu desagrado! Im-

mediatamente, como dizia na sua lingua plebeia, elle lhe procurava os *podres* e logo o expunha a uma publicidade cruel, coberto de maculas infames e crivado dos doestos mais torpes; e tal era o temor que esse folliculario inspirava, que os mais decididos preferiam entregar-se á sua antipathia do que tomar-lhe contas pela sua impudica maledicencia.

D'esta antipathica situação resultou que Santos Cardoso era francamente accusado de exercer a *chantage*, por intermedio da publicidade do seu semanario, accusação de que elle sempre se defendeu com energia e que não ficou na realidade demonstrada, o que, porem, não impedia que o seu desconceito fosse notorio.

O redactor da *Justiça Portuguesa* era um homem de uma mediocre intelligencia e de uma grande incultura, como manifestam os seus escriptos, nos quaes, a par de verdadeiros desvarios de pensamento, podem, a cada passo, ser notadas as mais grosseiras infracções grammaticaes.

Assim como escrevia, assim falava, com a mesma desordem e o mesmo desalinho, atropelando tudo, mettendo os pés pelas mãos, mas com um tão nobre e solemne desplante que lhe seria facil dar uma impressão de intelligencia e saber a um interlocutor menos culto ou attento.

Como pôde este homem desprovido d'espírito, ignorante, desqualificado pelo effeito de uma obra suspeita, intervir e desempenhar um papel preponderante n'um movimento revolucionario de tão pura origem, como foi a revolta do Porto?»

De tão *pura origem*! O cynismo de todos estes tratantes! João Chagas não diz tudo. Diz o sufficiente para mostrar o character do organi-

zador da revolução. Mas não diz tudo. Procura até allivia-lo quando escreve que não ficou demonstrada a accusação da *chantage* dirigida contra elle, como se um homem tal qual o descreve pudesse ser mais ou menos que um Palma Cavallão ⁽¹⁾. Só se o Chagas teve remorsos, porquanto Santos Cardoso era mais honesto, ainda assim... que elles todos! Lá isso era! Santos Cardoso era o authenticos Palma Cavallão. Capaz de muita infamia. Mas, ou porque não lhe desse para ahi, ou fosse lá pelo que fosse, nunca tinha sido *Marquez de Venus* nem alugado o corpanzil á Margarida das Flores ⁽²⁾. Registe-se! Dissémos e repetimos que quasi toda a corja que rabiscava a favor do *Ideal*, tendo todos os defeitos de *maitre-chanteur*, tinha outros que metteriam nojo ao Palma Cavallão. Como mettião nojo ao Santos Cardoso! Porque, saiba-se, só depois que este chamou *Marquez de Venus* ao João Chagas, o Chagas o tosou, vivendo na intimidade d'outros pulhas peores que o Santos Cardoso.

Revolta ver creaturas como o Chagas, como o Theophilo Braga, lançar á margem o Santos Cardoso, estigmatiza-lo, fulmina-lo, depois de,

(1) Em pleno tribunal, embora não conste dos relatorios do *Commercio de Porto*, o advogado Themudo Rangel, mostrando a sua repugnancia em defender Santos Cardoso, com quem estava de relações cortadas, explicou esta ruptura por um acto ignobil de *chantage*.

(2) Referencia ao França Borges.

conhecendo-o — todo o mundo o conhecia, — lhe terem chamado amigo, terem privado com elle, e o haverem arvorado em agente principal da revolução do Porto.

Santos Cardoso era o homem que descreve o João Chagas? Era. Era mesmo peor. Muito peor. Pois bem. O canalha mór que depois foi presidente do governo provisório, escrevia-lhe esta carta, *carta authentica*, que o Santos Cardoso, após a amnistia, publicou na *Justiça Portuguesa* (1).

Lisboa, 15 de novembro (anniversario da republica da raça portugueza), 1890.

Meu caro Aventino :

Tinha-lhe já escripto á sua carta de 8 do corrente com resposta cathégorica, mas não lhe cheguei a enviar essas linhas, porque iam algum tanto cheias de resentimento sobre a marcha das coisas aqui. Hoje escrevo sobre o mesmo assumpto, mas para lhe declarar, que estou convencido que a Revolução sobrevirá do Porto, da terra que teve a alta iniciativa de 1820. Se estivermos á espera do levantamento de Lisboa, nunca elle virá, porque esta gente aqui é timorata e cheia de convenien-

(1) Estes numeros da *Justiça Portuguesa* desapareceram inteiramente de Portugal. Não se encontram nem na Bibliotheca de Lisboa, nem na Bibliotheca do Porto, nem na Bibliotheca da Universidade. A propria familia do bandido dizia não possuir esses exemplares.

Para que se não duvidasse, porem, da sua authenticidade, dei-xei-os no *Banditismo Politico* photographados.

cias, tem medo da policia, da guarda municipal, etc. Alem d'isso, os dirigentes são elementos velhos que tudo empatam.

A revolução do Porto é que pode accorder esta gente, e então ver-se-ha forçada a adherir. E no caso d'ahi re-bentar a revolução, ahi estarei prompto para o trabalho. Sob este ponto de vista, é que se deve organizar o plano geral. Tudo o mais é perder tempo, como já aconteceu d'estas duas occasiões, unicas para proclamar a Republica. Vindo o meu amigo a Lisboa, melhor se pode falar n'esta solução final. Vae uma corrente contra o Directorio que tem seu fundo de razão, mas isso divide as forças se ellas continuam na expectativa. A Liga Liberal, obra do Paço, anda arrebanhando militares, como saberá por o que ahi anda fazendo o F... e F...

Por tanto, tudo aperta para abreviar o movimento e para que o Porto retome a sua gloriosa iniciativa. Não vae d'outra forma. A gente do Directorio sabe d'esta minha opinião e apesar de quererem que Lisboa seja o ponto de irradiação, vêem-se obrigados a confessar que é esse o caminho mais rapido e seguro.

Cerebro.

Meu caro Aventino! Os leitores já perceberam que *Cerebro* era Theophilo Braga, o grande homem, e Aventino... o Santos Cardoso!

Aventino, isto é tribuno, ou defensor dos direitos e dos interesses do povo!

Todo o mundo sabe o que é o Aventino: uma das sete collinas de Roma, o *monte sagrado*, para onde se retirou a plebe ao revoltar-se contra o patriciado. Todo o mundo sabe que em

virtude d'essa revolta foram criados os *tribunos*, ou magistrados encarregados de defender os direitos e interesses populares. Logo — e outro significado não tem o proprio texto da carta — Santos Cardoso era o alto e honrado representante do povo na revolta que se estava a preparar!

O Santos Cardoso, o Apulchro de Castro da *Justiça Portuguesa*, na expressão do Chagas, que elles depois, os canalhas, repelliam como nauseabundo gato morto, quando do Santos Cardoso só restava... a immundicie e o descredito!

De resto, o reconhecimento da auctoridade, da supremacia e da chefia do Santos Cardoso não era feito, apenas, pelo Theophilo. Era feito por todos. Pois o que representava a propria insistencia de Ferreira Gonçalves e João Chagas junto de mim e do Jacintho Nunes quando da nossa ida ao Porto? Não tendo nós encontrado Alves da Veiga, a quem queriam os dois que nos dirigissemos para ficarmos a par dos trabalhos revolucionarios? Julgava-se algum d'elles tenente do Alves da Veiga? Não, d'outra forma não seria preciso *ir falar ao Santos Cardoso*. Tenente era elle, Santos Cardoso. Ou, dizendo a verdade toda, o Alves da Veiga é que era tenente do Santos Cardoso. Alves da Veiga tinha outra representação, outro nome, outra intelligencia e outra cultura. Era elle pois, naturalmente, o chefe do protocolo revolucionario. Mas o elemento

activo, organizador e pensante era o Santos Cardoso. Assim o consideravam tacitamente Ferreira Gonçalves e João Chagas, duas figuras preponderantes, sobretudo o ultimo, no movimento revolucionario e no partido. E assim Theophilo, não só na carta publicada como em outras. Por exemplo, em 13 de dezembro de 1890 escrevia, dizendo :

Ex.^{mo} Sr. Santos Cardoso.

Apresento ao meu amigo um dos chefes das forças ... o dr.... espirito profundamente revolucionario.

Precisa conversar sobre a necessidade de dar convergencia a todos os esforços para sairmos d'este marasmo.

Converse com elle á vontade e creio que esta aproximação será fecunda.

T. S. Gertrudes 2.^o 70.

Sempre amigo,

Theophilo Braga.

Vê-se que havia duas formas de correspondencia entre os dois: correspondencia secreta, de *namorados*, e correspondencia publica, de *ceremonia*. N'esta, Theophilo ia mais longe: já não era tacitamente, mas *expressamente*, que considerava o Santos Cardoso *supremo chefe revolucionario* !

Como todos, como todos !

Chagas escreve, a paginas 188 da sua *Historia da revolta do Porto*:

«Até fins de Dezembro de 1890, o Directorio republicano, ao qual presidia José Elias Garcia, esteve em perfeita concordancia, como por mais de um facto ficou demonstrado, precisamente com aquelles dos revolucionarios do Porto, que o Directorio de Homem Christo havia — dias depois — de desconhecer e procurar exauctorar. Homem Christo, elle mesmo, em mais de uma pagina do seu livro o reconhece. Quando, no Porto, procura Santos Cardoso, e o concita a esperar, o redactor d'A *Justiça Portugueza* expande-se em recriminações: « — Pois quê! andaram a dar-me pressa, e agora é que me mandam pedir que tenha mão nas coisas? »

Homem Christo, surprehendido, pede-lhe que o esclareça sobre este ponto, e Santos Cardoso, mostrando-lhe algumas das cartas que recebera do Directorio, protesta:

« — Sim, senhor! Deram-me pressa! As provas, ei-las aqui.»

Apresentou-nos umas cartas em que o facto, realmente, estava constatado — escreve Homem Christo.»

E' certo. Elle mostrou-me as cartas. Eu vi as cartas. Cartas authenticas. Que não offereciam a menor duvida. Em que José Elias, Theophilo, e outros *lhe davam pressa* e o tratavam como o *verdadeiro chefe* da conspiração do Porto.

Fiquei abysmado. Mas era um facto. Para depois lhe cuspirem, depois da derrota, depois da

queda, lançando todo o odioso sobre o desgraçado.

Sempre canalhas !

Como explicava o Chagas a preponderancia e a preferencia dada ao miseravel? «Pela casuística que de todo o tempo serviu o espirito de seita — todos os meios são bons quando os fins são bons.» Eis a moral... revolucionaria ! Accusando-a de *moral jesuitica*, um milhão de vezes a tinham fulminado. Agora já lhes servia... como *moral utilitaria*.

Sempre canalhas ! (1).

(1) Ha duas cartas sobre todas interessantissimas, vivos documentos d'alto valor psychologico, principalmente a de Jacintho Nunes, que Santos Cardoso publicou no n.º 694 da *Justiça Portugueza* de 30 de Outubro de 1893. Depois de termos regressado, eu e Jacintho Nunes, a Lisboa, logo após a entrevista do Porto com Santos Cardoso, Jacintho Nunes, sem me dizer nada, e fingindo estar de pleno accordo commigo, escreveu, como já se referiu, a Santos Cardoso. Ora vejamos agora os termos da carta:

Ex.mo amigo e correligionario — Communiquei aos nossos amigos o que ahi se passou, fiz justiça aos seus serviços, e levei-os a deliberrarem sobre o assumpto. O que se resolveu sabe-lo-ha V. Ex.a quando receber esta. E então verá que eu traduzi o modo de ver do directorio. E creia, eu não fui desalentar nem desconhecer serviços, mas recomendar no interesse da causa, mais alguma paciencia. Outro não podia ser o objectivo da minha ida ahi. — De V.a Ex.a amigo e obrigado — Lisboa, 5-12-90.

Theophilo Braga dizia :

Caro Aventino — Foram recebidas as suas cartas, o nosso correligionario José Jacintho Nunes veio muito impressionado pela admiravel organisação das forças que ahi encontrou, e crê possível o movimento. O Pontificado (*Directorio*) foi unanime em reconhecer a sua

E quando é que os fins são bons? E quando é que os fins são maus? Qual o criterio para julgar *quando os fins são bons e quando os fins são maus?*

Canalhas, até nos motivos invocados para condemnar o miseravel.

«Assim foi — continua João Chagas — que, a partir de determinada epocha, *A Justiça Portuguesa* começou a inserir terriveis diatribes contra certos officiaes dos corpos da guarnição do Porto, incitando contra elles o odio dos inferiores e tornando-os objecto de ameaças de um transparente sentido. Entre outros, o então major Bilton, a quem elle chamara o *major Bilire*, foi victima d'essas violentas aggressões. Mal succedido nas suas tentativas e comprehendendo que não restava á gloria

alta capacidade excepcional para obra complicada e segura. Em vista d'isto, a questão tomará em Lisboa um novô aspecto, porque a urgencia da situação d'ahi é um movel poderoso para se empregarem todos os esforços para um acompanhamento de procissão. E' pois necessario demorar o caso deante do seguinte factor: Combinação com o A. da V. quando aqui vier e assentar nas condições para realisar o capital necessario para a festa e que agora se offerece. Assim vae tudo mais bem tecido e seguro — 5-12-90. — *Cerebro*.

João Chagas escreve na *História da Revolta do Porto* (pags. 178) falando da minha entrevista com Santos Cardoso: «Friamente, como quem se vinga, Homem Christo impoz á sua total ignorancia uma sabbatina cruel, reduziu-o a confessar-se em erro, em equivoco, em mentira. Santos Cardoso embrulhava-se, mettia os pés pelas mãos, já se agitava na sua cadeira como procurando romper».

Se João Chagas fala assim, tão interessado, tão suspeito, com tão pouca sympathia por mim, calcule-se o que se não teria passado! Pois o Jacintho, que sahiu de pleno accordo commigo, que de pleno accordo commigo chegou a Lisboa, que não podia negar a evidencia, que via no Santos Cardoso um imbecil, um trapalhão e um tratante, vae

da sua iniciativa senão o seu trabalho de alliciador entre as classes inferiores do exercito, quiz então fundar a força do movimento que se planeara, no predomínio d'essas classes, e, despeitado, declarou guerra *á espada*. O seu jornal tornou-se echo d'esse despeito e, por um momento, pôde ver-se esse homem proclamando a todos os ventos da publicidade a destruição de toda a disciplina e o exterminio de todas as gerarchias, na ordem militar. Alves da Veiga, outros intervieram, mas elle affirmava sempre que era necessario desthronar *a espada*; e quando lhe objectavam que as espadas eram o sustentaculo das revoluções, replicava:

As revoluções são as espingardas.

No fundo, era o seu despeito que falava.»

Só se eram todos... despeitados!
Como ousava esse homem reprovar no Santos

para o Directorio, informa-o, e o Directorio *reconhece unanimemente* a alta capacidade excepcional do Santos Cardoso para obra complicada e segura.

Bandalhos... e burros! Assim foram, *são e serão*!

São e serão. Quer entre os republicanos quer... *entre os monarchicos*!

Desgraçado paiz, onde ha tanto homem sério e intelligente e eternamente entregue, todavia, á suprema direcção de bandalhos... e burros!

Burros!

Pobre terra. *Absolutamente* incompativel com a verdadeira, a nobre, a san intelligencia. Sobretudo, com a intelligencia. Que triste sorte a tua!

De resto, Santos Cardoso, por mais vil que elle fosse, tinha carra-das de razão, insistiremos em dize-lo, para se revoltar contra elles todos. Simplesmente, trapaceiro por habito e por indole, persistia em confundir o directorio de 1890 com o directorio de 1891 em que eu predominava!

Cardoso o que elle, por sua vez, estava farto de praticar? Quem, mais do que a *Republica Portuguesa* e mais do que o Chagas, attentava contra a disciplina militar?

Em que se fundou a força do movimento de 1891 senão *no predomínio das classes inferiores do exercito*? E em que procurou apoiar-se a republica, senão no mesmo predomínio desastroso?

Donde sahiu o 31 de janeiro, senão das *espingardas*? Donde sahiu o 5 de outubro? E de que veio vivendo a republica depois do 5 de outubro? De quê, senão da indisciplina militar para isso *canalmente* fomentada? Senão da morte de todo o espirito de subordinação e hierarchia, sem o qual se torna um horror a força armada?

Pois o que veio vingando no exercito senão a doutrina que o Santos Cardoso audaciosamente sustentou?

No exercito e em tudo. Porque a verdade é esta: o que ficou reinando na *democracia portugueza* foi o espirito de Santos Cardoso. Não se admirem os leitores, que nós vamos prova-lo. Boçal, elle foi o creador d'esse processo. Estupido, elle foi o fundador da moderna escola revolucionaria em Portugal. Ignorante, elle foi quem estabeleceu as bases do programma que desde 5 d'outubro a republica veio executando. *Maître chanteur*, elle firmou, vincou os traços geraes da moralidade republicana que ha trinta

annos vigora entre nós. Elle foi o creador. Elle foi um precursor. Toda a corja que se lhe seguiu não fez mais que plagia-lo, copia-lo, imita-lo.

bibRIA

XXIX

Onde se demonstra que foi o espirito de Santos Cardoso que ficou pairando, a dominar até hoje, no partido republicano.

Em 26 de janeiro de 1891, portanto quatro dias antes de rebentar a revolução, escrevia elle no n.º 689 do seu jornal *A Justiça Portuguesa*:

«Somos compellidos pelas circumstancias que rodeiam a politica de serralho do regimen da monarchia, a continuarmos com os nossos artigos de combate contra esse lamaçal de podridões que para ahi existe, enquanto não chega a hora do seu anniquilamento. Depois a *Justiça Portuguesa* terá um outro feitio e outras condições de propaganda e defesa, se a Republica souber ser Republica.

Temos sempre dicto que a Republica ha de ser para os republicanos, como a monarchia tem sido para os monarchicos, são as leis das compensações, são os fundamentos do direito e da justiça equitativa applicados, que assim mandam e decretam.

Podia alguém illudir-se que a generosidade se confundia com a justiça?

Como? Porventura admitte-se que aquelle que verteu o seu sangue, que se sacrificou pela implantação d'um ideal, que trabalhou annos e annos combatendo, luctando, affrontando odios e malquerenças, fosse equiparado na justa reparação d'um acto de justiça com o indolente, com o medroso, com o indifferente, com o velhaco, com o trante, com o intrujão interesseiro, com o traficante politico, com o finorio que na ultima hora vem tomar lugar nas fileiras republicanas, como todos esses farçantes saltimbancos que correm todos os balcões d'almoeda da monarchia, vendidos como cães vadios que só conhecem quem lhe encha a pança?

Quem pensar n'isso engana-se completamente. Não queremos para todos esses que teem vivido bem com a monarchia, a sorte que as abelhas fazem experimentar aos abelhões, mas queremos que sejam destituídos, precipitados d'um poder usurpado que não é nacional, porque é corrupto, que não é do povo, porque é e tem sido do privilegio, da injustiça, da trapaça e villania.

A Republica tem que preparar-se como governo do povo, do proprio povo, para ser genuinamente a formula do regimen politico nacional, e para isso, não basta surprehender e alijar a coroa, *é preciso surprehender e alijar todas as instituições da monarchia e todos, todos os homens que a representam* Ou, isto ou nada. Um ideal politico ou ha de ser, ou não pode ser nada nas suas nobres aspirações, *se começar por submeter os planos das suas reformas de justiça, aos sentimentos de carpideira.* As leis são para todos, o mechanismo constitucional deve estar nas mãos da Republica. Uma republica de poltrões, de syndicatos, de monopolios, de interesseiros e velhacos, com a qual o rico continue a gosar e o pobre a soffrer, não a queremos e ha-

vemos combater-lhe a frente a frente e aos homens que lhe sejam governo. Uma republica que dê causa a que o capital se esconda ou seja um ladrão explorador das forças vivas do paiz, havemos calcar-lhe aos pés e esfarrapal-a. Uma republica que sustente vícios na cabeça dos que a governem, havemos matar-lhe. *Uma republica que vá além da generosidade e da benevolencia para consentir abusos a todas as iniquidades da realeza*, havemos assassinar-lhe, porque ao nosso lado teremos sempre corações generosos e almas indignadas que nos ajudem a pleitar e a proceder (1).

Queremos que a republica seja feita pelos republicanos; queremos que o governo do povo seja do povo, composto de homens conhecidos e amados do povo; queremos que a bandeira da realeza seja sepultada nas suas ignominias e que apenas nos recorde esse tremendo sudario dos seus erros e crimes impunes, sudario que está bem patente e impresso no grande livro da historia d'este paiz. Os dialogos desesperados que ao alcance do ouvido de todos se proferem contra o estado de cousas impossivel de tolerar-se e que estão dia a dia succedendo n'este paiz, a cada instante arrancam impulsos de indignação terrivel contra a monarchia.

O que significa tudo isto? E' que a monarchia acabou já para todas as pessoas honradas e vive, apenas, para a historia como as cousas condemnadas. Do que precisamos, do que precisa o paiz? De homens que saibam fallar, que saibam escrever, que saibam administrar, que saibam mandar; finalmente que saibam e possam impor-se com a sua probidade politica e que sejam aos

(1) Diz-se que o Chagas vae apanhar estatua na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Este malandro tambem a apanhava se não tem tido a infelicidade de *morrer antes de tempo*.

olhos das multidões garantias sufficientes e fiadores fidedignos da revolução e da Republica. E' do que precisa e quer o paiz.

Um governo que sae da revolução, é um governo de aclamação publica para salvar a patria e o proprio povo, por isso é preciso dar-lhe tempo de proceder para depois ser julgado nas suas obras.

Por onde deve começar os seus decretos? *Naturalmente por aquelles que expressam a emancipação de todas as classes sociaes, que são a base d'uma perfeição de justiça equitativa, nacional para todos os cidadãos. Feitas as bases d'uma sociedade civil, decreta-se os direitos da propriedade, da familia, das fortunas, a ordem publica e a justiça que pune com egualdade todos os delictos e crimes sem distincção de pessoas, classes ou cathegorias.*

Temos portanto a ordem civil, penal e administrativa fundada *sob um regimen democratico sujeito ás leis marcias dentro da dictadura.* Depois veem os codigos ou leis geraes com os seus regulamentos especiaes, como medidas salutaes e harmonicas, com a constituição decretada na camara popular. Fica assim fundada a Republica e arrasada a monarchia.»

Eu commentava, no *Banditismo Político* :

«O Margarido, (2) auctor illustre do *Caldo requentado*, tem muito menos idéas e, grammaticalmente, não escreve muito melhor. Elle. Quanto aos collaboradores,

(2) Era o celebre França Borges, que tambem vae ter estatua, chamado Margarido por haver sido o rufião de uma prostituta que usava o nome de guerra *Margarida das Flores*.

ponham de parte a forma litteraria e digam-nos se os artigos do *Mundo* não veem sendo moldados ha quinze mezes sobre esse artigo da *Justiça Portuguesa*, e se ahí não está — attendam ás passagens que sublinhámos — o programa republicano que executou o governo provisório.»

«*Por onde deve a republica*, perguntava o Santos Cardoso, *começar os seus decretos? Naturalmente*, respondia, *por aquelles que expressem a emancipação de todas as classes sociaes*. E adeante continuava : «Feitas as bases de uma sociedade civil, decreta-se os direitos da propriedade, da familia, das fortunas, a ordem publica e a justiça que pune com egualdade todos os delitos e crimes sem distincção de pessoas, classes ou cathegorias.» Justamente a obra grandiosa e gloriosa do governo provisório. Elle *emancipou* a mulher, a criança, o proletario. Elle deu o direito da greve. Elle deu a lei do divorcio. Elle deu o reconhecimento dos filhos adulterinos e a indagação da paternidade. Elle deu a lei do inquilinato e a liberdade de testar. Elle declarou que os proprietarios eram *meros detentores da propriedade*. Em resumo, elle *decretou* rigorosamente, como impunha Santos Cardoso, *os direitos da familia, das fortunas e da propriedade*. Pode o Affonso Costa enfeitar-se com as pennas que quizer: a verdade é que a sua obra não teve nenhuma *originalidade*. Foi a obra do Santos Cardoso, que elle se limitou a regulamentar e executar. Muito mal regulamentada, por signal, e muito mal executada. O Santos Cardoso te-la hia regulamentado com mais acerto e executado com mais prudencia e senso pratico.

«Santos Cardoso queria a *ordem publica e a justiça que pune com egualdade*. Mas restringia duas vezes: uma, quando determinava que se *surprehendessem e alijassem todas as instituições da monarchia* e todos, todos os homens que a representassem; outra, quando estatua a *ordem civil, penal e administrativa fundadas*

sobre um regimen democratico sujeito ás leis marciaes dentro da dictadura. Sem tirar nem pôr a obra grandiosa e gloriosa, não já do governo provisorio, mas da republica.

«A nossa grandiosa e gloriosa republica *democratica* concedeu a *maxima liberdade d'imprensa*. Imprensa liberrima! annunciou Affonso Costa ao mundo civilizado, annunciou Bernardino. Mas não se contentando com o direito absoluto concedido ao primeiro policia analphabeto de apprehender as gazetas logo que lhes parecesse que ellas usavam de linguagem *provocadora ou despejada*, mandou assaltar as redacções e, de seguida, suspender e supprimir os periodicos alvejados. Sem falar no *estyllo Homem Christo*, (1) ultimamente inventado!

«Com o mesmo entono proclamou e annunciou a *redemptora* a independencia do poder judicial. Nunca a magistratura havia sido independente, livre, soberana, senão agora, que a benta aurora de redempção surgia... a illuminar o horizonte da patria escravizada! Mas trouxe coleras e maldições, mas despediu raios olympicos sobre os primeiros magistrados que se atreveram a julgar e sentenciar como o seu criterio lhes dictou.

«Pois o que era, senão a rigorosa observancia do programma e da doutrina do mestre, d'aquelle que organizou o 31 de Janeiro, donde sahiriam os heroes e a *abençoada sementeira*? Senão... *ordem civil, penal e administrativa fundadas sobre um regimen democratico sujeito ás leis marciaes da dictadura*? Um *systema* que só a *avantesma* do Santos Cardoso seria capaz de imaginar

(1) Na minha ausencia durante o exilio pretendeu o antigo administrador do Povo de Aveiro fundar uma gazeta. Respondeu-lhe o governador civil de Aveiro, que era o celebre Rodrigo Rodrigues, que não lh'o consentia e que seriam supprimidas todas as gazetas em que apparecesse o *estyllo Homem Christo*.

e só os *Pombaes do seculo XX*, os maiores legisladores dos tempos modernos, as bestas que á sombra da estupidez geral, da pavorosa decadencia d'uma raça condemnada foram inchando como a rã da fabula, seriam capazes d'executar?

«Até na *generosidade*, os discipulos professaram *integralmente* as opiniões do mestre. Como depois os do *Mundo*, os da *Lucta*, da *Montanha*, da *Capital* e do *Seculo*, Santos Cardoso queria a *generosidade*, comtanto que ella se limitasse a não enforçar os adversarios, estando elles... quietos e calados.

«Com um despalnte que assombra, um cynismo ultrajante, aquella falta de senso moral caracteristica dos degenerados, o sujo *maître chanteur* promulga, ex-cathedra, a condemnação do *velhaco*, do *tratante*, do *intrujão interesseiro*, do *traficante politico*; fulmina a republica dos *syndicatos* e dos *monopolios*; imperiosamente exige *probidade politica*. Seguindo na mesma esteira, com o mesmo despalnte e o mesmo cynismo, com a mesma falta de senso moral, o outro *maître chanteur doublé de souteneur*, França Borges, o ordinarissimo rufio Carlos Trilho, o Padua Correia incestuoso e gatuno, toda a grande cohorte do Ideal apelintrado e pulha, exaltam a honra a verdade, a virtude e fulminam a indignidade e o vicio. E assim se creou, n'essa escola do 31 de janeiro, e assim, d'esse pego d'imbecilidades e de lama, cavado pelos interesses dos sargentos, que queriam ser officiaes, pelos interesses do Alves da Veiga, que luctava n'esse instante com difficuldades financeiras, pela *chantage* do Santos Cardoso, pela especulação do João Chagas, republicano da ultima hora, gastador emerito, *bon vivant*, aventureiro que jogava uma cartada explorando a revolução como quem explora um provavel filão d'oiro, pelas ganancias e sordidas ambições d'uma magna caterva onde por engano apparece algum raro homem de bem e por estes mesmos condemnada como veremos adeante, e assim»

d'esse pego de imbecilidades e de lama, se levanta essa nuvem de demagogia idiota e porca que, deixando estampada nas ruas do Porto a mais estupenda ineptia militar a par da mais profunda inhabilidade politica, veio toldando e sujando vinte annos o horizonte e o solo d'esta patria para no fim fazer uma republica que, pode-se dizer, anniquilou no proprio dia do triumpho.

«E ouçamos agora Santos Cardoso, que disse de *sua justiça*.

«A gazeta do bandido reapareceu em 2 d'outubro de 1893. E n'um artigo intitulado *Apresentação de Santos Cardoso*, depois de me chamar a mim denunciante e traidor, escrevia, o *maître chanteur*, de João Chagas :

«O outro personagem, pé de cabra do Brazil, famoso na escola da pederasteria passiva d'onde lhe veio o pomposo titulo de Marquez de Venus, mais esperto que o rato da palmeira, soube introduzir-se, insinuar-se com o seu *aplomb* de aspirante a diplomata, na figura e côr d'um cano e mascara de chaminé, no seio do partido, fazendo da politica escola de cotação dos seus expedientes, sem outro modo de vida, a não ser o de magico para enganar a todos, menos a nós que tambem o conhecemos logo no 31 de janeiro. Este exemplar de raras virtudes civicas, pode enganar com as suas artimanhas a *reportage* que já o conhecia ; pode illudir o grupo mestre das ceremonias do partido, e este por sua vez, com o ditoso Messias no andor levado em procissão de pompa por toda a parte, conseguiu a reverente adoração dos fieis como o salvador predestinado que os sectarios esperam.

O patife que nunca dispoz de credito para um vin-tem de cigarros, conseguiu na qualidade de refrectario (vae com todos os erros do original) e pé de cabra, o que não conseguiu nunca na popularidade Mousinho da Silveira, o primeiro homem que honra e glorifica a historia politica portugueza. Foi talvez a fortuna que lhe

sorriu, que deslumbrou o refinadissimo tratante, que acabou pelo cegar... São assim todos os trastes faltos de moral, de força e de prestigio, deixando sempre atraz de si todo o ruido feito de lama, todo o estrondo desmentido pela crapula, pela corrupção, que só se vêem como as chagas quando se descobrem. Fomos tambem enganados, mas pouco tempo, por esse insigne *escroc* diplomata do dinheiro, a quem temos de consagrar uma boa dose d'artigos, não pelo seu valor ou merecimento, mas por ter sido a causa da anarchisação do partido; por ter fornecido esclarecimentos falsos e verdadeiros ao 1.º traidor; por ser um ladrão dos dinheiros dos emigrados e do partido; por ser um refinadissimo comediante politico que ainda mantem no conceito de ingenuos com o sorriso de velhaco e tactica do *joli monde* no que é mestre insinuante para enganar a todos, a quem se impoz como novo Messias salvador da Republica!

O lodo glacial d'essa alma depravada e velhaca; a ambição de subir tão alto como o sol, fez-lhe crear a fome do dinheiro, fazendo da cotação uma preza que deshonraria o chagal, se antes não estivesse já deshonrado. Para que quer a monarchia esse patife? Para que consente ainda o partido no seu seio esse degradante e sinistro personagem d'um espirito mau, que apunhalou a solidariedade e provocou a nossa represalia por esse infame querer indispor-nos com todos?!

No n.º 693, de 23 d'outubro, sob o titulo *Marquez de Venus Chagado*, continuava o bandido:

«Consta-nos que o Marquez de Venus Chagado, pé de cabra e refractario no Brazil, vae pôr um jornal para responder á *Justiça Portuguesa*. N'essa não cae o negro

melro salvo *condicione* de lhe entregarem os 15 contos que elle pedia, certo de que não havia parvos que lh'os confiassem. Se elle quizer *prantar* jornal de verniz christofle, não lhe faltam meios e azeite na panella.

Tem tudo e de tudo o maroto...

Mariyr de apotheoses, de boas explorações, de admirações, de manifestações, de procissões, de votações, de homenagens aos milhões, de exposições, sem contar com as expressões das opiniões aos biliões, foi um politico de manifestações mais feliz n'um salto de gymnastica, que o Figueiredo da pomada florestal que acabou pobre aos trambolhões.

Mas então onde está a estatua d'esse figurão de chaminé que andaram para ahi a cavacar, a pintar, a torneiar, pondo-lhe brilhantes horizontes no pedestal que elle indicava para lhe chegar lá acima, á estrella Venus, imagem d'este novo planeta luminoso que fez já eclipsar o sol com a sua grandeza? Onde está? E' lá possível que o grande astro tivesse já baixa de posto a planeta, a satellite, a asteroide, a cometa, a uma figura de chaminé, a caminho da casa de um adeleiro de ferros velhos?

Não pode ser, porque ao lado de Santo Antonio de Padua, vimos em casa do nosso amigo Gomes, das Caldas do Moledo, a estatua de gesso bronzeada, copia da congemencia nobre e magistral figura do heroe, do martyr, do Japonez, insigne artista d'estes reinos e d'alem-mar, provocando o protesto das padeiras e dos Filippes da localidade, chamando á profanação um acto de maçonaria. A estatua do insigne patriota d'aquem e d'alem, está portanto no Moledo. Isto agora, só com acompanhamento de musica de Offenbach. Vem, ou não vem a estatua?»

«E assim, n'estes ou em termos equivalentes, mais ou menos em todos os numeros da estupidissima gazeta.

«Porque a primeira coisa a admirar é a fundamental

estupidez, a enjoativa bruteza do alarve. Era necessario que o nivel moral e intellectual da sociedade portuguesa houvesse descido muito para que Theophilo Braga, José Elias Garcia e outros escrevessem cartas ao bilontra no teor d'aquellas que ahi ficam publicadas. Aquella besta, arvorado em chefe do movimento de 31 de janeiro e em creador da *moderna escola revolucionaria*! Com alta capacidade excepcional para obra complicada e segura, como *unanimemente* reconhecia o directorio!

Assim dizia eu no *Banditismo Politico*, publicado no exilio em 1912.

Perguntava elle se vinha a estatua. Veio, e com^o aprazimento e sancção do governo militar da dictadura. Estatua ao homem que foi o maior demolidor do espirito de disciplina militar e de disciplina civil, que nunca soube, em tudo e por tudo, senão ... destruir. Ao homem em cuja obra jornalistica não ha uma idea elevada, um pensamento de reforma, um nobre, sincero e intelligente esforço em prol da redempção d'esta terra infeliz, e que, diplomaticamente, tendo-se consagrado á carreira diplomatica, foi um nullo.

bibRIA

XXX

João Chagas, que em 1887 pegava na redea do cavallo do rei D. Luis e escrevia dithyrambos em prosa em honra do *anjo da caridade*, foi accusado mais tarde de *souteneur* e *escroc*. Restabeleça-se a verdade historica. Não era um *souteneur* nem um *escroc*, mas, tão somente, ...uma instituição!

Mas eram ao menos verdadeiras as accusações dirigidas por elle a João Chagas? Verdadeiras ou falsas pouco importa, desde que ellas nos dão em ambos os casos o valor moral da quadrilha que se propoz redimir pela *democracia* o pobre Portugal. Accusaram-nos e accusam-nos de *calumniador*. Nunca deixámos de destruir inteiramente a futil accusação. Chamar calumniador é facil. Provar a calumnia é difficil. E essa prova nunca elles a fizeram.

Ao contrario, n'este livro demonstraremos, e não é esse, por certo, um dos seus aspectos menos interessantes, que nunca lhes dirigimos in-

juria nem fizemos accusação que elles, previamente e mutuamente, não houvessem trocado... e *confirmado*. Antes de nós os exauctorarmos, já elles se haviam exauctorado uns aos outros.

Se João Chagas era *marquez de Venus*, não sei. Alem de não ser dado a essas heraldicas, nunca lhe vi o braço. Diziam que sim. E devia ser. Entre uma certa corja *intellectualizada*, passou isso a ser *moda*, *prova d'intellectualidade*, de *bom tom*, de ha trinta annos para cá. O ignobil Santos Cardoso, pelo proprio interesse e officio de *maître chanteur*, era uma especie d'espião dos *maus costumes*. E se inventou muita infamia, é de justiça reconhecer-se que tambem disse algumas verdades.

João Chagas appareceu em scena, pela primeira vez, quando do phantastico attentado contra Gomes Leal, o auctor da *Traição*. Ahi por 1882, Gomes Leal annunciou ao mundo que viajando em carruagem de 1.^a classe fora victima d'um attentado, entre Aveiro e Estarreja. Que especie d'attentado? Contra a vida? Contra o pudor? Nunca se soube. Soube-se apenas que na carruagem ia com elle uma unica pessoa; um rapaz novo, elegante, cheio de juventude e sympathia. Como se chamava esse rapaz? João Chagas, se me não falha a memoria.

Mas elle não accusava o João Chagas *d'auctor*. Nem de victima *d'elle*. Quando menos, o João Chagas fôra victima, *como elle*. Mas victimas de

quem? Não se lhes encontrou desfeito o laço da gravata, nem amarrotada a camisa de gomme, nem os botões das calças arrancados. Affirmavam elles que o attentado havia sido contra a preciosa existencia do auctor da *Traição*. Lam os dois em amena cavaqueira e senão quando abre-se a porta e surge um homem de cabelleira revôlta e barba hirsuta. O homem atira-se ao Gomes Leal, o João Chagas atira-se ao homem, trava-se combate desesperado, rolam todos no chão; mas o homem levanta-se d'um salto e d'um salto desaparece... pela portinhola opposta áquella por onde havia entrado.

Signaes de lucta... nenhuns. O corpo do poeta, nédio e *immaculado* como até ahi. Sem costella quebrada e sem anca maguada. A face rubicunda. Sem gallo na testa e sem pisadura no sobrolho. O juvenil rosto do Chagas fresco como uma alface e perfumado como uma rosa. Nem bengalas partidas ou amolgadas, nem chapéos amarrotados, nem vidros despedaçados. Era certo ter-se ouvido um grito de timbre sonoro, mas grito indefinido, que tanto podia ser de dor como de goso.

O caso, assim mysterioso, foi motivo de grande chuchadeira para os jornaes da epocha, e os dois recolheram-se a bastidores envergonhados. Se é que qualquer d'elles podia ter vergonha!

Correram annos e João Chagas apparece em 1887, após uma viagem do rei D. Luis, da rainha

D. Maria Pia e de seus filhos ao norte de Portugal, consagrado, e muito menos por adulação a elle do que á côrte, o primeiro reporter da nação. E' de todos conhecido o repugnante servilismo dos abjectos reptis que em Portugal se dizem jornalistas, deante de tudo aquillo que representa o poder. Abjectos na adulação real quando existia a monarchia, como depois abjectos na adulação republicana. Exaltando a rainha e o rei, como o Affonso Costa e outros bonzos da republica, cada qual segundo a sua capellinha e feição, tão fóra de termo e proporções que até aos mais costumados á hyperbole portuguesa causava asco e indignação. Ora nunca ninguem exaltou a familia real como o bandoleiro João Chagas em 1887, com o protesto geral das folhas republicanas. E d'ahi os louvores e as consagrações dos outros reptis monarchicos, que por essa forma continuavam na sua adulação á côrte.

Ha, portanto, aqui, dois aspectos do Chagas. Não conheço nem a prosa nem os actos d'elle entre 1882 e 1887. Pode ser mesmo que me engane, resalve-se essa hypothese por amor da verdade, mas não engano, quando affirmo que foi Chagas o companheiro de Gomes Leal na aventura grotesca do caminho de ferro. Estava eu na redacção do *Seculo*, uma noite, quando entraram os dois. Gomes Leal andava afflicto com a troça, as ironias e as duvidas das gazetas. E foi ao *Seculo* pedir uma confirmação do facto nos ter-

mos em que elle o narrava, acompanhada de uma reprimenda nos jornaes que ousavam duvidar. E para provar a veracidade do conto apresentava o adolescente que ia com elle no compartimento do wagon de 1.^a classe. *Quem é este rapazola?* perguntei eu ao Magalhães Lima. *E' um tal João Chagas.*

Se a memoria me não atraiçoa, e continuarei a insistir que confio muito n'ella.

Não sei, digo, se o *tal João Chagas* então já *escrevia* e o que elle *escrevia*. Mas pela conversa que lhe ouvi na redacção do *Seculo*, commungava com o poeta da *Traição* no *Ideal*. Eram *correligionarios*. A republica, porem, não veio n'essa epocha. O partido republicano recebia uma onda de adeptos sempre que a especulação ou a ingenuidade publica julgava a republica imminente. Depois a onda voltava ao mar e comquanto se não desfizesse de todo, diminuia consideravelmente de volume e de fragor. A republica não veio n'essa epocha. E Chagas apparecia em 1887, quando as inscrições attingiam um alto valor, quando na apparencia a situação financeira melhorava, declinando o sol da republica a ponto dos proprios chefes republicanos se quererem passar para a *Esquerda Dynastica*, e Chagas apparecia menino do coro e trintanario, a pegar na redea do cavallo do rei D. Luiz e a escrever di-

thyrambos em prosa em honra... do *anjo da caridade* (1).

Verdadeiro aventureiro, mesmo o typo classico d'uma raça que já ia desaparecendo, o aventureiro politico romanesco e elegante, Chagas tentava fortuna. Porque a não conseguiu? Pelo mais simples dos motivos: porque era outro, e bem outro, o typo do aventureiro politico que quadrava á monarchia. Chagas não tinha temperamento eleicoeiro. Chagas nunca se revelara um jornalista de combate. Era a negação do politico d'aldeia, sorna e rabula. E as quadrilhas monarchicas só negociavam a *prompto pagamento*, como exigia o Chagas, os valores d'aquelle quilate. Um simples reporter, por mais brilhantes que fossem as suas qualidades, não tinha cotação para tanto. E Chagas — com o que elle dava um serio cavaco — era apenas para todo o mundo... um magnifico reporter!

(1) «... a rainha ia sorridente, guardando na sella do cavallito montanhez esse aprumo, esse donaire que tão admirados são nos salões dos bailes e das recepções. Quando a vi assim, destacando a sua figura soberana na brumosa atmosphaera da madrugada, arrosando galhardamente com o vento e a chuva, dissiparam-se em mim rapidamente os desalentos da noite, senti-me alegre, jovial, animoso e mais que nunca decidido a acompanhar essa partida de caça atravez dos alcantis do Gerez. (*Primeiro de Janeiro*, n.º 259 de 16 d'outubro de 1887).

Este era um dos hymnos. Como este, cem outros.

E' então que vem o *ultimatum*. E Chagas, quer por despeito, quer por interesse, quer porque, enfim, houvesse chegado o instante do seu especial temperamento d'aventureiro politico se manifestar, lançou-se de cabeça na questão.

Nunca foi um *democrata*. Nem eu conheci no partido republicano quem tivesse mais desprezo pelo elemento popular. *Homemzinho... mulherzinha...* era como elle se dirigia, se adre-gava falar-lhes, ao *cidadão* e á *cidadã* das mais infimas classes. Conheci um operario, muito honesto e intelligente, que me contava este caso. Teve uns serviços a fazer na Rua Larga de S. Roque, em Lisboa. Como havia alli o Café Tavares, duas ou trez vezes entrou n'esse Café, com outro, a tomar qualquer coisa. Chagas, frequentador do Tavares, encarava os homens com olympica superioridade. E um dia disse ao creado, que o contou aos operários: «Aquelles homens não deviam aqui entrar!»

Nunca foi um *democrata*. Era um mixto de explorador e de romantico. Era um *bon vivant* sem escrúpulos, ou, se quizerem... um *pulha elegante*. Podemos agora aqui completar a classificação dos pulhas: pulhas reles, pulhas de bem e pulhas elegantes. Representante do pulha reles: o Carlos Trilho ou o França Borges. Analphabetos, malandros e rufios. Representante do pulha de bem: Cabrito Macho, o *Marat Sentina*, capaz de todas as canalhices e infamias, embrulhado

na capa de homem sério e sem commetter ostensivamente, de facto, actos indecorosos. Representante do pulha elegante: João Chagas, bastante intelligente para não fazer moeda falsa ou falsificar um cheque, mas vivendo como um principe á custa de todos e de *tudo*; *souteneur*, que é o rufio e o *maquereau* de boa sociedade; caloteiro despedindo com boas palavras os credores; cynico afagando a virtude e olhando com desprezo a virtude.

O bandido do Santos Cardoso chamou-lhe *escroc* e ladrão do dinheiro dos emigrados e do partido. Não era bem assim. Elle entendia que o partido e todos quantos se associavam com elle em qualquer empresa tinham o dever — justamente o mais assignalado caracterisco do pulha elegante — de lhe pagar a distincção e o merito litterario e politico. Sobretudo a *distincção*. O pulha elegante, genero macho ou genero fema, dá um preço inestimavel á sua distincção. Pôr bem um casaco e umas calças e arrasta-los com elegancia pelas ruas da cidade dá-lhe mais orgulho que possuir a sabedoria de Aristoteles ou a sciencia de Newton. Elle estimaria, o Chagas, que depois de tirar para si a parte do leão, os outros ficassem com o sufficiente para metter gallinha na panella. Não havia lucros para tanto? Não havia mesmo lucros nenhuns? Então que tivessem paciencia. Morreriam de fome, ficariam a pedir esmola; mas enquanto houvesse dinhei-

ro ou meio de o arranjar, elle gastaria, gastaria, gastaria, tanto quanto fosse necessario para manter a sua categoria de *principe*. Só exgottados todos os dinheiros e todos os recursos, elle acceitaria a dura necessidade de viver como um escrevente n'um pobre quarto alugado ou n'uma trapeira.

Era este o motivo das suas explorações, tanto aos homens, como ás mulheres. Elle não era bem um *escroc*. Elle não era bem um *souteneur*. Elle era... uma instituição! Uma instituição que honrava a patria, a democracia e quantos tinham a dita... d'estar em contacto com elle. Uma instituição que era preciso manter com *dignidade* e com *prestigio*. Vivia das mulheres? Vivia. Mas não era o vil proposito d'explorar a mulher. Era a necessidade de manter o brilho da instituição. Entre elle e o chulo do França Borges, e o chulo do Carlos Trilho, havia um abysmo.

Eu conheci uma d'essas mulheres. Morava ella n'um réz do chão do lado occidental da Avenida da Liberdade, entre a Travessa da Gloria, se é esse o seu nome, e a antiga rua das Pretas. Era em 1897, no tempo da *Marselheza*. Ahi se juntavam o Madureira, redactor do jornal, o Stockler, administrador da gazeta e que ficou a gritar *Aqui d'el rei contra o ladrão do João Chagas*, e outros. O Chagas estava de cama, doente. Eu fui lá visita-lo duas vezes. Não me lembro se em alguma d'ellas fui com Bazilio Telles, que

andava então a preparar a *sua segunda revolução*, pois a primeira tinha falhado em 1890. Mas lembra-me muito bem que em plena Avenida da Liberdade dizíamos um ao outro: «Que vergonha, termos ido áquella casa!»

Ora, que vi eu? Eu vi, precisamente, o culto da *instituição*. Quem mais cultivava o homem não era a amasia. Era a mãe da amasia, uma *matrona* que emprestava dinheiro a juros e que depois andou muito nos jornaes por causa d'uma questão de letras com uma tal Laura Cardoso contra quem ella requereu processo judicial, não sei mesmo se mandado de prisão, por crime de burla ou outro equivalente. Essa mulher não sustentava, certamente, o *souteneur*. Ella não via no Chagas o *souteneur*. Ella via no Chagas uma esperança, uma garantia, um rendimento futuro, uma accumulação de capital e juros. Ficou roubada? Não sei. Na ocasião não lhe pagou o Chagas, com certeza. Nem elle estava lá para pagar. Elle estava lá... para comer. O Chagas, do seu bolso, não pagou. Nem então, nem depois. Nem ella, repito, velha agiota, conhecedora do mundo e da vida, provavelmente dona de casa de prostituição aposentada, podia esperar do Chagas o pagamento. Mas a republica é natural que tenha pago. Pagou, com certeza. Não a divida do *souteneur*, é claro. Mas a divida... do seu primeiro presidente do conselho de ministros! Do antigo heroe, do antigo martyr, da velha... *instituição*!

E era legitimo. Quem sabe mesmo se a *matrona*, como a Margarida das Flores, chegou a adeantar dinheiro á *Marselheza*! Eu creio que sim, dada a proverbial penuria da gazeta.

Chagas, deitado de costas, queixava-se dos rins. E tudo aquillo, redactores da folha, conspiradores d'officio, amasia, mãe da amasia, se aproximava do leito, solícito. Velando pela instituição. Carinhosos, não com o *souteneur*, mas com uma estrella ridente do futuro. Tentando calmar o sofrimento, Stockler com uma laracha, Madureira com uma espirituosa garotice, a amasia com um frasco de pomada e a mãe com um caldo de gallinha.

Essa, *passou*. Mas, como essa, anteriores e posteriores, muitas outras. Actrizes, creadas de servir e dizia-se até... que meretrizes.

Falava-se da ingratidão do Chagas com essas mulheres. Má interpretação, ainda ahi. Chagas, nas horas de penuria, aproveitava-se de tudo quanto apparecia. Princezas, donas de casa de prego, actrizes, creadas de servir e meretrizes. Mas favorecia-o a roda da fortuna, e elle julgava inutil por mais tempo o sacrificio. Não abandonava as creaturas. Poupava-as *fraternalmente*... ao sacrificio.

Dava-se com o *escroc* o que se dava com o *souteneur*. Chagas podia ter vivido sempre honestamente, se fosse um homem simples. Nas peores epochas, nos tempos de crise, ganharia

pela penna, sem esforço, um minimo de cincoenta ou sessenta mil reis por mez. Era pouco. Mas para um homem só sem familia, viver a coberto de privações, chegava perfeitamente. Um homem modesto. Morigerado, sobrio, simples. Para um principe, era a miseria. Evidentemente! Depois, elle era um mero jornalista, ou era, digamo-lo outra vez, um *nome*, uma *gloria*, uma *pagina brilhante* da republica? D'ahi, a fama mal fundada *d'escroquerie*. Não era um *escroc*. Era um homem que gastava o indispensavel para manter *a sua dignidade e o seu prestigio*. Ou á custa propria, ou á custa dos correlligionarios e amigos. E parece que era elle quem estava no campo da logica e dos principios!

Se não fora assim, como explicar que uma creatura por todos conhecida como *souteneur*, e por tantos accusada *d'escroquerie*, fosse chamada, n'uma situação apertada, embaraçosa, difficilima, a presidir ao primeiro ministerio da republica?

Sabe-se o motivo por que Emygdio Navarro, que era um valor importantissimo, escreveu o famoso artigo sobre o assassinato do rei Alexandre e da rainha Dragma, a suggestionar uma imitação em Lisboa. Sabe-se o motivo por que o Borracho, d'esteio da coroa e amigo pessoal do rei D. Carlos, passou a ser inimigo implacavel do monarcha, da dynastia e do throno. O rei D. Carlos *nunca* consentiu que o Navarro e o Mariano fossem pares do reino e obtivessem outras honrarias.

Eram dois homens de grande talento, mas moralmente dois bandidos, e o rei queria poupar mais essa vergonha á monarchia. O Borracho era um bebedor, um devasso abjecto, indecente, um miseravel coberto d'escarros, e o rei não podia dignamente tolerar que o ente desprezivel fosse ministro da guerra, como elle pretendia. E outros, e outros. O rei sabia que creava d'esse modo terriveis inimigos. Mas podia mais n'elle o respeito do decoro e da decencia que o sentimento da conveniencia e do perigo. Apesar de tudo quanto se dizia. E sem que alguem pudesse attribuir, nem ninguem ousou faze-lo, á má vontade pessoal do soberano a exclusão systematica do Borracho, do Navarro, do José d'Azevedo Castello Branco, do Mariano, e alguns outros. Pois bem. O Ideal triumphou. E o Ideal, que levou a todo o paiz e a toda a Europa o descredito de D. Carlos como rei immoral e rei tyrannico, collocou á frente do primeiro ministerio da republica um *souteneur*, um *escroc*, um bilontra e um vadio!

Nunca haverá justiça em Portugal. Mas se ella chega, francamente, não sabemos de castigo correspondente, por mais duro e cruel, a tantos attentados ultrajantes, tantos actos de cynismo, tantos vicios, tanta desvergonha e tantos crimes.

Antes de ser chamado a presidente de conselho de ministros já o *souteneur* e o *escroc* havia sido brindado com o bello cargo de ministro em Paris. Mas — sempre o mesmo — não partiu para

a capital de França sem exigir... um adeantamento! Assim o diziam as próprias gazetas da republica. Um adeantamento!

O rei D. Carlos era o rei... dos adeantamentos! Os canalhas do *Mundo* chegavam a pôr á secção dos roubos a epigraphe — *Adeantamentos*. Em linguagem republicana já se não dizia *roubar*. Dizia-se... *adeantar-se*. «Adeantou-se hontem com isto ou aquillo Fulano ou Sicrano...» escrevia o *Mundo*, noticiando varios roubos comettidos em Lisboa. E a primeira coisa que fizeram, logo que chegaram ao poder, foi continuar... o regimen dos adeantamentos!

Miseraveis! Nem o fogo do inferno, nem o fogo da justiça humana, devorando-os, seria castigo sufficiente para tamanho descaro e infamia.

XXXI

Voltemos á minha *traição*. O que eu
escrevi no *Banditismo Político*
e no *31 de Janeiro*.

Ha muito, ainda, que dizer sobre João Chagas e outros corypheus da Revolta do Porto. Ficar á isso, todavia, para o segundo tomo d'esta obra.

Voltemos á minha *traição*.

Deixei eu dicto (pag. 582) no *Banditismo Político*, onde, a ferro e fogo, escrevi paginas memoraveis :

O meu plano, que ninguem comprehendeu e em que puz desde o principio toda a minha tenacidade e enorme força de vontade, era subjugar os bandidos dentro do partido republicano. Tinha-se feito uma escola depravada de mentiras e de immoralidades. Dentro da monarchia e da republica. Em Portugal e fóra de Portugal. Segundo essa escola, em politica ou havia de dominar o crime, com todo o seu hediondo cortejo d'infamias, ou não havia maneira de caminhar. Eu não me podia conformar com

isso, nem conformo. O homem político não é um santo, certamente. Um santo não serviria para homem d'esta to. Mas entre não ser santo e ser bandido, ha distancia. Morrerei a protestar, mas não admitto, jamais admittirei, que seja o ladrão, o *escroco*, o cavalheiro d'industria, o galeiriano que dirija as sociedades. E eu não via no meu paiz senão isso. Era a escoria, a ralé, o homem sem escrúpulos, a ultima expressão da vileza e da infamia quem governava. Falava-se pomposamente em justiça, em verdade, em liberdade e os factos eram a negação de toda a justiça, de toda a verdade e de toda a liberdade. Havia dois generos de bandidos: os que entravam na cadeia e os que entravam nas secretarias d'estado. Dois caminhos se abriam na vida aos falhos de virtude, aos destituídos de senso moral, aos criminosos natos: o caminho da politica e o caminho da grilheta. Os mais habéis, os mais rabulas, os mais degradados e mais cynicos seguiam o caminho da politica. Os outros, coitaditos, menos favorecidos intellectualmente e mais honestos, seguiam o caminho da grilheta. E entre esses dois flagellos, entre essas duas camadas tormentosas, a pesarem sobre ella com milhões de toneladas, se agitava, soffredora, a parte sã da pobre humanidade.

Muito tempo, as duas correntes não se entenderam. Divergentes, embora provindo da mesma origem, afastavam-se. Mas, subito, de divergentes passaram a concorrentes. O homem authentico das galés, a mulher legitima dos prostibulos, que até ahí appareciam criminosos e viciosos sem disfarce, julgaram-se, logicamente, com direito á mesma consideração de que gosavam os bandidos da politica. E apregoaram a prostituição como... *amor livre*. O roubo como... *direito de restituição*. O assassinato como... *legitimo castigo da tyrannia*. A desordem como... *emancipação*. Emfim, o vicio e o crime justificados como a *verdade de amanhã, o futuro social*, n'uma palavra: **O Ideal!**

Aquelles afivelavam varios rotulos: republica, democracia, *patria e liberdade*. A serie d'infamias praticadas á sombra da republica, da democracia, da patria e da liberdade! Estes iam mais longe: inscreviam no seu labaro... humanidade! Que sarcasmo!

No fundo, só havia e só ha isto de verdade: o homem é mau e sobre ser mau está atrazadissimo. Mau e selvaticamente egoista. Egoista como um tigre. E ainda como entre os irracionaes, passe o termo consagrado pela sua vaidade balofa, é exactamente o mais egoista, o mais bravo, o mais feroz quem domina. O mais manso, o melhor, é sacrificado. E' a victima.

Da junção d'essas duas correntes — a mais baixa, como mais numerosa e mais audaciosa, a arrastar e a dominar a mais alta, que só poderia de futuro continuar a gosar as honrarias e os proventos do Capitolio transigindo com a mais baixa na senda do crime — resultaria a morte de todas as velhas idéas, de todos os velhos sentimentos, isto é, a queda da grande civilização que sobre os destroços de Roma se fundara, e queda no mesmo pego de torpezas e vicios em que a poderosa civilização pagã se abysmou.

O perigo era geral. Resistiriam á crise, talvez transformando-se lentamente, as nações fortes, pensantes, educadas e bem organizadas. Succumbiriam as nações fracas, incultas, sem educação, perdidas as tradições, secularmente minadas por agentes varios de desorganização e anarchia. Portugal, já o dissemos, era a nação typica d'este genero. Vinha-o salvando a desorganização da Hespanha, quasi tão grande como a sua, e mesmo assim detida, ella, a Hespanha, unicamente pelo receio da alliança inglesa. Se em vez da Hespanha tivessemos como vizinhos a Gran Bretanha, como tinha a Irlanda, a Russia, como tinha a Polonia, a Austria, como tinha a Hungria, ha muito tempo que a nossa sorte teria sido a da Irlanda e a da Polonia, que não a da Hungria. Apesar

de tudo, se a desorganização augmentasse, se a anarchia profundasse, se a dissolução crescesse, nem a desorganização e decadencia da Hespanha, nem a alliança da Inglaterra nos salvariam. Portugal estava perdido.

Ora eu vi lucidamente no 31 de janetro o advento decisivo da desordem, o triumpho derradeiro da anarchia, a junção definitiva das duas correntes, a dos freguezes do Terreito do Paço e a dos freguezes do Limoeiro e do Aljube, a dos velhos bandidos da politica e a dos tolerados e toleradas da Viella da Neta, Beco do Capellão e Rua Suja, a formarem uma enxurrada tremenda, que inundaria Portugal como um diluvio de ... vasa putrida creada no fundo d'um leito social por onde vinham, de ha muito, escorrendo os mais porcos dejectos e as mais repugnantes immundicies. O *souteneur* elegante, representado na pessoa do João Chagas, o bandido intelligente e nobre que era José Elias, e o bandido boçal e sujo que era o Santos Cardoso, davam-se as mãos, e a democracia e a patria estavam perdidas. Sempre o disse, e ahi está a collecção do *Povo de Aveiro* a demonstra-lo: o triumpho d'um partido republicano assim constituido seria o triumpho definitivo do banditismo.

Os factos vieram-me dar razão. Não me quizeram deixar em mentira.

Eu combatera vivamente, a todo o transe, sem descanso, o José Elias. Era um homem intelligente; estava longe, porém, como o Fontes, seu modelo, de ser um homem superior. Toda a politica dos dois consistia em transigir com o meio, *cedendo*. Eram dois *compadres*. A sua apregoada superioridade politica consistia em trazerem contentes os *afilhados* e os *compadres*, para que os *compadres* e *afilhados* lhes pagassem em serviços de clientella os beneficios recebidos. Era uma politica rotineira, caseira, d'aldeia, sem abranger um rasgado plano nacional ou um alto pensamento governativo. Não tendo envergadura para mais, punham toda a sua scien-

cia em aproveitar a corrente para navegar ... com a corrente. Facil sciencia de navegar ! Reles pilotos !

No emtanto, era e é a unica sciencia conhecida e applicada n'aquelle desventurado paiz. (1)

Uns fiavam tudo dos Messias. Outros negavam, zombando d'ella, a influencia dos Messias. Ora, as sociedades não vivem sem *guias*. E' bem real o poder director dos guias. Apenas, é indispensavel que o Messias tenha arcaboço, seja duma larga envergadura. Era o que faltava, *o que faltou sempre*, á raça portuguesa. Porquê ? Não sei. Registo o facto, simplesmente.

Era o que faltava á raça portuguesa, e um certo bom senso nos governados para reconhecerem que nem tudo depende dos governantes, mesmo que elles sejam genios ou semi-deuses. Lá o diz a sabedoria das nações : *Ajuda-te, que Deus te ajudará*. O poder dos genios é grande. Mas não vae tão longe que altere a substancia. Os genios illuminam, encaminham, modificam. Quando muito, criam. A substancia fica ; a essencia é inatacavel, pelo menos em curtos lapsos de tempo.

Eu não queria, evidentemente, ser Messias. Nunca tive essa pretensão grotesca. Eu não era um guia. Era um rachador de lenha. Com uma tal ou qual intuição da verdade, com um certo bom senso, erguia o machado e fendia pela base os troncos embaraçosos ou damnhinhos. Paspalhões, para quê ? Diziam-me : não podemos andar eternamente a construir e a destruir idolos. E eu repliava : o que não podemos é andar eternamente á mercê de charlatães, paspalhões, parvos e bandidos. Saibam escolher os idolos. Para que elevam falsos idolos ?

Esta era a verdade. Este era o criterio. Este o bom

(1) Isto era escripto em Hespanha.

senso. Que estupidez, manter á frente do rebanho guias que se perdiam no caminho!

Deixar viver as viborazinhas, deixar medrar e alargar os parasitas, porque não ha... outras viboras nem outros parasitas! Hei de sempre dize-lo: a minha pobre terra, apesar da sua falta de character, não morre unicamente pelo deficit moral, que eu encontro em terras extranhas gente *muito peor*. Não morre pelo deficit financeiro e economico, que seria, com intelligencia, uma coisa transitoria. Morre, sobretudo, á força d'estupidez. Estupidez de monarchicos e de republicanos.

De republicanos na opposição e de republicanos no governo. De monarchicos a dominar e de monarchicos... a conspirar. Que pavorosa estupidez. (1)

Charlatães, parvos, bandidos, para quê? Onde conduz um parvo, um charlatão ou um bandido? Não havia outros? N'aquella escola não havia. Isso sem duvida! N'aquella escola de banditismo. Em que só podiam medrar bandidos. Em que os mais apreciados eram os mais servis, os mais vis, os menos intelligentes, os mais reles d'alma e de cerebro. Isso não havia! Emquanto os partidos fossem quadrilhas, repugnantes quadrilhas e não partidos. Isso sem duvida! Pois porque queria eu outra escola? Pois porque sustentava eu outra moral, outros principios? Mas creassem uma escola politica digna d'esse nome, mas esmagassem o banditismo, e nós veríamos. Não appareciam outros, ainda assim? Então que no meio de tanta decadencia, que no estertor ignominioso d'uma

(1) Isto era escripto no exilio, não esqueça. O *Banditismo Politico* e a collecção do *Povo de Aveiro no Exilio* demonstram bem que até no exilio, sem deixar de atacar os republicanos, disse verdades duras aos monarchicos.

raça outr'ora gloriosa surgisse, ao menos, um raio de razão e de justiça.

José Elias era uma peste. Não se cercava senão de canalha, ratos de cano d'exgotto. Hominhos capazes de tudo: de roubar, de matar, d'atraíçoar e vender a propria mãe e as proprias filhas (1). Elle, que pessoalmente tinha qualidades, continha-os em respeito. Mas José Elias, minado por uma gravíssima doença, estava a morrer. A escoria que o cercava, que constituia a sua clientela, unida á escoria creada pelo *ultimatum*, a quem o *ultimatum* dera audacias e esperanças, a escoria do Porto, de Coimbra, de toda a parte, ia ser um pavor. Era necessario tentar um ultimo esforço em prol da verdade, da razão, do bom senso, da moralidade ferida de morte d'uma patria moribunda. E foi o que me levou a entrar no directorio e a combater por todas as formas a aventura do Porto.

Accusavam-me d'*auctoritario*. Mas era justamente um dos principios a impor, o principio de disciplina, o principio d'auctoridade, n'uma sociedade que se vinha dissolvendo á força d'indisciplina e desordem. Era justamente o que se requeria: organizar com methodo, dirigir com auctoridade, moralidade e intelligencia. A revolta do Porto era uma aventura, que se renunciava, vencedora ou vencida, uma desordem na desordem, um chaos no chaos; pela absoluta falta de plano e pensamento governativo, pela pessima qualidade da gente que viria a

(1) Dois d'elles, dos mais importantes, um, sem a menor duvida, o mais importante de todos, foram accusados de manter relações incestuosas com as proprias filhas. A canalha que surgiu depois do 31 de janeiro era da mesma laia. O Aurelio Netto, o *Trinta*, attentou contra o pudor da propria mãe. O Padua Correia foi sempre accusado de ter vendido a mulher e de manter mancebia com a propria irmã.

dominar, um agravamento, que não um remedio, ás nossas dolorosas circumstancias. E que eu tinha razão, carradas de razão, ahí está o 5 d'outubro a demonstra-lo. Nem vinte annos depois, se é rei um outro homem que não o patetinha do D. Manuel, e mesmo assim sem um conjuncto raro, e bem raro!, de covardias e traições, teria vingado a republica. E vingada ella, desencadeou tamanha corrente d'insensatez, immoralidade e anarchia, que já não ha maneira de remediar essa desgraça. Bem se pode dizer da republica em relação á monarchia: *sobre queda, coice*. Agora é que Portugal não se levanta.

Era preciso esperar, organizar o partido republicano e o proprio movimento revolucionario, dar alma, corpo, unidade, cohesão a tantos elementos dispersos, orientar sãmente os espiritos, emfim, fazer uma obra sólida e séria.

Não o consegui? Não. Mas, se o não consegui foi pela fraqueza, imbecilidade, falta de tino ou senso pratico, e de coragem, dos poucos que ainda tinham rectas aspirações e boa vontade. Se esse homem intelligente e recto que se chama Bazilio Telles tivesse mais algum senso pratico, se o poeta nephelibata que se chama Manuel d'Arriaga tivesse mais intelligencia e coragem, e assim outros, a orientação do partido republicano teria sido bem differente. Não o foi, e eis ahí os resultados.

Encerrado o incidente do Porto, a minha missão estava terminada. Ainda ahí tive a previsão que os outros não tiveram. *Os republicanos historicos* tinham passado de repente para um segundo plano. Todos: Arriaga, Theophilo, eu, Bazilio Telles, Jacintho Nunes, Magalhães Lima, Consiglieri Pedroso. Todos! Eramos comparsas, já não eramos actores. Theophilo foi presidente do governo provisorio. Arriaga é presidente da republica. Illudem-se, coitados, julgando que são, de facto, as primeiras figuras.

São as ultimas! Meros collaboradores, *comparsas*! Socios de merito da quadrilha revolucionaria!

Do 31 de janeiro em diante só havia dois caminhos: ou dobrar a cerviz ao jugo da canalha, ou protestar. Eu achei mais nobre protestar.

Não via em volta de mim senão lobos esfaimados. Corvos, chacaes, sorvendo, ávidos, o cheiro da carne morta. Os proprios que me elegeram não o fizeram por espirito ide solidariedade com os meus principios, mas apenas por verem em mim, n'esse instante, o mais *capaz de revolução*, quer dizer, de lhe dar a pitança do triumpho immediato. Cunha e Costa, um dos novos, e dos principaes da chamada *geração academica do ultimatum*, offerecia-me o seu retrato com esta suggestiva dedicatória: «A Francisco Christo, o valente jornalista republicano, offerece, *em vespervas da revolução*, Cunha e Costa». Em *vesperas da revolução*! Não ha duvida. O que elles esperavam de mim... era a pitança do triumpho immediato.

O motivo que me levava a entrar no directorio, deixei-o tambem, e desde logo, (*Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão*, sahido a lume em 1891) explicado. Ahi escrevi, pags. 17:

Eu tinha combatido sempre a politica de José Elias, dentro do partido republicano, tanto no *Povo de Aveiro*, durante uns poucos d'annos, como, mais tarde, nos *Debates*.

O *ultimatum* de 11 de janeiro, que exaltara os espiritos, tambem me alcançou a mim na sua perturbação. Não que eu, no fundo, não achasse alguma razão á Inglaterra. Não que este patriotismo doentio, de pergaminhos

e berratas, que bem demonstra o nosso atraso social ou a nossa inferioridade scientifica, me não repugnasse. Mas pela forma affrontosa e desrespeitosa com que a Gran-Bretanha nos tratara.

Perante a consciencia universal, não pode ser permittido a um povo deixar abandonados e desertos, largos seculos, immensos tractos de terreno. Se não tem população para os colonisar, se não tem braços nem dinheiro para os explorar e cultivar, faça o que a boa economia aconselha aos particulares em casos taes: venda metade ou a parte necessaria das suas propriedades, aquellas que menos lhe convenham, para ficar com as forças e os meios de tratar convenientemente das restantes. O simples facto da conquista não admite que se atrase a civilisação e o progresso. A melhor maneira de honrar as tradições, os grandes homens do passado, os grandes feitos da historia, é trabalhar e aproveitar, não é viver ao desbarato, como Portugal, n'este sentimentalismo piegas que tanto o caracteriza, abandonando tudo ao desleixo, ao rotinismo, á mercê do acaso, sem vontade moral nem orientação intellectual.

Todavia, os processos de Salisbury eram d'uma violencia extrema e ultrajantes. E eu irritei-me, como todos os portuguezes, contra esse desdem desprezível, essa maneira de tratar. D'ahi os meus artigos, calorosos e vivos nos *Debates*, que attrahiram as atenções do governo. E d'ahi o eu ser transferido de caçadores n.º 2 para infantaria 24, o que me levou a requerer passagem á situação d'inactividade temporaria, em que me tenho conservado até hoje.

Individualmente, pouco me importava estar em Lisboa ou em Pinhel. [Politicamente, em Pinhel era um homem inutilizado e parecia-me estar chegada a hora de sahir do campo platonico para o campo d'acção, onde se me afigurava que poderia prestar alguns serviços á causa da republica.

Foi o unico motivo que me levou a requerer a inactividade.

O directorio tinha terminado o seu mandato em dezembro do anno anterior, porque desde essa epoca que estava concluido o chamado *Regimen interno do partido*, que uma commissão especial fôra encarregada d'elaborar ou redigir. Não obstante, já lamos em março sem que o congresso houvesse sido convocado, não havendo justificação nenhuma da demora, visto que no mez de dezembro ainda não tinha surgido a questão inglesa, que depois serviu de pretexto para o adiamento. Era mais um dos muitos desrespeitos de José Elias, que punha e dispunha no directorio, pelos principios democraticos, o que veio augmentar a opposição que eu e outros lhe faziamos.

Não faltava, entretanto, quem lembrasse a necessidade de se pôr treguas aos conflictos internos do partido, para se aproveitarem as circumstancias no sentido da proclamação da republica. Dizia-se que nunca houvera melhor occasião para a victoria. Se os republicanos a deixavam perder, quando viria outra tão adequada?

O argumento era forte. Muitas vezes os chamados *garças* haviam apregoado, anteriormente, a necessidade d'uma concentração partidaria. O fim, porém, não era outro senão acabarem com a guerra movida aos processos monarchicos e á politica de conveniencias, seguida por José Elias desde longos tempos. De modo algum as circumstancias pediam o sacrificio de enrolar bandeiras, sacrificio que só uma grande necessidade ou um grande perigo da causa commum, e isso mesmo quando haja sinceridade e lealdade d'ambos os lados, admite. Teria chegado esse instante? Parecia que sim.

A melhor occasião para um movimento sério fôra, talvez, o dia 11 de fevereiro. N'um paiz de primeiras impressões, frouxo e sentimentalista como o nosso, que não tem arrancos d'indignação que durem mais do que

um dia, a habilidade toda consiste em aproveitar os primeiros momentos. Perdidos estes, difficil é galvanisar outra vez o corpo enfraquecido e dormiente. Por isso em dezembro, prevendo que o desenlace do conflicto inglêz havia de ser grave, aconselhava eu os homens politicos d'esta terra, n'um artigo dos *Debates*, a que se prevenissem para *todas as eventualidades*.

O meu conselho não valia nada. Os chefes republicanos não deviam precisar d'elle para se acautelarem com os acontecimentos. O que é certo é que sendo elles os que partidariamente mais podiam ganhar nas difficuldades, que, aliás, não tinham preparado, foram, como sempre, os que menos se importaram ou pensaram no que podia acontecer. De fórma que veio o dia 11 de janeiro, veio o 11 de fevereiro que era mais grave, e o partido republicano não dispunha d'elemento nenhum para escalar o poder. No dia 11 de fevereiro a irritação tinha chegado ao seu auge; o governo estava desmoralizado e receando um conflito; temia perder a batalha que se fôrtesse e isso tirava-lhe uma grande parte da sua força; o partido progressista, despeitado, soprava a revolta; ninguém havia pensado ainda, porque a indignação produzida pela affronta do *ultimatum* não deixava pensar n'essas coisas, nas consequencias perigosas do triumpho da republica n'aquelle momento, e por consequente a reacção estava sem deitar as raizes que se foram desenvolvendo com o tempo; o sentimento patriotico andava muito excitado nos quarteis, onde era resolução quasi geral não fazer fogo contra o povo, se por acaso viesse a revoltar-se nas ruas; de forma que um audacioso movimento popular n'esse dia, facil de preparar como se sabe, provocaria, talvez, a queda das instituições.

O que succedeu foi de natureza a produzir o resultado contrario. O partido republicano demonstrou mais uma vez a sua falta de tino e de resolução. Manuel

d'Arriaga e Jacintho Nunes foram presos na rua d'uma maneira desgraçada. O povo, habituado a manifestações ridículas, sem educação, sem plano, sem chefes, limitou-se ás berratas e correrias do costume. O governo, tomando o pulso a tudo, creou animo para o ataque, emquanto o partido republicano descia, descia sempre no conceito dos mais fortes.

No dia seguinte o aborrecimento era geral nos quartéis e n'outros centros importantes, que ainda na vespere não duvidariam auxiliar uma transição de regimen. A republica recuára um passo.

Tal era o estado das coisas, quando no seio do partido se apregoava a necessidade d'uma concentração.

O melhor ensejo estava perdido. Comtudo, outras occasiões propicias se offereciam para breve. Ainda se podia dar a grande batalha sobre a discussão do tratado inglês. E n'esta previsão accitei, consultados, previamente, alguns dos amigos politicos que possulam pontos de vista identicos aos meus, as treguas que indirectamente me propunham.

Eu e esses amigos resolvemos pôr de parte, por algum tempo, a questão do congresso e outras differenças que havia a regular com o directorio, ou com os *garcias* para falar com maior propriedade.

Feitas as treguas, entrei em relações com José Elias. A pags. 32 do mesmo volume explico, pelo desgosto que me causavam as velhas malignancias de José Elias, as razões que me forçaram a quebra-las:

Essa attitude do fallecido chefe dos *garcias* e juntamente a circumstancia — porque José Elias sacrificava

tudo á conveniencia de se conservar sem obstaculos á frente do partido — de o ver cercado d'insignificantes só porque lhe obedeciam ás escuras, excluindo systematicamente de todos os trabalhos alguns vultos importantes da democracia, veio augmentar o desgosto que de mim se apoderára e que tanto mais crescia quanto as provas surgiam, hora a hora, da força com que a fatalidade perseguia um exercito que não recrutava senão homens por todos os titulos incapazes de cumprir a divisa de honra que escolhera e de dar victoria á bandeira gloriosa que desfraldára. Até que os factos, que vou narrar, me levaram a quebrar o pacto que de certa fôrma e até certo ponto tinha estabelecido com José Elias.

Fui ao Porto. D'alli escrevi a um intermediário, dizendo-lhe que eram muito más as impressões politicas que recebera. Que o Porto era sempre o mesmo, egoista, mercantil e nada mais.

O intermediário (1) respondeu-me dizendo que visse bem, porque as minhas observações não eram exactas. Que havia coisas importantes que me tinham passado despercebidas.

O que seria ?

Fiquei admirado porque José Elias nada me tinha dicto em Lisboa. Mas não indaguei.

Aconteceu n'essa occasião em travar relações com um republicano do norte muito conhecido, (2) emigrado actualmente. Este referiu-me, condemnando o facto, principalmente pela auctoridade moral do individuo, que

(1) Chamava-se Perez o intermediário, dono do Hotel Atlantico onde José Elias estava hospedado. Não disse então o nome d'elle porque a justiça procurava ainda os implicados no movimento revolucionario.

(2) Bazilio Telles. Occultei o nome d'elle pelos motivos mencionados.

Santos Cardoso andava em trabalhos revolucionarios com os sargentos da guarnição do Porto, aos quaes promettia o galão de capitão e, accrescentou rindo, trinta e seis mil réis para se fardarem.

Eu ri-me tambem com a historia dos trinta e seis mil réis. Mas tomei nota do caso.

Isto foi em agosto.

Regressei a Lisboa e falei com José Elias. Confirmou-me os trabalhos revolucionarios de Santos Cardoso. Era a esses trabalhos, e aos manejos de Alves da Veiga que com elles se relacionavam e d'elles dependiam, que se referia o intermediario na carta que me escreveu.

— E o galão de capitão ? perguntei.

— D'isso nada sei, respondeu José Elias.

— Mas v. ex.^a confirma essa promessa, se d'ella chegar a ter conhecimento ?

— Não confirmo nem deixo de confirmar.

— Mas, admitida a hypothese da republica sahir d'um movimento d'essa natureza, v. ex.^a, como membro d'um governo provisorio, supponhamos, daria o grau de d'official a esses homens ?

— Isso não.

— Pois n'esse caso parecia-me melhor que v. ex.^a o declarasse desde já. Dar aos sargentos qualquer galão d'official é abrir a era dos *pronunciamentos* e pôr contra nós todos os officiaes actualmente existentes. Não lh'o dar, depois d'alguem lh'o haver promettido e d'elles virem para a rua fiados na promessa, é deixar um fermento de descontentamento no exercito que ha de ser muito prejudicial ao novo regimen.

José Elias encolheu os hombros como quem diz — deixe lá — e eu vi-me embora.

Na mesma occasião apparecia no Porto a *Republica Portugueza* que logo nos primeiros numeros encetou uma propaganda feroz, no sentido de excitar os animos

das praças de pret do exercito. Tambem isto me pareceu muito inconveniente e disse-o a José Elias.

Eu fui sempre inimigo das revoluções militares. Partindo, porém, do principio de que se tornassem indispensaveis, só as admittia conservando-se tanto quanto possível a disciplina e sendo as tropas guiadas por espirito patriótico, sem a mira em recompensas de qualidade alguma. Sabendo os regimentos dos quarteis, com os seus chefes legitimos no todo ou em grande parte, e regressando a elles sem impôr ao novo governo as suas espadas, nem só o inconveniente disciplinar seria minimo, mas não haveria o odioso e o enorme perigo das revoltas de caserna.

Uma revolução feita pelas praças de pret, essa seria a indisciplina, seria a desordem, e eu sabia bem quanto são perigosas essas massas desordenadas, quando se perde a auctoridade e a força do prestigio.

Nem todos pensavam assim.

Coincidiu com estes factos, intervallados de pouco tempo, a publicação do tratado de 20 de agosto.

Assentou-se n'uma reunião, que a imprensa discutisse energeticamente o tratado, mas sem incitamentos á revolução, salvo em casos extraordinarios. Se a imprensa aconselhasse, como veio a aconselhar, os meios extremos, sem que houvesse elementos para um acto decisivo, o partido desprestigiava-se mais do que estava e convinha evitar novos desaires.

Qual não foi, pois, o meu pasmo, ao ver lançar-se a imprensa loucamente no campo revolucionario, ao mesmo tempo que demonstrava uma completa falta de sciencia, limitando-se a ir a reboque dos outros, na discussão do convenio?

Não terminaram ahi as minhas decepções.

Eu estava em Aveiro. Logo que vi os jornais trilhareu um caminho errado parti para Lisboa, a saber o que

motivara alteração tão importante no que se combinara. Procurei José Elias. Com grande espanto meu, disseram-me que tinha ido para o norte do paiz. Fazer o quê? «Só razões de grande peso, dizia-me um dos seus subditos mais fieis, o podem desculpar de sahir de Lisboa n'esta occasião».

Assim era. Taes razões, porém, não existiam. Vim mais tarde a conhecer todos os seus passos. O principal chefe republicano fôra ver o Bom Jesus de Braga com sua esposa, e constituir umas commissões politicas insignificantes, quando a imprensa do seu partido gritava com furia pela revolta em Lisboa. Fugia, como sempre, das difficuldades da occasião, e das loucuras que não tinha a franqueza de reprovar claramente.

As consequencias d'essa tactica, d'essa habilidade em primeiro grau, ahi estão eloquentes e patentes nos desastres do Porto. E quando fosse muito politico e muito *fino* proceder assim, muito digno com certeza é que não era.

Chegou o dia 15 de setembro, em que se deviam reabrir as camaras. José Elias regressou a Lisboa n'esse dia.

A' noite houve uma reunião em que se discutiram acaloradamente varios planos revolucionarios. Ou n'essa noite ou na noite immediata. Os meus apontamentos não precisam bem a data, o que pouco importa para o caso.

Como de costume, muita parlapatice. Os elixires de salvação sahiam de todos os cantos. Não havia um dos presentes que se não julgasse capaz de fazer a republica e de endireitar o mundo.

Fui consultado. Respondi que, pelo que sabia, nada se podia fazer. Qualquer tentativa seria esmagada, a não ser que existissem recursos que eu ignorasse.

Levantou-se uma tempestade d'indignações. Não de José Elias, impassivel e mudo como sempre, nem dos seus adeptos, fieis ao systema de nunca se pronuncia-

rem enquanto o chefe não mandava, mas d'alguns *moços esperançosos* e outros adventícios a que atraz-me referi.

— Não ha tropas que nos sigam? Mas ha dynamite, bramava um furibundo.

— Eu tenho duzentos estudantes que me acompanham, vociferava outro, e com pena de ficarmos todos estendidos nas calçadas, a infamia não ha de passar sem resistencia.

E assim por diante.

Debalde lhe disse que de nada valia o dynamite, a qual nenhum d'elles, sequer, sabia empregar, nem os duzentos estudantes. Embora fossem muito corajosos, tornava-se impossivel, com probabilidades d'exitto, uma lucta contra as forças do governo. Era um sacrificio inutil.

Não queriam crer. Mas depois accommodaram-se e, felizmente, não ficou ninguém estendido nas calçadas.

O governo cahiu, o que estava previsto desde que se abriram as camaras. Fui para Aveiro. A crise, porém, prolongou-se além do habitual e eu regressei a Lisboa. José Elias, da mesma fórma que em setembro, tinha sahido. N'essa occasião estava em Caneças.

Tanta falta de lealdade e de franqueza era demais. E puz ponto definitivo nas minhas transigencias.

XXXII

Continua a historia da minha traição.
Congresso republicano de 4, 5 e 6
de Janeiro de 1891.

O directorio estava gasto e desprestigiado. D'ahi, uma indisciplina geral. Cada um fazia o que queria. Cada cabeça, cada sentença. E como as cabeças eram pessimas, pessimas eram as sentenças.

Os conventiculos e os chefes multiplicavam-se. Muitas egrejinhas, muitos sacerdotes, cada um d'estes com a sua reza, cada uma d'aquellas com a sua pragmatica. Calcula-se a anarchia que d'isso resultava. José Elias cada vez mais se arreigava no seu systema de deixar *correr o marfim*, já porque era esse o seu temperamento nato, já porque temia um cheque a cada passo, vendo augmentar contra si o desgosto dos verdadeiros republicanos, que, com a desgraçada questão da Mala Real, ameaçava trasbordar. Ainda que quizesse, não podia elle restabelecer a

unidade de acção, nem impor a sua auctoridade.

Os que tinham rompido as treguas, á frente dos quaes eu me encontrava, pensaram na maneira de remediar esse estado de coisas. Só havia uma: aproveitar o adiamento da questão inglesa para reunir um congresso de que sahisse um directorio com a força precisa para governar.

Previo-se a hypothese de José Elias ser reeleito. Mas assim mesmo era conveniente a reunião do congresso. O mandato do directorio estava terminado ha muito, o que era uma das muitas causas de fraqueza do corpo dirigente. A reeleição de José Elias, dada essa hypothese, era uma recentíssima prova de confiança, que, bem ou mal entendida, lhe dariam a auctoridade e a força que completamente lhe faltavam e de que elle poderia então fazer uso conveniente, se quizesse.

A idéa, não obstante, encontrava muitos adversarios. Os principaes eram os homens do Porto, que gritavam que não era de congressos, mas de revoluções, que se precisava. Outros eram os que queriam ser chefes á custa da fraqueza ou da longanimidade do directorio e que, embora tivessem pedido cem vezes o apeamento dos velhos generaes, cobrindo José Elias de insultos e sarcasmos, davam n'essa altura o espectaculo immoral e degradante de renegar a propaganda da vespera. E os restantes eram os apaniguados de José Elias, os que d'elle tinham recebido em-

pregos e favores, os seus intimos, os seus *lacaïos*, vulgarmente conhecidos pela designação de *gar-cias*, que de nenhum modo queriam ver o *patrão* apeado.

Todos estes offereciam á reunião do congresso uma barreira insuperavel. Apoiado n'ella, o directorio não o quiz convocar. Exgotaram-se, para esse fim, todos os meios suasorios. O meu temperamento de luctador excitou-se com isso e convenci os dissidentes a convocarmo-lo nós. Eu, Manuel de Arriaga e Alves Correia dirigimo-nos n'esse sentido a todos os organismos republicanos, por meio de circulares.

O directorio atemorizou-se com este justificado acto de revolta, enviando intermediarios a pedir-nos que dessemos por insubsistentes as circulars. Respondemos-lhe que sim, comtanto que elle convocasse o congresso sem demora. Chegámos a accordo. Nós tínhamos convocado o congresso para 6, 7 e 8 de Dezembro. O directorio compromettia-se a convoca-lo para 4, 5 e 6 de Janeiro immediato. De facto, no mesmo dia appareceram nos jornais do partido a nossa desistencia e a convocação do directorio.

A nossa desistencia era concebida n'estes termos :

«Um numeroso grupo de republicanos de diversos pontos do paiz tinha convocado um congresso do partido para os dias 6, 7 e 8 de Dezembro, em virtude da demora

do directorio na convocação d'esse congresso. Convo-
cando-o agora o directorio e acceitando para essa reunião
os dias 4, 5 e 6 de Janeiro, que hontem lhe foram pro-
postos pelos iniciadores da primeira convocatória, con-
sidera-se esta sem effeito; o que se participa a todos os
centros, jornaes e aggremações a que havia sido enviado.

Lisboa, 27 de Novembro de 1890.

(aa) *Manuel de Arriaga*
Alves Correia
Francisco Christo»

O segundo documento era assim concluido:

O directorio do partido republicano portuguez, tendo
recebido da camara constituinte, eleita pelo congresso
de 23 de Dezembro de 1887 para reformar as bases da
nossa agrupação partidaria, o texto do regimen appro-
vado em 9 de Dezembro de 1889, segundo estava expli-
cito no seu mandato, tratou de dar-lhe immediato cum-
primento, coadjuvando-se de uma commissão annexa
eleita pela referida camara constituinte para promover a
regular situação das antigas agrupações republicanas, e
instalação de novas forças, e assim apresentar-se ao
congresso para a renovação dos poderes.

Circumstancias extraordinarias, dolorosamente conhe-
cidas por toda a nação, embaraçaram até agora durante
o actual anno de 1890 o regular estabelecimento da nova
organização partidaria, e d'aqui a inevitavel demora na
convocação do congresso republicano ordinario.

Em vista do estado dos trabalhos para a execução do
regimen de 9 de Dezembro de 1889, que actualmente re-
gula as nossas relações partidarias, e em conformidade

com o voto da camara constituinte em sessão de 22 de Novembro de 1890, o directorio convoca o congresso ordinario do partido republicano para os dias 4, 5 e 6 de Janeiro de 1891.

N'estas circumstancias temos a honra de solicitar o estabelecimento das necessarias relações officiaes indispensaveis aos actos que hão de anteceder o congresso, e a solida affirmação das forças regulares e activas do nosso partido. Chamamos portanto a attenção para o texto do regimen, que se transcreve e pelo qual se fará a eleição dos delegados ao congresso e até onde se puder executar.

No capitulo VII regulamentam-se os direitos e deveres das antigas agrupações, que é d'esperar continuem a interessar-se na obra politica a que tem dedicado o seu esforço generoso. Solicitamos a sua resposta até ao dia 28 de Dezembro, regularizada na conformidade do mesmo regimen.

A falta de resposta significará para o directorio a não existencia regular da agrupação.

O directorio lembra aos correligionarios do continente e ilhas (Açores e Madeira) a formalidade do reconhecimento prescripta nos n.ºs 8, 9 e 13 do regimen, e auctoriza, em face da lei votada pela camara constituinte, a definitiva organização de commissões de freguesia, municipio ou bairro.

A constituição das commissões e eleição geral de delegados ao congresso deve realizar-se em todo o paiz e ilhas adjacentes, até ao dia 28 de Dezembro de 1890.

Todas as commissões, depois de devidamente installadas, enviarão as suas respectivas participações e copias de actas de installação e eleição de delegados, ao secretario do directorio (Theophilo Braga), para a Rua dos Mouros, n.º 41, até ao dia 2 de Janeiro.

A' imprensa republicana pede-se que dos seus esco-

lhidos como representantes ao congresso, em conformidade do que dispõe o cap. III, se faça comunicação até ao dia 2 de Janeiro de 1891.

Todas as comunicações, pedidos do regimen, impressos para a inscripção de correligionarios e programma do congresso, devem ser dirigidos para a rua dos Mouros, 41, 1.º, onde se prestarão a qualquer hora do dia os esclarecimentos necessarios.

O local do congresso será previamente annuciado.

Lisboa, secretaria do directorio, em 27 de Novembro de 1890.

Pelo directorio

Theophilo Braga

Secretario

Obrigados a passar *sob as forças caudinas*, a irritação dos partidarios de José Elias Garcia é facil de imaginar. E attribuindo elles tudo á minha acção energica, contra mim só se voltava o seu odio feroz.

O congresso realizou-se, emfim, nos dias marcados, nas salas do club Fernandes Thomaz.

Os *garcias*, ou *garciistas* como outros lhes chamavam, soffreram ahi uma estrondosa derrota.

Eis o que dizia *O Povo de Aveiro* n.º 471 de 11 de Janeiro de 1891.

«Realizou-se nos dias 4, 5 e 6, como estava annuciado, o Congresso do Partido Republicano Português.

«Abriu a sessão no dia 4 sob a presidencia provisoria do sr. Feio Terenas. Tendo-se procedido á chamada

dos congressistas, foram eleitas as comissões de verificação de poderes e, depois de constituída a assembleia, eleita a mesa que havia de dirigir os trabalhos e que ficou composta dos srs. dr. Jacintho Nunes, dr. Theophilo Braga, Alves Correia, Albano Coutinho, dr. Eduardo Vieira e dr. Francisco Vieira.

Nessa altura, o sr. Gomes da Silva apresentou a seguinte proposta :

«O congresso republicano português, reunido nas salas da Associação Escolar Fernandes Thomaz, em a noite de 4 de Janeiro de 1891, ao constituir-se definitivamente, nota com sincero pesar a ausencia a que uma doença grave e impertinente força o snr. José Elias Garcia ; e, em homenagem áquelle prestimoso cidadão, á sua familia e ao partido republicano, de que elle tem sido pela nobreza do seu character, pela probidade da sua vida e pela sua dedicação partidaria, um dos mais illustres ornamentos, resolve registar na acta da sua primeira sessão a manifestação d'esse pesar »

«Esta proposta tinha dois inconvenientes : — 1.º o de pretender um voto de louvor, sob o ponto de vista politico, a um homem que fazia parte de um directorio cujos actos politicos tinham de ser julgados ainda ; 2.º o de distinguir o sr. José Elias Garcia de todos os outros membros do directorio, o que ninguem poderia admittir, nem o proprio sr. José Elias Garcia se estivesse presente.

«Foram estas as considerações que apresentou o sr. dr. Bettencourt Rodrigues, ao fazer uso da palavra logo em seguida a ser apresentada a proposta do sr. Gomes da Silva, pedindo ao proponente que se limitasse por emquanto a pedir apenas um voto de pesar pela doença do sr. Elias Garcia, que n'esse ponto estaria de accordo toda a assembleia.

«O sr. Gomes da Silva, porem, insistiu e como a

assembleia insistisse tambem, por seu lado, em não admittir a proposta, nos termos em que estava formulada retirou-se da sala com 7 congressistas, seus amigos, em perto de 150 que estavam presentes.

«Tal foi a grande *seisão*, em que se fala para ahí, do Partido Republicano Português! Taes foram os *graves* motivos que a provocaram! Tão *grande* e tão *graves* que achamos inutil fazer-lhe maiores commentarios, tão risivel tudo isso ha de parecer á opinião de quem lê.

«O quarto Congresso do Partido Republicano Português foi o mais notavel de todos pelo numero e qualidade dos individuos que n'elle tomaram parte e pelas resoluções importantes que n'elle se votaram. D'elle sahio um directorio homogeneo, honrado, trabalhador, que, estamos certo, ha de inaugurar uma nova vida no seio da democracia. Pelo que nos felicitamos e ao Partido Republicano sem nos importar a especulação dos monarchicos nem as intrigas e despeitos dos pouquissimos a quem não agradaram as lições que, sob muitos pontos de vista, receberam dos congressistas reunidos nas salas do Club Fernandes Thomaz.

«O directorio ficou composto dos seguintes cidadãos :

Joaquim Theophilo Braga

José Jacintho Nunes

Manuel de Arriaga

Sebastião de Magalhães Lima

Bernardino Pereira Pinheiro

José Francisco de Azevedo e Silva

Francisco Manuel Homem Christo

O sr. Magalhães Lima recusou o cargo para que fora eleito.

S. Ex.^a lhe achará o êrro!

Do Corpo Consultivo fazem parte :

José Maria Latino Coelho

José Elias Garcia

José Joaquim Rodrigues de Freitas

Zofimo Consiglieri Pedroso

Francisco Teixeira de Queiroz

Francisco Maria de Sousa Brandão

«O sr. Francisco Homem Christo apresentou a seguinte moção :

«O congresso do partido republicano, reunido em Lisboa, affirma a unidade do partido e a sua solidariedade para a conquista do seu ideal de regeneração e reabilitação nacional, não obstante a diversidade de opiniões que no mesmo partido possa existir sobre pontos secundarios de processo e doutrinas.

Lisboa, e sala das sessões do congresso, 6 de Janeiro de 1891.

(Assignados): Manuel de Arriaga, pelo Centro do Fayal. — Azevedo e Silva, pela commissão municipal de Loulé. — Francisco Vieira, pelo Centro da Ribeira Brava. — Thomaz Terra, pelo *Povo de Aveiro*. — Consiglieri Pedroso, pelo Centro Propaganda Democratica do Norte. — José Barbosa, pelo Centro Democratico de Coimbra. — Antonio Correia de Lemos, pelo Centro Republicano Viziense. — Paulino de Oliveira, pela commissão de Setubal. — Antonio da Silva, pela commissão de Silves. — Cunha e Costa, pelo Centro Academico de Coimbra. — Eduardo Vieira, pelo *Alemquerense*. — Francisco José Rodrigues, pelo Centro de Loulé. — A. de Andrade, pela commissão de Cantanhede. — José de Lemos, pelo *Commercio*, (da Terceira). — Ramiro Guedes e João Carlos Felicissimo, pelas commissões de Constancia e Abrantes. — Luciano Fataça e Joaquim Pedro de Mattos, pela com-

missão de Montemor. — Pedro Paulo de Carvalho, pela comissão das Galveias. — F. Pereira Batalha, pelo Centro da Chamusca. — Evaristo José Cutileiro, pelo Centro de Évora. — Carlos Calixto, pela comissão de Beja. — Alves Correia, pelos *Debates*. — Dr. Leão Meirelles, pelo Centro de Paços de Ferreira. — Albano Coutinho, pela comissão de Anadia. — Andrade Neves, pelo 3.º bairro de Lisboa. — José Jacintho Nunes, pela comissão da Vidigueira. — Gustavo Cabrita, pelo *Porvir*. — Francisco Homem Christo, pelos republicanos de Chaves.»

«Esta moção foi recebida com os applausos unanimes do congresso, sem exceptuar alguns dos amigos do sr. Elias Garcia que na primeira noite se negaram a sahir da sala e alguns dos que, tendo sahido, a ella voltaram, e que foram dos que mais applaudiram, não só a moção mas as palavras com que o sr. Homem Christo a justificou.»

Assim, dando conta do que se passara no Congresso, dizia o *Povo de Aveiro*.

Com effeito, a moção, e bem assim o discurso que, ao apresenta-la, proferi, foram calorosamente applaudidos. Mas, ao chegarem á rua, logo os que faziam causa commum com José Elias trataram de intrigar, de *embrulhar*, de mentir, para que os iniciadores do congresso ficassem compromettidos.

Eis o que se lê (pags. 45, capítulo VI) no volume que, sob o titulo: *Os Acontecimentos de 31 de Janeiro e a Minha Prisão*, publiquei logo após a revolta do Porto.

«De facto mal chegou a Lisboa a noticia de ter sido vencida a revolta do Porto tudo se apressou a negar responsabilidades.* Foi um espectaculo vergonhoso. Não houve um só dos politicos republicanos que se atrevesse a declarar-se, ao menos moralmente, solidario com elle. Nem se calaram sequer. Todos a condemnaram como inopportuna, insensata e perigosa.

«A consciencia publica revoltou-se contra uma covardia e uma indignidade de tal ordem. E os jornaes monarchicos, buscando responsaveis, seguiram no trilho das informações que receberam por occasião do congresso, imputando de prompto a responsabilidade dos acontecimentos aos taes *homens d'acção*, aos taes *revolucionarios* que vinte e cinco dias antes haviam vencido os *evolucionistas* e os *moderados*.

«Diziam as *Novidades* em 1 de fevereiro:

«Os elementos preponderantes na redacção do *Seculo* procuravam contrariar o movimento por imprudente e inopportuno. Esta opposição não foi estranha á cisão que se deu no partido republicano e em resultado da qual foram vencidos os moderados, triumphando para a eleição do directorio os exaltados e partidarios dos meios revolucionarios.»

«Ora os elementos do *Seculo*, preponderantes e não preponderantes, eram todos *garças* e alguns d'elles dos que mais haviam apregoado, pelos conventiculos e pelos centros, proximos e graves acontecimentos, devidos á iniciativa do seu grupo. Nenhum, ainda aquelle que menos confiasse no resultado da aventura, fez o minimo esforço para a evitar. Todavia, os outros foram para a cadeia e elles ficaram em paz. Todos os jornaes republicanos foram suspensos e o *Seculo* ficou. E sabendo, este periodico, quanto eram infundadas as affirmações das *Novidades*, quanto eram comprometedoras d'innocentes as insidias lançadas ao ar, nem por um impulso naturalissimo de consciencia veio a campo desfazel-as, o

que lhe era possível e fácil sem comprometter pessoa nenhuma.

«Nunca! E n'essas perfidias não foi elle o unico. A *Patria*, cujos redactores estiveram até ao fim em intimo accordo com os revoltosos, apressou-se, no unico dia em que viveu depois de 31 de Janeiro, a referir que, consultando José Elias Garcia, este lhe declarára que fôraprehendido pelos acontecimentos, de que não tivera conhecimento algum.

«Singular conducta! Seria admissivel que cada um procurasse desviar de si responsabilidades criminaes. Mas eximirem-se, deixando propositadamente a descoberto, por espirito de rancor ou de misera vingança, os que não tinham culpa, é o processo mais ignobil que a historia em casos d'estes tem a referir. Os mesmos que ao meio-dia de 31 de janeiro corriam de alegria as ruas de Lisboa, proclamando a sua obra, facto conhecido de todos os republicanos, eram os que á noite lançavam as culpas para cima dos seus adversarios. E caso é que conseguiram o seu proposito.»

Singular conducta, dizia eu! Singulares bandidos, é que eu deveria ter escripto.

Mas continuemos:

«Os jornaes monarchicos, cada vez mais transviados, continuavam loucamente na sua campanha contra os *homens d'acção*. As *Novidades*, do mesmo dia 1, acrescentavam ao que atraz se lê:

«Quem conhecia as linhas geraes d'esta situação (a derrota dos *moderados* pelos *revolucionarios*) podia seguir com interesse na *Republica Portugueza* as re-

plicas indirectas com que ella respondia ás admoestações prudentes de Lisboa.»

«Essas replicas, que na verdade existiam, eram dadas ao directorio eleito no congresso de Janeiro, e não aos *garcias* como as *Novidades* suppunham.

«A *Republica Portugueza* era tão hostil ao congresso, ou, para falarmos com maior exactidão, achava-o tão secundario e inutil, que não quiz tomar parte n'elle, d'accordo com outros elementos do Porto.

«A 5 de fevereiro, sempre em virtude do desvairamento produzido pelos *garcias* na opinião, voltavam as *Novidades*, acompanhadas do *Diario Illustrado* e d'outros periodicos, a escrever :

«Houve, como é sabido, uma scisão no partido republicano. Triumpharam contra os moderados os homens d'acção, os revolucionarios, os partidarios dos meios energicos. O directorio eleito por elles fez o seu manifesto, desenvolvendo essa ordem d'idéas; e o manifesto foi impresso e distribuido profusa e livremente.»

«Os elementos novos do directorio eramos eu e Azevedo e Silva. Só nós, os dois, podiamos ser os representantes d'esses *revolucionarios* e *homens d'acção*. Azevedo e Silva, porém, não tinha os odios dos *garcias*, nem possuia, para os monarchicos, o meu temperamento. De fórma que todo aquelle desvairamento d'opinião era feito contra mim. Dia a dia eu via accumular-se a tormenta sobre a minha cabeça.

«No mesmo numero das *Novidades*, de 5 de fevereiro, jornal que cito de preferencia por ser aquelle que tomou parte mais activa nas accusações e o que mais pesou sobre o governo e sobre as auctoridades, lia-se mais isto :

«Hoje corria ter a policia feito buscas em casa d'alguns influentes (um d'elles era José Elias Garcia) republicanos de Lisboa.

Não sabemos se isto é verdade. O que sabemos é que nas regiões officiaes devem ser bem conhecidas já as revelações feitas no Porto por alguns dos presos e sobre a parte *activa e importante* com que prepararam os acontecimentos *duas pessoas*, que não são *aquellas* a quem se diz a policia ter ido procurar os papeis.»

«Que não são aquellas a quem se diz a policia ter ido procurar os papeis! Com que leviandade se escrevem as coisas n'esta terra, e como as *Novidades* desempenhavam tão mal o seu papel d'executor d'alta justiça!

«No dia 6, continuava escrevendo a folha do sr. Emygdio Navarro:

«D'onde veio e para onde foi o dinheiro que se arranjou para a revolta?

«Houve ha um mez uma reunião no Porto, onde foram dois delegados de Lisboa. Ao contrario do que se tem dicto, o accordo para a revolução foi completo. Nem os de lá nem os de cá divergiam. No que não concordaram os de cá com os de lá foi na fórmula da republica a proclamar, oppondo-se os de Lisboa á federação com a Hespanha.

O que é certo, porém, porque resulta de documentos encontrados, e de depoimentos recolhidos, é que a isto se seguiu a subscrição aberta em Lisboa para a revolta, que produziu rapidamente vinte contos, que foram levados ao Porto por dois sujeitos, um que tem graduação militar e outro que tem uma alta graduação burocratica. Esse dinheiro ficou na mão de Alves da Veiga.»

«Isto era uma série de falsidades, pelo menos na maneira por que estavam encadeadas e em referen-

cia ás pessoas que as *Novidades* tinham em vista.

«Eu é que tinha ido ao Porto com Jacintho Nunes, não um mas dois mezes antes. Não houve accordo nenhum para a revolução, houve completo desaccordo. Não divergimos na forma da republica, divergimos em tudo. Não houve em Lisboa subscrição nenhuma aberta por nós e portanto não tinha eu, que era o tal da graduação militar, d'ir ao Porto, onde não voltei, levar dinheiro algum.

«Abriu-se uma subscrição em Lisboa, é certo, mas não pelo directorio ou pelos seus amigos.

«Sobre isso as circumstancias impedem-me de falar (1). Em todo o caso, ignoro o destino do dinheiro obtido por essa fórma.

«Essa subscrição foi aberta ainda em tempo do antigo directorio.

«Quando o directorio actual foi eleito, ninguém lhe deu contas do dinheiro recebido, procedimento que me abstenho agora de classificar.

«Era uma série de falsidades. Entretanto os *garcias* esfregavam as mãos de contentes. A perturbação lançada por elles na opinião publica ia dando resultados. Elles estavam livres, ao passo que as garras monarchistas, afiadas pelo ex-ministro das obras publicas no gabinete progressista, pelo *Diario Illustrado*, pela *Tarde*, pelo *Tempo* e outros, que não attentavam no ludibrio de que estavam sendo vitimas, não tardariam a lançar-se sobre os seus adversarios.

«Não tardou muito tempo, com effeito.

«No dia seguinte fui eu preso.

Grandes bandidos! Mas ainda bem que vivi o suficiente para deixar chumbados á historia esses grilhetas.

(1) Não queria leva-los á cadeia, como aliás elles mereciam dizendo n'essa altura tudo o que eu sabia.

bibRIA

XXXIII

Conclue-se a historia da «minha traição» e averigua-se quem foram os verdadeiros traidores.

Do que fica dicto anteriormente não se deduz a que eu era contrario ás conspirações no exercito. Não. Fui eu, até, que as iniciei. Eu não era contrario ás conspirações militares. Eu era contrario ao movimento do Porto, por o ver desorganizado, fructo de uma pavorosa indisciplina, entregue a uma anarchia tremenda, nas mãos de homens sem escrupulos, alguns verdadeiramente crapulosos, como o Santos Cardoso, homens cujo unico objectivo era, não erguer o paiz da sua queda, mas apoderar-se do thesoiro publico para satisfacção de bestiaes vaidades e instinctos, servindo-lhes de gazua a Republica. Alem d'isso, movimento sem probalidades de bom exito.

Poderia vingar, pela propria anarchia e falta de previdencia que caracterizam de ha muito a vida

nacional. Os governos não se defendiam, como se tem visto. Não era impossível, portanto, que o throno, sem defesa, baqueasse. A mesma desordem, a mesma indisciplina em que o movimento se gerava, poderiam ser causadoras do seu triumpho. Um governo que se não defende é, como mais tarde se viu com o 5 de Outubro, facilmente derrivado. Com o 5 de Outubro e com o 14 de Maio. Mas quando elle se defende a valer como se defendeu Sidonio e como se tem defendido a dictadura militar, é muito mais difficil a victoria. Ora o movimento de 31 de Janeiro vinha a ser o primeiro que depois de 40 annos de absoluta tranquillidade se dava em Portugal. O governo havia permittido a licenciosa propaganda atraz patenteada. Tudo, porem, começava a indicar que conhecedor, enfim, do que se tramava, ia tomando as medidas precisas para que o movimento fosse suffocado.

O meu pensamento era, pois, preparar mais solidamente a revolução, evitando um desastre, e, ao mesmo tempo, dar ao partido republicano, que eu via desvairado, sem idéas, sem plano, sem juizo, falta de juizo que eu energicamente combattia desde a primeira hora que n'elle entrara, dar ao partido republicano, digo, a orientação que lhe faltava. Esse pensamento não m'o deixaram realizar. Se o tenho realizado, outra, bem differente, haveria sido a sorte da republica e d'esta patria.

Deitar abaixo a monarchia e o mais cedo pos-

sível, era bom. Mas, para mim, o essencial não era isso. O essencial era que o partido republicano estivesse á altura da obra de regeneração publica que vinha apregoando e que se propunha realizar. Sem isso, de que serviria destruir o regimen monarchico? Serviria apenas para desacreditar a republica, deixando o paiz peor do que estava.

Viesse a republica hoje, viesse amanhã, essa é que era, no meu entender, a obra essencial. E para que o partido republicano a pudesse realizar, era forçoso que, pelo menos, quando não houvesse tempo para exercer dentro d'elle uma grande acção moralizadora, uma grande acção educativa, moral e intellectualmente falando, estivessem á sua frente homens capazes.

Não se fez isso e ainda hoje passados 37 annos, sobre o 31 de Janeiro, e 18 sobre o 5 de Outubro, a Republica não está... proclamada. Nem se creou *uma democracia*, nem o regimen, bom ou mau, está, sequer, consolidado.

Não cahiu durante a dictadura de Sidonio pelo unico motivo de que Sidonio se não quiz associar, para isso, aos monarchicos. Não cahiu ainda com a dictadura militar porque a dictadura militar preferiu aguenta-la. Se a dictadura houvesse enveredado por outro caminho, sobretudo após o movimento de Fevereiro de 1927, os homens dos partidos, e estes é que fizeram e encarnaram a Republica, não a poderiam ter aguentado.

Esse meu pensamento, esse meu proposito é que, *exclusivamente*, constituíram a *traição* de que certos canalhas me accusaram.

Foi seguindo esse pensamento, foi obedecendo a esse proposito, que eu levei o directorio onde, segundo Chagas e outros, era a figura predominante, a publicar a seguinte circular:

Cidadão

«O Directorio do partido republicano, eleito pela quasi unanimidade do Congresso de janeiro do corrente anno em que tão superiormente se acharam representadas as forças vivas da democracia portugueza, acceitou o difficil mandato de trabalhar de um modo immediato e decisivo no grande problema da reorganisação das instituições politicas d'este paiz. E desde que lhe foi confiada uma tal missão, é condição inilludivel para a effi-cacia do trabalho e de direcção proficua, que nenhuma parcella de auctoridade seja desviada da acção executiva do Directorio. Prevenimos portanto os nossos correli-gionarios para que abandonem ao seu isolamento egoista qualquer grupo perturbador, que anteponha á magestade dos principios o fetichismo de personalidades, e aos interesses da propaganda as vantagens dos lucros economicos. Na crise suprema d'uma nacionalidade que se dissolve pela desaggregação moral dos caracteres, a nossa força não pode provir senão d'um completo accordo entre o pensamento e a acção. Desvairar os animos phantasiando dissidencias, e enfraquecer as vontades com mesquinhas indisciplinas, será uma boa guerra dos exauctorados partidos monarchicos, nunca uma manifestação da dignidade republicana.

O poder, dentro do nosso partido, deriva unicamente

dos Congressos, que o delegam no Directorio da sua escolha, e a elle tomam conta; por isso, qualquer trabalho divergente da direcção d'este corpo executivo visa ao enfraquecimento do partido, pondo em discórdenaçãõ os seus esforços. E' o que nos cumpre expender como aviso aos nossos correligionarios dos Centros, Comissões, Imprensa democratica, e individuos mesmo não agremiados, para que assim evitem a inacção que de algum tempo a esta parte tem immobilisado o partido republicano.

Aproveitamos este ensejo para lembrar ás dignas commissões a necessidade de proceder aos trabalhos do recenseamento eleitoral; e, ao mesmo tempo, que todas as combinações importantes para a vida do Partido serão communicadas e estabelecidas por um enviado especial do Directorio, evitando assim as intervenções discrecionarias de individualidades sem mandato que enfraquecem toda a auctoridade.

Lisboa, em 25 de Janeiro de 1891.

O Directorio do Partido republicano portuguez

(aa) *Bernardino Pinheiro*
Manuel d'Arriaga
José Jacintho Nunes
Azevedo e Silva
Francisco Christo
Theophilo Braga

A circular foi inspirada por mim, mas redigida por Theophilo Braga. E basta attentar um pouco nos seus termos para concluir que *traidores*, afinal, eram aquelles que me accusavam a mim de *traição*.

A circular estava rigorosamente dentro da moção apresentada por mim no congresso, assignada por muitos congressistas, e que recebera, bem como as palavras com que eu a defendi, *unanimis applausos*.

Lá dizia ella que era *condição inilludivel para a efficacia do trabalho e de direcção proficua que nenhuma parcella de auctoridade FOSSE DESVIADA DA ACÇÃO EXECUTIVA DO DIRECTORIO*. Os *garcias*, os Santos Cardosos, os Chagas, os Alves da Veiga, etc., desviaram muitas parcellas d'essa auctoridade. Logo, se havia traição, quem commettia a traição eram elles e nenhum membro do directorio.

Lá dizia ella aos correligionarios *que abandonassem ao seu isolamento egoista qualquer grupo perturbador que antepusesse á majestade dos principios o fetichismo das personalidades, e aos interesses da propaganda as vantagens dos lucros economicos*. Ora todos os grupos a que me tenho referido nos capitulos anteriores, nomeadamente no ultimo, eram *grupos perturbadores*, que antepunham á majestade dos principios o fetichismo das personalidades e aos interesses da propaganda as *vantagens dos lucros economicos*. Aqui Theophilo Braga, que muito bem os conhecia a todos, visava directamente os *garcias*, Alves da Veiga e Santos Cardoso. Logo, se havia traição, quem commettia a traição eram elles e nenhum membro do directorio.

Lá dizia ella *que o poder dentro do partido derivava unicamente dos Congressos, que o delegavam no Directorio da sua escolha e a elle tomavam contas; e que, por isso, qualquer trabalho divergente do mesmo Directorio visava ao enfraquecimento do partido, pondo em discordenação os seus esforços.* Logo, se havia traição, quem commettia a traição eram elles, nem era eu nem nenhum outro membro do directorio.

Nem nenhum outro membro do directorio na hypothese de terem procedido todos com sinceridade, com lealdade. Mas não se pode admittir essa hypothese. Theophilo, que tanto atraçou o directorio de José Elias Garcia, também atraçou o *meu* directorio. Ao mesmo tempo que redigia e *expedia* essa circular, escrevia ao Santos Cardoso, dizendo-lhe: «Não faça caso. Ande lá para diante, que eu cá estou de guarda a elles!» Formidaveis canalhas!

Na tarde da revolta do Porto, já ella vencida, subiamos nós o Chiado, eu, elle, Azevedo e Silva e Alves Correia. Ou Jacintho Nunes ou Alves Correia. D'esse não estou bem certo. Colen, das *Novidades*, descia. Parando, a cumprimentar o grupo, interrogou:

— Que sabem do Porto? Como foi aquillo? Digam lá! Os senhores é que me poderiam fornecer interessantes pormenores sobre a preparação revolucionaria...

Theophilo, enquanto os outros se calavam, apressou-se a responder:

— Dinheirinho da policia, amigo Colen! dinheirinho da policia! Ahi tem a explicação de tudo. Perfeito!

O bandido, pois não é só bandido aquelle que mette a mão nos cofres publicos ou grita, de carabina aperrada ao voltar de uma esquina, ou bolsa ou vida, o bandido escrevia a Santos Cardoso, dizendo-lhe: *Ande lá para deante, que eu cá estou de guarda a elles*. Carta interessantissima, essa, que Santos Cardoso, não sei porquê, não publicou. Talvez lh'a roubassem. Talvez a perdesse. De qualquer modo, foi positiva a sua existencia. Theophilo, sendo membro do directorio, pronunciava-se, pois, com o directorio, contra Santos Cardoso... Mas, em particular, ia-lhe dizendo: «Não faça caso. Ande lá para deante que eu cá estou de guarda a elles!» Digam-nos os leitores se viram já velhaco mais acabado do que esse.

N'outra carta dizia-lhe, como vimos, *que tudo apertava para abreviar o movimento e para que o Porto retomasse a sua gloriosa iniciativa*. «Não vae d'outra forma» concluia. E depois, não contente de condemnar o Santos Cardoso ao seu *isolamento egoista*, ainda o accusava de antepor aos interesses da propaganda *as vantagens dos lucros economicos*, e de ter preparado o 31 de Janeiro... *por conta da policia!*

Que bandido! Que bandidos, pois eram da mesma casta todos aquelles patifes!

Mas Theophilo não ficou por ahi. Santos Cardoso — viram-no os leitores — não disse, durante os julgamentos, tudo quanto sabia, não denunciou todos aquelles que tiveram relações com elle porque a justiça monarchica... não quiz ouvir. Comtudo até voltar costas a Portugal era um grande perigo. Partido elle para o degredo e provado que a monarchia desejava encerrar o incidente da revolução do Porto, então, sim, poderiam respirar os cúmplices. Mas até lá... prudencia. Sobre tudo para creaturas como Theophilo Braga, em quem, segundo Pinheiro Chagas, dois sentimentos predominavam: a avareza e o medo. Conta-se que Pinheiro Chagas, para experimentar qual dos dois era mais forte sobre Theophilo Braga, lhe dissera pelo 31 de Janeiro que seria melhor *não apparecer durante dois dias*. Que não haveria perigo. Que estava convencido de que o governo não attentaria contra elle. Mas que, emfim, *cuidado e caldo de gallinha* nunca haviam *feito mal a doentes*,

Theophilo era *rente*. Nunca faltava ao Curso Superior de Letras. Pois faltou no dia seguinte!

Conclusão: ainda podia n'elle mais o medo do que a avareza!

Quando os condemnados politicos chegaram ao Tejo, vindos de Leixões, fomos visita-los, nós, os do directorio, a bordo do *Vasco da Gama*.

Nenhum dos meus collegas, discretamente, apertou a mão ao Santos Cardoso. Excepto Theophilo. Esse abraçou-o!

Era o medo! Abraçava o homem que, depois de o ter incitado á revolução, repudiava na circular do directorio, accusando-o ahi de *antepor as vantagens dos lucros economicos aos interesses da propaganda*. O homem que, no proprio dia da revolução, em que elle, Theophilo, deveria estar no Porto *para o que fosse preciso*, indicava em pleno Chiado aos jornalistas monarchicos *como agente da policia*. O homem que tinha denunciado um seu collega do directorio, um seu collega que fora para a cadeia pagar as cumplicidades e as asneiras d'elle, tendo sido o unico que, sincera e energicamente, havia combatido a deploravel aventura do Porto.

Abraçava-o, cheio de medo. Mas assim que o Santos Cardoso sahia a Barra de Lisboa voltava de novo a devora-lo com a lingua viperina.

Não era acabado, era *acabadissimo*. Não era perfeito. Era *perfeitissimo*.

No mesmo dia em que fora expedida a circular do directorio chegava a Lisboa o general Scarnichia, homem *teso* que o governo mandara para o Porto a substituir o *pobre homem* do general Gomes, que assistia de braços cruzados a todo aquelle pandemonium de civis e militares trazido a lume pela *Republica Portuguesa*. Scarnichia pediu ao ministerio da guerra a transfe-

rencia de dois officiaes e alguns sargentos. Nem assim os do Porto resolveram adiar o movimento. Então eu tentei, pessoalmente, um ultimo esforço, a ver se ainda era possível evitar-se o desastre que estava imminente. E fiz publicar nos *Debates*, de 27 de Janeiro, sob o titulo *Uma Prevenção*, o artigo seguinte:

«Os governos monarchicos, por mais *condescendentes* que pareçam, como o actual, não perdem as *manhas* que lhes são habituaes. Não abandonam nunca os processos d'*emboscada*, ou elles se denominem chapeladas, roubos das urnas, dissolução e adiamento das côrtes, ministerios ex-partidarios, accôrdos ou *pavorosas*.

«O ministerio actual parece que tambem forja a sua pavorosa. Foi nomeado ha pouco commandante da 3.^a divisão militar um dos officiaes mais pretorianos do exercito, o general Scarnichia. Coincidiu com essa nomeação que se disse desde logo ser motivada em certos boatos aterradores, a circumstancia d'um semanario do Porto sahir a falar desbragadamente em revolução militar no sentido republicano, apregoando planos e falando até em guarnições que, segundo o referido papel, estavam promptas a dar o golpe á primeira voz.

«Ora vê-se desde logo quanto isto seria insensato se não fôra uma torpissima manobra, manobra, aliás, descabellada e tola pela maneira por que é dirigida, mas que talvez se apoderou do governo com a idéa duma agitação popular, mais violenta e perigosa que a de 15 de setembro, na publicação do proximo tratado.

«O semanario, a que nos referimos, é um papel de *chantage*, que vive de negocios repellentes e sujos. E' redigido por um homem que busca escandalos por toda a parte, simplesmente para impôr aos heroes d'es-

ses escandalos o silencio ou a publicidade, conforme lhe satisfacão ou não o preço da infamia que desde logo vae fixando. Ora o partido republicano é um partido da maxima honestidade, que nada tem de commum nem com o indigno papel nem com o homem que o redige

Se admittisse um ou outro no seu seio, e por uma hora que fosse, lavrava a si proprio a sentença da sua deshonra, e o mesmo é dizer da sua condemnação absoluta.

Junto com esse homem trabalha no tal plano revolucionario do governo um outro que, tendo mais importancia intellectual, não tem mais importancia moral. E' um sujeito que ainda ha pouco mandava de Paris para Londres, em nome d'um amigo nosso, um telegramma ordenando a entrega, a um *escroc* das suas relações, da quantia de mil e quinhentas libras que aquelle nosso amigo tinha depositado n'um dos primeiros banqueiros da capital ingleza. Por um feliz acaso, o banqueiro poudes desconfiar da authenticidade do telegramma, e o sujeito, que o tinha expedido, se não arrasta hoje a grilheta, deve-o á condescendencia do depositario das mil e quinhentas libras, que cedeu aos rogos e supplicas que, junto d'elle, se fizeram pela impunidade do figurão a que nos referimos.

«Tambem este figurão não é republicano, nem tem nada de commum com o nosso partido, por isso que, repetimos, o nosso partido é um partido de regeneração nacional, que tem augmentado em creditos e forças principalmente pela campanha de moralidade que tem sustentado com todo o vigor contra os bandoleiros da monarchia.

«Não podiamos nem podemos consentir em casa as infamias que temos combatido, nem andar de braço dado com uns mariolas de peor especie do que muitos outros que estão na Penitenciaria ou que teem ido para as costas d'Africa.

«Acautelem-se, pois, os republicanos com essas manobras.

«Revoluções fazem-se. Não se dizem, nem se apregoam. Quando se dizem e quando se apregoam, ou é desconchavo que faz rir, ou armadilha lançada aos ingenuos e simples do mundo. E como ha muito ingenuo e muito simples, sempre é preciso cuidado com taes armadilhas e artes de tratantes.

«Cautela, pois !»

Foi este artigo que me valeu a accusação de *denunciante*, lançada sobre mim pelos authenticos traidores. N'essa denuncia é que consistiu a minha traição.

Mas denunciante como, se eu dizia *muito menos* n'esse artigo do que vinham dizendo com insistencia o jornal do Chagas e o orgão do Santos Cardoso, a latrinaria *Justiça Portuguesa*? Aquelle e esta, mas esta sobretudo, é que davam a revolução por *certa e imminente*. Eu, não. Ao contrario, esforçava-me por demonstrar que não havia na forja nenhuma revolução da parte dos inimigos do regimen, mas uma *pavorosa* do governo.

Denuncia, n'um artigo que procurava precisamente destruir o mau effeito do desplante com que se prometiam revoltas militares, nas gazetas? Denuncia, n'um artigo cujo fim era evitar um desastre, que eu suppunha inevitavel, fatal, como foi, inutilizando os chefes dos conspirado-

res sem tacto e sem tino? Denuncia, quando o governo já estava farto de saber o que se tramava? Denuncia, quando os sargentos já estavam sendo transferidos? Quando o governo usou do desleixo e da inercia que todos viram?

A infamia chegava por esse lado a ser grotesca.

Nem eu nunca disse, como se vê da simples leitura do artigo, que *estava para rebentar* uma revolução. Antes, neguei-o, attribuindo tudo a manejos do governo.

Depois, é intuitivo que ninguém recorre a um artigo de jornal para fazer denuncias de revoluções politicas. Ha outros meios mais seguros e menos perigosos do que esse.

Emfim, em ultima analyse, quando nenhuma das razões apontadas existisse, nem assim eu deixava d'estar não só no meu direito, mas, até, no meu dever, de *pôr á margem*, fulminando-os, todos aquelles que conspiravam contra o directorio de que eu fazia parte, dizendo-se filiados no partido. Se havia traidores, os traidores, repito, eram esses.

Não estou a defender-me, estou a mostrar a toda a luz a força do banditismo nacional, egualzinho, como os leitores teem visto no decorrer d'este livro, em republica como em monarchia.

Nada se fará d'util e sério n'esta patria,— mil vezes o tenho dicto,— emquanto existir essa objecta mentalidade d'estupidos bandidos. Inda

se fossem bandidos inteligentes ! Mas são estupidos bandidos.

Quem me defendia eram os proprios factos, de logica irrespondivel.

No *Banditismo Politico* já eu deixei escripto, pags. 514, o seguinte :

«Em outubro de 1908, dezoito annos depois, dizia-me no seu escriptorio d'advogado, á Rua Nova do Almada, em Lisboa, o actual presidente da republica: «Não comprehendo, nunca comprehendi o motivo por que o senhor, tantas vezes accusado por causa do artigo dos *Debates*, não veio a publico dizer que esse artigo era da responsabilidade de *todo o directorio*. O senhor escreveu-o, sim. Mas não o publicou sem nos ter consultado. Se não lhe negámos a nossa approvação, se o Alves Correia, director dos *Debates*, não o deixou sahir no seu jornal *sem estar certo d'isso*, a responsabilidade não foi sua, unicamente, foi de *todo o directorio*. Porque o não disse ? Porque o não tem dito ?»

Para quê ? A responsabilidade immediata e directa era minha. Depois, não falavam os factos, a razão, a logica mais alto do que tudo quanto eu pudesse dizer ? Tivesse ou não tivesse tido o directorio prévio conhecimento do artigo publicado nos *Debates*, não ficava arredada toda a hypothese de *traição* desde que o directorio persistia solidario commigo ? Pois o directorio expulsou-me ? Declarou-se, porventura, incompativel commigo ? Protestou alguma vez contra os meus actos ? Não fui eu que, resistindo ás suas solicitações e ás de muitos vultos importantes da causa democratica, me despedi, meses depois, do directorio e do partido ? E não continuei, independente d'esse facto, de boas relações justamente

com os republicanos mais cotados pelo seu character e pela sua intelligencia?

«Fiquei tão *habituado* ás infamias republicanas desde as primeiras horas em que, affirmando a independencia da minha razão e da minha consciencia, combati os erros e os crimes d'esses bandidos, que já não procuro *desaggravar-me*, no sentido *praxista* e corriqueiro da palavra, mas *castiga-los* por simples amor da verdade e da justiça. Mas desmascara-los. Mas mostrar ao meu paiz e ao mundo como a pretexto do Ideal se reuniu a corja mais cynica, mais hypocrita, a mais vulgar quadilha d'assassinos e ladrões que nos annaes do crime se tem registado até hoje.»

Manifestamente, o facto do directorio continuar, depois da publicação do artigo, em intima solidariedade commigo, demonstrava ou que eu não commettera nenhuma *traição* ou que eramos *traidores todos*.

N'esse mesmo *Banditismo Politico* publiquei eu em fac-simile, para que ninguem pudesse duvidar da sua authenticidade, algumas das cartas que durante a minha prisão em Leixões, porque o traidor foi preso e os *fieis e honrados* ficaram á solta, Manuel d'Arriaga me escrevera. Por ellas se vê que esse authenticico homem de bem e sincero republicano não só me não considerava traidor, mas abundava nas minhas apreciações sobre os homens que haviam preparado o movimento do Porto.

Eis o que elle me dizia:

Lisboa 14-2-91.

Meu presado amigo :

Penalisa-me ve-lo ainda detido e espero lhe farão inteira justiça restituindo-o á liberdade a que tem jus.

Escuso de lhe dizer que, no caso de carecer dos meus officios de advogado, os ponho desde já incondicionalmente ás suas ordens.

Escrevi, desde que soube da sua prisão, a sua esposa offerecendo-lhe esta casa para tudo em que lhe puder ser util.

Confiando na sua justiça e integridade de character e animo varonil aguardo as suas ordens.

Seu amigo atencioso,

Manoel d'Arriaga.

bibRIA

Meu presado amigo :

Escrevo-lhe esta a toda a pressa porque está a fechar o correio e o serviço d'escriptorio não me deu vagar para fazel-o mais cedo.

A sua carta recebida hoje colloca perfeitamente bem a sua questão, tanto pelo que respeita á accusação como á defesa.

Como o meu amigo é homem de valor hão de os seus inimigos tentar, senão inutilizal-o de todo, ao menos por algum tempo e toda a precaução e segurança que empregar na sua defesa não é de mais.

Conte commigo para tudo em que lhe puder ser util e n'esta disposição estão os outros amigos que deu para defesa.

Sobre a minha ida ahí prefiro anticipal-a um ou dois dias ao do julgamento do que repetir a viagem.

Não poderei partir, a não *ser em caso de urgencia*, antes de domingo, porque tenho depois de amanhã o julgamento do Alves Correia, que *é negocio tambem muito grave*, e que vae crear para aquelle nosso correligionario, uma situação deveras muito difficil.

O sabado será destinado a pôr os negocios do escriptorio em ordem, pois tenho alguns da *responsabilidade do meu officio*, que só abandonarei em caso de força maior.

Não creio na possibilidade de o amigo responder antes de quarta ou quinta-feira, mas quando saiba o dia certo do julgamento avise-me *para partir logo*.

Basta-me um dia, ou quando muito dois, antes do julgamento para assentarmos no que devemos fazer.

Provavelmente irão commigo as testemunhas que deu, que estão prevenidas para o que der e vier.

Disponha d'este seu amigo dedicado

Lisboa, 18-2-91.

Manoel d'Arriaga.

Meu prezado amigo :

Em aditamento á minha carta d'hontem, lembrarei a conveniencia de protestar pela defesa verbal no dia do julgamento como a lei militar e civil auctorizam e é de praxe, e a de junctar ao numero de suas testemunhas algumas que não sejam republicanas, para não dizerem que não temos fóra do nosso partido quem nos abone em juizo, e para não recorrerem ao expediente de que por serem seus correligionarios e mais ou menos argui-

dos da accusação que lhe fazem, é que depõem pela forma porque o farão.

Em tudo o mais confirmo a minha anterior desejando-lhe o completo triumpho da sua justiça e felicitando-o pelo alto conceito em que está sendo tido mesmo pelos seus contradictores como verá pelo que teem dicto os jornaes quando se referem a si.

Disponha d'este seu correligiario e amigo certo

Lisboa 19-2-91.

Manoel d'Arriaga.

Meu prezado amigo :

Acabava de ler nos jornaes a sua transferencia para bordo d'um navio de guerra quando recebi a sua apreciavel carta.

Acompanho-o no seu justissimo protesto e sensatos e irrespondiveis reparos contra o que se está passando a seu respeito, devido a uma falsissima e fraudulenta denuncia dada contra si por quem é, por tantos motivos, suspeito a seu respeito.

Seria necessario descrever da justiça d'este malfadado paiz, mas descrever d'ella em absoluto, para receiar uma condenação a seu respeito.

Apesar dos transtornos que n'esta occasião me traz a minha ida ahi para o defender fal-o hei gostosamente porque a completa certesa que tenho da sua nenhuma interferencia nos lamentaveis, e *ainda para mim envolvidos em graves mysterios* (1), acontecimentos da revolta

(1) Como se verá pela photographia do original, o italico corresponde ao sublinhado do auctor.

militar do Porto, do seu acentuado antagonismo a taes factos e á gente que n'elles figurava, tendo eu encontrado em si o mais valoroso apoio ás idéas que sempre mantive a tal respeito, não poderei deixar de transmittir, ao menos em parte, ao tribunal que o vae julgar, a justa e indeclinavel reparação ao seu direito offendido.

Apenas lhe peço que combine as coisas por forma que eu esteja ahí só o tempo indispensavel para estudar bem a causa e defendel-o nos limites dos meus recursos que são apoucados e da minha boa vontade que não é pequena.

Creia-me sempre

Lisboa, 22-2-gr.

collega e amigo dedicado

Manoel d'Arriaga.

Meu prezado amigo:

O verdadeiro interesse que me inspiram a inteira justiça que lhe assiste, o valor d'animo e serenidade de character que o meu amigo tem revelado n'esta desgraçada questão da revolta do Porto, leva-me a escrever-lhe doente como estou, para pedir-lhe que conte comigo para o dia da sua defesa no julgamento a que vai ser submettido.

Eu n'estes ultimos dois dias tive um novo ataque nephritico que só esta manhã me passou, razão porque não lhe escrevi.

Em harmonia com o que lhe mandei dizer pelo meu escrevente, continuo a pôr-me á sua disposição durante tres ou quatro dias podendo ir ahí nos dias dos debates *reservado um outro para conferenciarmos.*

Com o seu talento poderá o meu amigo ir tirando

os apontamentos do que se for passando a seu respeito e dar-m'os quando ahi chegar.

Como verá pelos jornaes o parlamento abre-se no dia quatro de março e eu tambem tenho d'estar presente custe o que custar pelos motivos que o meu amigo deve prever.

Creio que o fecharão o mais rapidamente que podem para evitarem os debates que a suspensão das garantias e as questões financeiras e ingleza suscitam, e prevejo que estarei livre para partir para ahi a tempo de o defender.

Diga-me o que entende a tal respeito.

Desejando-lhe todas as prosperidades a que tem direito, subscrevo-me

Lisboa 25-2-gr.

seu amigo dedicado e certo

Manoel d'Arriaga

N. B. — Hontem telegraphou-me a mulher do Santos Cardoso para defender-lhe o marido. Respondi-lhe que me era de todo impossivel. — *Arriaga*.

Lisboa 5-3-gr.

Meu prezado amigo:

Não queria escrever-lhe sem ouvir primeiro o Alves Correia sobre o que se está ahi passando e de que os jornais não darão noticia fiel e exacta, mas não o consegui ainda.

Escrevo-lhe sob a impressão desagradavel do conflito que, segundo li nos jornaes, se deu entre si e o Santos Cardoso, a ponto de levar o meu amigo a pedir reclusão differente da d'elle, no que teve muita razão.

O meu amigo com o seu talento e sangue frio deve ter já previsto a cilada que lhe podem armar provocando um conflicto entre os dois *para pescarem nas aguas turvas*.

Espero que não dará o flanco aos inimigos que podem estar *dentro e fora do campo monarchico*.

A sua posição está definida e clara; a justiça é do seu lado; não provoque pois nem permita que provoque novas questões com Santos Cardoso, que podem ter por fim coadjuvar planos occultos a seu respeito.

Sabe a minha opinião, desde o principio do conflicto, a respeito da mão occulta que planeou e fez precipitar os lastimosos acontecimentos do Porto.

A sua acareação com Santos Cardoso e Jacintho Nunes pode obedecer ao plano de lhe provocarem o seu genio violento e sincero e pôl-o menos bem perante o tribunal.

Firme-se na justiça que lhe assiste, seja forte e sereno, e inutilise por esta forma os seus competidores que são muitos e em todos os campos.

Vejo que a sua causa está entregue em mãos habeis e leaes e tanto basta para confiarmos no seu triumpho e eu estar aqui tranquillo.

Repito o que lhe tenho dicto algumas vezes; disponha de mim para tudo que lhe puder ser util.

Lembranças ao Jacintho Nunes.

Seu correligionario e amigo certo

Manuel d'Arriaga (1).

(1) Eu julgava ao principio que os julgamentos seriam individuais. Tornando-se colectivos, era manifesta a impossibilidade de Arriaga, sem grave prejuizo seu, me defender. Aproveitei, pois, a circumstancia do sr. dr. Carlos Braga estar a bordo para defender o accusado Simões d'Almeida e, mediante uma pequena gratificação, cem mil reis, aproveitei os serviços d'aquelle illustre advogado. E dispensei o sacrificio de Arriaga.

Mas mais significativa do que essas foi a que elle me escreveu quando, ao abandonar para sempre o partido republicano, me despedi do directorio.

Primeiro recebi esta carta, em que se fala de Manuel de Arriaga, de Adelino Samardã :

Villa Real, 2-9-91.

Meu ex.^{mo} amigo :

Vi na *Vanguarda* d'ha tempos que resolvera V.^a Ex.^a afastar-se da vida politica e retomar no exercito o seu distinctissimo logar. Sobresaltou-me a noticia e receando vel-a confirmada não me tenho atrevido a pedir-lhe que me diga se é definitiva tal resolução. Esperei por isso pela passagem do dr. Arriaga, (1) que me disse nada saber sobre o assumpto, inclinando-se a crer verdadeira a ultima resolução denunciada pela *Vanguarda*, pois conhecia quantas decepções e desgostos lhe teem causado certos homens, que deviam ser os primeiros a considerar o passado de V. Ex.^a, a sua nobilissima abnegação partidaria e o heroico desprendimento com que se tem sacrificado pela causa da Republica. Não imagina V. Ex.^a quanto me pungem tão desoladoras razões e quanto eu acho rasoavel que V. Ex.^a se desforce das desconsiderações que os conegos do partido lhe teem infligido ; mas abandonar as fileiras do partido republicano não me parece desforço proprio do nobre character de V. Ex.^a, nem desforra adequada ás suas nobilissimas e heroicas tradições. E', meu ex.^{mo} amigo, esta a minha opinião, que eu

(1) Dirigia-se ás Pedras Salgadas.

lhe manifesto abertamente para corresponder á muita amizade que lhe consagro e á admiração que eu tributo ás brilhantes qualidades do seu espirito. Ninguém me pediu a minha opinião, mas julgo do meu dever manifestar-lh'a, e se o não fizesse parecia-me ter falseado a muita amizade que me despertou.

Para ella appello e a ella me acolho, pedindo perdão para o desmedido arrojo. Não será abusar muito d'ella? V. Ex.^a m'o dirá.

Creia-me

De V. Ex.^a
amigo dedicado e admirador

Adelino Samardã

E em seguida a carta de Manuel de Arriaga, concebida n'estes termos:

bibRIA

Nazareth, 17-9-91.

Meu prezado amigo:

A sua carta datada de 7 do corrente, e que me foi dirigida para as Pedras Salgadas, chegou ao meu poder embora com alguns dias de atraso, depois do meu regresso a esta praia.

Acabo de receber a sua ultima confirmando-me o contheudo da primeira, o que tudo muito lhe agradeço.

Pelo conhecimento que terá do meu modo de pensar tanto a seu respeito como do partido a que pertencemos, pode bem calcular o desgosto profundo que me causou a sua deliberação de abandonar o directorio n'esta conjuntura.

O partido, consentindo impunemente o que n'elle se tem dado com menoscabo dos seus princípios e grave damno dos seus legitimos interesses, tinha perdido o

direito de lhe exigir a continuação dos seus sacrificios ; e os seus amigos, embora lastimem a sua ausencia, deviam ser os primeiros a aconselha'la.

Instei comsigo para que ficasse ainda algum tempo, porque estava resolvido a promover a reunião do congresso para n'elle se liquidarem as nossas responsabilidade e as de aquelles que á sombra da nossa bandeira antes curam dos seus interesses do que da nossa causa.

Em vista, porem, do que nas suas cartas me diz, o meu amigo viu-se obrigado a precipitar a sua sahida, e o meu dever é acatar a sua deliberação, embora a lastime.

No partido republicano portuguez teem-se dado taes mystificações e com tão feliz exito para aquelles que as promovem e as sustentam, que chego a desesperar do futuro próximo da nossa causa, se uma nova população, composta dos que pensam, dos que possuem e dos que trabalham, isto é de todos os que carecem de se defender dos que os exploram, e dos que sacrificam a patria que estremeçemos, não nos vier dar novo alento e solidas garantias de seriedade a nós e ao paiz.

Prestando aqui homenagem ao saber, á actividade e excellente camaradagem que o meu amigo nos dispensou no directorio, e fazendo votos sinceros pelas suas prosperidades, subscrevo-me seu admirador, correligionario e amigo attencioso.

Manoel d'Arriaga.

Vou frisar este periodo :

No partido republicano portuguez teem-se dado taes mystificações e com tão feliz exito para aquelles que as promovem e as sustentam, que chego a desesperar do futuro proximo da nossa causa, se uma nova população, composta dos que pensam,

dos que possuem e dos que trabalham, isto é de todos os que carecem de se defender dos que os exploram, e dos que sacrificam a patria que estremecemos, não nos vier dar novo alento e solidas garantias de seriedade a nós e ao paiz.

Manuel de Arriaga conservou essas idéas até o dia 5 d'Outubro de 1910, e em nome d'ellas, para acabar com as *mystificações que os mystificadores, com tão feliz exito promoviam e sustentavam*, entregou o poder a Pimenta de Castro quando presidente da republica. Morreu com a amargura de não ter visto apparecer a tal *nova população composta dos que pensam, dos que possuem e dos que trabalham, isto é, dos explorados contra os exploradores, a dar-lhe alento a elle e solidas garantias de seriedade á republica e ao paiz.*

O que elle viu, como eu tenho visto, é que sendo pessimas as velhas populações, é peor do que ellas, muito peor, a que se formou ultimamente. Por isso eu encerro este livro com a mesma duvida que esbocei ao começa-lo a escrever: *Andarei eu ha cincoenta annos organizando o libello dos bandoleiros politicos, quer monarchicos quer republicanos, ou o da propria raça portuguesa?*

Não esquecer o que dizia Palmella em 25 de Abril de 1828, em carta dirigida a um amigo, palavras que eu tenho citado tantas vezes: «Olhe que em Portugal não ha nem sombra de patriotismo, nada que se assemelhe a sentimento nacio-

nal. O que ha é muita intriga, e uma completa indifferença sobre os meios de satisfazer a ambição mais sordida e baixa. Hypocrisia (pois nem verdadeiro fanatismo existe entre nós) e crassa ignorancia nos governados. Falta-me o animo para fallar dos governantes. Olhe que tudo isto que eu digo é pura verdade, sem exageração.»

Pergunto á consciencia de todos os homens sinceros e intelligentes se estas palavras não são tão applicaveis ao Portugal dos nossos dias, como o eram ao Portugal de ha cem annos.

Moral e intellectualmente, nada ganhámos, em 100 annos. Não ha maneira de vingar em Portugal, seja qual for o regimen, uma tentativa, um plano de reforma, uma idéa de regeneração superiormente concebida e digna de ser superiormente executada.

Mas eu não quero concluir o capitulo sem mostrar um exemplo vivo, um espécimen, dos que me accusavam e accusam de haver trahido o 31 de Janeiro. Servirá para isso um cidadão que dá pelo nome de Antonio Lucio Vidal.

Este cidadão chamava-me, depois do 31 de Janeiro, que antes d'isso andava elle de calcinhas abertas no sitio proprio, seu *pae espirital*, e reclamava para mim *uma estatua*. Escreveu varios artigos exaltando-me no genero d'aquelle que vou dar á estampa. Ora vejam. E' extrahido do *Jornal de Vagos*, n.º 9 da segunda serie de 6 de Julho

de 1919, de que o cidadão era director e editor na epocha citada.

Homem Christo

«O ministerio Domingos Pereira, que passou sem que aos republicanos deixásse o reconhecimento e a simpatia, esse desastrado gabinete, que, afóra rarissimas excepções, só cometeu inepcias e torpezas, desconchavos e defecções, não cumpriu a divida nacional aberta para com este inegualavel jornalista.

E' mais um motivo para que os republicanos e os patriotas aborreçam certas figuras desse ministerio, que intransigentemente se opuzeram a que o sr. Homem Christo fosse reintegrado no Exercito, onde por certo o seu civismo e a sua inteligencia prestariam os mais apreciaveis serviços.

Os ministros do gabinete Domingos Pereira, que impediram a reintegração d'Homem Christo, foram duma pequenez d'alma, que compromete o seu character. Por força que esses homens são mesquinhos e vingativos doutro modo não negariam a justiça a um cidadão illustre, que merece a gratidão da Patria.

E' que esses ministros sentiam todas as semanas nos seus ilhais o acicate incomportavel das criticas acerbas e impiedosas do notabilissimo panfletario.

Viram nele apenas o censor dos seus actos e o dissidente da sua orientação politica e nunca tiveram animo para comprehenderem o movimento nacional que junto d'Homem Christo se formou.

Ninguem pôs essa questão com mais perentoria clareza do que nós.

No primeiro artigo, que sobre a reintegração d'Homem Christo escrevemos, dissemos que não se tratava de recompensar o amigo politico, o partidario, o correligionario, o defensor desta ou daquela facção, emfim, não era dum favor politico, que se tratava, mas sim duma coisa mais elevada e digna, qual era o galardão feito a um portuguez insigne pela Patria agradecida.

Na grande França, onde é vivo e puro, perfeito e indefectivel o espirito de justiça, muitos inimigos da Republica receberam dela as maiores consagrações e recompensas, sem que os patriotas francezes procurassem saber se galardoavam republicanos, se monarchicos, pois a todos a Patria rendia homenagens. O proprio ministerio Domingos Pereira agradeceu o illustre escritor Carlos Malheiro Dias, a quem a Republica Portuguesa não deve favores, a Republica, que não a nossa Patria, pois esse distintissimo literato tem engrandecido e nobilitado o nome portuguez.

Esperamos confiadamente que o novo ministerio cumpra esta clara e imperativa indicação da opinião republicana, reintegrando sem mais

detença Homem Christo. Essa justissima reparação está no sentimento de todos os verdadeiros republicanos, sobretudo no coração do elemento popular, onde mais estuantes e vivazes são o espirito patriótico e a crença republicana. A reintegração d'Homem Christo, faz hoje parte do programma dos republicanos, que exigindo-a manifestam a esse diserto publicista a gratidão de que estão possuidos, pois nenhum jornalista conseguiu mais do que Homem Christo ser o interprete das suas aspirações e o combatente mais audaz e valoroso do dezembrismo.

Muitos daqueles que hoje impugnam a sua reintegração serviram o ditador, ou então acomodaram-se, de maneira a não perderem os commodos da sua situação e a não soffrerem a sua ira epiletica.

Homem Christo prestou nessa terrivel provação, porque a Republica passou, os mais relevantes serviços á Democracia Portuguesa, pois foi elle que justificando a campanha patriota dos republicanos, a todos nos amparou na mais angustiosa situação porque temos passado. Foi elle quem nos defendeu dos motejos e das calunias, das acusações e das intrigas dos vencedores de Dezembro.

Se não fosse Homem Christo, nesse momento o côro dos odios e das vinganças seria um unico e unisono. Foi Homem Christo, que esquecendo agravos, para só pensar no bem e no triumpho da

Patria, nos deu a mais sentida e encorajante solidariedade, que nos permitiu o combate vivo e implacavel á situação dezembrista, que foi na Historia deste paiz uma pagina negra de opprobrio e de traição.»

Muito bem! Tempos depois, fechei a esse cavalheiro, por o considerar indigno d'ellas, as portas das minhas relações pessoaes. Tanto bastou para que esse meu ex-filho espiritual fosse para a imprensa chamar-me burro, malvado, hyena, não sei se serpente, indo, n'essa protervia de bebedo, até me accusar... de traidor, pelo 31 de Janeiro, á causa republicana!

D'estes bebedos e tratantes é feita a consciencia dos politicos em Portugal!

bibRIA

XXXIV

CONCLUSÃO

Terminamos aqui este volume, certo de que elle preenche o seu modesto fim de *apontamentos para a historia contemporanea*, como lhe chamei. E, sob esse aspecto, alguma coisa encerra, na verdade, de novo e interessante.

Talvez d'elle resalte, para alguns, uma nota pessimista que augmente a amargura em que todos os homens de são criterio e lucidez de espirito vivem em Portugal. Todavia, eu não sou um pessimista, como o demonstram toda a minha propaganda, todos os meus esforços, todos os meus combates em prol dos progressos nacionaes. Não sou, é certo, um optimista delirante, porque o optimista delirante é um parvo. O optimista delirante que visa unicamente ao effeito das palavras, que fala para que a galeria ignara o applauda, que crê sem fundamento, que confia sem motivo, que se sente feliz com as suas par-

voices no seio de uma patria que só offerece a quem tem olhos para ver e cabeça para pensar o espectáculo doloroso de um montão de ruinas materiaes, moraes e intellectuaes por toda a parte. Se me perguntarem, porem, se julgo perdida esta raça, responderei que não, comtanto que ella se resolva, emfim, a reformar a sua abjecta mentalidade.

Termino todos os meus livros a appellar para essa reforma, todos os meus livros, todos os meus artigos doutrinarios e, até, em regra, os meus artigos de combate. A insistencia que ponho n'isso ha muitos annos é a minha maior honra, e com ella passarei da vida para a morte.

Portugal não tem preparação nenhuma para as luctas da vida contemporanea, cada vez mais difficeis, cada vez mais arduas, para a conquista do progresso, da civilização terrivelmente exigente que se opera nos paizes da vanguarda. Ou fazemos um grande esforço para os acompanhar, elevando-nos á sua altura, ou seremos esmagados. E esse esforço não se opera a manter 75 % de analphabetos, a manter uma fraca cultura nas classes dirigentes, a propagar parvoçadas como as d'aquelles asnos que directa ou indirectamente pretendem convencer o paiz de que o analphabetismo *não é de todo mau*, de que *o povo para a educação que possui já tem instrucção demais*, e de que tornamos os rapazes *idiotas* com a *força dos estudos dos lyceus*, quando ninguem

ignora que os rapazes dos lyceus, em regra, nada estudam e nada sabem. Affirmações que, feitas por ahi a toda a hora por letrados, literatos, doutores de capello e borla, alem de constituirem a prova provada da nossa abjecta mentalidade são á face do mundo culto a maior das vergonhas para esta patria. Não só praticamos a asneira, mas, grotescamente, como barbaros sem remissão, insistimos n'ella com ultrajante descaro.

O homem é a primeira e a melhor de todas as machinas. Pois em Portugal é uma machina ferrugenta, abandonada, desprezada, sem que d'ella possamos tirar a centesima parte do proveito que ella dá aos povos cultos, onde é machina bem cuidada.

Falamos em turismo, e já ha quem o apregoe como o primeiro elemento da regeneração nacional! Para que o turismo se torne possivel, reclamam-se hoteis e estradas. E todos se esquecem de que a primeira coisa que exige o proprio turismo é o homem polido, o homem cultivado, o homem civilizado. Sem o homem civilizado são uma pura ficção, um engano, os proprios hoteis e as proprias estradas. Sem elle, nem as pedras das ruas se mantem no seu lugar. Pois o barbaro, ou tudo destroe ou tudo estraga.

Formidavel desorientação a que reina em tudo n'esta patria!

E é a persistencia n'este trilho de raposa que pode levar o pessimismo, o mais profundo pes-

simismo, aos temperamentos mais combativos, ás almas mais crentes e animosas.

No *Matin* de 26 de Maio do corrente anno, e que me chegou pelo correio apenas 5 dias antes d'escrever estas palavras, encontro um artigo do seu illustre director, o primoroso jornalista Stéphane Lauzanne, do qual vou transcrever uma parte que quadra muito bem a Portugal.

Dans une des pages les plus curieuses de son enquête, M. Henry de Korab rapportait que les mineurs gallois lui avaient dit: «Nous avons été mineurs de père en fils; nous ne saurions être autre chose que mineurs.» Là est la paresse. Paresse de volonté. Paresse d'imagination. La route de la vie ne saurait, pour les peuples comme pour les individus, se dérouler toujours à travers les mêmes paysages et se façonner avec les mêmes matériaux. Le vrai travailleur est celui qui continue sa route malgré les difficultés et qui apprend à se servir de nouveaux outils. La tradition mène à la routine et la routine mène à la paresse. Malheureux ceux qui ne veulent et ne peuvent faire l'effort de s'adapter: ils restent sur le bord du chemin!... Malheureux aussi ceux pour qui le travail n'est que la répétition automatique du même gest et qui n'y mêlent pas leur cœur: mus en machine, ils s'arrêtent avec les machines!

Oh, como abundam em Portugal, — é quasi tudo, — *les mineurs gallois!* Elles não sabem nem

querem fazer outra coisa que a que faziam seus paes, avós e bisavós! E' a preguiça, diz o jornalista francês. Preguiça de imaginação, preguiça de vontade. E' a rotina. E a rotina, digo eu, não conduz só á preguiça. Conduz, tambem, á estupidez, chegando a converter homens intelligentes em onagros.

Como é certo que a estrada da vida não é sempre constituida pelas mesmas paizagens e nem sempre formada pelos mesmos materiaes! Como é certo que o verdadeiro trabalhador não é o que pára á primeira difficuldade que se ergue na sua frente, nem o que declara que não sabe trabalhar com os novos instrumentos, que lhe offerecem, de trabalho! Como é certo que desgraçados d'aquelles que não querem ou não podem *fazer o esforço de se adaptarem*, porque então ficam á margem cahidos na valeta da estrada! Como é certo que desgraçados d'aquelles para quem o trabalho não passa da *repetição automatica do mesmo gesto*, sem que o seu coração n'isso entre para nada, porque então *movidos como machinas como as machinas elles param!*

A vantagem da machina humana sobre as outras é justamente a de ser movida pela alma e pelo cerebro!

Ha 23 anos já que eu dizia no meu *Pro Patria*, falando dos soldados e do analphabetismo que os inutiliza, que os esmaga:

Todavia, oh minha patria, oh minha mãe suprema, ninguém fala n'esta terra em lhe dar consciencia! Fala-se só em lhe dar armas, e tudo mais que constitue a parte material da defesa do paiz!

Espantosa cegueira! Horroroso equivoco!

Dae-lhe armas. Se continuardes a negar-lhe a alma que ha de efficazmente manejar as armas, com toda a força da minha sinceridade e da minha convicção o repito: será destroçado, esmagado, aniquilado no campo da batalha.

Este livro apresenta o politico, tanto o monarchico como o republicano, sob o aspecto d'um pantomineiro, d'um ambicioso vulgar, de um mediocre e de um velhaco. Sem nenhum pensamento elevado! Sem ideal, sem alma, a guia-lo!

Quem o fez assim, foi a nossa abjecta mentalidade. Por um lado, creou-se a tradição de que ao politico eram permittidas todas as tratantices vedadas ao homem particular. Mente? E' politica. Rouba? E' politica. Tratante emerito, falta á sua palavra, ás suas promessas, a tudo quanto é serio, respeitavel, sagrado? E' politica. Assim, rindo, se respondia e se explicava.

A par d'essa tradição, d'essa *doutrina*, a outra de que se deve transigir com tudo e por tudo, inda á custa das maiores indignidades, para manter a posse do poder e a integridade do bando partidario.

Por outro lado, os homens intelligentes e de

boas intenções ficaram sem um publico culto, consciente em que, para vencer o bandido, se pudessem apoiar.

Muito poucos, muito restrictos, nem tiveram ambiente, nem numero para fazer vingar os bons principios na administração do Estado.

O homem superiormente dotado de talento e de character foi sempre, na vida publica, *incomprehendido* entre nós e, por isso mesmo, absolutamente incompativel com a baixa mentalidade nacional.

E' o que fica demonstrado n'este volume e o que no volume immediato se continuará a demonstrar.

bibRIA



